

# **PALAVRAS DITAS...**

Volume I

FERNANDO SEABRA SANTOS

O projecto que vos deixo, é o de repetir o irrepetível, o da renovação permanente dos Homens e das instituições, o da confiança em nós mesmos e nos outros, o da celebração da vida colectiva, o da vinculação à utopia. Se vale ou não a pena, dúvida de uma outra circunstância, tormenta de um outro cabo, conteúdo de uma outra Mensagem, se vale ou não a pena só depende, como todos sabemos, da maior ou menor dimensão das nossas almas.

Tomada de Posse, 28 de fevereiro de 2007

(É necessário) ...libertá-la das oscilações de curto período, do zigue-zague da moda, dos estímulos da conjuntura, da vulgaridade mediática, da cultura do efémero, da urgência de respostas e de reacções a notícias que condicionam tudo e todos, e que se esgotam e contradizem ao fim de dois dias. Conseguir resistir à voragem do que é urgente por ardilosa superficialidade, para pôr em perspectiva um outro sentido do tempo que permita fazer, com espíritos serenos, a Mudança Tranquila.

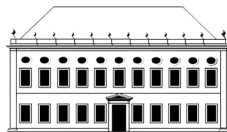
Abertura Solene das Aulas, 19 de setembro de 2007

Não vos posso mostrar cartilhas, porque não as há. Mas posso alertar-vos contra os homens providenciais, que sempre significaram e significarão a demissão de todos os outros. A única receita para o sucesso é fazermos nós, honestamente, o nosso trabalho: comparar realidades, aferir conceitos, validar propostas, discutir experiências. Estudar, estudar, estudar sempre e tentar encontrar a nossa via, o melhor caminho para trilhar, em função das nossas próprias convicções, no cotejo de ideias, tentando convencer os outros, mas sabendo igualmente sopesar o valor dos seus argumentos.

Abertura Solene das Aulas, 17 de setembro 2008

Quarenta anos depois, vale a pena recordar-vos que um dia sonhámos os dias actuais e que amanhã os dias são sonhos de agora. Mas se um dia, perdidos, deixarmos cair as asas do sonho que transpõem metas, se um dia, vencidos, nos dermos tristonhos à simples rotina do passar dos dias, então, sonhando o futuro no dia que passa, não passa o futuro do dia do sonho.

Abertura Solene das Aulas, 16 de setembro 2009



D O C U M E N T O S

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

António Pires

**INFOGRAFIA**

Reinaldo António

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

KDP

**ISBN**

978-989-26-2325-2

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-2326-9

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2326-9>



# **PALAVRAS DITAS...**

64 discursos, um despacho e um convite  
ditos em representação da Universidade  
de Coimbra e/ou do Conselho de Reitores  
das Universidades Portuguesas

## **Volume I**

**FERNANDO SEABRA SANTOS**

(Página deixada propositadamente em branco)

## SUMÁRIO

### VOLUME I

|                                                  |     |
|--------------------------------------------------|-----|
| <b>1. Preâmbulo</b>                              | 11  |
| <b>2. Discursos de tomada de posse.</b>          | 25  |
| Primeiro mandato (2003-2007)                     | 27  |
| Segundo mandato (2007-2011)                      | 51  |
| <b>3. Discursos de Abertura Solene das Aulas</b> | 77  |
| Ano letivo de 2003/2004                          | 79  |
| Ano letivo de 2004/2005                          | 115 |
| Ano letivo de 2005/2006                          | 149 |
| Ano letivo de 2006/2007                          | 179 |
| Ano letivo de 2007/2008                          | 209 |
| Ano letivo de 2008/2009                          | 239 |
| Ano letivo de 2009/2010                          | 271 |
| Ano letivo de 2010/2011                          | 307 |
| <b>4. Discursos do Dia da Universidade</b>       | 335 |
| 1 de março de 2004.                              | 337 |
| 1 de março de 2005.                              | 347 |
| 1 de março de 2006.                              | 363 |
| 1 de março de 2008.                              | 379 |
| 1 de março de 2009.                              | 389 |
| 1 de março de 2010.                              | 405 |

## VOLUME II

|                                                                                                                                                                                                                                                 |                |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>5. Discursos em Aberturas Solenes de outras Universidades . . . . .</b>                                                                                                                                                                      | <b>11</b>      |
| Universidad de Granada, Granada, Setembro de 2004 . . . . .                                                                                                                                                                                     | 13             |
| Aula Inaugural 2º semestre do Curso Lectivo de 2005,<br>Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,<br>Agosto de 2005 . . . . .                                                                                                           | 19             |
| UFBA – Universidade Federal da Bahia, Salvador, Julho 2006 . . . . .                                                                                                                                                                            | 35             |
| UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, Março 2007 . . . . .                                                                                                                                                                               | 51             |
| <br><b>6. Homenagens . . . . .</b>                                                                                                                                                                                                              | <br><b>69</b>  |
| Homenagem a Coteló Neiva. Coimbra, Novembro 2003 . . . . .                                                                                                                                                                                      | 71             |
| Homenagem a Jorge dos Santos Veiga, por ocasião do XX aniversário<br>da criação do <i>Coimbra Group</i> . Coimbra, Junho 2005 . . . . .                                                                                                         | 75             |
| Homenagem a Aníbal Pinto de Castro, por ocasião da VII Reunião<br>Internacional de Camonistas. Coimbra, Novembro 2005 . . . . .                                                                                                                 | 79             |
| Homenagem a Francisco Lucas Pires. Coimbra, Maio 2008 . . . . .                                                                                                                                                                                 | 83             |
| Homenagem a António Ferrer Correia, por ocasião do lançamento<br>da sua Fotobiografia. Coimbra, Dezembro 2009 . . . . .                                                                                                                         | 89             |
| Homenagem a António Luzio Vaz, por ocasião da apresentação<br>do seu livro. Coimbra, Dezembro 2009 . . . . .                                                                                                                                    | 105            |
| Homenagem a José de Gouveia Monteiro, por ocasião do 40º aniversário<br>da sua Tomada de Posse. Coimbra, Fevereiro 2010 . . . . .                                                                                                               | 115            |
| <br><b>7. Medalhas Universidade de Coimbra . . . . .</b>                                                                                                                                                                                        | <br><b>121</b> |
| Comunicação ao Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade<br>de Coimbra da decisão de atribuição da medalha da Universidade<br>de Coimbra. Figueira da Foz, Janeiro 2007 . . . . .                                                            | 123            |
| Atribuição da medalha da Universidade de Coimbra a Joaquim<br>Veríssimo Serrão. Coimbra, Abril 2007 . . . . .                                                                                                                                   | 129            |
| Comunicação à Associação Académica de Coimbra da decisão<br>de atribuição da medalha da Universidade de Coimbra,<br>por ocasião das comemorações do 120º aniversário<br>da Associação Académica de Coimbra. Coimbra,<br>Novembro 2008 . . . . . | 133            |



|                                                                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>8. Outras Ocasões Especiais</b>                                                                                                                                                                  | 137 |
| Discurso por ocasião da inauguração do Museu da Ciência.<br>Coimbra, Dezembro 2006.                                                                                                                 | 139 |
| Discurso por ocasião da criação do GCUB - Grupo Coimbra<br>de Universidades Brasileiras. Coimbra, Novembro 2008.                                                                                    | 147 |
| Discurso por ocasião da atribuição do doutoramento Honoris Causa<br>pela Universidade Federal de São Luiz do Maranhão, Junho 2009.                                                                  | 155 |
| Discurso por ocasião da celebração de contrato de mecenato entre<br>o Banco Santander e a UC. Palácio de São Marcos, Janeiro 2010                                                                   | 163 |
| Discurso por ocasião das comemorações do centenário da República.<br>Coimbra, Setembro 2010                                                                                                         | 169 |
| <b>9. Outros textos de Política Universitária</b>                                                                                                                                                   | 175 |
| 9.1. Textos de índole geral                                                                                                                                                                         | 177 |
| Discurso de Abertura da International Conference on Computational<br>& Experimental Engineering and Sciences. Funchal, 2005.                                                                        | 179 |
| Discurso de abertura do colóquio sobre “Reforma e Regulação<br>da Saúde”, CEDIPRE e CDB. Junho de 2007                                                                                              | 185 |
| Desde já, sobre a 1ª versão pública do RJIES. Lisboa, Junho 2007.                                                                                                                                   | 191 |
| Discurso por ocasião do High Level Meeting, organizado pela<br>Presidência Portuguesa da União Europeia, Novembro 2007.                                                                             | 201 |
| 5th Science and Technology in Society Forum. Quioto,<br>Outubro 2008                                                                                                                                | 207 |
| Reforma do Ensino Superior, por ocasião das comemorações<br>do 10º aniversário da Comissão Nacional de Avaliação<br>do Ensino Superior. Conselho Nacional de Educação. CNE.<br>Lisboa, Janeiro 2009 | 213 |
| Bolonha e o futuro por ocasião de uma reunião de reflexão organizada<br>pela Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa 21 de Setembro 2009                                                               | 223 |
| Discurso por ocasião da celebração dos Contratos de Confiança.<br>Palácio de São Bento. Lisboa, Janeiro 2010                                                                                        | 237 |
| Discurso por ocasião da preparação de um Programa de Formação<br>Pós-Secundária para empresários. Lisboa, Janeiro 2010                                                                              | 241 |
| Conferência do Centenário da Universidade do Porto, Março 2011                                                                                                                                      | 247 |

|                                                                                                                                                                                                                                             |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 9.2. Sobre política científica . . . . .                                                                                                                                                                                                    | 257 |
| Universidade e Ciência, por ocasião de uma reunião de reflexão,<br>iniciativa do Conselho de Laboratórios Associados. Fundação<br>Calouste Gulbenkian. Lisboa, Abril 2007 . . . . .                                                         | 259 |
| Discurso de recepção ao Presidente da República, por ocasião<br>do seu Roteiro para a Ciência. Coimbra, Abril 2009 . . . . .                                                                                                                | 263 |
| 9.3. Sobre empreendedorismo e Inovação . . . . .                                                                                                                                                                                            | 267 |
| Discurso de Abertura do 2º Curso de empreendedorismo.<br>Coimbra, Junho 2006 . . . . .                                                                                                                                                      | 269 |
| Discurso de Abertura do Incubator Forum. Coimbra, Junho 2006 . . . .                                                                                                                                                                        | 275 |
| 9.4. Sobre Internacionalização. . . . .                                                                                                                                                                                                     | 281 |
| Discurso por ocasião da visita à Universidade de Coimbra<br>do Sr. Jean-Claude Juncker. . . . .                                                                                                                                             | 283 |
| VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.<br>Setembro 2004 . . . . .                                                                                                                                                         | 287 |
| Discurso na Comunidade de Universidades do Mediterrâneo.<br>Izmir, Maio 2006 . . . . .                                                                                                                                                      | 293 |
| Discurso por ocasião de uma Reunião de Professores de espanhol<br>e português, na Universidade de Salamanca, Junho 2006 . . . . .                                                                                                           | 301 |
| Comemoração das Ações Integradas Luso-Britânicas<br>Lisboa, Outubro 2007 . . . . .                                                                                                                                                          | 305 |
| Discurso perante a 60ª Conferência da Comissão Internacional<br>para a História dos Parlamentos e das Instituições Representativas.<br>Coimbra, Setembro 2009 . . . . .                                                                     | 309 |
| 9.5. Sobre Património . . . . .                                                                                                                                                                                                             | 313 |
| A Universidade de Coimbra, Laboratório do Mundo. Discurso por<br>ocasião das comemorações do 450º aniversário da criação<br>da cidade de São Paulo. São Paulo, Setembro 2004 . . . . .                                                      | 315 |
| Discurso por ocasião da apresentação pública da intenção da<br>Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial<br>da UNESCO, Coimbra, Maio 2005 . . . . .                                                                       | 319 |
| Discurso de Abertura do 1º Encontro da rede WHPO - World<br>Heritage of Portuguese Origin. Coimbra, Janeiro 2006 . . . . .                                                                                                                  | 327 |
| Universidade de Coimbra: Matriz cultural do espaço da Lusofonia<br>e candidata a Património da Humanidade. Discurso de recepção ao<br>Presidente da República, por ocasião do Roteiro para o Património.<br>Coimbra, Janeiro 2008 . . . . . | 333 |

|                                                                                                                                                                                                              |         |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| Discurso por ocasião do anúncio público do apoio do governo<br>à candidatura da Universidade de Coimbra a Património<br>da Humanidade, Coimbra, Junho 2008 . . . . .                                         | 343     |
| Discurso por ocasião da entrega à Universidade de Coimbra do Prémio<br><i>Europa Nostra</i> pela recuperação da Via Latina. Coimbra, Julho 2009. . . .                                                       | 353     |
| Discurso de Abertura do 2º Encontro da rede WHPO - World<br>Heritage of Portuguese Origin. Coimbra, Outubro 2010 . . . . .                                                                                   | 357     |
| As Pedras Velhas. Discurso por ocasião da entrega formal<br>do dossiê de candidatura da Universidade de Coimbra a Património<br>da Humanidade, Janeiro 2011 . . . . .                                        | 363     |
| Nesta Coimbra que amanhece. Discurso por ocasião da celebração<br>da inclusão da Universidade de Coimbra na lista de Património<br>Mundial da UNESCO, Coimbra, junho 2013 . . . . .                          | 367     |
| <br><b>10. Despacho</b> de nomeação de uma Comissão para reflexão<br>sobre o ensino das artes na Universidade de Coimbra . . . . .                                                                           | <br>371 |
| <br><b>11. Um lugar de eleição.</b> Texto enviado a Paula Rego, a seu pedido,<br>como mote para um quadro alusivo à implantação da República,<br>a colocar por cima da tribuna da Sala dos Capelos . . . . . | <br>375 |

(Página deixada propositadamente em branco)

## **1. PREÂMBULO**

(Página deixada propositadamente em branco)

Seguindo o exemplo dos meus ilustres antecessores, cumpro com gosto a tradição de dar à estampa os textos principais que escrevi e disse enquanto discursos formais, na qualidade de Reitor da Universidade de Coimbra, entre fevereiro de 2003 e fevereiro de 2011. Em alguns casos, também como Presidente do CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – cargo para o qual fui eleito em fevereiro de 2007 para um mandato de três anos.

Com rigor, dos 66 textos apresentados em *Palavras ditas...* e em jeito de exceção que confirma a regra, há dois que apenas foram escritos: o primeiro é o despacho de nomeação de uma Comissão para a Reflexão sobre o Ensino das Artes na Universidade de Coimbra, de cujo trabalho iria resultar a criação do *Colégio das Artes*, unidade orgânica de ensino pós-graduado no domínio das Artes; o segundo, como mote do que deveria ter sido um quadro de Paula Rego sobre a República, a colocar no topo da Sala dos Capelos por ocasião das comemorações do seu primeiro centenário, entre as figuras do primeiro e último Reis de Portugal. Incluo-os nesta compilação, também como exemplos de uma das minhas intenções concretizadas e de uma das muitas que ficaram pelo caminho.

Outros dois textos fogem igualmente à definição estrita da regra acima enunciada: a Conferência do Centenário, que proferi no âmbito das comemorações do centenário da Universidade do Porto, em março de 2011 e o texto “Nesta Coimbra que amanhece”, dito por ocasião da celebração pública da inclusão da Universidade de Coimbra na Lista de Património Mundial da UNESCO, em junho 2013. Embora tenham sido ditos já após o termo do meu segundo mandato, foram ambos *encomendados* quando ainda era Reitor. Por isso entendi que aqui caberiam, sem outra justificação que não esta.

Mais de onze anos passaram desde o dia em que, como Reitor, participei no meu último ato de representação da Universidade Coimbra, a missa por ocasião do seu 721º aniversário, às 10 horas do dia 1 de março de 2011. E se deixei passar todo este tempo, sem excessivo zelo em o reduzir, foi porque compreendi que o relativo interesse que este livro possa ter se situa modestamente na esfera da História da Universidade e do Ensino Superior, assuntos cujo tempo característico não releva, definitivamente, da ordem de grandeza da dezena de anos.

Vejo com nitidez que a minha passagem pela Reitoria da Universidade de Coimbra foi como que uma improbabilidade que acontece. Com efeito, o meu percurso político anterior, embora sem grande exposição, mas nunca escondido, tornava implausível a minha eleição numa instituição tradicionalmente conservadora. No entanto, as circunstâncias particulares que rodearam o final abrupto do mandato do doutor Fernando Rebelo, um certo efeito de degradação do poder universitário que essas circunstâncias simultaneamente revelaram e acentuaram, antecipando igualmente tempos de instabilidade que desincentivaram os menos ousados, a posição que eu ocupava de Vice-Reitor com competência delegada sobre os mais importantes dossiês da Universidade, que de facto conhecia em profundidade, a inabilidade ou inoportunidade na construção de alternativas de entre os mais óbvios *reitoráveis*, acabaram por alinhar em meu favor um conjunto de vontades e de personalidades e determinar a minha eleição, aliás muito folgada, por uma Assembleia da Universidade de quase 300 membros.

Mas não foi um passeio! De facto, quis o destino que os meus dois mandatos coincidissem com os anos de todas as reformas.

Aproveitando o balanço proporcionado pela criação do Espaço Europeu do Ensino Superior (EEES), projeto da União Europeia que teve como finalidade a harmonização dos diversos sistemas nacionais de Ensino Superior, tornando-os comparáveis, inter legíveis e coerentes, facilitando a mobili-



dade intercomunitária e atraente no plano extracomunitário, num movimento que ficou conhecido como o Processo de Bolonha e cujo evidente sentido estratégico o tornou inatacável, alguns países europeus, de entre os quais Portugal, lançaram-se numa azáfama reformadora que alterou profundamente o enquadramento jurídico do Ensino Superior em áreas que nada tinham a ver com as orientações iniciais daquele movimento, nem eram estritamente necessárias à concretização dos seus objetivos.

No que diz respeito ao EEES, a pretendida harmonização dos sistemas acabou por ser feita, como se sabia desde o início que iria acontecer, em torno do modelo inglês de uma formação inicial de três anos e acabou por se restringir, como desde o início se suspeitava, a um mero ajuste da geometria dos cursos, com fraca ou nenhuma incidência sobre matérias pedagógicas substanciais. Quinze anos volvidos, parece agora evidente que o resultado líquido desta reorganização dos cursos se saldou em Portugal simplesmente por uma diminuição de um ou dois anos na duração do conjunto dos três ciclos de formação e pela outorga do segundo grau (mestrado) a uma formação semelhante à que anteriormente era proporcionada pelo primeiro (licenciatura). À luz das ainda recentes adaptações ao modelo, torna-se igualmente evidente que ele está a ser aproveitado para proporcionar às universidades localizadas nos grandes centros urbanos e económicos uma forte vantagem relativa, reduzindo as outras, tendencialmente, a meras instituições preparatórias.

Mas a oportunidade estava criada e a onda reformista não deixaria pedra sobre pedra do anterior sistema. Assim assistimos, entre 2003 e 2010, à publicação em duas ondas distintas, com um interregno em 2004 provocado pela queda do Governo de Santana Lopes que determinou a reversão do processo legislativo referente a algumas Propostas de Lei entretanto já submetidas à Assembleia da República, de um impressionante conjunto de instrumentos jurídicos dos quais apenas referirei os mais importantes:

- Regime Jurídico do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior (Lei 1/2003, de 6 de janeiro);
- Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior (Lei 37/2003, de 22 de agosto);
- Decreto-Lei sobre Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior (ECTS) (DL 42/2005, de 22 de fevereiro);
- Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 49/2005, de 30 de agosto);
- Decreto Lei que estabelece o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior (DL 74/2006, de 24 de março);
- Lei que estabelece o Regime Jurídico de Avaliação da Qualidade no Ensino Superior (Lei 38/2007 de 16 de agosto);
- Lei que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Lei 62/2007 de 10 de setembro);
- Decreto Lei de criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (DL 369/2007, de 5 de novembro);
- Portaria que regula a emissão e o teor do Suplemento ao Diploma (Portaria 30/2008 de 10 de janeiro);
- Decreto Lei que altera o Estatuto da Carreira Docente Universitária (DL 205/2009), de 31 de agosto);

O panorama que pretendo aqui deixar deste período febril não ficaria completo se não mencionasse ainda duas circunstâncias, exteriores à Universidade, que o marcaram profundamente.

Refiro-me à drástica redução do financiamento público ao setor que acompanhou o tempo da reforma e ao clima de profundo antagonismo artificialmente criado pelo Governo, como se recordarão todos os que viveram esse tempo, alimentado por frequentes afirmações públicas de descridibilização das Universidades e dos Reitores, que não teve outro objetivo senão tentar retirar-lhes iniciativa e mantê-los na defensiva. Tratou-se, portanto, não apenas de lançar a estrutura universitária numa indiscreto labuta diá-

ria para reorientação de estratégias, adaptação a novas regras de funcionamento, eleição de novos órgãos, aprovação de novos estatutos, elaboração de centenas de novos regulamentos, reorganização, aprovação e acreditação de centenas de cursos, mas de fazer tudo isto num contexto de profundo antagonismo e com significativa redução de recursos. Essa redução atingiu em 2009 um valor de 30% (300 M€) relativamente ao financiamento de 2003 e foi pelo Governo justificado por duas ordens de razões:

- A necessidade de as Universidades participarem solidariamente no esforço nacional para diminuição do défice orçamental para equilíbrio das contas públicas;
- A alegada má gestão das Universidades.

O leitor encontrará nos textos que se seguem uma profusão de números que desmentem estas justificações. Relativamente à primeira, refiro simplesmente que o esforço pedido às Universidades foi pelo menos quatro vezes superior à redução do défice. Relativamente à última, deixo aqui apenas o desconsolado sorriso que me aflora os lábios (de vergonha alheia? de desgraçada consciência de uma triste realidade?) ao recordar os montantes a que ascenderam as perdas escandalosas associadas aos criminosos processos da PT e do BES, entre tantos outros, protagonizados pelo primeiro-ministro de um governo que acusava os Reitores de má gestão.

Os 300 milhões de euros retirados em cada ano às Universidades foram mobilizados, valha-nos isso, para reforçar o sistema científico nacional. O ministro, que pode tomar sozinho a decisão de reforçar a ciência à custa do ensino superior, apenas reafectando recursos de um mesmo bolo porque ambas as pastas estavam sob a sua tutela, ficará na história como tendo pensado que poderia construir e manter um sistema científico de qualidade degradando exatamente na mesma medida a estrutura do edifício universitário que o deveria suportar. O erro foi tardia e apenas parcialmente corrigido quando, em janeiro de 2010, o Governo assinou com as Universidades

um documento a que quis chamar “Contrato de Confiança” que, na emissão de uma rutura generalizada do sistema, permitiu reforçar a dotação do ensino superior em 100 M€, um terço do que lhes havia sido retirado.

No que me diz respeito, a intensidade deste período foi ainda agudizada por duas outras circunstâncias internas complementares, felizmente não coincidentes no tempo. A primeira, decorrente do clima herdado de guerrilha estudantil imposta ao Reitor que os próprios órgãos da estrutura representativa dos estudantes, a Associação Académica de Coimbra, não conseguia assimilar dentro da esfera de atuação dos seus processos democráticos internos. Temos hoje dificuldade em imaginar uma reunião do mais importante órgão de governo colegial da universidade, na altura o Senado Universitário, a ser interrompida por um grupo de estudantes, que deste modo tentavam impedir a votação das propostas apresentadas e discutidas; ou os gabinetes da Reitoria a serem invadidos como forma de contestação de uma qualquer decisão considerada inconveniente; ou o Paço das Escolas encerrado a cadeado, por semanas inteiras, impedindo, por exemplo, o funcionamento da Faculdade de Direito e da Reitoria; ou a cerimónia formal de abertura solene das aulas, na Sala dos Capelos, interrompida por quatro estudantes que se apoderaram dos microfones e os utilizam para insultar o Primeiro-Ministro. Temos hoje dificuldade em imaginar tudo isto e, no entanto, tudo isto aconteceu com alguma regularidade durante os anos 90 e até 2004. Coube-me recentrar o poder universitário nos seus órgãos estatutários de governo democraticamente eleitos, dar-lhes condições de funcionamento para apuramento da vontade maioritária dos seus membros e fazer respeitar as suas decisões.

A segunda, por força da minha eleição para Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas – CRUP, em fevereiro de 2007 para um mandato de três anos, os mais quentes da reforma, cabendo-me nesse contexto, a representação das posições não só da Universidade de Coimbra, mas do conjunto das Universidades com assento naquele Conselho.

É, portanto, a este período que as *Palavras ditas...* e agora publicadas se reportam. Tantos anos volvidos, uma nova leitura destes textos traz à memória, coada embora pelo nevoeiro do tempo, a intensidade dos dias vividos, os inúmeros episódios que os marcaram, o entusiasmo contagiante do trabalho em equipa, a cumplicidade forjada na prossecução de objetivos comuns. E relembra a enorme dívida de gratidão que acumulei perante as pessoas que acreditaram em mim, que me ajudaram a formular ideias, a avaliar opções, a definir orientações, a elaborar projetos e a concretizá-los. Os meus reitorados foram o resultado do labor incansável de uma equipa vasta e coesa, constituída por todos os professores, estudantes e funcionários da Universidade. Aos membros desta comunidade universitária, com uma referência especial aos estudantes que constituem a sua seiva de juventude, garantia de renovação permanente e justificação última da própria instituição, quero deixar uma palavra final de agradecimento. De entre todos destacarei, como é devido, os que estiveram na primeira linha, os que aceitaram fazer parte das equipas que escolhi, e deram a cara, e receberam ovos que me eram dirigidos, e ouviram a meu respeito o que Maomé não disse do toucinho, e aguentaram sem vacilar todas estas agruras mesmo sem saber se alguma vez iríamos ver realizados os nossos objetivos e reconhecido o nosso trabalho. Não reclamo para mim senão o ter escolhido bem e só precisarei de enunciar os seus nomes, para que todos compreendam do que falo: António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins, João Carlos Marques, Pedro Manuel Saraiva, Henrique Madeira, Joaquim Sousa Ribeiro, João Gouveia Monteiro, Raimundo Mendes da Silva, José António Bandeirinha, António Maria Pimentel, Fernando Guerra, José Manuel Silva, Pedro Ramos, Margarida Mano. São nomes que nos habituámos a respeitar e que elevaram o prestígio da nossa Universidade dentro e fora dela, em todos os desafios profissionais que abraçaram.

A estes nomes quero associar os de Catarina Resende de Oliveira e de Jorge Figueiredo Dias. Tendo generosamente aceitado ser meus mandatários, foi a eles que coube fazerem-se meus garantes. A eles

deixo aqui o afetuoso agradecimento que devo a esta sua prova de confiança e à sua amizade tutelar.

Nestes textos, que publico sem qualquer tipo de edição ou *atualização*, o leitor encontrará menção, em várias fases do percurso, a alguns dos momentos mais marcantes, das reflexões mais sensíveis e das decisões mais arriscadas dos meus dois mandatos de Reitor. Exponho-os a todos sem pudor, primeiro que tudo porque foi assim que aconteceu. Também, porque entendo dever revelar a reflexão associada ao processo de tomada de decisão, quando ela foi minha, ou o que disse visando condicionar esse processo, quando a outros competia tomá-la. Encontrará ainda, indistintamente, referência às minhas iniciativas mais bem sucedidas, mas também aos projetos que encontrei já lançados e me limitei a concluir, aos que iniciei mas não consegui fechar, ou aos que apenas enunciei e por alguma razão tive que abandonar. De facto, sempre tive a forte consciência da inevitável transitoriedade de um percurso de apenas quatro ou oito anos à frente de uma instituição como a Universidade de Coimbra e do modesto papel que me cabia, de ser o simples intérprete de uma geração de vontades, elo de uma longa corrente tantas vezes centenária que, essa sim, me interessou valorizar. Por isso, não esquecendo este fio condutor, tive oportunidade de continuar vários projetos iniciados pelos meus antecessores e nunca deixei de abraçar uma ideia que me parecesse viável e útil, só porque não tinha a certeza de que ela caberia na exiguidade do meu tempo.

Se alguma conclusão retiro desta experiência de vida, de entre todas a que realmente interessa, é a de que foi muito útil não me ter deixado submergir pelo turbilhão de reformas que se abateram nesse período sobre as Universidades, antes mantendo uma agenda própria de iniciativas estratégicas, que marcaram os meus mandatos e que, sem excessiva modéstia, penso ter deixado como marca da minha passagem. Tive, com

efeito, o privilégio de poder iniciar e concluir alguns projetos de que me orgulho, tais como:

- O lançamento, em abril de 2003 e a coordenação da preparação do dossiê de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, que formalmente submeti à UNESCO em dezembro de 2010;
- A montagem de uma nova estratégia de museologia científica, visando a articulação das várias coleções disciplinares numa mesma entidade, com vista a ganhar dimensão, coordenação e visibilidade e a abertura ao público da prefiguração do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, em dezembro de 2006, no edifício do Laboratório *Chimico*;
- A criação do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, primeiro como unidade informal de promoção e divulgação da investigação interdisciplinar, em 4 de abril de 2001, ainda como Vice-Reitor, depois, na primeira reunião do Senado a que presidi como Reitor, em 26 de fevereiro de 2003, já como unidade orgânica da Universidade;
- A criação do Colégio das Artes, unidade orgânica de ensino pós-graduado que tem como objetivo o desenvolvimento de uma nova centralidade científica em Coimbra nos domínios artísticos interdisciplinares, nomeadamente a Arte Moderna e a Arte Contemporânea;
- A criação do GCUB - Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, em novembro de 2018, agrupando as 50 mais prestigiadas Universidades brasileiras, no âmbito do qual se organizaram alguns programas de intercâmbio que foram os responsáveis por um incremento significativo da colaboração interuniversitária entre Portugal e Brasil;
- A criação do WHPO – World Heritage of Portuguese Origin, iniciativa pioneira através da qual, pela primeira vez, se juntaram os países que têm património cultural de influência portuguesa e se discutiram formas de cooperação efetiva para acesso e gestão do património mundial, nos moldes propostos pela Estratégia Global da UNESCO;

- O Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade – ITECONS, iniciativa do Doutor António Barreto Tadeu, inaugurado em junho de 2008, ao qual tenho consciência de ter dado um impulso determinante;
- O Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde - ICNAS, constituída como unidade orgânica de investigação da universidade, iniciativa do Doutor João José Pedroso de Lima, inaugurado em abril de 2009, para cuja concretização terei dado uma contribuição importante.

Porque sempre considerei que a infraestrutura é meramente instrumental, nunca um objetivo em si mesma para uma Universidade, não me deterei sobre os 105 000 m<sup>2</sup> de área construída que, apesar de todas as restrições, foi possível concluir neste período. O que não me impede de referir a recuperação de dois edifícios históricos notáveis, cuja intervenção preparei nos planos patrimonial, arqueológico, arquitetónico e técnico e cujas primeiras empreitadas de construção ainda lancei, posteriormente concluídos:

- O Colégio da Graça, na Rua da Sofia, para instalação do Centro de Documentação 25 de Abril, assim se retornando ao Pólo universitário do século XVI, a que chamei Polo 0, dando sentido ao mote da candidatura UNESCO;
- O Colégio da Trindade, adjacente ao Paço das Escolas, para instalação do TUJE - Tribunal Universitário Judiciário Europeu/Instituto Jurídico da Faculdade de Direito.

Pela sua dimensão, complexidade e valor intrínseco, é-me igualmente grato referir duas outras intervenções que iniciei e que estão atualmente em curso, para alojamento de duas importantes estruturas universitárias:

- A Biblioteca da Faculdade de Direito, que permitirá localizar, no coração da Alta, uma das mais conceituadas bibliotecas jurídicas do mundo num edifício projetado pelo mais conceituado arquiteto português;



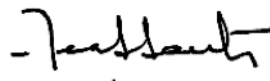
- O BIOMED, no Pólo 3, para instalação de várias unidades de investigação na área das Ciências da Saúde.

Entristece-me não ter sido capaz de deixar mais bem fundamentada a importância de algumas outras iniciativas que lancei e que por esse motivo não foram aproveitadas à medida das suas enormes potencialidades:

- O Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade de Coimbra;
- O SIIBUC - Serviço Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra e a estratégia bibliográfica que lhe estava subjacente;
- O Museu da Ciência e a estratégia museológica que lhe estava subjacente;
- A inclusão na lista de Património Mundial da UNESCO e a estratégia patrimonial que lhe estava subjacente;
- O GCUB, o WHPO e a estratégia internacional que lhes estava subjacente.

Tudo considerado, tenho que admitir que vivi nesses anos o período mais gratificante da minha vida profissional e que só por eles, mesmo que não tivesse havido outros, já teria valido a pena vivê-la. Bem hajam por isso todos os que fizeram parte deste percurso.

Coimbra, 14 de julho de 2022



(Página deixada propositadamente em branco)

## **2. DISCURSOS DE TOMADA DE POSSE**

Primeiro mandato (2003-2007)

Segundo mandato (2007-2011)

(Página deixada propositadamente em branco)

## **PRIMEIRO MANDATO (2003-2007)**

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL,  
SENHOR VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM  
REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE,  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA,  
EM REPRESENTAÇÃO DO MINISTRO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR,  
SENHOR PROFESSOR DECANO,  
SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES  
PORTUGUESAS (CRUP),  
SENHORES REITORES E VICE-REITORES,  
SENHOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA,  
SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DAS  
UNIVERSIDADES PORTUGUESAS,  
TAMBÉM EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL,  
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, RELIGIOSAS E ACADÉMICAS,  
ILUSTRES MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIVERSIDADE E DO SENADO,  
SENHORES DOUTORES,  
SENHORES ASSISTENTES, LEITORES E INVESTIGADORES,  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA (AAC),  
CAROS ESTUDANTES,  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS,  
SENHORAS E SENHORES

Nos termos da lei e dos Estatutos, fui eleito no passado dia 20 de Janeiro para desempenhar as funções de Reitor da Universidade de Coimbra durante um mandato de quatro anos que agora se inicia.

Sinto-me **honrado**, naturalmente.

Sinto-me **estimulado** pela dimensão da maioria em que assenta o meu mandato, determinada pelos votos concordantes de professores, estudantes e funcionários; de todas as unidades orgânicas que constituem a nossa Universidade. Este facto permite assumir-me, como sempre quis e afirmei, **Reitor da Universidade de Coimbra**.

Acredito que esta confiança expressiva pode facilitar, à partida, as condições de exercício do cargo. Mas tal facto significa igualmente que em mim se deposita um forte capital de esperança, o que torna, evidentemente, mais apertada a gestão das expectativas.

Todos temos consciência de que (“**Na terra, tanta guerra, tanto engano**”) não são fáceis estes tempos que vivemos. A Universidade de Coimbra não se porá em bicos de pés. Mas não utilizará nunca a atitude lamurienta e pedinchona quando se tratar de defender os seus interesses e de fazer valer os seus direitos. “**Carne de obedecer**”, utilizando a imagem forte de José Gomes Ferreira, não é matéria de que se façam universitários em Coimbra. Estudaremos os dossiês, invocaremos e evidenciaremos as nossas razões, argumentaremos fundamentadamente, lutaremos por aquilo em que acreditamos.

Tenho clara consciência de que, a partir de hoje, em todos os dias terei de justificar o crédito que generosamente me foi concedido. Espero estar à altura da tarefa. E quero desde já dizer-vos que me empenhei na campanha e que a venci com o compromisso de fazer. Sou engenheiro e é no difícil campo da concretização que quero vir a ser julgado.

Cessam agora funções os Vice-Reitores Doutores Jorge dos Santos Veiga, Maria Irene Silveira e Nicolau Raposo e os Pró-Reitores Doutores Fernando Regateiro, Lusitano dos Santos, João Lisboa, Joaquim Sousa Ribeiro e Raimundo Mendes da Silva, nomeados respectivamente em Junho e em Julho de 2002 pelo Reitor Doutor Fernando da Silva Rebelo e reconduzidos em Novembro do mesmo ano pelo Reitor Doutor Arsélio Pato de Carvalho. Foi para mim um privilégio poder fazer parte desta equipa, aprender com ela os pequenos segredos da governação de uma Casa complexa e multifacetada, contribuir para definir objectivos, antecipar dificuldades, perspectivar desafios, digerir desapontamentos, vibrar com os pequenos e com os grandes sucessos do dia a dia, ao longo de quase cinco anos de intervenção universitária ao mais alto nível. Fiz-me amigo de todos e tenho a imodéstia de pensar que deles me fizeram amigo.

Esta experiência inigualável, devo-a à pessoa que me escolheu, que confiou em mim, que me deu asas e que me deixou voar. A lealdade é um princípio sagrado inscrito no código moral da instituição universitária. Mas o meu agradecimento profundo ao Doutor Fernando Rebelo faço-o também, e sobretudo, pelo conjunto consistente de iniciativas inovadoras que foram lançadas nos seus mandatos e que, como me compete, irei potenciar e desenvolver.

Quero referir igualmente a atitude sóbria e eficaz do Doutor Arsélio Pato de Carvalho enquanto Reitor da Universidade de Coimbra. Governou-a num momento particularmente difícil e a ele ficamos todos a dever um processo de transição dirigido de forma exemplar. Fico, sinceramente, com a amargura de não ter vivido esta experiência num momento anterior da sua carreira. Outro destino poderia ter sido o nosso.

Compreenderão os restantes colegas de equipa, e associam-se sem dúvida a estas palavras, que faça ainda uma referência ao mais longo Vice-

-Reitorado dos últimos trezentos anos, o do Doutor Jorge dos Santos Veiga. Desempenhou sempre as suas tarefas de forma exemplar, com resultados visíveis em termos do prestígio que granjeou dentro e fora do País para a sua e nossa Universidade. E todos temos de lhe agradecer por isso. Por mim, quero relevar de modo particular a sua total disponibilidade, a palavra amiga e desinteressada nos momentos difíceis. Felizmente para nós, ele não vai sair da vida universitária, apenas mudar de posto. O Doutor Jorge Veiga transita agora para a FUP (Fundação das Universidades Portuguesas), com sede em Coimbra, onde, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho Geral, o esperam novos e estimulantes desafios.

Quando se trata de agradecer importa ser sóbrio. Como escreveu Saramago, “em assuntos de sentimento, quanto maior for a parte de grandiloquência, menor será a parte de verdade”. Fico-me, portanto, por aqui.

## **Autonomia**

A actual Lei de Autonomia das Universidades, com as limitações que a prova do tempo pôs a claro, foi uma conquista importante da Universidade Portuguesa. A sua promulgação consagrou o reconhecimento de que só com a Autonomia a Universidade pode desenvolver-se como espaço de criatividade e pode dar oportunidades à livre iniciativa dos seus membros.

No essencial, a Autonomia Universitária foi bem aproveitada e desenvolvida pelas Universidades, apesar da excessiva padronização do figurino de gestão imposto às unidades orgânicas, da dificuldade em tornar operacional o funcionamento de alguns órgãos, da rigidez que em geral é imposta à sua composição, entre outras limitações que têm sido identificadas. Os problemas com que as Universidades hoje se confrontam, decorrentes em boa medida da evolução do sistema do ensino superior nas últimas décadas e da evolução demográfica, são



exógenos e, ao contrário do que por vezes se procura fazer crer, pouco ou nada têm que ver com o exercício da Autonomia.

Durante quase vinte anos, o enquadramento legislativo do Ensino Superior foi preparado à margem das Universidades, por vezes contra elas, com as consequências que saltam à vista. Quando os sucessivos responsáveis pela desarticulação do actual sistema de Ensino Superior se mantêm activos e intervenientes; quando os fazedores de opinião responsabilizam as Universidades por erros que não foram manifestamente os seus, a não ser por não terem sido capazes de reagir a tempo, saúdo a iniciativa da Universidade do Porto e do próprio CRUP de avançar com propostas concretas de alterações legislativas nesta matéria e declaro-me disponível para mobilizar a discussão interna na Universidade de Coimbra sobre o chamado “pacote legislativo” que se prepara, de modo a podermos contribuir para esse processo.

Este e outros indícios mostram-nos que as Universidades querem voltar a ocupar o seu lugar no processo conducente à definição das regras do sistema em que se integram, que querem deixar de suportar pacientemente todo o género de experiências que se desenrolam à sua volta, de aceitar, à entrada, o resultado nefasto dessas experiências, e de ouvir, à saída, por estarem no último escalão da cadeia do ensino, críticas que em boa verdade deveriam ser dirigidas a outros.

A Autonomia Universitária não é incompatível com a boa gestão. Bem pelo contrário. No contexto de todo o sector administrativo do Estado, as Universidades estão certamente entre os sectores mais bem geridos, facto a que não é alheio o dever que assumem de prestar contas à sociedade do uso que fazem dos recursos que esta lhes proporciona. Penso, por isso, que a criação ou o desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação interna das Universidades, que optimizem o uso dos recursos disponíveis, é uma medida de defesa e de aprofundamento da Autonomia que deve

ser convenientemente utilizada. Devem igualmente instituir-se mecanismos adequados e idóneos de auto-avaliação, e dar publicidade aos seus resultados, quer perante a comunidade universitária e científica, quer perante a opinião pública em geral.

## **Ensino Superior**

Em diferentes países, a justificação da dualidade ensino politécnico / ensino universitário encontra-se padronizada de diferentes formas: nuns casos a diferenciação faz-se como consequência de uma arrumação por especialidades, com níveis de ensino idênticos; noutros casos, assumem-se diferentes níveis de ensino para as mesmas especialidades. Em ambos as situações se justifica a dualidade do sistema.

Em Portugal não acontece nem uma coisa nem a outra. Ensino universitário e politécnico, são, com efeito, no nosso País, independentes, praticamente estanques, de objectivos desarticulados e mal definidos. A confusão instalada data de 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo, pelo jogo de palavras em que se transformou a definição dos dois subsistemas, e foi acentuada em 1998, quando o legislador, sem motivo que o justificasse, veio atribuir ao politécnico a possibilidade de conceder o grau de licenciatura.

Actualmente, o politécnico deixou de fornecer o tipo de formação intermédia que o justificava, para o qual foi criado e dotado. Tão-pouco se diferencia por especialidades, que são, em muitos casos, as mesmas que já existiam nas Universidades. Ficou o País condenado a organizar-se sem a colaboração imprescindível de quadros intermédios, obtendo como “compensação” um conjunto de quadros formalmente licenciados e que escondem a sua deficiente preparação teórica atrás de uma suposta maior vocação para as actividades de natureza prática.

Pelo menos no sector público, esperar-se-ia alguma complementaridade e articulação entre os dois sub-sistemas. Na realidade, são concorrenciais, tanto no que diz respeito ao recrutamento de alunos, como no que se refere à sua colocação no mercado de trabalho. Com a particularidade de que, em média, o melhor aluno recrutado, que recebe uma formação mais exigente, ministrada por professores globalmente mais habilitados, obtém o mesmo grau, mas com uma classificação em geral inferior. A passagem pela Universidade ter-se-á traduzido por uma mais-valia técnica e científica, associada a uma menos-valia formal perante o mercado de trabalho, sobretudo na administração pública. Não é possível continuar a aceitar este estado de coisas.

Se exceptuarmos as licenciaturas em Direito e em Medicina, por ora reservadas à Universidade, todas as restantes Faculdades da Universidade de Coimbra enfrentam este ambiente de concorrência sem sentido, com especial incidência ao nível das escolas que asseguram a formação de professores e de engenheiros.

No passado, o problema não se colocava de forma tão aguda, porque o número de candidaturas permitia preencher as capacidades de acolhimento dos dois sub-sistemas. Mas a situação tende agora a agravar-se. A racionalização é inevitável. Mesmo que a ela se oponham interesses baseados na lógica do desenvolvimento regional ou na necessidade de dar resposta a clientelas locais, a dura realidade dos números não deixará de exigir uma correcta gestão de recursos cada vez mais escassos e de impor, num prazo mais ou menos curto, a adopção de um modelo mais justo, em que o mérito da qualidade científica e a diversidade da formação conferida nas diversas instituições de ensino superior portuguesas sejam devidamente considerados.

A Universidade de Coimbra tem de estar atenta à evolução deste problema, mostrando-se disponível, como em outras circunstâncias e

ocasiões, para, na esfera de competência dos seus órgãos de governo, tomar as medidas que lhe permitam colaborar na sua resolução.

Qualquer que seja a geometria adoptada – e deve haver, à partida, abertura para admitir e estudar várias alternativas, até porque a diversidade de situações é também muito grande – a chave da solução do problema está na qualidade. Independentemente dos nomes das instituições e dos graus concedidos, o Ensino Superior tem que garantir que os diplomas que emite têm um valor compatível com o exigido pela sociedade e que os seus diplomados alcançaram um nível cultural, técnico e científico capaz de permitir a sua realização profissional e a assumpção da sua quota-parte de responsabilidade nas tarefas de desenvolvimento económico e social da comunidade que suportou uma parte significativa dos seus estudos. Só na busca da qualidade se poderão encontrar os critérios de uma adequada reforma do sistema, que, por acréscimo, o torne financeiramente sustentável.

## **Financiamento**

Entendo, com efeito, que é absolutamente indispensável a introdução de incentivos à qualidade na metodologia de financiamento das instituições de ensino superior. Torna-se, para tanto, necessário garantir a comparabilidade entre a avaliação efectuada aos vários cursos que confirmam um mesmo grau (universitário ou politécnico) e retirar dos resultados dessa avaliação as respectivas consequências em termos de financiamento, como forma de evitar o carácter perverso de um processo que, baseado exclusivamente no número de alunos, não incentiva as reformas tendentes ao aumento da eficiência do sistema.

Sou igualmente favorável ao aumento da importância relativa do financiamento contratualizado, aspecto, aliás, que não deve ser desligado do

desenvolvimento do conceito de Autonomia Universitária. Ao concretizarem uma missão do Estado, as Universidades prestam um serviço público. Como tal, a Autonomia Universitária deve ser entendida como uma relação contratual estabelecida entre o Estado e as universidades, com direitos e deveres bem definidos, mutuamente aceites, relação que se possa constituir como uma base criadora de um novo clima de relacionamento institucional estável, que permita às Universidades e aos universitários ocupar o seu tempo com aquilo que constitui verdadeiramente a sua preocupação profissional e o objecto fundamental da sua actividade.

As alterações que preconizo – a introdução de critérios de desempenho e de qualidade e uma contratualização mais ampla do financiamento de investimento e de funcionamento – são expressamente aconselhadas na actual Lei de Financiamento. Não é, pois, necessária uma nova lei nesta matéria, apenas vontade de cumprir a lei existente. Neste particular, não é demais recordar que as Universidades sempre respeitaram os compromissos assumidos ao abrigo desta lei, ao contrário do que fizeram os sucessivos governos.

A matéria do financiamento sugere-me ainda uma referência à necessidade de gerar receitas próprias. As receitas próprias obtidas pela Universidade de Coimbra, quer através dos Contratos de Investigação Científica e de Prestação de Serviços Especializados, quer através de várias outras formas de abertura ao exterior, constituem já hoje uma componente significativa do montante global do seu Orçamento.

Este facto, como tantos outros, desmente a ideia pré-concebida de uma Universidade fechada sobre si mesma, passivamente sentada à mesa do Orçamento. A evolução neste campo tem sido substancial e penso haver ainda espaço para algum desenvolvimento, muito embora limitado por duas ordens de razões. Em primeiro lugar, porque a apetência do mundo empresarial pela inovação, bem como o interesse que este tem demonstrado pela criação de novos produtos (aspectos que tornariam impres-

cindível o recursos aos serviços especializados das Universidades), está longe de assumir em Portugal a importância que tem em outros países mais desenvolvidos. Em segundo lugar, porque o excessivo desenvolvimento da componente de prestação de serviços – situação para a qual as carências orçamentais de curto prazo estão a empurrar as Universidades – desvia os universitários das suas actividades pedagógicas e científicas e hipoteca a médio ou a longo prazos a capacidade instalada para promover a inovação. Exagerar por esta via é sobreexplorar o sistema e, de certa forma, matar a galinha dos ovos de ouro.

Quanto às propinas, os últimos dez anos de experiência mostram que a sua cobrança nunca permitiu aumentar as receitas da Universidade, tendo sido sempre exclusivamente utilizadas para diminuir o montante transferido pela tutela. Poderá modificar-se, de futuro, esta realidade? Sabendo que da actual Lei de Financiamento pouco se cumpriu para além da cobrança das propinas, considero errado que se proponha o seu aumento. Como considero errado penalizar quem está a estudar, num País que tem todo o interesse em melhorar os índices médios de formação da sua população activa. Ainda por cima num momento em que acaba de aumentar significativamente o preço das refeições e se cativam verbas atribuídas para investimento em projecto e construção de residências e cantinas.

Tratemos do assunto no seu contexto. Vejamos as propostas concretas de aplicação da Lei de Financiamento. Estudemos as intenções de investimento do Estado com base na discussão dos Planos de Desenvolvimento das Universidades, como venho reclamando há quatro anos. Garanta-se a construção dos novos edifícios escolares e sociais compatíveis com uma população de 22 000 estudantes. Tenha-se em conta, como a Lei permite, a especificidade de uma instituição multissecular, com despesas que não podem depender exclusivamente da lógica dos ETI. Retirar a questão das propinas deste contexto é incendiar desnecessariamente a discussão e impedir a obtenção de um resultado minimamente aceitável.

## Controlo da sociedade civil

Muito se tem falado, igualmente, da entrada da sociedade civil nos órgãos de governo da Universidade. Sou de opinião que as Universidades públicas, pelas funções de utilidade pública que desempenham, têm um compromisso fundamental com a sociedade. Este compromisso passa pela boa gestão dos recursos postos à sua disposição e pela correcta prossecução dos seus objectivos específicos. Nesta medida, como qualquer outra organização de natureza pública e com objectivos de utilidade pública, as Universidades devem auscultar a sociedade e devem prestar-lhe contas com regularidade, o que aliás já acontece, através de mecanismos que podem ser aperfeiçoados. É minha intenção promover activamente um diálogo mais aprofundado da Universidade de Coimbra com a sociedade, sob formas que poderão implicar a revisão dos Estatutos. Com este espírito, e preservando sempre o princípio fundamental do governo das Universidades pelos universitários, no quadro de uma autonomia ampla e responsabilizadora, a participação da chamada sociedade civil nos órgãos da Universidade é bem vinda e deve ser estimulada. O essencial é salvaguardar a democraticidade interna, a garantia da utilidade pública da missão da Universidade e o dever de prestação de contas à sociedade.

## Gestão

Também nesta matéria – a prestação de contas à sociedade – a Universidade não tem nada a temer.

Na nossa cidade está a ser construída uma ponte. Por ocasião da con-signação dos trabalhos, o Ministro do Equipamento e das Obras Públicas garantiu que não haveria derrapagens, nem de prazo nem de preço. Vamos com um ano de atraso, a obra ainda não está a meio e o custo

estima-se agora em 300% do valor contratado. Ninguém sabe quanto vai custar. Infelizmente, é esta a regra nas obras públicas em Portugal.

Mas há excepções. A Universidade de Coimbra construiu, nos últimos dez anos, cerca de onze milhões de contos de edifícios escolares. Sem trabalhos a mais e cumprindo os prazos contratuais. Bastaria evitar, em cada ano, a derrapagem de uma única obra pública de média dimensão, fazer uma única vez, por ano, como a Universidade de Coimbra faz sempre, para resolver nesse ano os problemas orçamentais de todas as Universidades públicas portuguesas.

Por isso me custa ouvir algumas críticas à gestão universitária. Não que não sejam, por vezes, justas em valor absoluto. Não que não seja possível fazer melhor: é sempre possível fazer melhor quando o objectivo é a excelência. Não que não aprecie a enorme riqueza de uma instituição que é capaz de se abanar a si mesma. Mas porque, num país de tão fraca cultura de planeamento e de disciplina orçamental, a gestão das Universidades públicas tem sido, deste ponto de vista, um exemplo de rigor e de responsabilidade.

Por isso não posso aceitar que, no quadro definido de prioridade ao reequilíbrio do défice orçamental, se pretenda atingir o único sector da administração pública que tem conhecido uma experiência inestimável de eficiência financeira, quando o Estado se mantém incapaz de impor alguma ordem em sectores onde a despesa está escandalosamente descontrolada (e infelizmente o das obras públicas é apenas um dos vários sectores em que isto acontece).

Por isso questiono igualmente, com o devido respeito pela opinião de outros, se as críticas que têm sido feitas à gestão das Universidades, formuladas via de regra na altura da discussão do Orçamento na Assembleia da República, contribuem realmente para melhorar o sistema ou



servem apenas para legitimar o desvio dos recursos para sectores mais desorganizados, mais improdutivos e mais inefficientes. Receio que a atitude de desprendimento que essas críticas revelam quando são feitas por universitários, irrepreensível no campo da especulação teórica, se esteja a transformar na prática em lamentável excesso de zelo.

#### MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

O desenvolvimento da Universidade de Coimbra nos próximos anos assentará sobre quatro ideias-chave:

- a **coesão institucional**, entre corpos, entre Faculdades, entre pessoas, particularmente importante num período de grandes dificuldades, quando se torna fundamental inverter a continuada tendência de desvalorização social do papel da Universidade, de desresponsabilização do Estado perante a formação das suas elites intelectuais;
- a **afirmação da Universidade de Coimbra**, baseada na qualidade das suas unidades de investigação, na dedicação e empenho dos seus docentes e funcionários, no valor intrínseco dos seus diplomados, numa nova relação com a sociedade, numa atitude positiva e interactiva de valorização da imagem e da auto-estima dos seus membros;
- a **eficácia e a participação democrática** dos universitários no funcionamento interno, nos processos de planeamento e de gestão, nos mecanismos de tomada de decisão. O pior serviço que podemos prestar à democracia e à gestão democrática da Escola é torná-la ineficaz. Tudo farei para que tal não aconteça. O conceito de participação não pode, por isso, ser desligado do conceito de eficácia do sistema;
- a **inovação e a qualidade**, objectivos centrais da Universidade a todos os níveis. A preocupação de inovar, de ir à frente, de fazer bem, deve ser timbre da nossa Universidade no seu dia-a-dia.

Estas ideias-chave serão desenvolvidas através da concretização de diversas medidas de que destacarei as de carácter pedagógico (organi-

zação das licenciaturas e do ensino pós-graduado, gestão da qualidade pedagógica, criação de novos públicos, ensino à distância), os aspectos de investigação, de internacionalização, de intervenção cultural, de prestação de serviços especializados, de reorganização de serviços, de racionalização de recursos, o reforço da acção social escolar, a defesa e preservação do património, a instalação adequada das Faculdades, a criação de uma nova cultura de gestão e a correcção de constrangimentos que limitam a eficiência do processo de tomada de decisão.

Na nossa relação com o exterior, nomeadamente no âmbito de um processo de alteração legislativa em preparação, a actuação da Universidade deve orientar-se pelos seguintes princípios:

- A defesa da autonomia universitária, entendida como um processo de responsabilização da Universidade perante o País e do Estado perante a Universidade;
- A afirmação do papel da Universidade pública e do lugar insubstituível da Universidade de Coimbra no contexto nacional e internacional;
- A imposição de uma imagem compatível com a excelência do trabalho de investigação, com a dedicação de docentes e investigadores e com a qualidade dos cursos ministrados;
- A exigência do financiamento devido à nossa Universidade, e a eliminação imediata da notória discriminação de que, há demasiado tempo, vem sendo alvo;
- A criação de uma nova relação com a cidade e com a sociedade.

## **Univer[sc]idade**

Cerca de 70% dos estudantes da Universidade de Coimbra são de fora do distrito e mais de 10% provêm do estrangeiro. A nossa Universidade colabora actualmente com mais de um milhar de outras instituições públicas ou privadas (centenas de empresas nacionais e multinacionais, centenas de escolas

de todos os níveis de ensino, 230 autarquias, dezenas de hospitais, tribunais e as mais diversas organizações da chamada sociedade civil). Somos hoje uma das mais abertas instituições de ensino superior em Portugal, inovadora, dinâmica, preocupada com os problemas do tempo presente, atenta ao mundo empresarial, estreitamente ligada à realidade nacional e internacional. A Universidade de Coimbra projecta o seu enorme e reconhecido prestígio por todo o mundo e é, indiscutivelmente, uma das menos locais ou regionais universidades portuguesas.

Sem perda de universalidade, antes reforçando-a na medida em que se lhe dá conteúdo e objecto, a ligação mais profunda à cidade com que partilha o nome e à região em que se insere constitui, no meu entender, um desígnio estratégico da Universidade de Coimbra. Para vincar essa ideia, construí o meu programa em torno da noção de Univer[s]cidade [escrita com S e com C]. Em recente artigo de opinião no jornal *A Cabra*, o antigo ministro Augusto Santos Silva veio defender a mesma ideia: “As Universidades não cumprirão as suas obrigações de promoção de cidadania se se mantiverem teimosamente alheadas das dinâmicas culturais das cidades onde estão localizadas” (*A Cabra*, 28.01.03).

O cientista que estuda os instantes primordiais da formação do universo ou a lírica de Camões, está, como qualquer outro cidadão, sujeito aos engarrafamentos de trânsito nas horas de ponta, à falta de parques infantis para passear os filhos, ao custo especulativo das habitações. E não lhe é indiferente a degradação das zonas antigas da cidade, ou o atraso de projectos estruturantes de mobilidade, ou a falta de equipamentos sociais de apoio aos mais idosos.

A ligação à cidade, nomeadamente através do estreitamento de laços de cooperação com a autarquia, impõe-se não apenas por ajudar a ultrapassar definitivamente as teias e os entraves, psicológicos e físicos, associados ao conceito de Universidade – Torre de Marfim, mas também por ser elemento essencial à criação de uma dinâmica de desenvolvi-

mento que permita afirmar a cidade, utilizando a feliz trilogia da Capital Nacional da Cultura, como pólo de *cultura*, de *ciência* e de *cidadania*.

Para além de lhe coroar a colina e de lhe marcar vincadamente o perfil, tornando-se uma e outra, juntas, a imagem da cidade do conhecimento, a Universidade ocupa em Coimbra, sociológica e culturalmente, uma posição ímpar, que não se antevê possa ou deva abandonar. A Universidade e a Cidade não podem deixar de se entender. É uma questão de inteligência. Como entidade cidadã, a Universidade de Coimbra tem de trabalhar com a Câmara Municipal, com os deputados eleitos pelo círculo de Coimbra, com as associações patronais e sindicais, com todas as organizações da sociedade civil, assumindo-se como parte integrante de um processo de repensamento estratégico da cidade e da região. Esta é uma questão central e tem de ser uma preocupação permanente do Reitor da Universidade de Coimbra.

#### SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA:

É minha intenção propor-lhe a realização de reuniões e encontros com carácter regular, tendo em vista não só o desenvolvimento de projectos de interesse comum (o Estádio Universitário, a área desportiva do Pólo II, a constituição e instalação de cooperativas de estudantes em casas devolutas da Alta, o Estacionamento D. Dinis, a recuperação da Baixa de Coimbra), mas também o incentivo à participação da Universidade e dos universitários no estudo e na resolução de problemas da cidade. Tenciono igualmente propor à consideração do Instituto de Investigação Interdisciplinar o desenvolvimento de um Programa de Investigação e Desenvolvimento tendo como objecto a cidade de Coimbra.

A intervenção da Universidade a nível regional tem suscitado justificadas dúvidas e apreensões. A concorrência entre Universidades no contexto de políticas de expansão e de marcação de território não

é, certamente, a atitude mais acertada. Defendo, neste domínio, uma estreita articulação da Universidade de Coimbra com as Universidades de Aveiro e da Beira Interior com vista ao desenvolvimento de iniciativas de índole cultural, técnico e científico de nível universitário, que podem vir a assumir um carácter regular, e podem justificar, por exemplo, a criação de Centros de Estudos nas principais cidades da Região, com a colaboração dos Politécnicos locais. Estas iniciativas – de que o exemplo paradigmático é o Centro de Estudos Ibéricos, criado na Guarda pelas Universidades de Coimbra e de Salamanca, em parceria com a Câmara Municipal da Guarda – não devem incluir a leccionação de cursos que confirmam graus académicos, mas podem constituir-se como pólos de desenvolvimento regional de padrão e liderança universitárias.

Na maratona que agora inicio, a minha equipa é a Universidade de Coimbra. Ninguém deve sentir-se dispensado do trabalho que nos espera. A todos os membros da comunidade universitária pedirei a necessária contribuição, com um grau de exigência acrescido, naturalmente, para aqueles que me deram a honra de aceitar acompanhar-me directamente no mandato que hoje começa. A todos pedirei trabalho. Mas a estes pedi ainda mais do que aos outros, e eles aceitaram o desafio.

**O Doutor António José de Avelãs Nunes**, Professor Catedrático da Faculdade de Direito, terá, como Vice-Reitor, a responsabilidade da Reforma Institucional e da Cooperação com a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa. Presidirá ao Conselho Social e coordenará, neste âmbito, as actividades de ligação à sociedade. Terá igualmente a seu cargo a tutela da Imprensa da Universidade.

A curto prazo, caber-lhe-á a responsabilidade de coordenar internamente a contribuição e a resposta concertada da Universidade para o conjunto de iniciativas legislativas que estão anunciadas, bem como as

conducentes à alteração dos Estatutos da Universidade, cuja primeira fase gostaria de ver terminada dentro de dois meses, a menos que a alteração do quadro legal aconselhe outra coisa.

**A Doutora Cristina Maria Robalo Cordeiro**, Professora Catedrática da Faculdade de Letras, terá, como Vice-Reitora, responsabilidades nas áreas do ensino e pedagogia e na área das relações internacionais.

Competir-lhe-á, de imediato, o acompanhamento do processo de apresentação a Senado dos novos cursos, a constituição ou revitalização de grupos de trabalho tendo em vista a preparação da resposta da Universidade em relação ao Processo de Bolonha, bem como a discussão da Regulamentação da Carta dos Direitos e Deveres dos Estudantes, a submeter igualmente a Senado no mais breve espaço de tempo.

Coordenará ainda a preparação e acompanhamento das actividades de avaliação.

**O Doutor António Gomes Martins**, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia, terá, como Vice-Reitor, a responsabilidade pela Gestão dos Recursos Humanos e Financeiros.

De imediato, irá coordenar a distribuição do Orçamento de funcionamento por Faculdades e Serviços, bem como a preparação de dossiês conducentes à racionalização de recursos humanos e materiais.

A investigação científica, que constitui a marca diferenciadora da instituição universitária, não pode deixar de estar no centro das preocupações da Reitoria. Tenho, por isso, a intenção de lhe dar institucionalmente o elevado relevo que corresponde a esta posição, nomeando, quando achar oportuno, um Vice-Reitor para a investigação científica. No imediato, esta área ficará sob a responsabilidade directa do Reitor. Em colaboração com os Senhores Presidentes dos Conselhos Científicos das Faculdades (Doutores José Amado Mendes, Jorge de Figueiredo

Dias, Francisco Castro e Sousa, Lélío Quaresma Lobo, Maria Luísa Sá e Melo, José Dinis Reis, Maria das Dores Formosinho Simões e Francisco Sobral Leal) e com os responsáveis do Instituto de Investigação Interdisciplinar (Doutores Maria Paula Oliveira, Maria Teresa Vieira, Luís Oliveira, António Sousa Ribeiro, Arsélio Pato de Carvalho, Luís Reis Torgal), pretendo encontrar o registo adequado para a intervenção da Reitoria nesta área, abrindo perspectivas, discutindo estratégias, definindo orientações, que permitam ao futuro Vice-Reitor uma actuação sólida em terreno previamente preparado, constituindo, como se pretende, uma mais-valia para os investigadores e para as unidades de investigação. Esta reflexão, para a qual convoco, naturalmente, todos os docentes e investigadores da Universidade, será dinamizada por um grupo de trabalho para o qual convidei os seguintes professores, que aceitaram:

**Carlos Fiolhais, Catarina Resende de Oliveira, João Carlos Marques, João Filipe Queiró, José Joaquim Gomes Canotilho, Maria Helena da Cruz Coelho e Maria Ioannis Baganha.**

Apresentarei ao Senado, para que este se pronuncie nos termos dos Estatutos, cinco Pró-Reitores. São eles:

**O Doutor Pedro Lopes Saraiva**, Professor Associado da FCTUC, com responsabilidade nas áreas da Prestação de Serviços Especializados e da Gestão da Inovação;

**O Doutor João Gouveia Monteiro**, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras, com responsabilidade na área da Cultura;

**O Doutor José Portocarrero Canavarro**, Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, com responsabilidade na área da criação de novos públicos: a formação ao longo da vida, a formação informal, a formação à distância;

O **Doutor Joaquim de Sousa Ribeiro**, Professor Auxiliar da Faculdade de Direito, com responsabilidade na área da Reorganização de Serviços;

O **Doutor Raimundo Mendes da Silva**, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia, com responsabilidade nas áreas da construção e manutenção de instalações, ambiente e segurança.

Os desafios que temos pela frente exigem o empenho de todos. O que importa fazer é tarefa de todos. O meu dever como Reitor é o de coordenar esta equipa de cerca de 25 000 membros e de me assumir como o primeiro servidor desta causa, promovendo, estimulando e exigindo a participação activa e crítica dos universitários na vida da Universidade. É também o de garantir o respeito escrupuloso da liberdade de criação intelectual, científica e artística e da liberdade de aprender e de ensinar. Para que a nossa Universidade seja cada vez mais uma instituição moral, uma instituição cidadã, uma Casa de Cultura e uma Casa de Liberdade, e seja cada vez mais reconhecida e respeitada como tal.

O meu dever como Reitor é ainda o de fazer que a Universidade seja, para quantos nela trabalham e estudam, professores, estudantes e funcionários, a alma mater, a **mãe criadora**, e não a “**madrasta amarga**” de que falava o Eça a respeito da Universidade do seu tempo.

Numa das *Odes* de Ricardo Reis, diz o poeta que

**“Os deuses são deuses**

**Porque não se pensam”**

Como nenhum de nós aspirará a sê-lo, temos a obrigação de **nos pensarmos** em cada dia, de nos pormos em causa, de **criarmos desassossego** em nós próprios e à nossa volta. Esta atitude talvez seja ainda mais necessária numa Universidade que carrega consigo hábitos e tradições multiseculares, e uma cultura que pode ser resis-



tente à mudança. Com serenidade e discernimento, é bom termos disso consciência.

Eu acredito que a mudança é a lei de movimento do mundo, e a nossa obrigação é trabalhar para que em cada um dos nossos pequenos mundos se faça permanentemente a mudança necessária.

No termo de uma cerimónia que representa um instante irrepetível da minha vida, seja-me permitido acrescentar algumas notas de carácter pessoal.

Bom ou mau, bom e mau, devo o que sou ao que os outros são em mim.

Aos longos almoços de domingo, quando, em família, se discutia cinema, literatura, política e vida.

Aos dias de terra, de pinhal e de gândara em que fui livre, intensamente livre, naquelas gotas de tempo em que as crianças sentem, como só as crianças sentem, que são elas as donas do mundo, sorvendo ávido em cada instante a atmosfera inteira.

Às tertúlias de *A Brasileira* em que, pela mão do meu Pai ou do meu tio Rodrigo, absorvia assombrado as opiniões de Paulo Quintela, de Rui Clímaco, de Orlando de Carvalho, de Joaquim Namorado, tardes por onde passavam os grandes problemas do mundo.

Às minhas escolas e aos meus mestres: à Dona Amélia, ao Professor Nobre, ao Monteiro Rodrigues, à Isabel Andrade Gouveia, ao Laginha Serafim.

E aos outros Mestres, de quem não tive o privilégio de ser aluno: Luís de Albuquerque, José de Gouveia Monteiro, Manuel Lousã Henriques.

À minha segunda casa de estudante universitário, a Associação Académica de Coimbra, à qual me levou pela primeira vez, em plena crise de

69, o Luís Carlos Januário e ao serviço da qual passei, entre 1970 e 1975, alguns dos momentos mais marcantes da minha vida.

Aos locais mágicos, sóbrios, tremendamente austeros, da Berlenga, da Estrela e do Talasnal, que me acompanham até hoje. A Cova do Sono, a Levada, a Barca Hermínia. As rochas, os barcos, as casas, os passeios, os caminhos, as horas perdidas a achar-me, lançando âncoras ao espaço e às estrelas.

E lá estamos nós, na estrada de leite. E lá estão as Ursas, a Polar, o Cisne e as Guardas. E lá estamos todos, desde sempre, cadentes. Por ponto brilhante, no céu, um contraponto na terra. Por mim perpassava a ténue agitação das almas, leve roçar de tule de noiva que transporta, ela, uma imensa energia por dissipar. Já passou. Já lá vai.

Como se, ao reconhecê-las hoje, fiéis e eternas, me justificasse como grão de matéria, me descobrisse nas cartas dos novos mundos, me encontrasse nos confins de mim, no termo de uma longa viagem à volta nem sei de quê. Está tudo no sítio. A ordem das coisas não se perturba com a perturbação dos homens. E ainda bem.

Digo, como Sophia, que

**“Através de todas as presenças, caminho para a única unidade”.**

E retiro de tudo isto, também, que a Escola não pode pretender substituir-se aos pais, às filhas, à família ou à vida, porque corre o risco de deixar de ser o que tem que ser, para tentar ser o que nunca será.

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES,  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,  
MEUS AMIGOS:

Vou concluir. E gostaria de fazê-lo invocando de novo Ricardo Reis:

**“Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes” .**

Seguirei o conselho do poeta. É o mínimo que posso fazer. É o máximo que posso fazer.

**“Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive”.**

Paço das Escolas, 12 de Fevereiro de 2003.

(Página deixada propositadamente em branco)

## **SEGUNDO MANDATO (2007-2011)**

SENHOR DOUTOR JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, DECANO DO CLAUSTRO  
UNIVERSITÁRIO

ILUSTRES MEMBROS DA ASSEMBLEIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ILUSTRES MEMBROS DO SENADO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SENHOR EMBAIXADOR DO BRASIL

SENHOR EMBAIXADOR DE MOÇAMBIQUE

SENHOR PRESIDENTE DO CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES  
PORTUGUESAS

SENHORES REITORES E VICE-REITORES EM REPRESENTAÇÃO DOS REITO-  
RES DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESAS

SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA UBERLÂNDIA E VICE-  
-PRESIDENTE DA ANDIFES (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGEN-  
TES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL),  
TAMBÉM EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE

SENHOR DIRECTOR-GERAL DO ENSINO SUPERIOR

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS

SENHOR PRESIDENTE DA DIRECÇÃO GERAL DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
DE COIMBRA

SENHORES DOUTORES, CAROS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

SENHORES ANTIGOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## Cumprimentos

O planeta em que vivemos, a Terra, retira a sua cor, o Azul, a sua identidade e o intenso brilho que ostenta, de um material que recobre em cerca de 70% a sua superfície e ao qual chamamos Água. A nossa barca sideral é uma fantástica esfera azul de água, coberta aqui e além de farapos brancos, também de água, que se formam, deformam e desfazem seguindo os ciclos das brisas e os caprichos dos ventos, num bailado que a Natureza determina, do qual depende a penúria e a abundância, a seca e a inundação, a felicidade e a morte e cujos efeitos nefastos não raro atribuímos, em desespero, a causas sobrenaturais, ou procuramos na influência do próprio Menino Jesus, El Niño.

Que me seja permitido referir o particular significado que atribuo ao facto de iniciar funções no momento em que é Decano da Universidade o meu primeiro Professor de Hidráulica, o homem que me ensinou a calcular o caudal dos rios e das fontes, a compreender, a dominar, e a compreender a razão pela qual por vezes não dominamos a água na Natureza. À enigmática beleza que sempre associamos à Água, mesmo quando assume formas devastadoras, juntou-lhe no meu espírito uma segunda poesia, a dos números, das equações e dos conceitos físicos, que nos permitem afeiçoá-la em benefício das comunidades. Daqui saúdo respeitosamente o Doutor Victor Graveto, e na sua pessoa e por seu intermédio os meus mestres, os nossos mestres, que constituem para nós o sólido referencial científico que um dia gostaríamos de poder representar junto dos nossos alunos, enlaçados numa cadeia geracional que faz a riqueza de toda a instituição universitária.

Por motivo de doença do Doutor Victor Graveto as funções de Decano foram exercidas pelo Doutor Jorge Figueiredo Dias, de quem acabo de receber a investidura no cargo para o qual fui eleito pela Universidade de Coimbra, nos termos da Lei e dos Estatutos, para desempenhar as

funções de Reitor por um novo mandato de quatro anos, que agora se inicia.

Uma Universidade como a nossa não é apenas um espaço físico habitado por um universo de pessoas reunidas por uma comum preocupação de aperfeiçoamento científico e cultural. É também uma consciência histórica, a consciência de um muito longo e apreciável percurso, o sentimento de uma duração espiritual que se projecta no futuro: é por isso que, na sua grande sabedoria, a tradição quer que pertença ao professor mais antigo, representando este espírito augusto da Instituição, servir de intermediário entre a memória colectiva do que somos e a vontade de progredir sempre e mais. Regozijo-me pelo facto de este papel de mediador simbólico ser hoje assumido pela figura ilustre do Doutor Figueiredo Dias. O renome nacional e internacional deste professor não decorre apenas do seu tão precioso contributo às Ciências do Direito, e particularmente do Direito Penal, mas igualmente do carácter radioso da sua personalidade e – se me é permitido empregar uma palavra hoje tão esquecida mas que os Antigos colocavam acima de todas as outras – da sua Virtude, isto é, da sua força e da sua integridade morais. “À semelhança de Hermes” – o deus da comunicação que gosta de invocar – ele transmite a mensagem e o testemunho. Tendo generosamente aceitado ser meu mandatário, é a ele que cabe, no decurso da presente cerimónia, fazer-se, uma vez mais, meu garante. Sob a capa da mitologia grega, a ele dirigirei aqui, não uma oração votiva, mas simplesmente o afectuoso agradecimento que devo à sua amizade tutelar.

## **1. Agradecimentos**

No momento em que vejo concretizados os objectivos a que me propus e tomo posse do lugar a que me candidatei, quero mostrar humilde reconhecimento junto de todos os que me ajudaram nesta jornada e partilhar com eles o resultado. Refiro, em primeiro lugar, os

que quiseram associar-se ao meu nome e à minha candidatura, constituindo uma lista de apoiantes de que qualquer candidato se orgulharia, já pela quantidade e qualidade intrínseca das pessoas, já pela diversidade de formações, de áreas científicas, de origens ideológicas, de idades e níveis académicos. Em particular os que foram insubstituíveis companheiros e companheiras de campanha, ajudando-me desinteressadamente a tomar decisões, complementando-me nas pequenas e nas grandes tarefas, pensando comigo todas as questões que não se pensam bem quando se pensam a uma só cabeça. Também as centenas de pessoas que me enviaram uma palavra de apreço pelo resultado obtido e de estímulo para o futuro. Não podendo fazê-lo individualmente, gostaria que se considerassem todas elas envolvidas num sentido e estreito abraço colectivo.

Mas quero sobretudo expressar o meu profundo agradecimento a todos quantos tornaram possível os êxitos alcançados pela nossa Universidade nos últimos quatro anos. Foram esses êxitos que constituíram a verdadeira motivação para esta campanha, ou mesmo a verdadeira campanha para estas eleições. Uma vasta equipa, forte e coesa, consciente das dificuldades, mas que não se deixa abater por elas, em que cada um, seja professor, estudante ou funcionário, encontra o seu lugar e a sua função. Foi este modelo que permitiu lançar os desafios mais ambiciosos e ultrapassar os mais difíceis obstáculos.

## **2. Mudança Tranquila**

Quis a Universidade confiar de novo em mim para a conduzir nos caminhos da mudança. E fê-lo com tão expressiva votação, que reforça, à partida, as condições de exercício do cargo, mas representa igualmente um acréscimo de expectativa que aumenta a minha responsabilidade.



No plano profissional, cumpro há muito os objectivos que poderia ter definido para a minha vida. Chego, portanto, até aqui, naturalmente satisfeito por ter sido reconduzido em tão honroso cargo, desejoso de poder corresponder à confiança que em mim é depositada, empenhado em entregar-me, uma vez mais, a essa tarefa com toda a minha força, mas com o desprendimento de quem não está agarrado ao poder nem dele dependente, e que por isso o pode utilizar, uma vez mais, exclusivamente, na concretização dos fins que lhe são mais nobres: a defesa dos valores da instituição e da comunidade universitária, no estrito cumprimento da Lei e dos Estatutos.

Sabem como procuro, sejam quais forem as circunstâncias, buscar os mais amplos consensos, e que nisso ponho todo o meu empenho e todas as minhas capacidades. Mas sabem igualmente como sou capaz de assumir rupturas, com coragem e determinação, quando entendo que por elas passam, incontornavelmente, os superiores interesses da nossa Universidade, que uma vez mais me comprometo, acima de tudo, a defender. Deste ponto de vista, o meu segundo mandato será de facto o meu segundo segundo mandato.

### **3. Reorganização da equipa**

Os novos tempos transportam novos desafios, requerem capacidade de adaptação e de mudança, tranquila, também na equipa reitoral. Cessam funções por vontade própria os Doutores João Carlos Marques, João Gouveia Monteiro e Francisco Veiga. Foram companheiros de trabalho inextinguíveis e deixam um notável conjunto de resultados, de que me permito destacar uma primeira aproximação institucional às unidades de investigação de natureza privada, a coordenação do documento que haveria de ser presente a Senado e aprovado, sobre a orientação da Universidade em matéria de política biblioteconómica, o lançamento

das primeiras bolsas de doutoramento e dos primeiros projectos de investigação financiados pela Universidade, a criação e a edição dos 15 primeiros números da *Rua Larga*, a *Agenda Cultural*, o Prémio Universidade de Coimbra, os Colóquios de Outono, a Semana Cultural, cuja IX edição começa amanhã e constitui já a mais completa realização cultural organizada anualmente no nosso País.

As responsabilidades de Governo da Universidade vão ser agora divididas em dezoito áreas, tendo reservado para mim apenas duas: a de coordenação geral da equipa e a de planeamento e investimento. A responsabilidade política sobre as restantes dezasseis será distribuída por quatro Vice-Reitores.

O **Doutor António Avelãs Nunes** terá a responsabilidade da Acreditação e Avaliação Institucionais, das Relações Intra-Institucionais, da Reforma Institucional e da Acção Social.

A **Doutora Cristina Robalo Cordeiro** terá a seu cargo os Assuntos Pedagógicos, a Acreditação e Avaliação Pedagógicas, as Relações Internacionais e a Cultura.

O **Doutor António Gomes Martins** terá a responsabilidade sobre a Gestão Académica e de Recursos Humanos e Financeiros, bem como sobre a Investigação Científica, as Infra-Estruturas e o Equipamento.

O **Doutor Pedro Manuel Saraiva** será responsável pelas áreas de Qualidade e Inovação, de Abertura a Novos Públicos, de Comunicação e Identidade, bem como pelas actividades de Transferências de Saber.

Nos termos dos Estatutos da Universidade, apresentarei ao Senado seis Pró-Reitores, que coadjuvarão o Reitor e os Vice-Reitores, em trabalhos específicos das seguintes áreas:

O **Doutor Pedro Nogueira Ramos** ocupar-se-á da criação de um Gabinete para a Informação e Apoio ao Planeamento Estratégico, tendo como base a reconfiguração dos serviços actualmente existentes.

O **Doutor José António Bandeirinha** acompanhará as iniciativas culturais da comunidade universitária, mantendo ainda uma programação própria da Reitoria.

O **Doutor Raimundo Mendes da Silva** responde pela manutenção de edifícios, incluindo o ambiente, a energia, a saúde no trabalho e a segurança, bem como o acompanhamento dos dossiês referentes aos Museus e, na esfera da intervenção física, à candidatura UNESCO.

O **Doutor Fernando Alves Guerra** responde pelo GATS – Gabinete de Apoio às Transferências de Saber e apoiará os trabalhos de coordenação da equipa.

O **Doutor José Manuel Canavarro** terá a seu cargo o “Projecto Estudante”, com o objectivo de reconfigurar a organização das actividades e dos serviços da Universidade, tendo em vista o incremento da qualidade do serviço por ela prestada na óptica dos estudantes.

O **Doutor António Filipe Pimentel** ocupar-se-á do “Projecto Património”, visando prosseguir uma intervenção compatível com a importância dos tesouros edificados, documentais e artísticos que orgulhosamente mantemos sob nossa responsabilidade, nomeadamente no âmbito da candidatura UNESCO.

Para Directores da Biblioteca, do Arquivo, da Imprensa e do Museu da Ciência renovei os convites, que foram aceites, aos Doutores Carlos Fiolhais, Maria José Azevedo Santos, José de Faria Costa e Paulo Gama Mota. A tutela reitoral sobre estes Estabelecimentos será exercida pelo Vice-Reitor Doutor António Gomes Martins.

#### **4. Desafios da Universidade**

Competirá a esta equipa, à qual é de justiça acrescentar os membros do Senado e da Assembleia, os Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas, bem como, a um segundo nível de responsabilidade, todos quantos neles participam, ajudar-me a liderar a Universidade nos próximos quatro anos, de acordo com linhas de orientação definidas à partida, regularmente actualizadas e adaptadas às condições reais em que se desenrola a nossa actividade.

Pese embora a irresistível tentação de fazer rupturas onde elas não eram necessárias, e de não reconhecer o trabalho de pessoas e de instituições que teriam merecido outra consideração e respeito, a intenção de criar uma Agência de Avaliação e Acreditação para a Garantia da Qualidade, cujo texto fundador esteve, até hoje mesmo, em discussão pública, é indício seguro de que se pretende atribuir à Avaliação da Qualidade uma importância que ela não tem tido até aqui. Se esta evolução vier a ser concretizada na prática, e se a avaliação se revelar consequente, o que não aconteceu até agora, ter-se-á cumprido uma das mais insistentes reivindicações das Universidades, a cuja iniciativa se deve, convém não esquecer, o início do processo vai para catorze anos. Em consequência, poderá assistir-se, a curto prazo, a uma verdadeira segmentação da oferta formativa e das instituições pela qualidade.

Neste processo, a Universidade adoptará os comportamentos e os procedimentos que lhe permitam alcançar o objectivo que tenho sublinhado em várias ocasiões: consolidar a sua posição como Universidade de Investigação universalmente reconhecida pela sua qualidade, pela sua cultura de avaliação e pelos elevados padrões de desempenho em todas as áreas da sua intervenção.

No início deste meu segundo mandato como Reitor da Universidade de Coimbra, permitam-me que recorde aqui as doze linhas de orientação que enunciei na Sessão Solene da Abertura das Aulas em Outubro de 2006.

Foram elas que balizaram a minha intervenção como candidato ao cargo de Reitor. Elas são o meu compromisso de Reitor perante a Universidade que me elegeu, por estar convencido de que elas poderão conduzir-nos a atingir com êxito os nossos objectivos estratégicos.

Ei-las, sem hierarquizar:

1. Reorganizar e alargar a oferta educativa, combater o insucesso escolar e melhorar o desempenho de docentes e discentes;

2. Reforçar o papel nuclear das actividades de investigação científica e a componente da pós-graduação, nomeadamente ao nível do doutoramento, incluindo o apoio às unidades e centros de excelência e à interdisciplinaridade;

3. Reforçar o *cluster* das Ciências da Saúde e da Vida em Coimbra e potenciar o lugar central que a Universidade deve ocupar nesse projecto;

4. Reforçar a internacionalização das nossas actividades;

5. Procurar e premiar a qualidade, promover a formação permanente dos nossos profissionais, avaliar e aferir o nosso desempenho;

6. Dotar todas as unidades orgânicas e serviços da Universidade de infra-estruturas e equipamento adequados às suas necessidades;

7. Assumir-se como Casa de Cultura e de Cidadania, assegurar aos seus membros o acesso a actividades culturais e desportivas e proporcionar-lhes uma integral formação nestas áreas;

8. Aumentar a atractividade da Universidade, melhorando o apoio social aos estudantes e alargando a capacidade de alojamento para estudantes e para professores visitantes;

9. Melhorar a comunicação interna e externa, reforçar a coesão institucional;

10. Valorizar o nosso passado e o papel central desempenhado pela Universidade de Coimbra no mundo, como forma de a consolidar no presente e de a projectar no futuro;

11. Prosseguir a estratégia de abertura ao meio, de formação em empreendedorismo, de apoio à criação de novas empresas e de aproximação ao mundo empresarial e à cidade;

12. Aprofundar as modernas metodologias de gestão.

Muitas das acções a desenvolver no âmbito destas linhas de orientação filiam-se numa mesma estratégia, e respondem a uma mesma intenção: a necessidade de **criar dimensão**.

**Criar dimensão** reduzindo o número de designações e de cursos de 1º ciclo, sustentando o carácter de banda larga associado a este nível de formação. Embora crucial, parece-me evidente que esta evolução só poderá ser concretizada se não deixar nenhuma instituição de fora, e, portanto, se for por todas aceite ou a todas imposta. As Universidades públicas já fizeram a sua parte do trabalho. Compete ao Governo fazer a dele.

**Criar dimensão** reduzindo o número de Bibliotecas, agregando espaços, rentabilizando meios, alargando horários de funcionamento, facilitando o acesso directo aos manuais e às revistas, procurando melhorar o serviço que prestamos aos alunos com os poucos recursos de que dispomos.

**Criar dimensão** reestruturando serviços, evitando duplicação de funções, simplificando procedimentos.

**Criar dimensão** agrupando museus, gerindo espólios de uma forma concertada, preparando projectos expositivos comuns, angariando financiamentos e atraindo visitantes para um todo coerente, e não para uma dispersa multiplicidade de inviáveis utopias.

**Criar dimensão** promovendo a articulação de unidades de investigação em torno de novas ideias aglutinadoras, procurando sinergias e complementaridades científicas, contrariando a tendência para a compartimentação de grupos e de saberes, dentro da Universidade e entre Universidades, evoluindo para a constituição de Centros de Conhecimento com maiores possibilidades competitivas no contexto internacional.

**Criar dimensão** agilizando o acesso ao equipamento científico pesado, gerindo-o de uma forma racional, garantindo a sua própria sustentabilidade, disponibilizando-o a toda a comunidade científica, dentro da Universidade e entre Universidades.

**Criar dimensão** através de uma gestão criteriosa dos espaços, evitando desequilíbrios gritantes entre Departamentos e entre Faculdades, assegurando aos sectores mais dinâmicos e às áreas em expansão condições para poderem desenvolver adequadamente as suas actividades.

**Criar dimensão** através de uma vontade responsável de procura de sinergias e de adequação de estratégias entre Instituições de Ensino Superior, partilhando responsabilidades e dividindo tarefas, na base de uma estreita colaboração com vista à melhor rentabilização dos recursos públicos.

**Criar dimensão** no âmbito de uma estrutura que funcione na dependência directa do Primeiro Ministro e que possa reflectir a totalidade do sistema, universitário e politécnico, público e privado, conferindo à definição das políticas nacionais para o ensino superior o estatuto que elas têm merecido em diversos países europeus, permitindo a colaboração intersectorial dos vários ministérios com eles conexcionados.

Quem conhece a realidade universitária portuguesa – e Coimbra não é excepção –, compreenderá que em meia dúzia de linhas se enunciaram desafios que representam, ao nível intra-institucional, inter-institucional e sistémico, a passagem para o século XXI. Será necessária a ambição de John Kennedy de colocar um homem na Lua em nove anos ou o *slogan* de um outro Presidente JK, Juscelino Kubitschek – cinquenta anos em cinco – para concretizar todas estas mudanças em apenas quatro anos. Mas o que é verdade é que os americanos chegaram à Lua antes do final da década de 60 e que o Brasil tinha transferido a administração federal para a sua nova capital antes do final do prazo estabelecido.

Destes dois exemplos pretendo apenas retirar um traço comum a todas as realidades em contexto de mudança: a ambição, a dedicação e a vontade são factores decisivos para o sucesso. Daqui confirmo, pois, a guerra que declarei à depressão. Porque entendo que ela não resolve nenhum dos nossos problemas, porque acredito na justeza das nossas opções estratégicas, e, sobretudo na nossa renovada capacidade para as definir e na nossa capacidade para construir e para merecer o futuro da nossa Universidade.

## **5. Política universitária**

### **Governo**

Há trinta e três anos, o fim de um regime autocrático e centralizador, que nomeava Reitores e concentrava nos Directores das Faculdades o poder de decisão interna sobre praticamente todas as matérias, foi acompanhado na Universidade portuguesa por uma intensa reacção de sinal contrário. Com uma breve passagem de alguns meses pela fase radical do “todo o poder às RGA’s”, o novo modelo de governo das Universidades viria a estabilizar, logo em 1976, através do chamado Decreto Cardia, em boa parte retomado pela Lei da Autonomia de 1988, que visava garantir a representação de todos os universitários no processo de tomada de decisão. Fortemente contestado na época, porque limitativo da participação directa, o conceito marcou a nossa geração de gestores universitários, permitiu responder às exigências do tempo e assegurou, em conjunto com o Estatuto de Carreira Docente de 1979, um período de estabilidade e crescimento cujos resultados podem ser avaliados a partir de dois indicadores objectivos: a decuplicação em trinta anos do número de estudantes de graduação e a criação de um sistema científico nacional composto por mais de quatrocentas unidades de investigação avaliadas por critérios internacionais, das quais saem anualmente cerca de mil novos doutorados.



É bom lembrar estes factos no momento em que, ao que tudo indica, o ciclo está a chegar ao fim. Por entre o coro de desgraças que sempre acompanha em Portugal a justificação de uma reforma, reconhecer os êxitos da Universidade portuguesa no último quartel do século XX é não só um acto de justiça, é também um gesto que pode ajudar-nos a evitar uma nova derrapagem radical. Para reformar não é necessário destruir. Analisar desapassionadamente a realidade, aprofundar o que está bem e corrigir o que está mal é uma atitude mais sensata e mais eficiente do que deitar tudo abaixo e começar sempre de novo.

Repito o que tenho defendido: devemos entrar sem ideias pré-concebidas na discussão sobre as opções organizativas e as formas de governo das Universidades, sem excluir, à partida, o próprio modelo fundacional, desde que sejam devidamente esclarecidos os seus contornos e os seus objectivos.

Acredito que o questionamento e a dúvida fazem parte integrante do exercício (quotidiano) da inteligência e que importa recusar os clichés para restituir todo o valor às ideias vivas. Crítica e polémica são consubstanciais à invenção do nosso futuro: sem essa vigilância do espírito, o conceito de autonomia não passa de puro engano, hoje que a internacionalização nos torna cada vez mais dependentes, mas não necessariamente devedores do mundo exterior.

Devemos abrir-nos ao novo, com uma única condição: a novidade deve contribuir para a defesa e o prestígio da Escola Pública, para a definição clara das responsabilidades insubstituíveis do Estado nesta matéria, e para a consolidação e melhoria da autonomia universitária e da gestão participada das Universidades públicas.

De acordo com estes princípios, entendo ser aconselhável a diminuição do número dos actuais órgãos de Governo da Universidade e das Facul-

dades, bem como a concentração na mesma pessoa, escolhida através de eleições, das responsabilidades de direcção dos órgãos executivo, científico e pedagógico de cada Faculdade. Entendo igualmente que deve ser revista a composição e reforçados os poderes dos actuais Conselhos Consultivos, ou Conselhos Sociais, órgãos de acompanhamento da chamada sociedade civil, aos quais deverão ser atribuídas capacidades mais efectivas de influenciar as grandes opções das Universidades, sem pôr em causa as competências do Senado e do Reitor, ambos eleitos pela comunidade universitária, para definir e conduzir as políticas universitárias. Parece-me evidente que o nosso conceito de autonomia universitária não é compatível com Reitores nomeados pelo Governo ou escolhidos exclusiva ou maioritariamente por personalidades extra-universitárias. A Universidade de Coimbra – e penso que muitas outras – quer continuar a ser dirigida e representada por quem ela própria livremente escolhe. De igual modo entendo que a presença de estudantes e de funcionários no órgão de direcção das Faculdades e no Senado se tem revelado útil, devendo portanto assumir uma dimensão, porventura reduzida, mas mais do que simbólica.

As intenções do Governo nesta matéria têm sido apresentadas com bastante abertura, mas com alguma ambiguidade. Do que se vai percebendo, parece haver campo para um entendimento que permita a diversificação dos figurinos, tal como é a vontade do Governo por várias vezes expressa, bem como para a concretização de vários dos objectivos comuns entre Governo e Universidades, em ambiente de paz universitária, um bem que vale por si mesmo e que a todos compete preservar.

A Universidade de Coimbra iniciará em breve os trabalhos conducentes à revisão dos Estatutos. A este processo, que terá de ser articulado com a previsível publicação da nova Lei de Autonomia até ao final da actual sessão legislativa, seguir-se-á de imediato o processo de revisão dos regulamentos de todas as unidades orgânicas.

## **O sistema de ensino superior**

De todas as recomendações que a OCDE formulou sobre o nosso ensino superior, uma das que mais parece ter interessado o Governo, tal como foi anunciado pelo próprio Primeiro-Ministro na Assembleia da República, é a da necessidade de reforçar o carácter binário do sistema. Recordo com um sorriso nos lábios o que venho dizendo desde há quatro anos sobre esta matéria e não esqueço os narizes de cera que me têm sido mostrados em consequência das minhas tomadas de posição. A opinião tantas vezes formulada pelas Universidades sobre a urgência de se estancar a chamada deriva universitária dos Politécnicos parece, finalmente, encontrar eco nos responsáveis governamentais. Mais vale tarde do que nunca. Espera-se agora que a esta manifestação de intenções se possa seguir uma acção clarificadora das missões e objectivos de umas e de outros. Que as formações dos dois subsistemas se possam finalmente distinguir pelo seu conteúdo, pela sua natureza, pelo seu público-alvo e que, sendo produtos diferentes, não possam adoptar as mesmas designações. Espera-se, portanto, que esta clarificação possa desfazer a complexidade e a confusão, que sempre favorecem o oportunismo e a falta de qualidade.

A opção do Governo pela manutenção da diversificação institucional (Universidades por um lado e Institutos Politécnicos por outro) merece-me uma adesão menos entusiasmada, porque vem com vinte anos de atraso. Creio correr-se o risco de não existirem já, nem força, nem vontade, do lado dos Politécnicos, para conceber, preparar e leccionar cursos vocacionais ou de formação técnica especializada que efectivamente os diferencie das Universidades. Se tal for o caso, e só o futuro poderá dizer se assim será, então restará a solução de estender as experiências pioneiras das Universidades de Aveiro e do Algarve, que desde sempre incluíram no seu seio as formações de natureza universitária e politécnica, e que se revelaram capazes de assegurar qualidade numas e noutras.

O figurino separativo aconselhado pela OCDE e adoptado pelo Governo não impede, antes aconselha, a institucionalização de mecanismos de aproximação e de coordenação de actividades entre ambos. Parece-me ser, aliás, uma condição necessária ao seu êxito. Por isso tenho defendido a criação de consórcios de instituições numa base de proximidade local ou regional, as chamadas Regiões Académicas, dispositivo que a nova Lei de Autonomia deveria consagrar, e que permitiriam reforçar a confiança, rentabilizar os recursos humanos e materiais, facilitar a mobilidade estudantil, partilhar as responsabilidades e diversificar as missões.

De uma forma ou de outra, é preciso que todos saibamos jogar este jogo e assumir nele as nossas responsabilidades. Porque alguns sinais começam a ser preocupantes, temo que não seja isso o que está a acontecer. Como compreender a exigência de critérios idênticos para avaliação do corpo docente entre instituições cujo carácter de formação se pretende diversificar? Como entender a promessa de criação de unidades de investigação em instituições cujo tipo de formação não releva de evidente ligação à prática da investigação? Como justificar a recente aprovação de quinze cursos de Mestrado em Institutos Politécnicos? Será que, mesmo antes de extintos os ecos das palavras do Primeiro-Ministro, já as acções do Governo as tinham desmentido?

### **A autonomia**

Com o mesmo optimismo céptico e com o mesmo sorriso ao canto da boca, verifico que o Governo reconhece ter vindo a intervir em excesso em questões de gestão corrente das Universidades e, inversamente, não ter feito o seu trabalho em matéria de regulação do sistema. Por detrás desta simples formulação pode estar uma intenção genuinamente reformadora, capaz de conceder às Universidades a autonomia que a Constituição e a Lei lhes confere e de aceitar, pela mesma ocasião, a responsabilidade

de definir e aplicar políticas que impeçam a concorrência desqualificada e o abaixamento de qualidade. Mas pode estar apenas o enunciado de um objectivo político a ser considerado sem grandes urgências.

Será que as cativações orçamentais, ou o olhar guloso sobre os saldos, ou a definição de quotas de pessoal docente e não docente, ou a autorização para reforço de receita, ou a inscrição de saldos de gerência, ou a transferência de verbas entre programas, ou o excessivo intervencionismo na fixação das vagas, terão os seus dias contados? Dezanove anos volvidos sobre a publicação da actual Lei de Autonomia, é muito importante aproveitar o momento em que se prepara uma nova Lei para ver definitivamente estabilizado o conceito. É lamentável que serviços do Ministério das Finanças, reverentemente secundados por outros do nosso Ministério, teimem em classificar as Universidades como meros Serviços e Fundos Autónomos, contra a Lei de Autonomia e contra o Decreto-Lei nº 252/97, de 26 de Setembro, que lhes conferem uma autonomia administrativa e financeira reforçada, eximindo-as, designadamente, ao poder de superintendência.

A necessidade de recorrer à opção fundacional, ou à figura de entidade pública empresarial, só depende da vontade dos Governos em respeitarem rigorosamente o conceito constitucional de autonomia, em não recorrerem anualmente à Lei do Orçamento para o torpedear. E aqui reside toda a dificuldade, porque, como é patente, não tem existido uma interpretação estabilizada daquele conceito, nem ninguém parece estar em condições de o garantir no futuro.

Por outro lado, em matéria de regulação, será que poderemos esperar uma acção do Estado tendente à diminuição das designações e dos cursos, da uniformização das regras de acesso para cursos com o mesmo nome ou da relação biunívoca que deve existir entre designação e conteúdos nucleares?

Pela crucial importância que atribuem às duas ordens de questões enunciadas, a Universidade de Coimbra acompanhará de muito perto a evolução desta matéria e não deixará de fazer notar, agora que o Governo reconheceu as deficiências actuais, a necessidade de as corrigir rapidamente.

### **O esforço nacional de Financiamento**

CAROS COLEGAS, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS,  
SENHORAS E SENHORES:

É hoje aceite sem grande contestação a forte correlação entre a riqueza de um País, medida, por exemplo, em rendimento *per capita*, e o nível habilitacional médio da sua população activa. Com base neste ponto, amplamente comprovado à escala mundial, são elaborados documentos que definem as opções estratégicas nacionais, e, apenas com uma ou outra excepção mais desastrada, são alicerçadas todas as intervenções públicas dos nossos governantes. Na mesma linha vai o recente relatório da OCDE, que aponta sem ambiguidades o contra-senso entre querermos adoptar um paradigma de desenvolvimento baseado em mão-de-obra qualificada, em investigação e em inovação, e mantermos um dos mais baixos níveis europeus de habilitação média da população activa e uma das mais baixas taxas de diplomados do ensino superior de toda a Europa.

Perante tal unanimidade, o que desconcerta é a inconsequência desta verificação, é o não tirarmos as devidas ilações do diagnóstico que fazemos, é o não partirmos decididos para o combate à pobreza, isto é, à ignorância, como se nos bastasse, para ser mais ricos, ter consciência dos motivos por que somos pobres. Como se não compreendêssemos que o défice orçamental, o atraso tecnológico, o endividamento excessivo, o desequilíbrio da balança de pagamentos, a prolongada estagnação da

economia, o baixo rendimento dos nossos trabalhadores, a fraca produtividade das nossas empresas, como também os elevados níveis de corrupção e outros males sociais que afectam o nosso desenvolvimento, têm uma causa comum, são todos eles filhos da mesma besta: baixos níveis culturais e educacionais dos cidadãos. Quando alguém argumenta que só poderemos aproximar-nos do esforço de investimento dos outros em Educação Superior, quando atingirmos um PIB comparável aos deles, está a cometer o mais fundamental de todos os erros: o de pensar que os resultados podem preceder o investimento. Esperar que o PIB suba para investir mais em educação superior é uma contradição em si mesmo. Porque, justamente, o PIB não sobe de uma forma sustentada enquanto não investirmos mais em educação superior.

Ao contrário da linha de pensamento do Governo, é preciso dizer que a coerência das nossas decisões em matéria de desenvolvimento nacional reclama urgentemente o aumento do esforço público de investimento na educação superior em percentagem do PIB, e não a sua diminuição, como está a acontecer pelo menos desde 2004. É crucial que nos aproximemos rapidamente da média europeia neste indicador, e não que dela divirjamos. Atendendo ao atraso de que partimos, é mesmo imperioso que ultrapassemos essa média o mais depressa possível. Na verdade, só poderemos aproximar-nos dos níveis europeus de bem-estar e de capacidade autónoma de desenvolvimento quando investirmos em Educação Superior, de uma forma sustentada, mais do que os outros já fazem há muito tempo. Não basta, pois, enunciar princípios, é preciso criar condições. Atingir 1.4 ou 1.5% do PIB em orçamento anual do Ensino Superior é o objectivo mínimo de médio prazo compatível com o paradigma de desenvolvimento económico e social em que queremos integrar-nos. De outro modo não descolaremos.

O nosso Governo prefere reduzir o orçamento do Ensino Superior para poder duplicar o número de auto-estradas, transformando estas no símbolo

e no orgulho de um modelo de desenvolvimento que desvaloriza a importância dos recursos humanos. Por elas continuarão a circular os menos qualificados cidadãos, trabalhadores e empresários da Europa, em veículos tecnologicamente desenvolvidos no estrangeiro, gastando combustível que igualmente importamos, e que até no lixo que produzem desequilibram a balança de pagamentos, por força do protocolo de Quioto, à razão de 150 gramas de CO<sub>2</sub> por cada quilómetro percorrido.

Apesar de inatacável no plano teórico, é igualmente preocupante o momento escolhido para nos lançarmos num contexto de avaliação internacionalmente referenciada, quando chega às Universidades portuguesas, por cada aluno, em paridade de poder de compra, apenas metade do orçamento de que dispõe por aluno a Universidade europeia média com a qual nos vamos comparar. Para compararmos resultados, temos que dispor de recursos comparáveis. Se não houver bom senso e seriedade, o resultado desta atitude voluntarista poderá revelar-se dramático.

### **Propinas e acção social**

Determinar o justo equilíbrio entre o esforço do Estado e o esforço do estudante (ou da família) na sustentação do ensino superior é outra questão que não me parece estar a ser convenientemente equacionada. Não havendo forma de definir, em absoluto, esse equilíbrio, resta-nos avaliá-lo em termos comparativos. Se, como já vimos, o Estado português investe no seu Ensino Superior cerca de 20% menos do que a média dos países da União Europeia, as propinas em Portugal representam, em percentagem do rendimento *per capita*, cerca de três vezes mais do que na média dos mesmos países. O desequilíbrio parece-me evidente.

Se juntarmos a estes dados o efeito de uma Acção Social que igualmente fica bastante aquém do que se pratica por essa Europa, obteremos



a imagem ainda mais nítida de uma realidade que, como a própria OCDE reconhece, determina que as famílias percam precocemente a expectativa de poder dar aos seus filhos uma preparação académica de nível superior, por falta de poder económico.

Nestas condições, é muito preocupante que se pondere aumentar ainda mais a comparticipação das famílias, fazendo recair sobre elas e sobre o futuro dos jovens encargos financeiros decorrentes de formas de financiamento importadas de Países em que o poder de compra dos cidadãos é 50% superior ao nosso. O recurso a empréstimos bancários é uma solução que, no actual contexto da sociedade portuguesa, manterá fora do Ensino Superior uma franja significativa de jovens. É, portanto, a um tempo, politicamente inaceitável num Estado com preocupações de natureza social, e tecnicamente contraproducente, porquanto não propicia, antes pelo contrário, o aumento da população escolar neste nível de Ensino.

Só têm crédito para pedir maior esforço aos estudantes e às famílias, os Governos que assumirem, eles próprios e em primeiro lugar, as suas responsabilidades nesta matéria. E, como já vimos, os nossos Governos estão longe de ter ganho esse crédito, pelo menos em termos comparativos com os outros Países da União Europeia.

### **As Universidades e o CRUP**

Invoco, por vezes, os interesses ou a vontade do conjunto das Universidades públicas portuguesas, na leitura que deles faço, mesmo quando intervenho, como aqui acontece, enquanto Reitor da Universidade de Coimbra. Se é verdade que cada Universidade tem um campo específico de actuação e interesses próprios a acautelar, espaço que o seu Reitor procura legitimamente cobrir no âmbito do exercício das suas funções, também é verdade que não deixou de haver, antes se reforçou, um vas-

tíssimo espaço de intervenção em que os interesses gerais do sistema se confundem com os interesses específicos de cada instituição, sendo ambos mais bem servidos pela acção concertada dos Reitores no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Não é, portanto, apenas ao Presidente do CRUP, mas a todos os Reitores, que compete encontrar este sempre difícil equilíbrio entre actuações singulares e colectivas, complementando cada um a sua intervenção no plano da concorrência, com a identificação, a participação e o apoio a projectos de interesse comum, conduzidos a uma só voz. A título de exemplo, e reportando-me apenas ao trabalho dos últimos anos, posso referir deste último grupo: a proposta de Lei de Autonomia, que o CRUP apresentou ao Ministério em 2003; a proposta de Estatuto Disciplinar do Estudante, que consensualizou com o CCISP e apresentou ao Ministério em 2004; as propostas de nova fórmula de financiamento e de Estatuto de Estudante Internacional, que apresentou em 2005; a proposta de Ordenamento da Oferta Educativa, que apresentou em 2006, bem como o Programa de Bolsas de Estudo de Intercâmbio Luso-Brasileiro, concretizado já em 2007. É, pelo menos, com o espírito de que existem muitos objectivos comuns, e na convicção de que ele é partilhado pelos meus colegas, que parto, hoje mesmo, para um mandato à frente dos destinos do CRUP. Sinto-me extremamente lisonjeado por suceder a nomes como os de Ferrer Correia, Toscano Rico, Rosado Fernandes, Oliveira Ramos, Arantes e Oliveira, Simões Lopes, Esperança Pina, Renato Araújo, Sérgio Machado dos Santos, Júlio Pedrosa, Adriano Pimpão e Lopes da Silva. Procurarei corresponder às expectativas dos meus colegas, mas não deixarei de lhes lembrar, todos os dias, que uma escolha implica tão intimamente quem é escolhido como quem escolhe.

Criado por Decreto-Lei em 1979, o carácter vinculativo que possuíam inicialmente as deliberações do CRUP veio a ser severamente restringido, por força da autonomia das Universidades, através de um

Decreto-Lei de 1993 que igualmente lhe alterou a composição, como aliás voltou a acontecer em 2005. As suas decisões assumem actualmente um mero carácter de recomendação, quer junto do Governo, quer relativamente a cada Universidade. Apenas pode responder por cerca de um terço das instituições nacionais, e mesmo assim sem ter poder para as vincular.

Não me parece estar o Governo interessado em valorizar o CRUP, como resulta claro da falta de interlocução no processo de preparação dos convénios internacionais, bem como da reacção à nossa proposta de ordenamento da oferta educativa, ou ainda do silêncio sobre a possibilidade de mobilizar uma parte do orçamento de 2007 para a Ciência, canalizando-o para as instituições que suportam a fatia de leão das despesas com a Ciência. Portanto, as evidentes fragilidades estruturais do Conselho só serão atenuadas com o envolvimento de todos os Reitores. O CRUP só pode ser aquilo que os Reitores quiserem que ele seja. A importância e a visibilidade do CRUP, a intervenção que possa ter no contexto da próxima maratona de reformas resulta, assim, mais da força que os Reitores lhe quiserem dar, do que da dinâmica que o Presidente puder ou souber imprimir-lhe.

### **Com ou contra as Universidades**

Em resumo:

Se queremos levar a sério a nossa decisão nacional de entrar no grupo dos Países desenvolvidos e de dar aos nossos cidadãos um poder de compra e um nível de vida mais elevados, temos pela frente um longo caminho a percorrer. Um caminho que não admite atalhos nem desvios, e no qual as Universidades não podem deixar de ser chamadas a desempenhar um papel fundamental. Não nos iludamos, é um caminho em que todos nós temos que ser capazes de fazer melhor.

Os Professores, os estudantes e os funcionários têm que levar ainda mais a sério o seu trabalho e as suas responsabilidades. Os recursos têm que ser ainda mais bem geridos, os espaços mais bem distribuídos, os equipamentos de grande porte utilizados com maior racionalidade. O desempenho das instituições e a qualidade da gestão deverão passar a ser escrutinados por organismos independentes, a avaliação profissional de docentes e de não-docentes deverá permitir recompensar o mérito.

Mas, se escolher este caminho significa um maior grau de exigência para com as Universidades e os universitários, significa também um maior grau de exigência para com o Governo. Significa que o Governo não poderá deixar de considerar as Universidades como suas parceiras, reforçando a confiança que nelas deve depositar, dotando-as de recursos públicos pelo menos comparáveis aos recursos públicos de que dispõem, em paridade de poder de compra, as outras Universidades da Europa.

As nossas Universidades são o nosso valor seguro. É a partir delas, e não contra elas, que o País pode construir a nova realidade. Desarticulá-las, fragilizá-las ou desvalorizar o seu papel não servirá os nossos desígnios nacionais, antes contribuirá para tornar mais difícil a resolução dos nossos problemas.

O País e o Governo têm motivos de sobra para confiarem nas suas Universidades. Pelo seu lado, elas estão prontas para celebrar este tão necessário **Pacto para a Modernidade**.

## Epílogo

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES, MEUS AMIGOS,

Revejo, ao terminar, o texto que acabo de ler e comparo-o com o que li, há quatro anos, nesta mesma Sala. Dou-me conta que um outro Homem vos fala, o mesmo vos dizendo no essencial. Faço-o num estilo mais sóbrio, menos evocativo, e antecipo em alguns de vós a conclusão de que a realidade e o peso da responsabilidade, de alguma forma esbateram em mim a emoção e o sentido da poesia. Não é disso, no entanto, que se trata. Há quatro anos, as palavras corriam sopradas pela intensidade de um momento a que chamei irrepetível, e que no entanto hoje mesmo se repete, como nos repetimos na intenção e no compromisso de um segundo amor, mesmo quando sabemos, e por vezes nem sabemos, que não há amor como o primeiro.

O projecto que vos deixo, é o de repetir o irrepetível, o da renovação permanente dos Homens e das instituições, o da confiança em nós mesmos e nos outros, o da celebração da vida colectiva, o da vinculação à utopia. Se vale ou não a pena, dúvida de uma outra circunstância, tormenta de um outro cabo, conteúdo de uma outra *Mensagem*, se vale ou não a pena só depende, como todos sabemos, da maior ou menor dimensão das nossas almas.

Paço das Escolas, 28 de Fevereiro de 2007

(Página deixada propositadamente em branco)

### **3. DISCURSOS DE ABERTURA SOLENE DAS AULAS**

Ano letivo de 2003/2004

Ano letivo de 2004/2005

Ano letivo de 2005/2006

Ano letivo de 2006/2007

Ano letivo de 2007/2008

Ano letivo de 2008/2009

Ano letivo de 2009/2010

Ano letivo de 2010/2011

(Página deixada propositadamente em branco)



## **ANO LETIVO DE 2003/2004**

SENHORES REITORES E VICE-REITORES,  
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES, ACADÉMICAS,  
SUA EXCELÊNCIA REVERENDÍSSIMA, SENHOR BISPO DE COIMBRA  
SENHORES DOUTORES,  
SENHORES ASSISTENTES, LEITORES E INVESTIGADORES,  
SENHOR PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA (AAC),  
CAROS ESTUDANTES,  
PREZADOS FUNCIONÁRIOS,  
SENHORAS E SENHORES

### **1. Percurso**

Ao escrever as primeiras linhas deste texto, reflicto sobre a vertigem dos últimos dias, marcados por um ritmo de acontecimentos que desactualiza a palavra antes dela ser escrita, e pode tornar obsoleto o discurso no momento em que é pronunciado.

Resolvi refugiar-me nos princípios, porque deles vou ainda conseguindo retirar a estabilidade de conceitos, esses menos vulneráveis, que me tem permitido encontrar algumas saídas para questões complexas e apresentar à comunidade universitária, assim o penso, propostas equilibradas, coerentes e adequadas ao momento que vivemos.

Na Abertura Solene de um novo ano lectivo, compete-me também fazer um percurso sintético pelo período que agora termina, perspecti-

vando o futuro próximo à luz da experiência adquirida e da evolução recente da nossa casa comum.

O ano lectivo de 2002/2003 começou praticamente com a renúncia do Reitor Doutor Fernando Rebelo. De tudo o que se disse e se escreveu sobre o assunto no calor do momento, a reflexão que julgo mais importante fazer pode ser resumida em dois pontos:

- Em primeiro lugar, a ocorrência de uma conjuntura externa e interna muito difícil, determinada por uma ruptura de regime seguida de dezenas de anos de modificações significativas do sistema de ensino superior, na maior parte das vezes decididas à margem das Universidades ou mesmo contra elas, e do crescimento de tensões internas agudizadas pela acumulação de conflitos, num quadro de autoridade universitária por vezes mal esclarecido ou mal interpretado.
- Em segundo lugar, a capacidade demonstrada pela Universidade para resolver os seus problemas pela via institucional, sem sobressaltos, fazendo funcionar os mecanismos democráticos estatutários, com uma elegância e um à-vontade próprios das grandes instituições.

Questão aberta, questão encerrada. Não sem que sobre ela nos detenhamos, no silêncio das nossas consciências, para compreender a verdadeira dimensão da força de que dispomos como cidadãos, como universitários, como eleitores e sobretudo como eleitos, para perceber que não devemos deixar de usar essa força na defesa intransigente das nossas ideias e convicções, mas sempre no limite ético do que pode ser útil à instituição que procuramos servir.

Fui eleito Reitor com um Programa de candidatura construído sobre quatro ideias-chave:

- a coesão institucional;

- a afirmação da Universidade de Coimbra;
- a eficácia e a participação democrática;
- a inovação e a qualidade.

Estas ideias gerais têm norteado e continuarão a nortear todas as nossas decisões:

Como quando propusemos ao Senado, que a aprovou por unanimidade, em 26 de Fevereiro, a criação de uma nova unidade orgânica da Universidade, a primeira que não é uma Faculdade, o Instituto de Investigação Interdisciplinar.

Ou quando, em 9 de Abril, apresentámos à Assembleia da Universidade propostas de alteração de vinte e seis artigos dos Estatutos, consagrando, nomeadamente, a existência da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física e a representação das unidades de investigação científica nos órgãos de governo. Três horas de intenso trabalho e uma preparação cuidada da reunião contribuíram para reabilitar a credibilidade da Assembleia e para restabelecer a esperança na capacidade de auto-reforma da Universidade.

Ou ainda quando, em 4 de Junho, apresentámos ao Senado uma proposta de reorganização dos serviços da estrutura central da Universidade. A necessidade de fazer evoluir um desenho pensado há quase trinta anos, pesado e de hierarquias complexas, com inúmeros factores de ineficácia e ineficiência, há muito se fazia sentir. O novo figurino incluiu a junção num único quadro, já publicado em Diário da República, de dez dos anteriores quadros de pessoal da Universidade, com diminuição de 12,5% dos lugares nominais e subida do nível habilitacional médio. O objectivo é o de conseguir maior eficiência dos serviços e maior racionalização dos recursos humanos, com mecanismos regulares de controlo interno e com benefícios evidentes para a instituição e para os funcionários.

Ou quando conduzimos o processo que culminou com a atribuição à Universidade de Coimbra, em cerimónia realizada no dia 17 de Junho, do certificado de conformidade com a norma internacional ISO: 9001/2000 do sistema de gestão da qualidade dos nossos serviços administrativos. Somos a primeira Universidade e dos primeiros organismos da administração pública portuguesa a obter esta certificação. O projecto está agora a ser estendido às Faculdades e aos restantes sectores da administração.

Ou quando ainda, por via de uma proposta consensualizada com os Senhores Presidentes dos Conselhos Directivos e com o Senhor Presidente da Direcção-Geral da AAC, foram dados passos importantes para eliminar aquilo a que chamei “a doença dos cadeados” e evitar a imagem negativa que através dela tem passado para o exterior. A posição que assumimos em conjunto, e que aqui recorro pela sua actualidade, passou por:

- reafirmar o direito inalienável dos estudantes à greve e à manifestação;
- reconhecer que esse direito não se pode exercer em prejuízo do normal acesso dos restantes universitários aos seus locais de trabalho;
- reforçar a coesão entre os corpos universitários e entre os membros da comunidade universitária, particularmente importante num momento em que a Universidade deve estar unida para enfrentar os desafios que se lhe colocam.

Não pode ainda esquecer-se, creio eu, a importância do lançamento da *Rua Larga*, cujo número 2 é hoje mesmo apresentado. O acolhimento que foi dispensado ao primeiro número, as suas características e a atenção com que estão a ser preparados os números seguintes, que incluirão em breve uma edição em linha, permitem pensar que, a curto-médio prazo, a *Rua Larga* poderá extravasar o circuito universitário e ir ao encontro de novos públicos e de novos leitores, desde logo cumprindo, por exemplo, a função de ligação aos antigos estudantes.

As ideias gerais acima referidas estiveram igualmente por detrás da preparação e da celebração do Protocolo com a Agência Portuguesa para o Investimento, com o objectivo de viabilizar, de valorizar e de dar público reconhecimento aos investimentos estrangeiros no nosso País. Muito se espera deste Protocolo e, desde logo, que ele permita a realização de acções de relevo e de grande visibilidade no âmbito do investimento estrangeiro, em Coimbra e na Universidade, e a esta o cumprimento da sua missão de instituição cidadã, contribuindo para o desenvolvimento económico e social da sua área de influência directa.

Num outro registo, Inês de Castro, José Carreras, Ney Matogrosso e Dave Holland são quatro nomes que ficam ligados a outras tantas experiências de inegável sucesso, de abertura à cidade, para a realização de espectáculos de grande qualidade, na zona mais central e mais nobre da Universidade, o Pátio das Escolas, ainda há menos de dois anos utilizado como parque de estacionamento de automóveis. Já em Setembro, a extensão da experiência, e do êxito, ao Jardim Botânico e ao Pólo II confirmou o enorme interesse da população e da Academia e a existência de recintos e locais que, salvaguardada a sua dignidade e a segurança dos espectadores, podem ser aproveitados para fins culturais.

#### PROFESSORES, ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

No ano lectivo que agora termina, a Universidade de Coimbra foi frequentada por 23 394 estudantes, dos quais 55% são do sexo feminino. Nos vários graus de ensino, de que a Pós-Graduação representa já 15% do total, apenas ao nível de doutoramento prevalece a maioria masculina. A percentagem de estudantes estrangeiros foi de 8.5%, valor que sobe para 18.3% se juntarmos os nacionais, nascidos no estrangeiro. Provêm de 55 países espalhados pelos cinco continentes, com maior relevância para os países da CPLP (917, dos quais 372 de Cabo-Verde,

169 do Brasil e 133 de Angola) e para a União Europeia (429, dos quais 139 de Espanha e 111 de Itália). Dos restantes países referirei que 28 vieram dos Estados Unidos, 23 da República Checa, um do Afeganistão e outro do Burundi.

Em contagem efectuada em 31 de Dezembro de 2002, a Universidade tinha ao seu serviço 1454,2 docentes e investigadores ETI (dos quais 783,7 doutorados) e 1179 funcionários. Chamarei a atenção para o ritmo actual de formação de pessoal docente e para a diminuição sustentada do excesso de pessoal não docente relativamente às quotas fixadas pelo Ministério, num processo que, iniciado há cinco anos, nos permitirá em breve ultrapassar uma das nossas maiores limitações: a impossibilidade legal de proceder à abertura de concursos externos.

### **Licenciaturas, pós-graduações, mestrados e doutoramentos**

A Universidade de Coimbra tem actualmente em funcionamento 49 Cursos de Licenciaturas (1 dos quais criado no último ano), 117 Cursos de Mestrado (7 dos quais criados no último ano), 109 Cursos de Especialização ou de Pós-Graduação (15 dos quais criados no último ano) e 37 Ramos ou Áreas de Doutoramento, em 260 Especialidades. Os Cursos de Licenciatura mais recentes (Estudos Artísticos, Engenharia Biomédica, Engenharia do Ambiente e Comunicações e Multimédia) corresponderam uma vez mais às expectativas, preenchendo, logo na primeira fase de colocações, a totalidade das vagas declaradas, sendo de esperar que o mesmo suceda na segunda fase com o Curso que agora se apresenta pela primeira vez, de Tecnologias da Informação Visual. No período em apreço, licenciaram-se na nossa Universidade cerca de 2300 estudantes, 281 concluíram os seus mestrados, 91 os seus doutoramentos e 18 prestaram provas para a obtenção do título de agregado.

## **Investigação Científica**

Os últimos resultados conhecidos do processo de avaliação das unidades de I&D são francamente estimulantes. Das 44 unidades que temos avaliadas (número idêntico ao de 1999), doze têm neste momento a classificação de excelente (contra 8 em 1999), e 14 têm uma avaliação de Muito Bom. As nossas unidades classificadas com excelente ou muito bom representam 60.5% do número de unidades avaliadas (contra 54.6% em 1999) e os resultados obtidos situam-nos muito acima da média nacional. Desejo expressar o meu reconhecimento a todos quantos contribuíram para este sucesso, com uma referência especial, porque os bons exemplos devem ser seguidos, às nossas unidades de excelência.

Sabemos todos quantos a fazemos, ou fizemos, que na investigação científica o êxito de um só segundo resulta de vários anos de preparação paciente e aturada, do trabalho incógnito, insistente, por vezes alucinado, da solidão da biblioteca ou do laboratório, da persistência de formiga. Até por isso, mas também porque é a única efectuada por comissões efectivamente descomprometidas, exteriores e independentes, a avaliação das unidades de investigação científica é a melhor forma de que dispomos actualmente para auditar a qualidade do trabalho realizado. Muito embora possa haver excepções, este é, em geral, o domínio da verdade. Não há estratégia que possa esconder a falta dos argumentos decisivos, não há proximidade do poder que possa iludir um júri independente. Nenhum discurso, nenhum jogo de corredor pode compensar a falta de publicações científicas.

Não é, pois, de estranhar, que aqui se revelem, em toda a sua crueza, os desequilíbrios existentes entre instituições de ensino superior. Por aqui deveria passar uma clarificação dos conceitos e dos nomes, que tornasse possível, enquanto é tempo, atalhar caminho neste irresponsável percurso que temos vivido de deixar proliferar entidades

que querem ser o que não são, nem nunca poderão ser, porque simplesmente o nosso País não tem dimensão para tantas.

Para ajudar a concretizar o novo impulso que desejamos dar às actividades de investigação científica, tornando-as igualmente mais visíveis e estruturando-as como núcleo duro de uma grande Universidade de Investigação, a equipa reitoral passará a contar, já a partir do início de Novembro, com um Vice-Reitor para a Investigação Científica, o Doutor João Carlos Sousa Marques. Detentor de um currículo científico invejável, autor de centena e meia de publicações em prestigiadas revistas internacionais, autor ou editor de livros e revistas, orientador de 25 teses de mestrado e de 15 teses de doutoramento, a sua experiência de organização de um grande Instituto Nacional de Investigação, e de gestão de um grande Departamento Universitário são trunfos indiscutíveis que agora poderá pôr ao serviço de toda a Universidade.

A Universidade de Coimbra tem hoje contratos de investigação científica e de prestação de serviços especializados com cerca de 1200 instituições, públicas e privadas, centenas de empresas, 230 municípios, dezenas de Hospitais, dezenas de Tribunais, dezenas de Escolas de todos os graus de ensino. Estes contratos, no seu conjunto, proporcionam à nossa Universidade um volume de receitas correspondente a cerca de 40% do Orçamento de Estado transferido, números impressionantes que desmentem a ideia pré-concebida de uma Universidade passivamente sentada à mesa do Orçamento.

Seguindo uma estratégia de ligação ao exterior que temos incentivado, de desenvolvimento de um novo espírito empreendedor, de incubação e consolidação de novas empresas, desempenham já um papel essencial o nosso Instituto Pedro Nunes e os Pólos Tecnológicos que temos em formação, dos quais não poderei deixar de referir a Associação Tecnopólo de Coimbra. Estão aqui dois grandes projectos da Universidade,



que acrescentarei na mesma linha de ligação à realidade empresarial, o IFEUC – Instituto de Formação de Executivos. Os três, aliás financiados no âmbito do POEconomia, contam com a participação de numerosos parceiros institucionais.

Não podendo referir-me a todas as empresas em incubação, quero deixar o exemplo da Crioestaminal, criada em Junho de 2003 por cinco licenciados da UC (um de Economia e quatro de bioquímica), que oferece a possibilidade de criopreservar as células estaminais do sangue do cordão umbilical de um recém-nascido, com o objectivo de possibilitar a sua eventual utilização no tratamento de diversas doenças ao longo da vida, do próprio e dos seus familiares. Ao fim de apenas quatro meses de actividade, os resultados excedem as expectativas mais optimistas e permitem perspectivar, para breve, novas iniciativas de expansão do negócio.

Penso merecer igualmente uma referência elogiosa o projecto de construção, por uma equipa da Universidade de Coimbra, de um protótipo de viatura automóvel cujo objectivo é o de percorrer a máxima distância com a mínima quantidade de combustível. Na sua última participação em concursos internacionais, o ECOveículo, projectado e construído por docentes e estudantes do Departamento de Engenharia Mecânica da FCTUC, conseguiu percorrer o equivalente a 1606 Km com apenas 1 litro de gasolina, resultado que lhe permitiu obter um brilhante quinto lugar entre 42 concorrentes de todo o mundo, sendo o primeiro entre equipas universitárias. Na minha opinião, este projecto deve ser acarinhado pela Universidade, uma vez que:

- se insere na convergência de duas áreas científicas que se consideram estratégicas: Ambiente e Novas Tecnologias;
- Promove a colaboração entre investigadores de várias unidades;
- Envolve alunos de licenciatura em projectos de investigação de alguma complexidade;

- Publicita um dos sectores universitários que tem mostrado, por todo o mundo, maiores dificuldades em atrair estudantes;
- Projecta o nome ganhador da Universidade de Coimbra no contexto de um concurso internacional em que participam Universidades e empresas de grande prestígio.

O objectivo (todo o apoio deste tipo deve ser contratualizado e, portanto, ter objectivos definidos) é o de alcançar um dos três primeiros lugares no concurso do próximo ano.

## **2. O fim de um ciclo**

Para além dos acidentes de percurso, que assumem, por vezes, um intenso, mas fugaz, dramatismo no plano da política universitária, o ano em curso está a ser dominado pela alteração do enquadramento jurídico do ensino superior. Com a devida vénia aos colegas biólogos, retiro das ciências da vida uma analogia que me parece interessante para compreendermos esta evolução.

São reconhecíveis na estrutura das comunidades biológicas, duas características distintas:

- a diversidade, que assegura uma variedade de características e processos entre espécies, que torna a comunidade mais ou menos adaptada à conjuntura ambiental e que permite, em cada circunstância, que a Natureza siga o seu caminho, fazendo prevalecer algumas espécies (as mais bem adaptadas no momento e no local) sobre as outras;
- a identidade, que assegura, dentro de cada espécie, a proximidade genética e funcional necessária à prevalência de estratégias de grupo e, desde logo, a capacidade de reprodução.

A primeira é, portanto, uma característica inter-específica, é válida entre espécies que concorrem entre si, cada uma esgrimindo, no palco da selecção natural, os argumentos de que dispõe para vingar, quando necessário à custa das outras. A segunda é uma característica intra-específica, é válida entre indivíduos da mesma espécie, autoriza a competição, moderada contudo pela prevalência de critérios de aproximação, de adopção de estratégias comuns de sobrevivência, como forma de responder às agressões do mundo exterior. As duas são essenciais, básicas.

A semelhança com o que se está a passar no ensino superior é evidente. Estão em curso alterações ao enquadramento jurídico das Universidades, de que se destaca uma Lei de Ordenamento (Lei 1/2003, já publicada), uma nova Lei de Financiamento (Lei 37/2003, já publicada), uma nova Lei de Autonomia e uma nova Lei de Bases da Educação (*sintomaticamente*, deixa de se chamar Lei de Bases do Sistema Educativo), ambas em discussão na Assembleia da República. Por força destas alterações e dos mecanismos que estes textos consagram, 2003 ficará a marcar o momento em que as Universidades públicas deixam de ser entidades de uma mesma espécie para evoluírem para espécies diferentes, adoptando características diferenciadoras, próprias, que considerem adequadas à competição entre si pelos mesmos recursos e pelos mesmos espaços de influência, no nicho social em que se desenrola o seu trabalho. Assim será, por exemplo, com a fixação das propinas, ao permitir-se que cada Senado e até mesmo cada unidade orgânica fixe os seus próprios valores, eventualmente diferentes de uns cursos para os outros. Assim será com a estrutura de Governo, com a composição e competências dos órgãos, com o processo de escolha do Reitor. De certa forma, deixará de haver um sistema de ensino superior para haver, tão-somente, um conjunto de instituições de ensino superior.

Se esta lógica prevalecer, as Universidades públicas abandonarão, a prazo, o actual espírito de cooperação, prescindindo de uma estratégia comum de aproveitamento de recursos com vista à concretização de uma

certa missão do Estado. No ambiente global em que estamos inseridos, cada Universidade deixará de fazer parte de uma espécie bem representada (o sistema de ensino superior público português), com alguma dimensão e massa crítica, para, no seu individualismo, passar a ser uma espécie rara e, por conseguinte, muito mais vulnerável a prazo, à mercê das flutuações do seu nicho. Tal como, num ecossistema, o desaparecimento de uma espécie-chave altera toda a sua estrutura e compromete a sua função, assim, na sociedade, a abolição do Ensino Superior como sistema organizado não deixará de afectar a função de formar e de produzir conhecimento e, consequentemente, de limitar a vitalidade da própria comunidade.

Não querendo dramatizar, direi, apenas, que estamos no fim de um ciclo, a adoptar um novo paradigma para o sistema, a que me apetece chamar o paradigma do não-sistema. Dar-se-á como justificação que o modelo estava esgotado. Direi que, na medida em que isso possa ter alguma base de verdade, tal se ficou a dever ao alheamento completo de sucessivos Ministros, os mesmos que agora se agitam com propostas e receitas milagrosas e perversamente inovadoras. Direi, por outro lado, que, para tornar possível e viável um verdadeiro sistema público constituído por instituições autónomas, bastaria que o Estado não tivesse entendido que a autonomia das universidades implicava a sua própria desresponsabilização, e que tivesse assumido o papel e tomado as decisões que mais ninguém pode assumir ou tomar por ele.

Não foi essa a escolha. Durante quinze anos, desde a publicação da Lei de Autonomia em 1988, o Estado não soube, ou não quis, valorizar o sistema universitário público. Agiu como se tivesse querido utilizar a Autonomia como antecâmara para a desagregação, evoluindo-se agora para algo parecido com o conceito de Universidade EP, talvez a abrir o caminho para o de Universidade SA. Como forma de introduzir alterações relevantes, desejo, em todo o caso, que a experiência se revele mais útil nas Universidades do que me parece estar a ser nos Hospitais.

Quero admitir que a intenção seja a de inverter esta orientação logo após terem sido feitas as primeiras duas dezenas de vítimas de entre as instituições de ensino superior actualmente existentes. Nesse caso, a estratégia adoptada poderá ter sido útil: perversa, mas útil. Não estou certo, no entanto, de que quem nunca deixou funcionar os mecanismos de concorrência entre entidades coordenadas de um mesmo sistema (veja-se o episódio recente das vagas a que me referirei mais adiante), possa deixar funcionar os mecanismos, muito mais duros e seguramente dramáticos, de concorrência entre espécies distintas. Esta possibilidade não é, aliás, coerente com o anunciado compromisso – inqualificável irresponsabilidade na actual conjuntura – de abrir duas novas universidades públicas.

Numa outra vertente, o Ministério da Ciência e Ensino Superior afirmou e escreveu em Abril, em documento preparatório para a discussão sobre as alterações à legislação do ensino superior, o que nós próprios havíamos afirmado e escrito em Fevereiro e é hoje aceite por todos: que é imperioso distinguir entre ensino universitário e ensino politécnico e definir a respectiva missão e vocação institucional. Infelizmente, em clara contradição com esta ideia, prosseguiu-se na via facilitista mas desastrada da Lei 115/97, de 19 de Setembro, confundindo agora ainda mais os dois sub-sistemas, ao atribuir aos Institutos Politécnicos o direito de conceder o grau de Mestre. O Mestrado implica um aprofundamento da preparação teórica, o desenvolvimento de actividade de investigação, um corpo docente e investigador integrado em centros de investigação acreditados, bibliotecas actualizadas, um bom acervo de monografias e de revistas, laboratórios bem apetrechados e – talvez antes de tudo o mais – a existência de uma comunidade universitária e de um espírito universitário, indissociáveis dos graus académicos superiores à licenciatura. Se queremos estas competências em todas as Universidades e em todos os Politécnicos, não as teremos em lado nenhum. Cito Philippe Busquin, comissário europeu da ciência e da investigação: “Na Europa há lugar para todos, mas nem todos podem fazer as mesmas coisas”. É preciso evitar este

plano inclinado que está a retirar aos Politécnicos a sua capacidade específica para formação de técnicos especializados de nível superior, transformando-os em Universidades de segunda, e a “empurrar” algumas Universidades para um campo de actuação que não deveria ser o seu, transformando-as em Politécnicos de segunda. Ninguém ganha com isto. E o País perde muitíssimo.

Será de mais pedir a quem se diz empenhado na concretização dos objectivos que vão definir o Espaço Europeu de Ensino Superior que contribua, antes de tudo, para atingir esses objectivos em Portugal? Ou será que não se percebe que, enquanto não fizermos esse exercício interno, não adquiriremos a maturidade e a experiência para participar em voos mais ousados? E que enquanto isso não sucede consideraremos sempre o caminho para Bolonha como um conjunto de imposições burocrático-administrativas, às quais nos conformaremos apenas superficialmente, maquilhando a pintura e mexendo o menos possível no essencial?

Falámos de dois aspectos e poderíamos ter falado de muitos outros. Os nossos textos, os nossos longos e pormenorizados comentários críticos e sugestões de trabalho foram, com tempo, enviados ao Ministério e podem ainda hoje ser consultados em linha, na página da Reitoria. Não poderá, desta vez, a Universidade ser acusada de não ter contribuído para a discussão. Lamento que não tenha sido mais ouvida.

### **3. Questões emergentes**

#### **O Financiamento**

Em matéria de financiamento, defendi que o momento não poderia ter sido mais mal escolhido para exigir a modificação da anterior legislação. Gostaria que a evolução dos acontecimentos não me tivesse dado razão.

Foi iniciativa das Universidades, através de um documento que eu próprio preparei no âmbito do CRUP e apresentei em Maio ao Senhor Secretário de Estado, a proposta de introduzir, na metodologia de cálculo do financiamento, critérios de qualidade e de eficiência das instituições e de aumentar a importância relativa do financiamento contratualizado. As Universidades não só não temem ser avaliadas como são elas mesmas que reclamam que dessas avaliações se extraíam as devidas consequências orçamentais. Apenas exigem que os cursos que outorgam o mesmo diploma sejam avaliados segundo a mesma bitola.

Apresentei igualmente ao Senhor Secretário de Estado um conjunto de mecanismos simples que poderiam ter permitido a concretização prática destas ideias, já no OE de 2004. Infelizmente, não por falta de vontade ou de iniciativa das Universidades, não será ainda assim no próximo ano. Também neste campo, as Universidades promoveram activamente a valorização da qualidade e da eficiência e verificam que estes objectivos, apesar de muito apregoados pela tutela, foram uma vez mais adiados.

Outros não o foram. Ao contrário da anterior, a nova Lei é omissa quanto à definição do grau de responsabilização do Estado em matéria de financiamento do Ensino Superior, remetendo-a para uma portaria a publicar, que, ao que tudo indica, será anualmente modificada em função das disponibilidades do Estado. Bem ao contrário, a nova Lei é muito objectiva em matéria de propinas.

Quanto ao primeiro aspecto, o orçamento transferido, penso que se perdeu uma boa oportunidade para chegar, entre Governo e Universidades, a um compromisso aceitável. Com efeito, não se repetirão, no futuro, as circunstâncias que levaram no passado recente a aumentos substanciais do Orçamento-Padrão (aumento de 15,3% entre 1999 e 2000, contra um aumento de apenas 1,3% entre 2003 e 2004, com tendência para diminuir). Como tal, a assumpção pelo Estado de um

Orçamento Transferido definido como percentagem do Orçamento-Padrão comportaria, agora, um risco aceitável, sobretudo tendo em consideração as vantagens políticas dessa decisão: o reforço da confiança institucional e o incremento de uma cultura de planeamento e de gestão racional de recursos, só possível se assentar sobre um compromisso orçamental firme e plurianual da tutela. Podendo fazê-lo, o Estado não foi sensível à necessidade de concretizar aqueles objectivos e perdeu uma oportunidade única para resolver, em consenso, o tradicional diferendo nesta matéria.

Quanto às propinas, optou-se, na minha opinião, pela pior das soluções. Levantam-se duas questões relevantes:

- o montante das propinas;
- a quem compete defini-lo.

Ou se considera que o ensino superior é um bem social, de acesso mediado através de uma taxa a definir pelo Estado, igual para todo o território nacional, ou se entende que é um bem de mercado, como tal aberto à concorrência, com custos de acesso a definir em função das regras da oferta e da procura. O actual enquadramento jurídico-constitucional não deixa margem para dúvidas: as Universidades públicas cumprem uma missão do Estado prestando um serviço público de superior relevância nacional ao preparar as elites culturais, intelectuais, científicas e técnicas necessárias ao desenvolvimento do País. Ao deixar a cada Universidade pública (e até mesmo a cada unidade orgânica com autonomia administrativa e financeira) a responsabilidade de fixar as propinas dos seus cursos, a nova Lei vem misturar alhos com bugalhos. Vem pôr os Reitores, os Senados e os Conselhos Directivos a 'brincar ao mercado', dando-lhes a sensação de que podem valer-se da qualidade e de outras vantagens relativas da sua instituição, num contexto em que o primeiro critério de escolha de uma parte significativa dos alunos é



o da proximidade geográfica da residência familiar. Mas, para que não vá o sapateiro além da chinela, limita-se-lhes a 'brincadeira' a apenas 6,8% do custo total do 'produto'. Tal é a diferença entre o mínimo e o máximo estabelecidos.

Estando o problema mal equacionado foi, pois, de toda a conveniência camuflá-lo atrás de uma discussão de elevado potencial mediático, para a qual não faltaram credenciados editorialistas e fazedores de opinião, sobre a questão de saber se os Reitores teriam ou não coragem para impor aos estudantes propinas mais elevadas. O mote foi, aliás, prontamente abandonado, quando se tornou evidente que os Reitores estavam, como lhes competia, mesmo contra vontade, a cumprir a Lei.

O que se diz à opinião pública: os Senhores Reitores, que andam há tantos anos a queixar-se de falta de dinheiro, não têm coragem política para aumentar as propinas.

A realidade: o Estado, que não tem meios para continuar a suportar os encargos orçamentais decorrentes de vinte anos de políticas irresponsáveis de proliferação de estabelecimentos de ensino superior e que não quer assumir o ónus político de encerrar alguns ou de aumentar os impostos (que aliás não consegue fazer pagar), transfere para as instituições a obrigação de aumentar as taxas de frequência entre 30% e 140%, de forma a que elas possam acomodar, nos próximos três ou quatro anos, as reduções de orçamento transferido.

Fica por esclarecer por que não se atribui também aos juízes a responsabilidade de fixar as taxas e os emolumentos da justiça para o seu Tribunal; ou aos directores dos hospitais a de fixar as taxas moderadoras de saúde para a sua unidade; ou aos responsáveis da BRISA a responsabilidade de decidir o valor das portagens de pontes e auto-estradas, talvez até diferenciadas entre vias, consoante, por exemplo, a qualidade do alca-

trão. Ou ainda aos Directores de Finanças a possibilidade de acrescentar aos impostos uma taxa autónoma, local, para comprar mais computadores ou para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Meus senhores: não é da coragem dos Reitores que nós estamos a falar, mas sim da desagregação da autoridade do Estado. A autoridade conquista-se quando se enfrentam as consequências de decisões difíceis e impopulares. Degrada-se quando se endossam para outros a responsabilidade que deveria ser nossa.

A discussão sobre a questão de saber quem deve fixar as propinas conduz directamente à questão do seu aumento. Tinha vontade de não dar a este assunto mais do que a importância relativa que ele tem no contexto do financiamento das despesas correntes das Universidades: 6,8%, como já disse. Tinha intenção de não deixar que as propinas se sobrepusessem ao essencial da discussão do problema. Que 6,8% prevalecessem sobre os restantes 93,2%. A questão do aumento das propinas adquiriu, no entanto, uma importância política tal que não posso, nem quero, desvalorizá-la.

Tenho para mim que a propina é, não só, socialmente admissível como taxa moderadora de acesso a um bem que é posto à disposição dos cidadãos, como pode até ser aconselhável, como forma de valorizar esse bem. Mas a fixação do seu valor deve ser fortemente condicionada pela necessidade de aumentar o nível de habilitações médias da população – Portugal tem um dos mais baixos da Europa – e pelo preceito constitucional de um ensino tendencialmente gratuito. A fixação do valor das propinas deve ter em conta estes pressupostos e não pode também deixar de considerar o historial recente do financiamento das Universidades.

Atendendo a tudo o que se disse e escreveu a este respeito desde a publicação da anterior Lei de Financiamento (1997), pode afirmar-se, sem risco de desmentido, o seguinte:

- Nunca o Estado conseguiu cumprir o compromisso orçamental que assumiu no âmbito da anterior Lei (Lei 113/97), o que se traduziu num percurso de divergência continuada dos orçamentos das Universidades em relação ao chamado Orçamento-Padrão;
- Nunca o aumento das propinas significou aumento de receitas globais das Universidades, antes serviu de pretexto para diminuir de iguais montantes, até ao último centímo, os orçamentos transferidos;
- Com a nova Lei em vigor, o aumento das propinas é acompanhado, uma vez mais, de uma diminuição do orçamento transferido para 2004;
- Interrogado directamente sobre este ponto, o Ministério da tutela não quis (ou não pôde) assumir qualquer compromisso para o futuro, nem sequer o de manter em 2005 um orçamento transferido que represente a mesma percentagem do Orçamento-Padrão a transferir em 2004.

Apesar da insistência da Universidade de Coimbra e do CRUP, não foi possível consagrar na nova Lei de Financiamento, como já referi, um compromisso de financiamento numa base objectiva, de estabilidade plurianual, que seria a chave de uma gestão estável das instituições e de uma relação de confiança com a tutela. Nas circunstâncias actuais, num contexto de apertos orçamentais do Estado e de dificuldades em cumprir o Pacto de Estabilidade, a única conclusão realista parece ser a de que o aumento das propinas será, como no passado, progressivamente erodido pela redução das transferências orçamentais. A Universidade ficará com o odioso e sem o dinheiro.

Só em 23 de Setembro de 2003 o MCES informou as Universidades sobre a dotação do OE para 2004 e sobre o Orçamento dos Serviços de Acção Social. Fê-lo com bastante atraso relativamente ao prometido e ao que foi a prática de anos anteriores. Por isso, só no início de Outubro pôde o Senado ser chamado a pronunciar-se sobre o valor das propinas.

Ora, nessa altura, já as matrículas estavam encerradas (30 de Setembro) e o processo de inscrições há muito iniciado. Fixar um valor de propinas diferente daquele que, nos termos legais, tinha sido usado até então, correspondia a alterar as regras a meio do jogo, tratando diferentemente cidadãos que têm os mesmos direitos.

Por estes motivos e também porque o aumento das propinas, mesmo para os valores mínimos, representa já um considerável esforço acrescido para as famílias, pareceu-me razoável e justo propor ao Senado a fixação, para o presente ano lectivo, do valor mínimo legal.

Entretanto, a nova Lei de Financiamento veio alterar substancialmente a lógica de funcionamento do sistema público de ensino superior, e este novo enquadramento torna insustentável, já a curto prazo, a manutenção das propinas no seu valor mínimo. Com efeito, num contexto de competição entre Universidades que o novo enquadramento legal indicia, considero que não é possível assumir uma perda relativa de capacidade de investimento de cerca de oito milhões de euros por ano. Os órgãos de governo da Universidade de Coimbra não podem privá-la deste significativo fundo de investimento.

Por outro lado, com uma Lei que atribui às unidades orgânicas com autonomia administrativa e financeira a capacidade para fixar elas próprias as suas propinas – o que constitui um ataque directo à unidade e à coesão das Universidades – a proposta que apresentei ao Senado de fixar o valor máximo para os anos 2004/2005 e seguintes, procurou igualmente ter em conta a opinião e os interesses das várias Faculdades e as diferentes sensibilidades existentes no seio da comunidade universitária sobre esta matéria.

Bati-me, como é sabido, contra o aumento das propinas. Defendi as minhas opiniões em público e em privado, em entrevistas a jornais, a rádios e televisões. Em reuniões abertas ou restritas com os responsáveis

ministeriais e junto dos outros reitores em acesas discussões no CRUP. Em documentos que preparei no âmbito do processo de alteração da Lei de Financiamento. Apreciei e respeito alguns argumentos contrários, mas, no essencial, mantenho a minha opinião. Não posso, no entanto, por orgulho pessoal, teimosia ou simples incapacidade para fazer uma leitura realista das circunstâncias em que tenho de mover-me, conduzir a Universidade por caminhos que não seriam os melhores para o seu futuro.

Como Reitor não tenho o direito de utilizar a Universidade como instrumento de luta política pelas minhas ideias. Pode e deve exigir-se-me (é pelo menos isso que este Professor faz a este Reitor), a defesa intransigente dos interesses da Universidade; também a defesa dos interesses dos universitários mas só enquanto estes não forem incompatíveis com aqueles.

Defendi igualmente perante o Senado que a melhor forma de aproveitar eficazmente esta capacidade e de a transformar numa vantagem competitiva relativamente a outras Universidades é a afectação deste fundo à prossecução de uma estratégia coerente de investimento da Universidade como um todo, a definir pelo Senado.

A Secção de Planeamento, Gestão e Património aprovou, com o voto favorável dos representantes de todas as Faculdades e dos trabalhadores não docentes, a proposta que apresentei no cumprimento das minhas responsabilidades como Reitor, estando, neste momento, o assunto em discussão no Plenário, que ainda não se pronunciou pelas razões conhecidas.

A este propósito, lamento e critico com veemência o abandono do Plenário do Senado, no passado dia 1 de Outubro, por parte dos estudantes que o integram. Não por ter ficado sem *quorum*. Esta situação verifica-se uma vez ou outra quando faltam alguns professores, estudantes ou funcionários. A minha crítica baseia-se no entendimento que faço das regras de gestão democrática e do funcionamento democrático dos órgãos colegiais.

Aqueles que os integram fazem-no para servir os valores e os interesses da Instituição a que pertencem. Não podem aproveitar a sua participação nesses órgãos para boicotar o seu funcionamento normal. Cada um tem o direito de expor as suas razões e de tentar convencer os outros da bondade delas. Mas tem igualmente o dever de ouvir os outros, de estar aberto a deixar-se convencer pelos argumentos alheios e de se sujeitar aos resultados das votações democráticas. Não é legítimo que se reivindique o direito de participar em órgãos colectivos de gestão democrática, como o Senado, e se utilize essa participação para matar a própria vida democrática e inviabilizar a gestão democrática.

Por esse caminho, os estudantes provocarão sérios danos à Universidade que dizem querer defender e dão argumentos aos que pretendem – o que não é o meu caso – o seu afastamento dos órgãos. É meu dever dizer desassombradamente o que penso a este respeito. Espero que os estudantes saibam entender o que está em causa, saibam salvaguardar e fortalecer a coesão institucional, que é, e tem de continuar a ser, um dos nossos grandes trunfos e uma marca da nossa identidade.

Dito isto, quero deixar claro que não respondi, nem responderei, pela força. Assumi o compromisso de não recorrer à intervenção da polícia sempre que um conjunto de estudantes “pisa o risco”. Fi-lo, não só por ser essa a prática de uma Reitoria centenária que quase sempre soube impor ao regime os seus próprios princípios de convivência universitária, mas também porque o funcionamento formal da democracia universitária é apenas um dos bens (e não o único) a preservar e nunca à custa da força policial. Um Senado Universitário, *et pour cause* o da Universidade de Coimbra, não é apenas um órgão de governo. Quando o for, poderá ser substituído com vantagens por um Conselho de Administração. É também um círculo de ensino e de aprendizagem de práticas democráticas, por onde têm que passar e têm passado, sobretudo nos momentos mais difíceis, a auto-avaliação e a auto-limitação, sendo mais compreensível

que a tentação de recorrer a meios censuráveis no campo da democracia formal venha da parte dos estudantes do que da parte do Reitor.

Entendo que devemos resolver rapidamente esta questão, que nos é imposta de fora, para nos prepararmos, como Universidade, para o duro ano que agora começa. Entendo que é no campo do reforço da coesão universitária, que outros procuram atingir, e não o do confronto entre corpos, que outros procuram acicatar, que devemos ir buscar a forma e os meios de o fazer.

A autonomia que reclamam para nós, quando se trata de alienar uma responsabilidade incómoda e que deveria ser indelegável – a fixação de propinas – é a autonomia que nos retiram quando nos impõem cortes cegos e injustificados do número de vagas para candidatos ao primeiro ano.

No documento de orientações gerais que distribuiu em Abril, o Ministério da tutela proclamou a sua intenção de, “reforçar a autonomia das instituições no processo de selecção dos seus estudantes.” Tal intenção perde toda a credibilidade quando é seguida pela tentativa de impor uma redução administrativa, geral e arbitrária, do *numerus clausus* às Universidades públicas, mesmo nos cursos em que estas têm largamente preenchido as suas vagas. Trata-se, a meu ver, de uma medida totalmente injustificada. Talvez por ter reconhecido isso mesmo, e perante a forte reacção dos Reitores e da comunidade universitária, foi dada oportunidade às Universidades de modificarem a proposta inicial do Ministério, aliviando, mas não eliminando, o conjunto de restrições inicialmente impostas. Como consequência, foi possível fazer entrar na Universidade de Coimbra, na primeira fase de colocações, mais cento e setenta e oito estudantes do que os que teriam entrado se não tivéssemos modificado a proposta inicial do Ministério, elevando para 87% a percentagem de vagas ocupadas na primeira fase de colocações e colocando a nossa Universidade entre as três mais procuradas. Este êxito relativo mostra que a gestão universitária

de hoje não se faz apenas de bom senso e que as decisões políticas não podem deixar de ser fundamentadas tecnicamente. Neste caso concreto, se nos tivéssemos empertigado na manutenção de vagas exageradamente elevadas face à procura expectável, o nosso magro orçamento para 2004 teria sofrido um golpe adicional de cerca de um milhão de euros. Felizmente não o fizemos, o que permitiu, aliás, que a Universidade de Coimbra tenha sido das que perdeu menos em relação ao Orçamento de 2003.

Fica, no entanto, deste processo, a grande preocupação pela dificuldade em captar alunos na área da formação de professores de línguas e literatura e em algumas áreas científicas e tecnológicas. A Reitoria trabalhará com as Faculdades de Letras e de Ciências e Tecnologia para encontrar respostas adequadas a este problema.

Aproveitando a comemoração em 2004 do *Ano Internacional da Física*, solicitei entretanto ao Doutor José Dias Urbano a elaboração de um estudo e a formulação de uma proposta que possa constituir uma base de acção, a apresentar à Senhora Ministra, para articulação de uma política nacional tendente a aumentar as chamadas vocações científicas. O problema não é só de Coimbra, nem só do nosso País, mas a Universidade de Coimbra sairá prestigiada se tiver, também nesta matéria, um papel de liderança nacional.

Temos o hábito de procurar, em países que são as nossas referências, exemplos daquilo que gostaríamos de ter ou de ser. Não sendo, alegadamente, tão bons como “lá fora” em matéria de gestão universitária, propõem-nos sistemas de Governo, mecanicamente transpostos, como se fosse possível retirá-los do contexto e fazê-los funcionar entre nós com a mesma eficácia. Nestes processos, com a sofreguidão de melhorar o que temos, não raro esquecemos que a chave do êxito dos outros, a única coisa que mereceria ser, de facto, importada – a cultura, a educação, a disciplina e a organização sociais – não pode sê-lo.



Entretanto, enquanto não chega “de fora” a resolução de todos os nossos problemas e não se vislumbram, cá dentro, investimentos sustentados em cultura e educação, resta-nos continuar a fazer, honestamente, o nosso trabalho, recorrendo a todos quantos possam contribuir para melhorar procedimentos, para racionalizar circuitos, para adoptar estratégias mais adequadas.

Para além das equipas de auditoria externa que têm feito longas residências entre nós (PRODEP, IGE, IGF, Tribunal de Contas), cujo trabalho nós saudamos e agradecemos e cujos relatórios utilizamos para corrigir, sem tibieza, as faltas detectadas; para além do serviço de auditoria interna, essencial num contexto de modernização e de qualidade, que estamos a montar no âmbito da reorganização dos Serviços, contaremos, em breve, com a colaboração de uma equipa de auditores estrangeiros, holandeses, que nos ajudarão a identificar os pontos em que poderia haver melhor gestão de recursos, nomeadamente físicos. Saberemos do que teremos de prescindir se quisermos ser tão bons como os melhores. Porque se é com os melhores que nos queremos comparar, se é a este nível que entendemos dever situar-nos, é por esta via que temos de seguir.

Somos nós que exigimos prestar contas do que fazemos. Somos nós que reclamamos auditorias e outros meios de controlo democrático do Estado. Somos nós que nos dotamos de serviços de qualidade. Nós sabemos reconhecer os erros, quando os detectamos, e sabemos corrigi-los. Não precisamos de curadores. No âmbito de uma Autonomia em que o Estado saiba cumprir, tão bem quanto a Universidade o tem feito, os seus deveres e obrigações, nós sabemos curar de nós.

Fica patente o nível das nossas preocupações nesta matéria. Com convicção o afirmo: não é fácil encontrar na administração pública portuguesa um sector que dê ao Estado tão poucos problemas de gestão.

Quando lemos que o Governo conseguiu, no termo de uma épica e patética cruzada, adquirir um *software* de gestão que lhe permite conhecer, finalmente, quanto gastam os militares; quando verificamos os níveis de descontrolo orçamental do nosso sistema de saúde ou a ineficácia dos serviços de cobrança de impostos, ou as constantes derrapagens nas obras públicas, compreendemos a iniquidade de uma campanha generalizada que visa, em última instância, limitar os recursos afectos à Universidade tentando fazer passar a ideia de que ela absorve mais do que a fatia a que tem direito no contexto da sociedade portuguesa.

E no entanto, se a construção da Casa da Música, no Porto, tivesse sido bem gerida, os recursos libertados (50 milhões de euros) teriam permitido cabimentar o edifício de uma Faculdade com uma área útil equivalente à da própria Casa da Música e ainda, em jeito de bónus, reduzir a zero a totalidade das propinas dos estudantes da Universidade do Porto durante os cinco anos de construção daquela obra.

Se o valor da adjudicação inicial da Ponte Europa, em Coimbra, não tivesse sido ultrapassado, ter-se-iam libertado recursos (60 milhões de euros) que permitiriam cabimentar, de uma só vez, todas as intervenções ainda não iniciadas em edifícios escolares nos Pólos I, II e III de Desenvolvimento da Universidade de Coimbra, que, ao ritmo actual de investimento, se prevê apenas ser possível concretizar em cerca de 15 anos.

O valor da derrapagem anual do Sistema Nacional de Saúde (diferença entre a despesa total anual e o orçamento inicial), 4.2 mil milhões de euros em 2002, é mil vezes superior ao que o Estado poupa em 2004 com a entrada em vigor da nova Lei de Financiamento do Ensino Superior.

Se fossem eliminados os benefícios fiscais introduzidos em sede de IRC sem que se vislumbre uma compensação social óbvia para a sua existência, a receita adicional arrecadada num só ano (200 milhões

de euros em 2002) suportaria durante três anos a diferença entre a propina mínima e a propina máxima da totalidade dos estudantes das Universidades públicas.

Se o Imposto sobre o Património representasse em Portugal a mesma proporção do PIB que na média dos países da União Europeia, a receita adicional arrecadada num só ano (1500 milhões de euros) representaria trinta anos de investimento no conjunto das Universidades públicas, ao nível do que se prevê para 2004.

Se a distribuição dos rendimentos declarados para efeito de IRS fosse coerente com a distribuição no PIB dos rendimentos de trabalho e de capital, a receita adicional arrecadada num só ano (3000 milhões de euros) daria, em estimativas conservadoras, para financiar três vezes os Planos de Desenvolvimento da totalidade das Universidades portuguesas.

A este conjunto de informações juntem-se agora as seguintes:

A soma das derrapagens orçamentais da totalidade das Universidades públicas portuguesas entre 1997 e 2003 (inclusive) foi de zero euros.

A soma dos trabalhos a mais referentes à totalidade dos 62 contratos de empreitada e dos 192 contratos de fornecimento de bens ou serviços celebrados pela Universidade de Coimbra entre 1989 e 2003 (inclusive), no âmbito da prossecução do seu Plano e Desenvolvimento, num montante global contratado de 78.7 milhões de euros, foi de zero euros.

Por favor, se querem ser úteis à Universidade, curem de encontrar curadores para os outros.

Cada minuto que se passa, em Portugal, a discutir o aumento das propinas, o financiamento, a gestão ou o governo das Universidades é, neste contexto, apenas mais um minuto que se perde sem discutir a falência das

formas de administração de outros sectores que determinam, esses sim e não o nosso, a saúde orçamental do Estado e cuja correcção poderia, nesses casos, ter real significado.

As propinas, o financiamento, a gestão e o governo das Universidades estão desde há muito a funcionar como lebres sobre as quais se precipitam os galgos da comunicação social, que assim se distrai e nos distrai dos motivos que deviam concentrar as preocupações dos responsáveis pela administração pública portuguesa.

#### **4. Em curso**

CAROS COLEGAS

SENHORAS E SENHORES:

Tenho consciência do enorme trabalho que está à nossa frente ao nível do ensino e da pedagogia, e do reforço da nossa posição em matéria de Relações Internacionais. Em Maio do próximo ano vamos receber em Coimbra uma reunião geral do CUM (Conselho das Universidades do Mediterrâneo) e começámos já a preparar igualmente a reunião geral do Grupo de Coimbra, que se realizará entre nós em 2005, por ocasião das comemorações do seu 20º aniversário. Nesta rede, mantemos actualmente representantes em cinco Grupos de Trabalho (cooperação com a América Latina, cooperação com os países ACP, ensino à distância, investigação e doutoramento e EPET, este sobre desenvolvimentos curriculares), enquanto numa outra, o Grupo de Tordesilhas, iniciámos contactos para viabilizar a abertura das nossas Faculdades ao acolhimento de estudantes brasileiros.

Constituímos um Grupo de Missão para o Espaço Europeu de Ensino Superior, estamos a preparar o Guia ECTS da Universidade, para obten-

ção da “Certificação ECTS”, e trabalhamos igualmente no chamado Suplemento ao Diploma, passos iniciais de evolução para a concretização das obrigações decorrentes da Convenção de Bolonha. Prossegue o acompanhamento a projectos de Masters Europeus, de duplos diplomas, bem como da criação de um centro de mobilidade no âmbito da investigação, no Serviço de Relações Internacionais.

Paralelamente, terminámos recentemente um ciclo de avaliação de catorze cursos e estamos agora a iniciar o processo de auto-avaliação de 7 outros.

2004 será, assim o espero, um ano de expansão da influência da qualidade na gestão. Vencido um período transitório prévio à instalação física adequada dos serviços da nova estrutura central, previsivelmente até ao fim do primeiro semestre de 2004, estabilizadas as soluções de afectação de pessoas às novas funções, tornar-se-ão progressivamente mais visíveis os resultados de iniciativas já hoje em curso: a extensão do sistema de gestão da qualidade aos restantes Serviços da estrutura central e às Faculdades.

A mudança em curso é um teste muito exigente, que põe à prova as capacidades de liderança dos responsáveis e as capacidades de adaptação dos trabalhadores. Todavia, a cada novo dia de trabalho surgem provas de dedicação e profissionalismo que reforçam a confiança na nossa capacidade para percorrer o caminho traçado para a excelência.

Temos como meta de médio prazo a integração de toda a Universidade num ambiente coerente de qualidade baseado num funcionamento em rede e no aumento das capacidades locais de processamento de informação para a gestão, propiciando um nível de eficiência que nos faça parecer obsoleto o que hoje temos.

Vivemos indiscutivelmente numa sociedade do conhecimento. É através dele, mais do que a partir de outros recursos, que se organizam e se

desenvolvem os sectores de actividade económica, as cidades, as regiões e os países. Esta evidência lança um conjunto apreciável de novos desafios, que obrigam a uma reflexão profunda sobre os papéis, iniciativas, prioridades e intervenções das instituições que, como as Universidades, desempenham um papel central na produção e na divulgação do conhecimento.

Da possibilidade de ligação e de entendimento entre a Universidade e as empresas depende, em boa medida, o êxito de uma estratégia económica ganhadora, assente na inovação e na qualidade, na criação de novos produtos, capazes de impor o nome e a marca de Portugal num mundo cada vez mais globalizado e concorrencial.

De entre as missões da Universidade de Coimbra assumem, por isso, cada vez mais importância relativa as actividades de extensão universitária e de prestação de serviços especializados, aliás devidamente consagradas nos próprios Estatutos da Universidade e agora valorizadas na Lei 1/2003.

A Reitoria promoverá a curto prazo a regulamentação destas actividades através de documentos orientadores, para cuja preparação a resolução 6/96 do Senado será um óptimo ponto de partida. Da mesma forma, apresentámos já ao Senado, a regulamentação da utilização da propriedade intelectual e do envolvimento de docentes na criação de empresas, a operacionalizar com o apoio técnico do Gabinete de Apoio à Propriedade Intelectual do IPN.

Na esfera da promoção do empreendedorismo, a acção da Reitoria passará pelo desenvolvimento de parcerias com o sistema bancário de modo a criar um fundo para apoiar financeiramente a criação de novas empresas por alunos, ex-alunos e colaboradores da Universidade. Está em preparação a criação, em colaboração com a Câmara Municipal de Coimbra, de uma categoria específica do *Prémio Coimbra Inovação e Excelência*, destinado a reconhecer *spin-offs* de qualidade; e ainda a

organização de acções de formação sobre este tema e o estímulo à sua inclusão nos planos curriculares de licenciaturas.

Em articulação com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, procuraremos desenvolver um Programa de Sabáticas em Realidade Empresarial (SER) e promover um conjunto de visitas recíprocas entre universitários e empresários, entre unidades de investigação e empresas.

Para acompanhar tecnicamente este conjunto de actividades foi criado e está em instalação o GATSUC, enquadrado como Projecto Especial no quadro da reorganização de serviços actualmente em curso, que funcionará no Pólo II. Com níveis de qualidade previamente estabelecidos e assumidos, esta estrutura leve visa colocar os saberes da Universidade de Coimbra à distância de um único número de telefone e promover, de uma forma activa, uma nova imagem da Universidade junto dos seus potenciais parceiros empresariais.

Quanto ao desenvolvimento físico da Universidade, é de referir a previsível entrada em funcionamento, dentro de um ano, do primeiro edifício da Faculdade de Medicina no Pólo das Ciências da Saúde, a conclusão prevista para Março de 2004, do Edifício Central da FCTUC, assim como a entrada em funcionamento, dentro de quinze dias, de duas novas Residências de Estudantes no Pólo II – uma com capacidade para 168 camas e outra com capacidade para 38 camas.

Depois de vários anos de investimento na Universidade de Coimbra abaixo da média nacional, o Governo parece ter compreendido a necessidade de corrigir esta situação, prevendo-se que 2004 possa assistir ao início da construção dos edifícios da Biblioteca das Ciências da Saúde, da Faculdade de Farmácia, do Restaurante e da Residência, esta com 250 camas, todos no Pólo das Ciências da Saúde, bem como a conclusão dos projectos técnicos dos edifícios das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação e de Ciências do Desporto e Educação Física, ambos no Pólo II.

É também com prazer que anuncio, após vários anos de preparação de projectos e dossiês, que está já aberto o concurso público para realização das obras para instalação da primeira fase do Museu da Ciência no edifício do Laboratorio Chimico, com abertura ao público prevista para os primeiros meses de 2005.

Prosseguindo na via da criação de novos públicos e da formação ao longo da vida, serão celebrados, ainda em Novembro deste ano, protocolos com o CEFA (Centro de Estudos e de Formação Autárquica) e com o IEPF (Instituto de Emprego e Formação Profissional), protocolos que permitirão enquadrar e financiar Cursos de Pós-Graduação e de Mestrado, respectivamente sobre “Gestores de Formação para as Autarquias”, e sobre “Formação de Formadores”.

Também com o IDICT (Instituto para o Desenvolvimento e Investigação das Condições de Trabalho) está a ser preparado um protocolo para a realização de 23 Auditorias a Instituições do Ensino Superior Nacionais que ministram Cursos de Formação Pós-Graduada em “Técnicos de Higiene Segurança do Trabalho”.

A Semana da Mostra Cultural está a ser preparada em novos moldes. Pretendemos um Programa menos abundante, mas mais seleccionado e coerente, organizado em torno de um tema central, que será, em 2004, “Ciência e Sociedade: a cultura científica em Portugal e no Mundo”.

Entretanto, o 1.º de Março será objecto de uma comemoração distinta do habitual: as Faculdades aproveitarão para realizar um *Dia da Porta Aberta*, virado para os estudantes do Ensino Secundário. Da parte da tarde, a sessão solene do Auditório da Reitoria será enriquecida com a atribuição do *Prémio Universidade de Coimbra* a uma personalidade de mérito da cultura ou da ciência portuguesas, escolhida por um júri de elevada craveira.



Num outro registo, a Reitoria procurará oferecer todos os anos à cidade e ao país um bom Colóquio de Outono sobre um tema de reconhecida actualidade. A estreia far-se-á com a realização do colóquio “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações”, que terá lugar no Auditório da Reitoria entre 29 e 31 de Outubro.

Paralelamente, a Reitoria tem trabalhado na preparação de uma *Agenda Cultural*, com início previsto para Janeiro de 2004, que cruzará a programação própria, com a de todas as Faculdades, com as actividades dos museus universitários e com as agendas do TAGV e da Associação Académica de Coimbra.

Diversas outras iniciativas estão em curso, num padrão de diversificação de formas jurídicas e de apoios, com vista a atrair investimentos de outro jeito inacessíveis. Destacam-se nomeadamente, por corresponderem a outras tantas experiências inovadoras:

- A constituição, entre a Universidade e a Câmara Municipal de Coimbra, da Diver[sc]idade, EM, com vista à gestão e manutenção do espaço público no interior dos Pólos Universitários. Esta empresa municipal terá igualmente a responsabilidade de gerir e explorar o estacionamento, incluindo a construção de Parques.
  - A preparação de parcerias público-privadas para construção de equipamento residencial e de comércio, tornando possível a rápida concretização de infra-estruturas que, ao ritmo do investimento público, poderiam ser atrasadas várias dezenas de anos.
  - A instituição de uma Fundação em que participarão, como fundadores, a Universidade, a Câmara Municipal de Coimbra e o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, que procurarão interessar no projecto outras entidades, quer públicas, quer privadas.
- Pretende-se proporcionar a gestão integrada do complexo museológico da Universidade e do próprio Museu Nacional da Ciência e

da Técnica, dotando-a de autonomia, de agilidade operativa e dos meios financeiros adequados.

- Finalmente, a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade. Trata-se de um projecto de que não vou falar todos os dias. Anunciei a intenção, anuncio hoje o início da preparação. Seguir-se-á um longo período de trabalho de gabinete que não vai ser interrompido nem perturbado pela pressão mediática ou tentativa de aproveitamento político.

## **5. Remate**

O conjunto de iniciativas em que a Universidade de Coimbra se encontra envolvida transcende, em quantidade e em qualidade, assim o penso, o de qualquer outra instituição da Região e o de qualquer outra Universidade portuguesa. Num discurso em que privilegiei a agenda de política universitária, não me sobra tempo para lhes dar a visibilidade que eles indiscutivelmente merecem. Tendo querido partilhar convosco os motivos de preocupação, retirei espaço aos êxitos – e são muitos – e aos respectivos protagonistas. Que eles encontrem em cada uma das minhas omissões o apreço do Reitor pela forma eficiente como estão a fazer Universidade.

Por longo que vá o discurso, não poderei terminar sem uma referência à relação privilegiada que temos mantido com a Câmara Municipal de Coimbra – nosso parceiro de um número já significativo de projectos – que tudo farei para preservar e reforçar, porque entendo ser importante para as duas instituições e sobretudo para a cidade; e sem deixar uma palavra de simpatia pela continuidade dos projectos que mantemos na Guarda e em Alcobaça, em colaboração com as respectivas autarquias; e sem dizer que as actividades universitárias que temos em curso na Figueira da Foz, sobretudo de investigação científica, se poderão em

breve consolidar, uma vez mais com o apoio do município, através da instalação num edifício conveniente e digno.

Um Reitor é uma Reitoria, é uma Universidade. O trabalho que temos desenvolvido e que muito sumariamente apresentei, é o resultado do labor incansável de uma equipa coesa que se esforça para fazer o melhor pela Universidade que serve. Tenho o privilégio de exercer o mandato num momento em que outros, melhores do que eu, me acompanham em cargos de responsabilidade. Quero aqui deixar uma palavra de reconhecimento a todos quantos participam nesta aventura, em particular aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro e António Gomes Martins) e Pró-Reitores (Doutores Joaquim Sousa Ribeiro, que em breve termina o compromisso que assumiu de colaborar, como Pró-Reitor, na reorganização de serviços; Raimundo Mendes da Silva, Pedro Manuel Saraiva, João Gouveia Monteiro e José Manuel Canavarro, que será, a seu pedido, libertado das suas actuais responsabilidades para cujo desempenho proporei o Doutor José Manuel Carvalho e Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina); também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas, com uma referência especial às Faculdade de Economia e de Ciências do Desporto e de Educação Física, que comemoram, respectivamente, o trigésimo e o décimo aniversário e ao Instituto de Investigação Interdisciplinar que inicia o seu primeiro ano lectivo com o estatuto de Unidade Orgânica; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Directores e responsáveis de serviços. Fico-lhes a dever, a todos, o saberem compreender e compensar as minhas incapacidade e lacunas. Fico-lhes a dever o imenso orgulho que sinto por aquilo que fizemos e fazemos, enquanto pelos carris do tempo vamos trilhando caminho nesta aventura comum.

Visitei há dias os telhados deste edifício. Não vi nenhuma Torre de Marfim. A Torre da Universidade de Coimbra, símbolo, por extensão, de toda a Universidade portuguesa, foi construída com calcário branco da

nossa região e continua a ser ainda hoje alinhada, pedra sobre pedra, com o trabalho, a dedicação e o sacrifício dos que fazem dela uma referência nacional e internacional incontestável. Foi esta, no passado, a força que nos fez. É dela, apenas dela, que depende o nosso futuro.

Estamos a dar asas a um novo sonho. Como Hernán Cortez no advento da conquista de um novo continente, estamos a cortar amarras, a queimar os nossos navios. Com profundo respeito pela nossa História e pelo legado que dela nos chega, pondo do nosso lado o enorme capital de prestígio que ela representa, estamos, decididamente, a virar-nos para o futuro.

Paço das Escolas, 15 de Outubro de 2003

## **ANO LETIVO DE 2004/2005**

SENHOR VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, EM  
REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
SENHOR VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL, EM REPRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL  
SENHOR MINISTRO EROS ROBERTO GRAU, EM REPRESENTAÇÃO DO  
SENHOR PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DO BRASIL  
SENHORES EMBAIXADORES DE ANGOLA, MARROCOS, ÁUSTRIA E CABO-  
-VERDE  
SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL  
DEMAIS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS  
SENHOR REITOR DA UNIVERSIDADE DE GRANADA  
SENHORES REITORES  
SENHORES PROFESSORES  
CAROS ESTUDANTES  
SENHORES FUNCIONÁRIOS  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

### **1. Boas vindas**

No termo de mais um período de Verão, o cair das primeiras folhas, o cheiro peculiar da terra seca, molhada, ou a saída da edição do Outono da *Rua Larga* anunciam-nos a inexorável realidade do regresso às aulas. As Escolas abrem-se para um novo contingente de estudantes

e renovam-se em juventude, em vigor e em entusiasmo. Outubro é o mês em que todas as Escolas são jovens. Aos novos membros da nossa comunidade, aos quais me dirijo em discurso directo, uma saudação especial é devida e oportuna. São cerca de 3000 aqueles que, como cada um de vós, se preparam para entrar pela primeira vez como estudantes, na Universidade de Coimbra. Juntam-se assim aos colegas mais velhos de licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento, para perfazer um número que se aproxima dos 23 000. São apenas mais uma das várias centenas de gerações que já por cá passaram e que daqui levaram bagagem cultural e desenvoltura técnica e científica que lhes permitiu estruturar a vida, garantir o futuro e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Se todos eles conseguiram, vocês também vão conseguir. Vamos trabalhar para que a vossa seja mais uma geração vitoriosa.

Quase 3000 novos alunos de licenciatura significa o preenchimento, logo na primeira fase de colocações, de 86% do número total de vagas declaradas. A Universidade de Coimbra situa-se, assim, juntamente com a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade do Porto, no grupo das três Universidades mais procuradas. Esta posição é tanto mais significativa quanto é conhecido ser, das três, a única que se situa numa bacia demográfica de reduzida dimensão e que, por isso, recruta maioritariamente fora da sua área de localização.

Sobre a nossa capacidade de atrair novos alunos e o consequente preenchimento de vagas declaradas, parecem-me oportunas duas reflexões adicionais:

- em primeiro lugar, a importância crescente dos factores de preferência relativa. É, por isso, essencial, concretizar uma estratégia de investimento no aumento da qualidade e da atractividade da Universidade, objectivo que procurei viabilizar com a proposta que

apresentei ao Senado em 2 de Junho, sobre a utilização de Receitas Próprias, e que o Senado aprovou. O Fundo de Investimento a constituir, cuja mobilização será decidida pelo Senado nos termos da referida proposta, terá um montante aproximado de cinco milhões de euros em 2005 e permitir-nos-á ter uma atitude activa, numa questão tão sensível e crucial como a da nossa capacidade de renovação.

- em segundo lugar a necessidade de alteração da metodologia de afectação de recursos financeiros para funcionamento corrente. Torna-se agora evidente que alguns cursos que ocupam uma posição nuclear na chamada árvore do conhecimento e cuja existência nunca poderá, portanto, ser posta em causa, não atraem um número de estudantes compatível com essa posição. Em consequência, a metodologia de distribuição orçamental não pode manter-se exclusivamente dependente do número de alunos, sob pena de condenarmos à extinção, a prazo, entre outros, os nossos grupos de Latim, Grego, Matemática e Física. Está a ser estudada uma resposta a esta questão que, assim o desejo, terá incidência já na distribuição orçamental para 2005.

## **2. Questões emergentes**

### **2.1. Instabilidade**

O contexto em que a Universidade de Coimbra tem evoluído é determinado, no plano universitário nacional, por uma profunda reforma legislativa com incidência nos planos da organização geral do sistema, da autonomia, da carreira docente, do financiamento, do desenvolvimento e qualidade, anunciada há dois anos, mas cujos aspectos essenciais continuam por concretizar. Se, há cerca de um ano, a mudança de Ministro

num mesmo Governo determinou uma alteração de prioridades que pôs à cabeça a aprovação de uma nova Lei de Bases da Educação e de uma nova Lei de Autonomia, há cerca de três meses, sem que aquelas Leis estivessem aprovadas, a mudança de Governo com um mesmo Ministro foi acompanhada de uma nova inversão, entendendo-se agora, ao que parece, que a maior urgência se centra na aprovação de documentos que permitam iluminar, no plano interno, o caminho para Bolonha. Estas mudanças frequentes de rumo impossibilitam a definição de estratégias internas coerentes, dificultam a mobilização de vontades e de recursos e provocam desnecessárias perdas de tempo e de energia. No plano da estabilidade governativa, que é considerada, e bem, um valor a defender e a acarinhar, será preciso fazer muito melhor.

## **2.2. Autonomia**

Entendo ser particularmente urgente ver estabilizada a interpretação do conceito de Autonomia Universitária, consagrado pela revisão constitucional de 1984 e consubstanciado em Lei da Assembleia da República aprovada por unanimidade em 1988.

Dezasseis anos volvidos, é lamentável que serviços do Ministério das Finanças, reverentemente secundados por outros do Ministério que tutela as Universidades públicas, teimem em classificar as Universidades como meros Serviços e Fundos Autónomos, contra a Lei de Autonomia e contra o Decreto-Lei nº 252/97, de 26 de Setembro, que lhes conferem uma autonomia administrativa e financeira reforçada, eximindo-as, designadamente, ao poder de superintendência.

Esta indefinição tem consequências aos vários níveis da organização universitária, desde o da definição de políticas e estratégias de longo prazo até ao da gestão do dia-a-dia das instituições. Na prática, estas



questões têm sido resolvidas, quando o são, em regime de permanente e desgastante braço-de-ferro, muitas vezes ao sabor da vontade dos técnicos, com pareceres e interpretações jurídicas para todos os gostos. Uma tal situação não dignifica a administração e, a menos que haja uma intervenção política esclarecida, só poderá resolver-se a favor da parte institucionalmente mais forte – o Ministério das Finanças – e de uma forma desvantajosa para as Universidades, sujeitas a grave limitação da sua Autonomia.

Desgraçadamente, é isto mesmo que resulta da proposta de Lei apresentada pelo Governo na Assembleia da República.

Os universitários recordam com saudade a sensibilidade para estes problemas do Ministro das Finanças António de Sousa Franco, e reclamam, nesta matéria, que o conceito de autonomia inscrito no seu Decreto-Lei nº 252/97, de 26 de Setembro, não seja posto em causa.

Quero crer que tenha passado a fase em que o Ministro da Tutela alinhava o seu discurso com o coro geral de críticas infundadas às Universidades, abrindo objectivamente o caminho e preparando a opinião pública para um pacote legislativo, no qual coerentemente estava a trabalhar, conducente à diminuição de autonomia e de financiamento. É altura de se avaliar serenamente o que ganha o País com a limitação da autonomia. Vale a pena recordar que a Autonomia Universitária não é um capricho. O conceito é definido na Magna Carta das Universidades, que um número crescente de Universidades e de Governos vem subscrevendo. E a Autonomia Universitária é praticada e respeitada em todos os países desenvolvidos, por se entender que ela é indispensável ao integral cumprimento da missão das Universidades. A limitação da Autonomia trar-nos-á dificuldades acrescidas, sem que o nosso comportamento o tenha justificado, antes pelo contrário, e sem que se perceba quem pode beneficiar com isso.

Também na esfera pedagógica há que clarificar o conceito de Autonomia. Não se compreende que o Governo o invoque quando não quer assumir responsabilidades incómodas, como a de fixar anualmente o valor das propinas, e logo o negue quando se quer habilitar às Receitas Próprias angariadas pelas Universidades, ou entende dever ele próprio assumir a regulação do sistema, impedindo a concorrência que, no plano dos princípios, diz defender e querer estimular.

O processo anual de fixação das vagas é o exemplo perfeito da clarificação que está por fazer em matéria de autonomia universitária na esfera pedagógica. A adequação da oferta educativa às solicitações exteriores vê-se, neste contexto, dificultada, por argumentos que não têm que ver com a qualidade geral do sistema, únicos que se aceitariam, mas com a preocupação de evitar o esvaziamento de instituições que estão, todos o sabemos, para além das necessidades do País. A um erro – o de deixar crescer acima do razoável o número de instituições – juntam-se dois outros: o de impedir que as melhores recebam o número de alunos que entendem poder absorver e, mais grave ainda, o de condenar alguns deles a uma formação de inferior qualidade.

Uma Universidade que foi, durante centenas de anos, responsável pela formação dos quadros de todo o espaço de língua portuguesa, na qual trabalham hoje directamente cerca de 1600 doutorados, não pode aceitar que a impeçam de abrir um determinado curso porque já existe um, com um nome idêntico, numa instituição de segunda linha. A Universidade de Coimbra exige o respeito pela qualidade, aferida através da rigorosa avaliação pedagógica dos cursos.

A Universidade de Coimbra dá nota muito positiva ao processo de avaliação que tem sido conduzido pela FUP e saúda todos quantos nele têm participado. Reclama, no entanto, que todos os cursos homogêneos, universitários e politécnicos, públicos e privados, sejam sujeitos

à mesma avaliação e que dos seus relatórios, que terão que ser mais incisivos, se possam extrair conclusões com incidência efectiva no financiamento, e quando for caso disso, no encerramento de cursos. Enquanto isso não se fizer, estamos a abrir a porta a todas as mistificações. Estamos a vender gato por lebre. Se, no campo dos negócios e dos serviços, a apresentação de um produto de inferior qualidade, fazendo-o passar por outro de prestígio reconhecido, configura a prática de concorrência desleal e de publicidade enganosa, o Estado deve reflectir sobre se não é isto mesmo que está a permitir no seu próprio sistema de ensino superior.

### **2.3. A gestão**

Vale a pena desmistificar a ideia corrente de que reclamar autonomia é tentar fugir ao controlo do Estado. Sempre defenderei a disponibilidade – e o interesse! – da Universidade de Coimbra em prestar contas aos organismos competentes sobre a forma como organiza e gere os seus recursos. Faço-o por imperativo ético e de legalidade, mas também com a convicção profunda, que a experiência acumulada só tem reforçado, de que, no nosso País, as Universidades são instituições com uma qualidade de gestão acima da média e que, de entre elas, perdoe-se-me a imodéstia, a Universidade de Coimbra está, em muitos aspectos, na linha da frente.

Tenho dado frequentemente os exemplos da falta de eficácia do nosso sistema tributário e do descontrolo das despesas com o sistema nacional de saúde. Se o Estado conseguisse arrecadar, a título de Imposto sobre o Património, receitas que, em percentagem do PIB, igualassem a média registada nos países da União Europeia e conseguisse arrecadar o IRS dos trabalhadores por conta própria ao nível da distribuição no PIB dos rendimentos de trabalho e de capital, tanto bastaria para realizar, com apenas estes dois exemplos, um encaixe adicional equivalente a 3% do

PIB, valor que o País desespera por atingir desde há três anos e que lhe permitiria cumprir folgadoamente o Pacto de Estabilidade e Crescimento, mesmo na sua interpretação mais radical, sem necessidade de vender dedos nem anéis.

Tenho falado igualmente nas grandes obras públicas. No ano passado, por esta mesma ocasião, estimei em 50 milhões de euros, valor equivalente a dez anos de investimento do Estado na Universidade de Coimbra, a derrapagem verificada na construção da Casa da Música. Reconheço hoje que me enganei. Um ano volvido, as estimativas apontam agora para a conclusão da obra com oitenta milhões de euros de derrapagem. Não me compraz dar estes exemplos. Recorro a eles com o objectivo de recen-trar a atenção dos organismos de controlo das contas do Estado sobre os casos efectivamente preocupantes. E com o propósito, se não de impedir os erros do passado, de tentar evitar a inclusão nesta lista negra das grandes obras que estão agora a ser lançadas. A Universidade poderia contribuir para isso.

A auditoria financeira recentemente efectuada pelo Tribunal de Contas à gerência de 2000 da Universidade de Coimbra, com auditores *in loco* em diversos períodos compreendidos entre 12 de Março de 2001 e 4 de Junho de 2004 foi, com toda a probabilidade, a mais profunda jamais efectuada pelo Tribunal de Contas a uma universidade pública. Foi igualmente a ocasião para reflectir sobre a evolução recente da nossa Universidade em termos administrativos e para consolidar as opções para o seu desenvolvimento futuro.

No decurso desta longa e exaustiva auditoria, foram desenvolvidos e concretizados vários projectos, cuja simples menção evidencia que a Universidade de Coimbra vem liderando o contexto de mudança em que vive o Ensino Superior e que a realidade auditada, a gerência de 2000, com os seus sistemas e procedimentos agora obsoletos, faz parte de um passado já distante, embora tenham decorrido pouco mais de três anos.

Destacamos como projectos mais relevantes no referido contexto:

- O início de utilização do SAP/R3 com o POC-Educação a partir de Janeiro de 2002 e a sua descentralização progressiva, em curso desde o início deste ano, às Faculdades, Serviços e Estabelecimentos;
- O início do desenvolvimento do sistema de Contabilidade Analítica, actualmente em curso, que permitirá dar um enorme salto qualitativo na qualidade de gestão;
- O inventário de todos os bens móveis e imóveis e correspondente avaliação em 2001 e 2003, com reflexo no sistema contabilístico da Universidade, regularização jurídica de todos os casos e criação de um arquivo devidamente organizado e actualizado.

Em termos de planeamento e de alterações estruturais, foi igualmente longo o caminho percorrido neste período. Destacamos:

- O processo de certificação do Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ) em conformidade com a norma NP EN ISO 9001:2000, no qual foi a primeira (e até ao momento única) Universidade portuguesa a certificar serviços de acordo com padrões internacionais. A certificação foi obtida em Abril de 2003 e confirmada, após auditoria, em Março de 2004.
- A reestruturação dos serviços da estrutura central da Universidade, publicada em *Diário da República* em Novembro de 2003, que criou condições para operacionalizar serviços de carácter inovador, como o Gabinete de Qualidade e o Gabinete de Auditoria, cuja necessidade há muito se fazia sentir.

A Universidade de Coimbra aguarda com serena expectativa o Relatório Final da Auditoria, uma vez que todo o seu funcionamento assenta numa lógica de melhoria contínua para a qual este documento, embora reportado a uma realidade já ultrapassada, irá contribuir.

## **2.4. Financiamento**

Em matéria de financiamento das Universidades, a preparação do OE para 2005 foi ocasião para mais um lamentável episódio (o sétimo da ordem) de uma já longa série de desencontros, equívocos e opacidades. Aos subterfúgios dos anteriores Governos para tentar justificar o injustificável – o não cumprimento da Lei – num percurso que, regular e circunstanciadamente, apresentei ao Senado, segue-se agora, no âmbito de uma Lei que eu combati e que nos é muito mais desfavorável, porque só em termos muito vagos compromete o Estado, um tempo de engenhosas soluções. Antes, o Governo não cumpria a fórmula de financiamento. Agora cumpre-a, depois de a modificar como entende.

Em cada novo ano o Governo inventa uma nova metodologia com muitos critérios, com muita referência à qualidade, à excelência, à eficiência pedagógica e de gestão, à inovação, ao mérito dos cursos e das instituições, com índices de majoração e factores multiplicativos. Com muito de muita coisa e muito pouco do essencial: recursos financeiros. Amarrado a um Pacto europeu que só alguns parceiros cumprem, incapaz de ir buscar os recursos às fontes correctas e justas de onde eles deveriam sair, mergulha-nos num processo cada vez mais complexo, cujo desfecho, mais por cento ou menos por cento, é a única coisa conhecida à partida. Sabido o resultado, inventam-nos para ele um problema complexo. Discutido este exaustivamente, não nos sobra tempo nem energia para questionar aquele.

Mas não é só à de falta de apoios que este lamento se reporta. Reporta-se também, e sobretudo, à destruição de uma década de trabalho que constituiu uma das mais interessantes e bem sucedidas experiências de rigor orçamental da administração pública portuguesa. Com um Primeiro-Ministro a dizer que não faltarão recursos no final do ano para pagar salários, quando o apoio a uma política de rigor exigiria que ele dissesse

exactamente o contrário. Com um Ministro das Finanças a procurar impedir a integração de saldos de Receitas Próprias, quando o incentivo à obtenção de financiamentos alternativos exigiria que ele fizesse exactamente o contrário.

Não quero maçar-vos com pormenores. Deixem-me dizer, no entanto, que, em apenas sete anos, entre 1998 e 2005, o orçamento transferido pelo Estado para o funcionamento do seu sistema de ensino superior universitário baixou, por aluno, em termos reais, mais de 11%. Em 2005, o conjunto das Universidades públicas terão que funcionar com um apoio do Estado que é inferior, em quase 100 milhões de euros, ao que seria a níveis de financiamento de 1998. No que toca à Universidade de Coimbra, essa diferença é de 11 milhões de euros.

Não me parece justificável, nem passarei a esponja sobre um erro político desta dimensão. Mas ele está feito. É mais importante olharmos para o futuro e por isso lanço um desafio ao Governo. A inovação, no centro de uma política nacional de desenvolvimento económico e social, não se faz só com discursos, nem com alteração de nomes de Ministérios. Inscreva-se no Orçamento de Estado para 2005 do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior uma dotação adicional (para além da que resulta da reestruturação dos programas PRODEP e POCTI) para suporte de uma política de inovação assente na aproximação entre as Universidades e as empresas, na formação cruzada de quadros, no incentivo à investigação e ao desenvolvimento de novos produtos, na captação de estudantes, na requalificação de quadros, no apoio ao registo de patentes e à defesa da propriedade intelectual, no estímulo ao empreendedorismo. E preencha-se essa dotação com uma verba cuja comparticipação nacional tenha uma expressão comparável aos montantes que deixaram de ser anualmente canalizados para as Universidades num passado recente. Assim se chegaria a um valor de cerca de 400 milhões de euros por ano.

## **2.5. Fundos de Apoio ao Estudante**

Critiquei com veemência e não esqueço os inadmissíveis excessos que acompanharam vários dos episódios do longo processo de contestação à Lei de Financiamento. Creio, porém, que não devemos desvalorizar os motivos do desconforto estudantil: são reais as dificuldades económicas experimentadas por um número significativo de estudantes por força da entrada em vigor da nova Lei de Financiamento. É sobre esta matéria que temos trabalhado, em articulação com a AAC e com o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior.

Em Agosto, foi anunciada a possibilidade de contratualização das dívidas atrasadas, através de um Plano de Pagamentos já subscrito por cerca de 420 estudantes e que está mesmo a ser utilizado por outras Universidades. Em finais de Setembro, a AAC procedeu ao levantamento exaustivo dos estudantes com dificuldades reais de pagamento destas dívidas, trabalho que foi validado pelos nossos Serviços de Acção Social, enquanto eu próprio apresentava o problema à Senhora Ministra e obtinha dela o compromisso de que todos esses casos seriam resolvidos. Estamos, pois, em condições de afirmar que nenhum dos estudantes que se apresentaram junto da sua Associação Académica ou dos Serviços Sociais da Universidade ficará de fora por razões de natureza económica. Nestas questões trabalhamos em conjunto. Para elas obtivemos, em conjunto, soluções razoáveis.

Entretanto, na semana passada, no pressuposto da concretização da propina máxima, o Senado aprovou a constituição de um Fundo de Apoio Social aos Estudantes, dotado em 2005 com meio milhão de euros, a gerir pelo Conselho de Acção Social. O seu objectivo é o de complementar o Apoio Social do Estado e de enfrentar as maiores carências que vierem a ser detectadas durante o ano lectivo que agora se inicia. Este Fundo permitirá um apoio equivalente à redução da propina máxima para a mínima,



para cerca de 1200 estudantes. Idêntica redução se verificará no caso dos segundos membros de um mesmo agregado familiar e no caso dos trabalhadores não-docentes da Universidade que são, simultaneamente, seus estudantes de licenciatura. Numa outra vertente, a do incentivo ao mérito e da valorização da qualidade, deliberou ainda o Senado atribuir prémios anuais de cerca de 400 euros aos melhores estudantes de licenciatura, em número igual a 3% dos alunos de cada curso.

Com tudo isto, é ainda possível que um número de algumas (poucas) centenas de inscrições acabe por não se concretizar no próximo ano lectivo. Em função dos elementos de que disponho sobre o currículo escolar destas pessoas, não é difícil concluir que, embora inscritos, não têm sido, de facto, estudantes, estatuto que, tanto quanto me é dado saber, não reclamam, como não contestam as medidas que os impedem de o manter. Assim como não é legítimo excluir alguém do sistema por razões de natureza económica, não é decente pedir ao Estado que financie estudantes fictícios. Estas são as duas faces da moeda, os dois termos de uma equação que qualquer pessoa honesta e de boa-fé sabe como resolver. A Universidade de Coimbra nunca deixará de reclamar do Estado os apoios a que ela e os seus membros têm direito, agora com argumentos cuja credibilidade sairá reforçada, porque teve a coragem de limpar os seus ficheiros.

## **2.6. Organização do sistema**

E é sobre este pano de fundo de grande contenção de despesas e de sub-financiamento das instituições de ensino superior que se torna ainda mais difícil de entender o recente anúncio, no quadro de uma campanha eleitoral, da intenção de criar uma nova Universidade pública, sem sequer esperar – porque terá sido? – pelo resultado de um estudo encomendado na mesma ocasião sobre a Reorganização da Rede de Estabelecimentos de Ensino Superior, ontem mesmo apresentado publicamente. Não quero ser

arauto da desgraça. Desejo ao projecto e aos seus protagonistas o melhor sucesso. Temo, isso sim, que por falta de vontade política para contrariar interesses instalados, o resultado prático desse estudo possa não passar de mais uns tantos dossiês numa estante das Laranjeiras. Porque, para assegurar a concretização do que vier a ser apresentado, é preciso querer genuinamente a racionalidade do sistema. E quem quer genuinamente a racionalidade do sistema não cria, hoje, uma nova Universidade pública.

Não tenho ilusões: Os políticos em campanha fazem promessas. Algumas boas, outras más. E o mais natural é que, depois, não as possam cumprir todas. Pena é que não consigam libertar-se das más, sobretudo quando não cumprem as boas.

É-nos dito que será uma Universidade de qualidade, com enfoque nas áreas da tecnologia e da inovação, desenvolvida em parceria e com apoio de uma grande empresa alemã. Mas será necessário criar uma Universidade para beneficiar desta parceria? Nenhuma das catorze Universidades públicas existentes estaria em condições de aproveitar esta oportunidade? Em nome do interesse nacional e da afirmação internacional da ciência e da cultura portuguesas, entendo que o caminho não pode ser o de continuar a pulverizar recursos.

Em época de comprovado desinvestimento nas instituições que já existem, quando se pede aos alunos que paguem a factura de tantas indefinições e indecisões políticas, aqueles que nelas todos os dias se esforçam por concretizar estes objectivos não percebem como pode o Governo garantir tudo isto a uma nova Universidade que diz ir criar. De onde vão sair os recursos necessários? E para quais estudantes? Para aqueles que já hoje não ocupam as vagas dos cursos existentes?

Para abordar este e outros assuntos de interesse comum, tomei a decisão de convidar os senhores Reitores e Presidentes de Institutos Politécnicos

de todas as instituições da Região Centro. A reunião realizar-se-á amanhã, na Reitoria, e poderá ser a primeira de uma série de iniciativas que visam aproximar as pessoas, compreender pontos de vista, seleccionar os aspectos que nos unem e procurar para eles o desenvolvimento mais adequado. A racionalização da oferta educativa e a reorientação de recursos, o processo de Bolonha, a compreensão da missão das Universidades e dos Politécnicos e a previsível evolução de uns e de outros, são outros tantos temas que interessa discutir em conjunto porque só em conjunto é possível resolvê-los.

Esta questão levanta uma outra: a do papel que o CRUP deve ter nas actuais circunstâncias. Se no passado ele desempenhou uma função agregadora das Universidades nele representadas, por vezes mesmo de seu porta-voz, de interlocutor privilegiado do Governo, ouvido e respeitado, gerador de consensos internos e com capacidade para estabelecer pontes de entendimento com as tutelas, não é menos verdade que data dessa época a génese da crise que ele actualmente atravessa. Provavelmente porque privilegiou a capacidade de diálogo e não quis pôr em causa o clima cordial de relacionamento com os Governos; porque sentiu que não teria força para se lhes opor; porque não lhe foi possível gerar um entendimento interno suficientemente forte e estabilizado; ou, simplesmente, porque não antecipou as consequências dos erros que se estavam a preparar. Provavelmente por um pouco de tudo isto, deixou passar ao lado uma série de reformas demagógicas e populistas que foram progressivamente secundarizando o papel das Universidades, e, portanto, do próprio CRUP e, o que é bem pior, foram diminuindo significativamente a qualidade média do serviço prestado pelo sistema de ensino superior no seu conjunto.

No momento actual, em que o paradigma da concorrência entre instituições está na moda, a tendência não deixará de passar pelo aparecimento de novas forças desagregadoras contra as quais é necessário um novo impulso de racionalidade.

Em primeiro lugar, porque a concorrência livre entre instituições, sobretudo num contexto de severa diminuição do número de alunos, levaria rapidamente ao encerramento das mais frágeis, ónus político que nenhum Governo quereria suportar.

Em segundo lugar, porque nenhuma instituição é suficientemente grande para impor as suas regras ao conjunto. A resolução dos problemas passa, portanto, pela criação de dimensão e de novas pontes, o que se consegue aproximando e não centrifugando.

Em terceiro lugar, porque a diversidade do sistema e a distribuição geográfica do poder de influência e de decisão leva a que, se continuarmos na via da desagregação, continuaremos na via da submissão dos interesses nacionais aos interesses locais. Neste contexto, o caminho a seguir é, como tenho repetido desde o primeiro dia, o da articulação entre instituições. Isto significa que uma entidade integradora como o CRUP tem um importante papel a desempenhar.

Como em qualquer navio em dificuldades, as Universidades têm duas soluções à sua escolha. Ou ficam dentro, participando no esforço colectivo para reparar os rombos e enfrentar as ondas, ou saltam isoladas para a água, procurando uma ilha de salvação e esperando que aí se situe a Terra Prometida. A Universidade de Coimbra está numa posição privilegiada para compreender a importância desta opção, porque, sendo uma das grandes Universidades portuguesas (a segunda em número de alunos) é, deste grupo, a única situada fora dos grandes centros, tendo por isso características que a aproximam das mais pequenas.

Por isso, desejo expressar o meu apoio ao CRUP e ao seu Presidente e dizer publicamente como aprecio os esforços que temos feito para contribuir pela positiva para a resolução das questões emergentes. É necessário que o CRUP assuma plenamente as suas responsabilidades de *órgão polí-*

*tico* no que concerne à política universitária e à defesa da Universidade pública. Mas sem o CRUP, fora do CRUP ou contra o CRUP nenhuma destas questões será convenientemente resolvida.

### 3. Exemplos de sucesso

No dicionário das palavras gastas, revisto e aumentado todos os anos, *excelência* são, de todas elas, a entrada mais utilizada. Não há quem não se reclame da excelência, frequentemente com um vigor e uma exaltação directamente proporcionais aos seus mais íntimos desejos, mas inversamente proporcionais aos efectivos méritos. É, pois, com esta referência cautelar, e porque não posso fugir às palavras apesar do seu desgaste semântico, que arrumo os exemplos de efectiva excelência que vos vou dar no mesmo grupo e sob a mesma bandeira de outros, que outros lá põem, e que não mereceriam lá estar.

- O Doutor José Joaquim **Gomes Canotilho** foi galardoado com o Prémio Pessoa, o que veio distinguir a sua excepcional obra no campo do Direito Constitucional, reconhecida e influente em todo o espaço da Lusofonia. Inevitavelmente, veio também dar mais visibilidade e prestígio à Universidade que é a dele e que é a nossa. Obrigado, Doutor Gomes Canotilho.
- O Instituto Norte-Americano de Física (AIP) considera que o trabalho dos físicos teóricos **Eef Van Beveren**, Professor da nossa Universidade, e George Rupp, investigador do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, no domínio da Física das Partículas, figura na lista dos três mais importantes resultados científicos do ano de 2003.
- O **X-PROT**, unidade de investigação & desenvolvimento (I&D) na área da biotecnologia molecular para produção de proteínas recombinantes de interesse para a saúde humana, que associou a empresa Bluepharma, o CNC e a AIBILI, ambos da Universidade de Coimbra, foi a

única entidade portuguesa premiada em 2004 pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Regional de Acções Inovadoras (PRAI).

- Investigadores do Departamento de Química apresentaram a investigação – considerada como um passo decisivo no **tratamento não-invasivo do cancro** – sobre um novo fármaco baseado numa nova geração de moléculas sensíveis à luz “500 vezes mais eficazes” no tratamento do cancro e com efeitos secundários mais reduzidos do que as actuais terapias fotodinâmicas.
- A nossa **Centopeia** de estimação, desenvolvida no Departamento de Física, já é o computador de investigação científica com maior potência de cálculo existente no País, e entrará este ano na lista dos 500 maiores super-computadores do mundo com a incorporação de 256 processadores a funcionar em rede. O projecto começou em 1998, com 24 processadores.

## 4. E agora?

### 4.1. Projectos em curso

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

A cerimónia da Abertura Solene das Aulas é também a ocasião de passar em revista, de uma forma necessariamente sintética, alguns dos projectos que a Universidade tem em execução. Internos ou externos, parcelares ou globais, todos se inserem na estratégia adoptada de valorização dos recursos e de ligação à comunidade e todos partem da prévia definição de uma orientação estratégica, dinamicamente assumida, que por sua vez determina as opções de curto prazo.

Não referirei a não ser com a fugacidade da leitura de um nome, as intervenções que estão a ser pensadas, estudadas e preparadas, algumas

em colaboração com outras entidades públicas e privadas, no **Jardim Botânico**, no **Estádio Universitário**, nas **Bibliotecas**, no **Arquivo**, no **Palácio de São Marcos**.

No âmbito dos chamados *Anexos*, a intervenção que mais vai contribuir para consolidar a nossa Universidade como Casa de Cultura de prestígio mundial é, no entanto, em meu entender, o projecto de museologia científica. Em discussão no Senado e já aprovado na generalidade na Secção de Planeamento, está o projecto de estatutos para a constituição da **Fundação Museu da Ciência**, com envolvimento da Universidade de Coimbra, da Câmara Municipal de Coimbra, do Ministério da Cultura, do Ministério da Ciência, da Inovação e do Ensino Superior e de entidades privadas.

No passado dia 6 de Abril realizou-se, no Anfiteatro Doutor Mário Silva, a cerimónia de assinatura de um memorando de entendimento entre estas instituições, que garante o apoio ao Museu. Na mesma ocasião foi adjudicada a empreitada de Remodelação do Laboratório *Chimico*, obra já em execução. Este duplo acto significou, a vários títulos, um virar de página do projecto. Por um lado, porque, após cerca de dez anos de preparação, estamos a passar das palavras aos actos, dando início à sua execução física. Por outro lado, porque tornamos irreversível a instalação da fase de pré-figuração no Laboratório *Chimico* e iniciamos a preparação da etapa mais ambiciosa, no Colégio de Jesus. Finalmente porque se perspectiva o momento em que o projecto deixa de ser exclusivamente universitário. Aceitar esta parceria, acautelando a propriedade das peças e dos edifícios e o acesso a elas para fins de docência e investigação, parece ser o único caminho que a Universidade pode trilhar, se quer cumprir o seu dever e interpretar a sua missão à luz das condicionantes actuais. Fazendo-o, mostra-se aberta ao mundo e disponível para a mudança. Valoriza o País e valoriza-se a si própria.

Não menos importante é o dossiê de candidatura da Universidade de Coimbra a **Património da Humanidade**. O trabalho técnico foi iniciado em Março e o Gabinete Interdisciplinar constituído para o efeito, financiado pelo Grupo Totta e coordenado pelo Arquitecto Nuno Ribeiro Lopes, está agora completo. Entretanto, a nossa candidatura foi já incluída na chamada Lista Indicativa, de apenas sete sítios, que o Comité Nacional da UNESCO propôs ao Governo português. A expectativa é grande e temos razões para crer que o projecto será coroado de êxito, mas, tal como se previa, não antes de 2007.

#### **4.2. Novas Instalações**

Podemos dizer que o Plano de Desenvolvimento físico da Universidade se encontra igualmente em muito bom ritmo. Quando, dentro de dois ou três meses, o edifício central da FCTUC, no Pólo II, estiver completamente equipado, espero que possamos ter simultaneamente em obra ou em equipamento, mais ou menos adiantados, os edifícios da Sub-unidade 1 da Faculdade de Medicina, da Biblioteca, do ICNAS, da Faculdade de Farmácia, do Restaurante e da Residência Universitária, todos no Pólo das Ciências da Saúde, e ainda o edifício do Laboratório Chimico, este na Alta Universitária. Trata-se do maior volume de construção simultânea da história da Universidade de Coimbra. Temos também em projecto os edifícios da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física, da Associação Académica e da Casa do Pessoal, todos no Pólo II e ainda os edifícios da Sub-unidade 3 da Faculdade de Medicina e do Instituto Nacional de Medicina Legal, estes no Pólo das Ciências da Saúde, bem como os edifícios do Colégio da Trindade e da AAC, na Alta, e do Colégio da Graça, na Rua da Sofia. A construção da Unidade Central do Pólo das Ciências da Saúde deverá iniciar-se em 2005 e a da Sub-unidade 3 no início de 2006.



### 4.3. Internacionalização

Tendo mais de 3700 alunos nascidos no estrangeiro (17% do total), provenientes de 56 Países de entre os quais se destacam os Países da CPLP e da União Europeia, e cerca de 400 protocolos de colaboração com Universidades estrangeiras, a Universidade de Coimbra é a mais internacional das Universidades portuguesas. O esforço para manter e acentuar esta característica está a ser orientado em quatro direcções diferentes e complementares: a **Europa**, no âmbito de várias acções multilaterais da qual destaco, evidentemente, o Grupo de Coimbra; a **Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa**, no âmbito de contactos bilaterais com várias instituições públicas e privadas e como membros da AULP; a **América Latina**, através de contactos com mais de três dezenas de instituições universitárias e nomeadamente do Grupo de Tordesilhas; o **Norte de África**, que assume na actualidade uma nova dimensão.

DOUTOR DAVID AGUILAR PEÑA

MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE GRANADA, MEMBRO  
DO GRUPO DE COIMBRA E MEU QUERIDO AMIGO:

A solidariedade ibérica encontra hoje uma outra forma de se manifestar, no plano universitário, na **América Latina**, convocando-nos a um trabalho conjunto em terras de além-mar, onde os nossos antepassados fizeram ressoar as nossas línguas, pela primeira vez há mais de cinco séculos. As nossas Universidades acolhem hoje estudantes e investigadores vindos de todos os países Ibero-Americanos, atraídos à Europa pelo nome mágico que temos e pelo evidente parentesco que nos une. Esta relação privilegiada entre universidades de ambos os lados do Oceano Atlântico não se limita à assinatura de protocolos e de convenções de natureza jurídico-administrativa, mas repousa em afinidades afectivas como as que unem

os indivíduos que se sentem próximos. Este é sem dúvida um campo em que podemos fazer valer na Europa as nossas especificidades.

A nossa originalidade peninsular possui ainda, entre as suas componentes culturais, um traço cujo significado histórico reveste, no século XXI, um interesse renovado. Refiro-me à nossa familiaridade com o mundo árabe. Granada, neste aspecto hoje tão crucial, leva a melhor a todas as outras cidades, pela síntese civilizacional do modelo que propõe. Coimbra, por seu lado, revisita a sua herança muçulmana na origem do próprio Palácio onde nos encontramos, desde o século XVI a sede da sua Universidade, antes disso Paço onde os primeiros reis cristãos elegeram domicílio, desde o século XII, e ainda antes, orgulhosa Alcáçova islâmica construída no século XI por Al-Mansor. Esta proximidade latente, e durante muito tempo “recalcada”, permite-nos, uma vez trazida à realidade, descobrir o Outro em nós mesmos, como elemento constitutivo da nossa diferença ibérica. Não há dúvida de que os **estudos orientais** que desejaríamos fomentar em Coimbra têm tudo a ganhar com a aproximação das nossas Universidades. O benefício do esclarecimento de um passado comum de influência muçulmana deve ser, hoje mais do que nunca, de ordem cultural, isto é, humana: em resposta à violência, tentação da ignorância, a Universidade pode apenas armar-se com o conhecimento, com o conhecimento de si e com a problemática da relação com o outro. O grave contexto em que nos situamos confere-lhes uma justificação e uma urgência sem precedentes.

No âmbito das comemorações do seu vigésimo aniversário, teremos o prazer de receber, em Junho de 2005, um conjunto de Universidades europeias reunidas num grupo a que a nossa Universidade teve a honra de dar o nome. Aqueles que inspiraram a criação deste grupo – e quero recordar Simon-Pierre Nothomb e Jorge Veiga – julgaram possível reunir as mais antigas, e portanto as mais orgulhosas, universidades situadas fora das grandes capitais, não num clube conservador e arrogante, mas numa espécie de conselho capaz de, a partir de uma profunda experiência e

de uma tradição venerável, iluminar os caminhos do futuro. As trinta e sete Universidades do **Grupo de Coimbra** detêm um património cultural ímpar, de cuja preservação são responsáveis e sentem-se em igual medida empenhadas no desenvolvimento do seu potencial pedagógico e científico.

Assumir a diferença histórica e a responsabilidade de exercer a cidadania, por um lado, e atingir um lugar de referência nos domínios do ensino e da investigação, por outro, projectando no futuro um olhar que o passado enriqueceu, eis o duplo dever que nos aproxima. “Cidadania”, “Diferença”, “Excelência” – palavras hoje tantas vezes ouvidas e tantas vezes abusadas, que exigem de nós uma renovada legitimação – definem de forma exemplar o que somos e o que fazemos, o que queremos ser e o que queremos fazer, nós, Universidades do Grupo de Coimbra.

#### 4.4. EEES

O lugar que ocupam as melhores Universidades é uma conquista incessante e nunca definitiva. Ou fazemos bem ou desaparecemos como instituição de referência. E, quer queiramos quer não, a formação, e em particular o ensino superior, tornaram-se o lugar de uma competição implacável. Não podemos continuar a ver partir todos os anos para a América do Norte milhares de investigadores à procura de uma qualificação e de uma exaltação intelectual que julgam não poder receber na Europa. A disparidade dos nossos diplomas e dos nossos *curricula* ergue, entre os países europeus, fronteiras que têm dificultado a **mobilidade** dos nossos estudantes: longe estamos de uma Idade Média que permitia a Tomás de Aquino ensinar em Paris sem ter que solicitar a mais pequena equivalência aos Serviços Centrais! É urgente aumentar a **comparabilidade** das formações ministradas nos vários Países. Mas é imperioso não cair na armadilha de diminuir a diversidade de sistemas. Não podemos permitir que à ditadura da língua inglesa se siga a imposição da cultura anglo-saxónica,

passo a passo, em todos os aspectos da organização da sociedade. Este é o verdadeiro desafio para que nos convoca a Declaração de Bolonha: a construção de um **Espaço Europeu de Ensino Superior** onde convivam diferentes modelos e diferentes culturas organizacionais. A *cultura única* é-me insuportável, porque é totalitária.

Após quatro anos em que a preocupação e a actividade sobre a problemática de Bolonha se limitou, quase exclusivamente, às instituições de ensino superior e aos seus docentes e estudantes, saudamos a recente iniciativa ministerial de liderar o processo conducente à aplicação das metas da Declaração de Bolonha, nomeando um conjunto de vinte e três personalidades, uma por cada área científica, às quais cometeu o encargo de preparar, em três meses, um Plano de Acção que deveria incluir a definição sobre competências genéricas e específicas de cada formação, os perfis profissionais e os modelos de formação mais adequados. Tarefa gigantesca, entretanto interrompida antes do final do prazo, com a divulgação pela Senhora Ministra de um documento no qual apresenta uma proposta praticamente concluída, sujeita a comentários das mesmas pessoas a quem tinha pedido o trabalho completo.

É preocupante esta incerteza quanto aos princípios metodológicos do trabalho de base que é necessário realizar. Como é preocupante a não inclusão das instituições universitárias e da comunidade universitária na análise e discussão dos projectos do Governo. Trata-se de questões demasiado sérias para serem discutidas e decididas no segredo dos gabinetes. A total transparência de métodos e de intenções é condição *sine qua non* para a mobilização dos universitários, sem a qual nenhuma reforma poderá ter êxito.

Para tanto, é indispensável e urgente que o Governo esclareça as suas intenções em matéria de financiamento. Enquanto o não fizer, a discussão será permanentemente inquinada por pressupostos de natureza económica,

alheios à dimensão estritamente pedagógica e científica que a deveria conduzir e fundamentar.

- É dever das instituições universitárias garantir as condições que viabilizem o seu funcionamento no respeito cabal pela qualidade de ensino e de investigação que a Declaração de Bolonha exige a todos os seus parceiros. Por isso mesmo, o Senado da Universidade de Coimbra decidiu levar ao conhecimento da Senhora Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior a proposta – aprovada por unanimidade – de financiamento integral dos dois primeiros ciclos de formação, em todas as áreas do conhecimento. Esta é, a nosso ver, a única forma de orientar a reflexão para as reformas que verdadeiramente vão permitir a aproximação aos objectivos de Bolonha: a alteração de paradigma de *ensino* para *aprendizagem*, o suplemento ao diploma, a creditação ECTS, a organização de anos lectivos com quarenta semanas de actividade pedagógica e de semanas lectivas com quarenta horas de aprendizagem. Resolvidos estes pontos substanciais, a geometria e a duração dos cursos acaba por ser uma questão relativamente secundária.

Com o objectivo de consolidar as nossas experiências nestas matérias e de preparar os primeiros cursos – Matemática, História, Economia e Engenharia Informática – para uma possível **certificação pedagógica** internacional, tenho intenção de constituir, em breve, um Grupo de Trabalho com representantes de docentes e estudantes destes cursos de licenciatura. Instrumental para este projecto, o CAMPUS VIRTUAL, em pleno desenvolvimento, criará as necessárias condições de trabalho e correspondentes ferramentas informáticas. Entretanto, contamos poder apresentar, até ao final do mês de Outubro, uma candidatura institucional ao *ECTS Quality Label*. O dossiê em preparação integra, para além de uma apresentação global da Universidade – e da sua política de incentivo à mobilidade de professores e de estudantes –,

uma base de dados actualizada de todos os cursos de licenciatura e de mestrado ministrados em todas as suas Faculdades – e que obedecem a um conjunto de critérios internacionalmente definidos, entre os quais a descrição de objectivos de aprendizagem e a atribuição ponderada de créditos. O dossiê, elaborado em português e em inglês, encontrar-se-á em linha na rede a partir do final do mês e poderá ser consultado através da página da Universidade.

#### **4.5. A investigação científica**

Também no contexto da construção da *Sociedade do Conhecimento*, através da investigação científica e da sua transferência para a sociedade como processo de vitalização da economia baseado numa nova compreensão do papel do desenvolvimento experimental e da inovação, as metas apontadas pela União Europeia são ambiciosas:

- Atingir 3% do PIB dedicados à investigação científica em 2010, contra os actuais 1,6%, valor médio na União, ou 0,6 a 0,8% em Portugal;
- Atingir a cifra de 8 investigadores por cada 1000 habitantes em 2020, contra os actuais 5, valor médio na União, ou 2 em Portugal (é de salientar que os valores são actualmente de 8/1000 nos Estados Unidos e de 9/1000 no Japão);
- Desenvolver o conceito de Universidade de Investigação (“Research University”), com critérios exigentes, aos quais dificilmente respondem mesmo as grandes Universidades portuguesas.

As Universidades que não enfrentarem com êxito os desafios que se avizinham tornar-se-ão, seguramente, escolas de plano inferior. A Universidade de Coimbra terá de procurar responder-lhes, aproveitando as oportunidades decorrentes da assunção da investigação científica como uma prioridade a nível europeu, e ultrapassando dessa forma a maior

incerteza que se faça sentir a nível nacional. Temos muito trabalho pela frente, mas temos igualmente alguns pontos fortes:

- Desde logo, um corpo competente e dedicado de docentes e investigadores, constituído por cerca de 2300 elementos, 1600 dos quais doutorados;
- Um conjunto de 46 unidades de investigação avaliadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, 60% das quais com classificações de Excelente ou de Muito Bom;
- Uma estrutura de integração de todo este potencial, o *Instituto de Investigação Interdisciplinar* (III), com o estatuto de unidade orgânica, que tem já orçamento próprio e financiamento especial destinado a apoiar projectos estruturantes. É de salientar que o III, do ponto de vista de concepção, é uma estrutura única a nível nacional cujos méritos são publicamente reconhecidos pela FCT.

#### **4.6. Gestão da Inovação**

Com um programa de trabalhos centrado na abertura da Universidade ao exterior, as actividades de transferência de saberes e de gestão da inovação terão de ocupar, forçosamente, um lugar de destaque. O balanço que é feito nestas áreas é disso mesmo a prova evidente. Refiro em primeiro lugar a criação do GATS – Gabinete de Apoio às Transferências de Saber – no âmbito do qual têm decorrido as acções desenvolvidas, das quais destaco:

- Acções no campo da actualização dos levantamentos da capacidade instalada e da procura potencial, este último constituído já por bases de dados das 1000 maiores empresas de Portugal (num futuro próximo este número subirá para as 5000), das 600 maiores empresas da Região Centro, das 308 Autarquias e de 100 órgãos de Comunicação Social, tendo sido igualmente constituídas duas bases

de dados adicionais, das pessoas que assistiram às várias iniciativas públicas organizadas e/ou apoiadas pelo GATS, com 700 entradas, e das entidades que apoiam a divulgação de iniciativas organizadas e a organizar pelo GATS, com 100 entradas.

- A aproximação às empresas através das figuras de Parceiro, Aliado ou Apoiente da Universidade de Coimbra, que configuram um tipo de relacionamento preferencial, com regalias mútuas.
- A preparação, aprovação e intensa divulgação do Regulamento de Propriedade Intelectual da Universidade de Coimbra, bem como o registo das primeiras patentes da Universidade.
- O enorme sucesso do Ciclo de Conferências “Empreender Coimbra”, bem como o lançamento do Prémio “Coimbra Inovação e Excelência”, destinada a reconhecer uma empresa que se tenha destacado pelo mérito e excelência na aplicação em realidade empresarial do saber e do conhecimento científico-tecnológico (ambas as iniciativas organizadas em parceria com a Câmara Municipal de Coimbra).
- A organização de visitas de empresários à Universidade e de universitários a empresas, iniciativa efectuada em colaboração com o Clube dos Empresários de Coimbra.
- A constituição do *Grupo de São Marcos*, grupo informal composto por 12 agentes económicos da Região e 12 docentes da Universidade de Coimbra que se reúne de forma periódica para debater e planear iniciativas relacionadas com as transferências do saber.

#### **4.7. Relação com o meio**

A abertura ao mundo pressupõe igualmente uma nova capacidade de comunicação: a capacidade de interpretar os sinais que vêm de fora, de dar a conhecer aos outros o que somos e o que fazemos. Não sei se a modéstia alguma vez constituiu uma virtude universitária. Mas creio que, se ela permanece uma qualidade eminentemente recomendável no indivíduo, ela deve ser



usada com maior moderação no plano colectivo: trata-se, com efeito, doravante, não apenas de ser excelente mas ainda de o dar a conhecer! Numa sociedade dominada pela imagem e pela comunicação, é essencial, até para nós próprios e para o reforço da estima que precisamos de ter pelo que somos e pelo que fazemos, sermos capaz de transmitir a mensagem da nossa presença e da nossa qualidade. De uma forma consistente e sóbria, como o exige o respeito pela nossa história, mas nem por isso menos eficiente e profissional. Com vista a valorizar junto do público a presença e a intensa actividade da Universidade e das suas Faculdades, foi criado **o Gabinete de Comunicação e Imagem**, desde Junho em regime experimental, que está já a marcar uma nova fase de relacionamento da Universidade com o exterior e será, em breve, um instrumento precioso para que a Universidade de Coimbra possa tirar partido dos seus indiscutíveis argumentos.

#### **4.8. Cultura**

Como sejam, entre muitos outros, a intensa actividade cultural que desenvolve. A *Agenda Cultural*, de que acaba de sair o terceiro número, é o nosso convite para as cerca de uma centena de iniciativas culturais todos os meses realizadas pela Universidade, as suas Faculdades e os seus corpos. A Revista *Rua Larga*, cujo número 6 é hoje apresentado, está acessível através de assinatura ou em linha no sítio da Universidade, e entrou também no circuito comercial. Para além do que já é, um consistente e arejado meio de comunicação entre universitários, espero que seja também, em breve, o veículo privilegiado de reencontro dos antigos estudantes de Coimbra com a sua Universidade.

De entre os numerosos eventos de qualidade para os quais gostaria de chamar a vossa atenção referirei a VII Semana Cultural da UC, a decorrer entre 28 de Fevereiro e 5 de Março de 2005, subordinada ao tema “Abraço Lusófono”, para a qual é essencial uma boa resposta das Faculdades, estando

assegurado um bom programa de exposições, de espectáculos, de conferências e colóquios em diversas áreas disciplinares. A experiência das anteriores edições leva-nos a preparar um programa com menos iniciativas, mas mais coerente e de muita qualidade, com uma participação ampla da cidade.

Referirei ainda a notável exposição sobre Carlos Seixas, a decorrer na Biblioteca Geral entre 3 e 25 de Novembro, com Catálogo incluindo vários estudos inéditos com investigação original sobre a vida e a obra do compositor e sobre a música barroca na Península Ibérica na sua época.

Refiro também o Colóquio internacional sobre “Identidade e Cidades”, a decorrer em Novembro de 2005, como ocasião de reflectir de uma forma pluridisciplinar sobre o destino dos nacionalismos e das cidadanias numa época de transformação profunda do Estado-Nação e de diluição das fronteiras políticas e económicas.

Referirei por fim o *Prémio Universidade de Coimbra*, no valor de 25 000 euros, patrocinado pelo Banco Totta, que visa distinguir uma personalidade portuguesa com uma carreira particularmente meritória nas áreas da ciência ou da cultura. A primeira edição do Prémio foi atribuída no ano passado ao neurocientista Fernando Lopes da Silva, figura de prestígio mundial no campo do diagnóstico da epilepsia. As candidaturas à segunda edição do Prémio estão abertas até 15 de Novembro de 2005, sendo o Prémio entregue no dia 1 de Março de 2005, no decurso da cerimónia comemorativa do 715º aniversário da Universidade.

#### **4.9. Administração**

A prossecução dos objectivos estratégicos da Universidade assenta na eficiência dos serviços e na dedicação do corpo de trabalhadores não docentes que os compõem. Estão em curso, de forma articulada, vários

projectos parcelares, com vista a harmonizar em toda a universidade metodologias, ferramentas de trabalho e sistemas de informação, e a introduzir formas novas de gestão de processos e novas aplicações informáticas.

O lema que preside a estas transformações profundas é o de aumentar permanentemente a qualidade da gestão do conjunto constituído pelos serviços administrativos da estrutura central da Universidade e das Faculdades. Para isso é fundamental encontrar o ponto de equilíbrio virtuoso para distribuição de competências e tarefas entre uns e outros, organizá-los em harmonia de métodos e ferramentas, com actualização permanente de competências – técnicas e de direcção – e com mecanismos de controlo e auto-correcção, instalados numa estrutura em rede. As palavras-chave são: descentralização, normalização, formação, auditoria, qualidade.

#### **4.10. Novos saberes**

O ano que agora começa poderá ser igualmente o de um novo arranjo de saberes na Universidade. A algumas ideias – ainda não propostas concretas – já tornadas públicas nesta matéria, nomeadamente pelo Professor Decano, Doutor Arsélio Pato de Carvalho, gostaria de acrescentar uma intenção já enunciada perante o Senado: a de desenvolver uma área de formação artística mais alargada, vindo a incluir, com alguma expressão, cursos de Artes Modernas ou de Artes Contemporâneas. O projecto será amadurecido e apresentado, na devida altura, à apreciação do Senado universitário.

#### **4.11. Notas finais**

Duas notas finais e dois convites. A primeira, para abraçar as dezenas de relatórios anuais das Faculdades e Serviços que me foram entregues e que li, e a miríade de questões importantes que ficaram sem referência,

pedindo aos respectivos protagonistas que aceitem uma palavra anónima de aplauso a juntar-se à principal retribuição que já tiveram pelo vosso trabalho: a consciência do dever cumprido.

A segunda, para partilhar um estado de alma: a desolação que sinto pela falta de atenção dos responsáveis governativos relativamente às opiniões das Universidades, que não tem só que ver com a conjuntura económica difícil que o País atravessa; e, em compensação, o alento que decorre da relação de grande aproximação que tem sido possível estabelecer entre a Universidade e a Câmara Municipal de Coimbra. Creio, Senhor Presidente, para bem da imagem e do desenvolvimento da cidade, termos dado passos irreversíveis nesta matéria.

Dito isto, tenho o prazer de convidar todos os presentes para a cerimónia de tomada de posse dos novos Pró-Reitores, Doutor Francisco Veiga, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Farmácia e Doutor Fernando Guerra, Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina, a qual decorrerá na Sala do Senado logo após o termo desta cerimónia. Apesar das dificuldades que uma alteração de equipa comporta, é uma grande alegria para mim, que defendo a abertura à sociedade, constatar que os membros da minha equipa são pessoas que a sociedade valoriza e que se mobilizam eles próprios para desempenhar cargos de grande relevância social e política.

A todos convido igualmente para o Concerto da Orquestra de Câmara de Coimbra, dirigida pelo Maestro Virgílio Caseiro, ainda com a participação do Coro Misto e do Orfeon Académico, que a Universidade oferece à cidade por ocasião da Abertura Solene de mais um ano lectivo. O programa, que conta com o apoio do *Diário de Coimbra*, será integralmente preenchido com obras de Carlos Seixas, numa iniciativa incluída nas comemorações do 300º aniversário do seu nascimento. Definitivamente a não perder. Hoje, às 21h30, na Sé Nova.

## 5. Agradecimentos

Um Reitor é a sua circunstância e a sua Universidade. O meu reitorado é também o resultado do labor incansável de uma equipa coesa sem outro interesse que não seja fazer o melhor pela Universidade que serve. A todos os membros da comunidade universitária quero deixar uma palavra de amizade e de incentivo. Que ninguém se sinta de fora. A minha equipa é a Universidade de Coimbra e não há desafios que esta equipa não consiga vencer. Aos que me acompanham nesta aventura, a de dar à Universidade de Coimbra o futuro que o seu passado merece, fica o meu reconhecimento pela entrega e a dedicação que não poderei nunca esquecer. À Senhora e aos Senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e João Carlos Marques, com quem tenho partilhado tantos e tão intensos momentos de exaltação e de cumplicidade, aos Senhores Pró-Reitores, Doutores Raimundo Mendes da Silva e João Gouveia Monteiro, e àqueles que o foram até há pouco, Doutores Pedro Manuel Saraiva e José Manuel Silva, a quem fico a dever incondicional ajuda e solidariedade, bem como a interpretação imaginativa e a concretização competente das responsabilidades que lhes foram atribuídas; aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas que partilham em primeira mão com a Reitoria as dificuldades da governação universitária; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Directores de Serviços e restantes chefias. Sinto-me o maestro de uma orquestra afinada, e, como qualquer maestro, não tenho dúvida de que, lançada, ela tocaria melhor sem mim do que eu sem ela. A todos vós, docentes, estudantes e funcionários não docentes da Universidade de Coimbra, quero dizer-vos do orgulho que sinto por ser o primeiro responsável de uma Casa que vos inclui a todos.

## 6. Epílogo

E encerro, na linha do que disse numa das ocasiões mais marcantes do ano cujo percurso me cumpre fazer, a da constituição do Alto Conselho para o Investimento Directo Estrangeiro, grupo de reflexão instituído pela Universidade de Coimbra e pela Agência Portuguesa de Investimento, sob o patrocínio do Senhor Presidente da República.

Num clássico do cinema (*2001 – Odisseia no Espaço*), um nosso antepassado *Australopithecus Afarensis* lança ao ar um osso, logo depois de o ter usado – de longe nos vem esta tara – como ferramenta de morte. Nos breves segundos em que o fémur rodopia no espaço, o realizador Stanley Kubrick transporta-nos do Pleistoceno até à Era das viagens interplanetárias. Perdoem-me o exagero por conta da necessidade de avivar as cores, no quadro que pinto. No ambiente sublime da *Morada da Sabedoria*, símbolo primeiro de uma Universidade que se encontrou desde sempre a procurá-la, os momentos intensos que vivemos transportam-nos, como no filme, de um passado que constitui um enorme capital de prestígio pelo qual somos respeitados e conhecidos em todo o mundo, para novos desafios que agarramos com ambas as mãos. Em Coimbra, temos uma longa tradição como construtores de futuro. E, como Reitor desta velha Universidade, esta tradição – a de construir futuro – é a que mais me agrada perpetuar. Sem a violência do filme – nenhuma comparação é perfeita –, mas com a mesma alucinante rapidez, rodopiamos no espaço, caminhamos nos trilhos do tempo, enquanto for havendo asas para o nosso sonho.

Paço das Escolas, 13 de Outubro de 2004

## **ANO LETIVO DE 2005/2006**

SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

SENHOR EMBAIXADOR DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SENHOR CONSELHEIRO DA EMBAIXADA DA REPÚBLICA

DE CABO VERDE, EM REPRESENTAÇÃO DO EMBAIXADOR

DA REPÚBLICA DE CABO VERDE

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS

SENHORES REITORES E VICE-REITORES

SENHORES DOUTORES, CAROS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

### **1. A pré-temporada e o regresso às aulas**

Pelo interesse que desperta como factor de mobilização de toda a comunidade universitária e pela importância que assume para os jovens que pela primeira vez ingressam numa Universidade e para as suas famílias, o regresso às aulas é o quase inevitável tema de abertura de uma cerimónia cujo objectivo é, justamente, o de o celebrar. Este carácter de renovação, que confere à Universidade a sua eterna juventude, mais condizente com a Primavera, apesar de ocorrer, normalmente, numa época do ano em que a Natureza já se agasalha com as cores quentes do Outono, e que este ano mais se aproximou da rigorosa estação, não tanto pela inclemência do tempo mas pela inclemência dos homens, este carácter essencial de cíclica renovação apela, irrepri-

mivelmente, a um ponto de situação, a uma reflexão sobre os nossos objectivos estratégicos, sobre o enquadramento em que desenvolvemos a nossa acção, perspectivando, a partir daí, as orientações que hão-de conduzir os nossos passos no ano escolar que agora se inicia e que, no caso presente, não se antevê fácil.

O carácter tradicional de um protocolar relatório de actividades será assim preterido, uma vez mais, mas mais ainda do que tenho o hábito de fazer, em favor de um texto de reflexão sobre política universitária. Os documentos e os números que cumprem essa outra função poderão ser encontrados na página *web* da Reitoria e nomeadamente numa nova brochura que se pretende periódica e que se edita pela primeira vez este ano: *A UC em números*.

Mas vamos por partes. As minhas primeiras palavras são para dar as boas-vindas aos novos alunos da Universidade de Coimbra, que uma vez mais acorreram à chamada, preenchendo em larga medida as vagas disponíveis. Pelo segundo ano consecutivo, a Universidade de Coimbra consegue integrar-se, com as Universidades do Porto e Técnica de Lisboa, no grupo das três Universidades que preenchem, percentualmente, maior número de vagas, sendo a única deste grupo que não beneficia da proximidade de uma grande bacia demográfica de recrutamento. Depois de completado o processo de matrículas, este ano reformulado para corresponder às expectativas dos novos alunos, simplificando procedimentos e adoptando uma postura de aproximação ao utente que deve ser um objectivo de qualquer administração pública moderna, um contingente de cerca de 3000 estudantes entrou, pela primeira vez, na Universidade de Coimbra. Para eles vão os nossos pensamentos e os nossos esforços. Tudo faremos para corresponder às expectativas que depositam na sua Universidade e para que o seu trabalho venha a ser bem sucedido.



## **2. Reflexões sobre o acesso**

### **2.1. Evolução da oferta educativa. Os novos cursos**

As instituições de ensino superior (Universidades e Politécnicos) têm procurado compensar a perda de alunos em determinadas áreas, criando novos cursos. Este procedimento de adaptação à evolução da procura não teria nada de condenável não fora a circunstância de que, na falta de uma regulação nacional que é da exclusiva competência do Governo, rapidamente se impôs a imaginativa composição de nomes e designações apelativas, a criação de licenciaturas de banda estreita, quando não ultra-especializadas, determinada unicamente por razões de natureza concorrencial, em instituições que não estão, por vezes, preparadas para as leccionar. Acresce que o vazio legal quanto à diferenciação entre ensino universitário e ensino politécnico e a possibilidade de atribuir o mesmo nome a formações diferentes e nomes diferentes a formações iguais têm contribuído para aumentar a confusão dos alunos e dificultar as suas escolhas.

No intrincado contexto em que decorre este jogo e no período limitado de tempo em que todos os anos ele se joga, a atitude da Universidade de Coimbra tem sido sóbria, séria e bem sucedida. Os cursos criados nos últimos anos representam já cerca de 15% do número total de estudantes admitidos, sendo este valor de 45% na Faculdade de Letras. É-me igualmente grato constatar que as licenciaturas mais recentes ocupam, no contexto das 55 licenciaturas da Universidade de Coimbra, lugares de destaque quanto à nota de acesso do último colocado. Estes resultados positivos têm que ser tidos em consideração no processo de permanente reflexão que vimos mantendo sobre a evolução das nossas áreas de intervenção e sobre o carácter e a abrangência do ensino que queremos ministrar. É errado pensar que podemos tomar as nossas decisões independentemente do que se passa à nossa volta. Fazê-lo no actual contexto significa-

ria, por exemplo, reduzir para metade o número de alunos da Faculdade de Letras, e ainda pior, seria condená-los a eles a uma preparação de inferior qualidade. A Universidade de Coimbra deve assumir o seu papel, propondo, como tem feito, medidas de racionalidade e de seriedade. Quando elas forem adoptadas, seremos os primeiros a felicitar-nos e a respeitá-las. Entretanto, não podemos ser os únicos a cumpri-las.

## **2.2. Licenciatura e pós-graduação**

Com a oferta educativa tão dispersa ao nível da licenciatura, preferindo os estudantes frequentar, até poderem, escolas mais próximas do local de residência familiar, a Universidade de Coimbra tem vindo a alterar a composição orgânica do seu corpo discente, diminuindo marginalmente a sua capacidade de captação de alunos de licenciatura e reforçando-a aos níveis da pós-graduação. Por efeito conjugado destes dois factores, está já a acontecer em algumas das nossas áreas científicas que o número de alunos dos Programas de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento ultrapassa, por ano, o da licenciatura. Longe de encarar esta situação com dramatismo, devemos antes considerá-la a evolução normal de uma escola madura, aproveitando a oportunidade para diferenciar pela qualidade, reforçando o papel central da investigação científica, a caminho de uma grande Universidade de investigação. No seu conjunto, a Universidade atingiu em 2004/2005 o número de 517 Pós-Graduações, Mestrados e Doutoramentos concluídos, o que representa cerca de 16% do total de diplomas do ano, contra apenas 6% em 2000/2001. Esta tendência tem sido sempre crescente nos últimos anos e é minha intenção continuar a estimular este crescimento.

O prenúncio de uma nova realidade e de novos equilíbrios faz-nos concluir que tem os dias contados o hábito que mantemos de avaliar a importância dos nossos grupos disciplinares, cursos ou departamentos,

pelo número dos seus alunos de licenciatura. A organização pedagógica terá que ser revista, bem como a afectação de recursos docentes entre a licenciatura e a pós-graduação. Não somos coerentes, por exemplo, quando limitamos o acesso de alunos de pós-graduação de qualidade enquanto lamentamos a diminuição da procura ao nível da licenciatura. Também aqui se abre à nossa frente um vasto campo de reformas, pedagógicas mas sobretudo conceptuais.

### **2.3. Qualidade e atractividade**

Uma das reformas que pode constituir, em Coimbra, um importante factor de vantagem relativa é a contabilização das actividades de formação extra-curricular no âmbito da entrada em pleno funcionamento do Suplemento ao Diploma. Ser capaz de valorizar o envolvimento desportivo, cultural, associativo ou institucional dos estudantes é um objectivo que interessa à AAC, como factor adicional de atracção de jovens e à própria Universidade que, pela diversidade das actividades que pode proporcionar, tira partido das suas especificidades e se reforça em termos absolutos e relativos.

Neste como em todos os campos, nada do que nos pode diferenciar positivamente deverá ser descurado. Assume, por isso, uma grande importância, o alargamento do parque residencial universitário, para proporcionar boas condições de acolhimento a estudantes deslocados e a docentes ou investigadores visitantes, a qualidade da nossa restauração universitária de que tanto nos orgulhamos, a oferta de boas condições para a prática desportiva e para o envolvimento em actividades culturais, a atenção que temos dado ao apoio social e ao reconhecimento do mérito.

A este propósito vale a pena recordar que somos a única Universidade portuguesa que garante a redução de propinas para o valor mínimo aos estudantes com uma capitação de rendimento inferior a 550 euros mensais.

E somos também a única que atribui bolsas de mérito, de valor equivalente à diferença entre a propina mínima e a máxima, aos melhores alunos de cada curso, em número que se aproxima das cinco centenas. Iniciámos este ano, através do Instituto de Investigação Interdisciplinar, um programa próprio de bolsas de doutoramento, que chegará, dentro de três anos, a um número de 40 bolseiros em permanência. Igualmente com Receitas Próprias, iniciámos um Programa de incentivo à internacionalização, que permitiu aumentar em cerca de uma centena, começando no ano lectivo passado, as experiências de mobilidade dos nossos estudantes de graduação.

#### **2.4. Abandono escolar**

A análise dos números permite-nos afirmar que o abandono está esmagadoramente ligado à falta de aproveitamento escolar. 62% dos alunos de licenciatura que abandonaram o curso, sem o concluir, no final de 2003/2004 não tinha feito nenhuma cadeira durante todo o ano lectivo. A percentagem sobe para 77% se juntarmos os que tinham feito apenas uma ou duas cadeiras. 89% deles tinham já mais de cinco inscrições. Algumas das causas profundas do insucesso estão fora da Universidade e nomeadamente nos níveis de preparação básica e secundária, onde, aliás, ele é ainda mais preocupante. Mas a consciência de que há causas que nos transcendem não nos dispensa de fazer aquilo que está ao nosso alcance e que depende exclusivamente de nós. É, pois, nesta via que é necessário actuar. A Reitoria vai mobilizar todas as Faculdades num vasto programa de combate ao insucesso escolar, que, sem ultrapassar a autonomia científica e pedagógica estatutariamente consagradas, procurará identificar os maiores estrangulamentos e encontrar vias alternativas de organização pedagógica que os consigam desfazer.

Os números mostram ainda um aumento de abandonos em 2004/2005 superior em cerca de 350 unidades relativamente à evolução previsível

de anos anteriores. A análise comparativa das séries permite afirmar que essa incidência se faz uma vez mais, em esmagadora medida, sobre os alunos que não obtiveram sucesso no ano anterior. Por outras palavras, o efeito do aumento das propinas e da obrigação de as pagar é o de não deixar perpetuar situações de insucesso e, deste ponto de vista, é apenas a antecipação dos mecanismos de prescrição, igualmente previstos na Lei. O estudante tem agora mais dificuldade em tomar a decisão de se manter no sistema, e de pagar para isso uma importância que já não é simbólica, se não conseguir um mínimo de êxito nos seus estudos. Desta conclusão decorre, uma vez mais, a percepção de que é sobre o combate ao insucesso que devemos centrar a nossa atenção.

A consciência da importância e sensibilidade deste problema levou o Senado da Universidade de Coimbra a aprovar, em Outubro de 2004, sob minha proposta, a criação de um Fundo de Apoio Social ao Estudante através do qual foi possível criar um escalão de apoio adicional, em complemento aos seis escalões em que se divide o acesso ao apoio social do Estado. O facto de apenas um terço da verba disponível ter sido mobilizada para este fim, estando a restante a garantir a continuação dos estudos a jovens que subscreveram o Plano diferido de pagamento de dívidas atrasadas, nomeadamente os provenientes dos PALOP, e que estão a ter dificuldades evidentes em cumprir os respectivos compromissos, permite-nos garantir que o aumento do valor das propinas não está a ser um factor importante de abandono escolar. Com a convicção e a certeza de quem acompanhou de muito perto este problema, creio poder afirmar que nenhum aluno de licenciatura com aproveitamento mínimo no seu percurso escolar deixou de se inscrever, no presente ano lectivo, na nossa Universidade, por dificuldades de natureza económica.

Esclarecer definitivamente estes pontos e não deixar que interpretações abusivas ou baseadas em dados incorrectos, ainda que bem intencionadas, possam dar uma imagem distorcida da realidade universitária, parece-me

igualmente importante para afirmar a Universidade de Coimbra como instituição socialmente comprometida, que faz seus os problemas dos seus estudantes e que procura para eles, como nenhuma outra, as soluções possíveis e justas.

Em contraponto aos episódios pequenos que, em momentos de fraqueza – e quem os não tem? – me têm trazido dúvidas sobre se valerá, realmente, a pena, o esforço despendido, trabalho para dar aos estudantes de Coimbra um nível de apoio social que não encontrariam em mais nenhuma universidade portuguesa. É isto o que realmente conta. Esta é uma questão de princípio, com peso muito relevante na minha acção como Reitor.

## **2.5. Episódios estudantis**

Também por isso, lamento que a vida da nossa Universidade tenha sido marcada, nos últimos tempos, por episódios espúrios que não só não se enquadram, a meu ver, na tradição de luta da sua Academia pelos valores da liberdade e da democracia, como oferecem fortes argumentos àqueles que são contra a gestão democrática e participada das Universidades.

Candidatei-me ao cargo de Reitor apresentando um quadro de princípios e um programa que representa o meu compromisso, o qual foi sufragado pela grande maioria dos três corpos da Universidade. Como todos sabem, é um compromisso com a Universidade, e só com a Universidade.

Ao enfrentar hábitos e práticas instaladas e interesses estabelecidos, sabia que poderia desencadear reacções desagradáveis. Entendi e entendo, porém, ser meu dever não fugir às responsabilidades e aceitar as incomodidades do cargo para que fui eleito, actuando de acordo com os dita-

mes da minha consciência, em defesa dos interesses da Universidade de Coimbra e dos valores que constituem o seu precioso património moral.

Colocado perante situações-limite, tomei decisões que representaram para mim uma enorme violência, apesar de o ter feito em plena paz de consciência, cumprindo um indeclinável imperativo de cidadania, na defesa de valores que estão muito para além da minha comodidade pessoal.

Apesar das circunstâncias adversas, a porta do meu Gabinete esteve sempre aberta, no limite das minhas disponibilidades, para todos os membros da comunidade universitária e nomeadamente os estudantes, cujos dirigentes recebi sempre que tal me foi solicitado e que frequentemente chamei, para com eles analisar problemas e dificuldades da AAC, com o propósito de ajudar a solucioná-los, o que muitas vezes aconteceu.

Assim fiz e assim vou continuar a fazer.

Dentro deste espírito, ouvidos os órgãos de governo de todas as unidades orgânicas e os representantes da AAC, entendi que não estavam reunidas, no dia 19 de Outubro, as condições necessárias para realizar com dignidade a Abertura Solene das Aulas. A evolução das circunstâncias levou-me a concluir que era chegado o momento de o fazer. Da minha parte, é a afirmação do direito que assiste à Universidade de realizar as suas cerimónias estatutariamente consagradas, de confirmar o seu prestígio e de criar no seu seio um ambiente de sã convivência democrática, de espaço aberto de opinião no respeito pela liberdade dos outros.

Gostaria, é claro, que todos partilhassem este meu sentimento e que todos nos encontrássemos na defesa da nossa Universidade, como Universidade pública, plural, livre e democrática. Porque é disto que se trata.

## 2.6. A pré-temporada

O quadro que apresento sobre os acontecimentos que marcaram este início de ano não estaria completo se não me referisse igualmente à pré-temporada.

Em clima de evidente diminuição do número de candidatos à frequência do ensino superior, é importante reflectir sobre o crescendo de agressividade mediática que tem caracterizado a actuação das várias instituições. Como numa corrida, cada uma tenta encontrar o melhor posicionamento para o tiro de partida, nem que seja à custa de uma ou outra cotovelada, que o árbitro, que não existe, nunca vê. Fazem-se campanhas publicitárias cada vez mais milionárias, com conteúdos cada vez mais enganadores. Definitivamente, é tempo de todos percebermos que este tipo de concorrência entre Universidades não pode compensar a falta de uma política nacional para o sector.

A tudo isto veio, este ano, juntar-se, como que por acaso no momento em que os jovens tomam as suas decisões e fazem as suas escolhas, a polémica publicação de um novo *ranking* das Universidades, baseado no número de publicações, elaborada numa base duplamente enganosa: porque partiu de dados falsos e porque utilizou uma metodologia incorrecta. Do tratamento apressado e incompetente de indicadores mal construídos, feito por comentaristas que, com o futebol no defeso, descobrem súbita vocação para questões universitárias, logo resultaram notícias de caixa alta a garantir a venda de papel. Presta-se um mau serviço, mas isso que importa? Já o jornal está vendido e já alguém encontrou a sua conta. No meio da confusão, até houve quem afirmasse que as Universidades têm receio de ser avaliadas.



### 3. Autonomia e avaliação

O episódio tem, no entanto, o mérito de chamar a nossa atenção para a tremenda importância dos processos de avaliação nas sociedades modernas, e para a responsabilidade social das Universidades numa matéria na qual, talvez mais do que em qualquer outra, devem dar o exemplo e mostrar os caminhos do futuro.

Avaliar e ser avaliado faz parte do dia-a-dia das nossas instituições. A prová-lo, se fosse necessário, estão o processo de avaliação da qualidade das unidades de investigação universitárias, promovido pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – comumente considerado como um dos factores mais decisivos para a constituição de um sistema científico nacional de qualidade, e o processo de avaliação pedagógica dos cursos, conduzido pelo CNAVES – Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior – com cerca de 12 anos de experiência acumulada em cada Universidade pública. Num e noutro caso os resultados são disponibilizados na rede e podem ser consultados sem restrições. Em complemento a estes dois processos, quise-mos recentemente ascender a um novo patamar de exigência, propondo ao Governo uma reformulação profunda da fórmula de distribuição orçamental, para que a auditoria da qualidade nos seus vários aspectos tenha efectiva incidência em matéria tão sensível como o financiamento.

Sem risco de ser desmentido, afirmo com segurança que não existe nenhum outro sector da administração pública portuguesa onde a cultura da avaliação do desempenho esteja tão desenvolvida, tão interiorizada e tão assimilada como nas Universidades. Retomando uma linha de discurso que me é frequente, quem nos dera a todos nós, portugueses, que a gestão das unidades hospitalares, ou do sistema judiciário, ou das obras públicas, ou do sistema fiscal, adoptassem práticas semelhantes de aferição de qualidade. Seria então possível melhorar a prestação dos nossos serviços públicos, evitando os actuais “poços sem fundo”

do orçamento nacional, corrigindo o défice crónico do País e, já agora, alocando à educação os recursos necessários para levar à prática uma política consistente de desenvolvimento assente sobre a inovação, da qual os cidadãos profissionalmente competentes e culturalmente bem formados seriam, simultaneamente, os principais agentes e os maiores beneficiários.

Na esperança de que isso venha a acontecer um dia, noutros sectores, centremo-nos por agora no recente anúncio, pelo Governo, de novos desenvolvimentos que se preconizam para o processo de avaliação do sistema de ensino superior.

Considero que a autonomia universitária assenta sobre três pilares: a definição dos objectivos e missão, a atribuição de recursos compatíveis e a avaliação dos resultados. Missão, recursos e avaliação, coerentemente definidos e racionalmente articuladas, são, pois, a base de sustentação do contrato social através do qual o Estado comete às Universidades a responsabilidade de preparar, técnica e culturalmente, as sucessivas gerações de cidadãos. As maiores inconsistências e limitações da autonomia – não me tenho cansado de o repetir – resultam da falta de vontade ou de capacidade do Estado em decidir, o que só a ele lhe compete fazer, as regras e critérios de funcionamento do sistema e, nomeadamente, de formatar correctamente os três pilares sobre os quais ele assenta. Dispenso-me de dar exemplos que a todos nós ocorrem com profusão, mas sempre direi que atirar para a esfera da competição interinstitucional aquilo que deveria ser decidido em sede de regulação tem sido um dos mais frequentes e perversos erros do Estado, que tem, como consequência inevitável, a concorrência desqualificada e o alinhamento por baixo. Ora, a iniciativa de dar um novo alento ao processo de avaliação, pelo que indicia de uma nova disposição do Estado em introduzir racionalidade e de não se alhear das suas responsabilidades, só pode ser considerada oportuna e é, portanto, bem-vinda.

Compete-me chamar a atenção para a necessidade de que o processo seja conduzido com total transparência, por pessoas independentes e competentes e de que todas as instituições, públicas ou privadas, universitárias ou politécnicas, sejam avaliadas. Isenção e universalidade são duas palavras-chave que interessa manter sempre presentes neste processo. Se assim acontecer, como todos esperamos que aconteça, o Governo poderá encontrar, nas conclusões do processo, argumentos para ultrapassar os tradicionais constrangimentos políticos que por vezes tolhem a sua acção e as universidades de referência verão reforçado o seu estatuto e a sua credibilidade. A Universidade de Coimbra já iniciou a preparação do processo de avaliação pela EUA (European University Association) e entrará em breve numa fase decisiva de acreditação pela ENQA (European Network for Quality Assessment) de quatro das suas licenciaturas – Matemática, História, Economia e Engenharia Informática –, num trabalho pioneiro iniciado há cerca de um ano e que agora se revela em toda a sua importância e oportunidade.

#### **4. Reorganização pedagógica e EEES**

Numa mesma orientação de seriedade, a qual muito me agrada valorizar, referirei a entrada em vigor de uma nota mínima de acesso ao ensino superior (95 em 200) e a intenção de não aprovar a criação de novas Universidades. É preciso agora trabalhar na consolidação da oferta educativa, reduzindo drasticamente as designações das licenciaturas existentes, definindo as vias de acesso e a duração de cada uma, garantindo condições para a mobilidade e a internacionalização. Mas falar de tudo isto é referir as ideias-chave que levaram um grupo alargado de países europeus a acordar a constituição do chamado Espaço Europeu do Ensino Superior. Na Universidade de Coimbra, a nova contabilização de créditos ECTS já está regulamentada pelo Senado e estamos a trabalhar para que o Suplemento ao Diploma possa ser passado à generalidade dos estudan-

tes de licenciatura, a partir do próximo ano lectivo. Para este trabalho, a comunidade universitária ainda não está completamente mobilizada, quer por razões conjunturais de mera falta de disponibilidade, quer por reacção à mudança ou ainda porque teme que o processo de Bolonha acabe por abrir a porta à mercantilização da educação.

Se estou a ver bem o problema, os inconvenientes do envolvimento de Portugal no Processo de Bolonha são do mesmo tipo dos que, no plano económico e social, decorrem da nossa adesão à CEE, hoje União Europeia. É, com efeito, para nós, um tremendo desafio, que no campo económico e social está ainda longe de estar ganho, o de saber se vamos ou não conseguir racionalizar o nosso sistema de ensino superior, para podermos acompanhar os melhores e contribuir para a construção da Europa do conhecimento. Mas tentar inflectir, neste momento, a opção que a Europa tomou por razões de afirmação no plano internacional relativamente aos Estados Unidos e ao Japão é, eventualmente, sobrevalorizar as nossas capacidades. E pretender que devemos estar fora desta estratégia, para além do paradoxo que consiste em tê-la assinado como co-fundadores do EEES e ter-lhe até dado o nome – Estratégia de Lisboa –, é posição que não resiste à imagem demolidora da aldeia de irredutíveis gauleses – lusitanos na ocorrência, já que aos gauleses ficou a experiência que não querem repetir – e tem igualmente o travo vincado de um *déjà vu*, do *remake* de um filme a preto-e-branco, que já há vinte anos não foi nenhum êxito de bilheteira.

Resta-nos a opção de estar dentro e de fazermos, com seriedade, o nosso trabalho. É apenas uma questão de confiança em nós próprios.

Sob o duplo signo da autonomia e da cumplicidade, é essencial que cada um de nós tome consciência de que o espaço europeu de ensino superior não se reduz a um xadrez de graus académicos, a uma aritmética de créditos ou a um jogo de competências (mais ou menos claramente

definidas ou definíveis), não devendo, pois, ser uma ideia feita, uma casa entregue *clef en main*, mas algo em progresso que requer o esforço, a participação, o contributo voluntário, consciente e entusiasta de todos nós.

Mas se não soubermos colocar no centro da nossa agenda, universidades, politécnicos, ordens e associações profissionais, governo e restantes agentes educativos, as questões substantivas para as quais o Processo de Bolonha nos convoca, enquanto a discussão se resumir ao 3-2-3 ou 4-1-3, tal como a táctica do *Mister* num jogo de futebol, nunca o caminho para Bolonha poderá ser mais do que um conjunto de imposições burocrático-administrativas, às quais nos conformaremos apenas superficialmente, retocando a pintura e mexendo o menos possível no essencial. Se assim for, o resultado será negativo, só que a responsabilidade não terá sido do processo de Bolonha, mas toda nossa.

As recentes alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo foram mais longe do que poderiam ir ao definir, no abstracto, durações, sem prévia clarificação das designações, disciplinas de acesso, objectivos e correspondentes conteúdos, e não tão longe como deveriam ter ido se, como seria razoável esperar, aquela reflexão a tivesse precedido e até, incorporado. Tal como se apresenta, ao obrigar cada Universidade a fixar a duração de cada um dos seus cursos, a Lei de Bases do Sistema Educativo é mais um factor de instabilidade e de desarticulação do sistema, mais um exemplo de desregulação da concorrência e de desresponsabilização do Estado em matéria da definição de política educativa. Neste momento, só a actuação concertada das Universidades poderia impedir que o resultado não seja uma manta de retalhos. Temo, porém, que o CRUP não esteja em condições de assegurar essa concertação.

Pressinto, com efeito, em algumas Escolas, Faculdades ou mesmo Universidades, a incapacidade de conter por muito mais tempo o anúncio de um figurino de formatação dos cursos de 1º ciclo, antecipando-se ao tra-

balho que se está a procurar consensualizar ao nível do CRUP. Por falta de paciência ou por necessidade de provar capacidade de liderança seria, aliás, apenas a reposição da situação vivida em Setembro de 2003, quando várias Faculdades e até mesmo o Senado de uma Universidade tomaram decisões sobre propinas antes mesmo de o CRUP ter possibilidade de analisar a Lei que acabava de ser publicada.

Mas é ténue a diferença entre liderança e precipitação. Quando uma decisão abre portas e galvaniza os outros, isso é liderança. Quando, ao contrário, fecha caminhos de consenso e inibe contribuições válidas, isso é precipitação.

A Universidade de Coimbra não se precipitará. Se, como desejamos, for possível em tempo útil tomar, para cada curso, decisões concertadas com as outras Universidades de referência, é isso que faremos. Se tal não acontecer, não será por nos termos precipitado em mostrar uma casa arrumada. Quando se fala do Sistema Educativo nacional, para arrumar a casa não basta que cada um se ocupe apenas do seu apartamento.

Tenho defendido que as medidas a tomar para consolidar a oferta educativa ao nível da graduação deveriam procurar conferir maior legibilidade ao sistema de escolha; evitar o recurso a designações apelativas e à facilitação do acesso, como factores de concorrência entre instituições; e permitir a organização da formação de 1º ciclo em cursos de banda larga, mas não em cursos preparatórios.

Igualmente preconizo que a concretização destes objectivos seja prosseguida através das seguintes acções:

#### **1ª Racionalização da oferta**

Diminuição significativa do número das designações actualmente existentes. Das actuais 825 deveríamos passar para um número próximo de 100.

## **2ª Relação biunívoca entre designação e conteúdo**

Admitindo uma certa margem de diversificação da componente não nuclear de cada formação, cursos com um conteúdo nuclear semelhante devem ter a mesma designação e cursos com um conteúdo nuclear diferente devem ter designações diferentes.

## **3ª Universalidade do critério de acesso para uma dada formação**

O critério de acesso a cursos com a mesma designação (e portanto com conteúdos idênticos) deve ser o mesmo.

## **4ª Universalidade da duração para uma dada formação**

Os cursos com a mesma designação (e portanto com conteúdos idênticos) devem ter a mesma duração.

Nas decisões que seremos levados a tomar não devemos, ainda, deixar de ter em conta os seguintes dados do problema:

- São poucos os países europeus em que é inferior a dezasseis anos a duração de estudos desde o início da escolaridade obrigatória até ao final da primeira graduação universitária;
- O financiamento das instituições não foi, como repetidamente propus, desconectado da reorganização dos cursos no âmbito do processo de Bolonha. Resulta, evidentemente, que decisões que deveriam ser exclusivamente ditadas por considerações de natureza pedagógica e científica são permanentemente inquinadas por pressupostos de natureza económica. Ora, os actuais compromissos de financiamento abrangem, sempre, o primeiro ciclo (independentemente da sua duração), mas só abrangem o segundo se este for imprescindível para aceder à profissão.

Tomo igualmente por boa, a menos que entretanto haja informações em contrário, a orientação que o senhor Ministro me transmitiu, e com a qual concordo, de que o nível científico do segundo ciclo não deve ser diferente do do actual mestrado.

## 5. Organização do sistema

Estarão todos recordados de que, desde o primeiro momento, chamei a atenção para a importância da co-existência de dois tipos de ensino superior, com características bem definidas e diferenciadas, para a necessidade de clarificar os conceitos legais de ensino universitário e de ensino politécnico, e de pôr termo à actual deriva universitária dos Institutos Politécnicos. Como base desta minha convicção, dou como assentes duas coisas: 1) o País precisa não só de quadros técnicos com formação universitária, mais conceptual e abrangente, mas também de outros com uma formação de pendor mais marcadamente profissionalizante, de natureza politécnica; 2) se tivermos uma amálgama de instituições a tentarem fazer as duas formações, não teremos nenhuma a fazê-las bem.

A questão que se coloca há 20 anos, que as Universidades erradamente desprezaram como coisa de outrem, e à qual urge dar resposta é a que instituições deve ser cometida a responsabilidade de dar formação de natureza politécnica. Três respostas são possíveis:

- Aos actuais Institutos Politécnicos, reservando para as Universidades a formação de natureza universitária;
- A Universidades e Politécnicos que dariam indiferentemente os dois tipos de ensino.
- A um novo conjunto de instituições a criar.

A terceira é, obviamente, ridícula. Com uma rede já demasiado densa de instituições de ensino superior, não há justificação, nem haveria recursos, para criar um terceiro sub-sistema que faria aquilo que o segundo não quer, porque prefere fazer o que o primeiro já faz. Mesmo que fosse possível – e não é –, ainda assim ficaria por garantir que dentro de alguns anos não viéssemos a ter o novo sub-sistema, também ele, a querer conferir os graus de Mestre e de Doutor.



Contra a segunda hipótese se pronunciou recentemente a OCDE, em avaliação ao sistema de ensino superior irlandês, contrariando a tendência igualitária que estava a ser seguida, sob influência do vizinho inglês, ao que se julga, entretanto arrependido.

Resta encontrar um meio que permita a partilha equilibrada de responsabilidades entre Universidades e Politécnicos, de forma a que nenhum dos sub-sistemas se sinta subvalorizado e nenhum dos profissionais se sinta socialmente desconfortável ou discriminado. Preconizo, para esse efeito, a criação de Regiões Académicas, integradas, numa base regional, por Universidades e Politécnicos, dotadas de capacidade de investimento para promover a racionalização e a transferência estudantil, e que, sem perda de identidade e de autonomia das instituições que nelas se integram, decidam entre si a distribuição das responsabilidades de formação do ensino universitário, entregando-o às Universidades e do ensino politécnico, entregando-o aos Politécnicos.

## **6. Financiamento**

### **6.1. Orçamento de funcionamento**

Deixei claro, logo no início desta intervenção, que o ano lectivo 2005/2006 se vai desenrolar num quadro de grandes dificuldades orçamentais. Em matéria de preparação do Orçamento de Estado para 2006, e embora não se tenham repetido as trapalhadas de um passado recente, sou forçado a afirmar que, no respeitante ao orçamento de funcionamento, o resultado é igualmente mau.

Não tenho motivos para dizer que a Universidade de Coimbra tenha sido consciente e voluntariamente maltratada. Mal seria se assim fosse. Mas posso afirmar que teria sido possível ao Governo, mesmo com o

limitado envelope orçamental de que dispunha para o Ensino Superior, terminar o exercício de distribuição orçamental para 2006 sem arriscar rupturas em algumas instituições. E que, se estava ao seu alcance evitá-lo, adoptando, por exemplo, os mecanismos de coesão que o CRUP incluía na proposta que preparou, aprovou, e apresentou formalmente, não se compreende que o não tenha feito. Em 2006, a Universidade de Coimbra suportará a maior diminuição de orçamento transferido que alguma instituição de ensino superior alguma vez suportou na história recente, com pelo menos dez anos, do ensino superior em Portugal: menos 2,6 milhões de euros em valores nominais, o que, em termos de orçamento real, significa uma erosão da ordem de sete ou oito milhões de euros num só ano. A prova de que o Governo tem consciência de que alguma coisa não está bem é que, logo a seguir ao anúncio da distribuição, foi necessário sossegar o sector, do meu ponto de vista da pior maneira, seguindo uma fórmula iniciada por Durão Barroso em 2002: estejam descansados, porque em caso de ruptura nós acudimos. Não há processo mais eficaz de descredibilizar o modelo de financiamento, de pôr em causa o rigor das contas públicas e o equilíbrio orçamental.

Se as palavras têm ainda algum significado, e não podendo pôr em causa a boa-fé de quem assegura que acontecerá, **depois**, em nosso auxílio, menos compreendo que não se tenha agido **antes**, através de uma distribuição mais cautelosa dos recursos disponíveis.

Como sabem, trabalho nestas matérias desde 1998 e ser-me-ia fácil preparar, de hoje para amanhã, uma dúzia de fórmulas de distribuição do OE pelas Universidades, todas elas escuras e racionais, transparentes e sem erros, e conduzindo a resultados completamente diferentes. O que faltou este ano foi aquilo que nenhuma fórmula pode, por si só, garantir: o bom-senso, ou a vontade para compreender que não pode ser adoptado um processo que conduz a uma diminuição tão significativa do orçamento de uma instituição (seja ela qual for), por muito correctas que estejam as contas.

A menos que sejam ainda encontradas outras vias de financiamento, por exemplo através de um Contrato-Programa que tenha em consideração as especificidades desta Universidade, vejo-me obrigado a concluir que continua a não haver em Lisboa sensibilidade para as compreender. Não é legítimo que nos obriguem a retirar ao orçamento para ensino e investigação aquilo que as outras Universidades não são obrigadas a retirar, para podermos suportar encargos que as outras Universidades não têm. Enquanto esta questão não for convenientemente resolvida em sede de orçamento transferido, não haverá, em Portugal, uma distribuição justa de recursos pelas Universidades públicas.

Idêntico padrão parece resultar de um novo mecanismo de financiamento preconizado pelo Governo para a Acção Social. Embora ainda não definitivamente adoptado, é a tal ponto nocivo dos interesses da Universidade de Coimbra que só pode merecer a nossa mais viva oposição. Acompanharei de perto esta questão e tomarei em relação a ela as posições que me parecerem mais adequadas.

## **6.2. Investimento**

As perspectivas sobre investimento são, felizmente, mais animadoras para a nossa Universidade. Muito embora dotada com um orçamento de investimento três vezes inferior ao solicitado, mesmo assim ele é o mais alto de todas as instituições e superior ao dobro da que se situa em segundo lugar. Olhando à nossa volta e verificando o abrandamento generalizado do sector, não tenho dúvidas em considerar, dentro dos actuais condicionalismos, que obtivemos um bom orçamento de investimento. Complementado com os que provêm de várias outras fontes, que estamos finalmente a conseguir diversificar, o Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade poderá prosseguir em 2006 a um ritmo normal.

Os edifícios das Faculdades de Medicina e de Farmácia estão em construção. Os projectos dos edifícios das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação e de Ciências do Desporto e Educação Física serão concluídos em 2006.

A Universidade de Coimbra lidera uma rede nacional de investigação em imageologia cerebral funcional a ser financiada pela FCT, com sede em Coimbra no edifício do PET/CTNAS, a concluir no próximo ano e equipado com um acelerador de partículas ciclotrão de 19 MeV, único no País, e uma câmara PET. Esta unidade reforça o nosso compromisso com o desenvolvimento das ciências da saúde e da vida e será, a curto prazo, novo motivo de orgulho para todos nós.

No plano social, o Restaurante do Pólo das Ciências da Saúde estará a funcionar no início do próximo ano lectivo e já se iniciou a construção da nova Residência, com 270 camas. Há três dias foi aberto concurso para construção da Residência do Observatório Astronómico, esta com 12 pequenos apartamentos, a financiar com verbas do Fundo de Investimento. Em 2006 o edifício, na Rua Antero de Quental, onde actualmente funciona a Imprensa da Universidade, será adaptado a Residência Universitária com cerca de 30 camas.

O mesmo Fundo está a co-financiar a Requalificação do Campo de Santa Cruz e a suportar a componente nacional da Requalificação da Casa das Caldeiras, bem como o regresso à sua antiga casa da Imprensa da Universidade, na Rua da Ilha, e o projecto de um Centro Aquático para o Estádio Universitário.

Na Alta prosseguem os trabalhos que permitirão concluir, no próximo ano, o projecto para instalação no Colégio da Trindade de um Tribunal Universitário Judicial Europeu, projecto ao qual o Senhor Ministro da Justiça se quis associar. Do mesmo Ministério temos a garantia de financia-

mento da Sede Nacional do Instituto Nacional de Medicina Legal, em terrenos do Pólo das Ciências da Saúde, com concurso lançado ainda este ano.

Com verbas do POC – Programa Operacional da Cultura, está a ser preparada, no Laboratório Chimico, a instalação da primeira fase do Museu da Ciência. O PIQTUR – Programa de Investimento na Qualificação do Turismo, acaba de aprovar o financiamento parcial do Parque de Estacionamento do Largo D. Dinis, sendo o auto-financiamento desta obra (25% do total) suportado em partes iguais pela Universidade e pela Câmara Municipal. A este mesmo programa foram submetidos cinco outros projectos de requalificação de espaço público na Alta e de criação de infra-estruturas culturais, das quais destaco o Museu da Universidade.

A facilitação de acesso a fundos diversificados para intervenção na Alta Universitária relaciona-se directamente com o grande projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade. O plano de gestão da candidatura está já concluído e aponta para um investimento global de 45 milhões de euros a concretizar nos próximos dez anos. Tenho agendado uma reunião com o Senhor Primeiro-Ministro para lhe apresentar esta proposta e tentar mobilizá-lo para este projecto de interesse nacional.

Em complemento das iniciativas da Universidade, saúdo a duplicação da capacidade de incubação do IPN, com a entrada em funcionamento de um novo edifício dentro de poucos meses, bem como a evolução do dossiê “Tecnopólo”, agora detido maioritariamente pela FCTUC e do dossiê “Instituto para as Tecnologias da Construção – ITC”, que agrega para cima de cinquenta associados e viu aprovada pelo Programa PRIME uma Ideia de Negócio que envolve um investimento de mais de três milhões de euros. A abertura em Cantanhede, em Setembro passado, do BIOCONT – Centro de Inovação em Biotecnologia, é uma outra aposta que a Universidade faz, desta vez através do CNC – Centro de Neurociências e Biologia Molecular, que prova uma imparável vontade e uma imbatível capacidade para se

organizar em torno dos seus centros de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispondo-se, sem preconceitos, a aprender com eles tal como se propõe ensinar-lhes.

Com vista à digitalização dos respectivos acervos, a Biblioteca Geral, o Arquivo e o Museu da Ciência prepararam candidaturas ganhadoras ao Programa Operacional da Cultura – que envolvem, no seu conjunto, investimentos superiores a um milhão de euros. Várias das nossas unidades de investigação viram aprovados projectos de reequipamento apresentados à FCT, que no seu conjunto ultrapassam dois milhões de euros.

A Administração tem promovido todos os anos, com financiamento pelo Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social – POEFDS e este ano candidato ao Programa Operacional para a Administração Pública – POAP, um vasto plano de formação de recursos humanos não docentes, ao qual tiveram ou vão ainda ter acesso, em 2005, cerca de metade do número total de funcionários da Universidade e envolve anualmente verbas da ordem dos 300 000 euros. Na área da gestão documental e da qualidade, a candidatura apresentada recentemente ao POAP ascende a 600 000 euros.

Mas o resultado mais notável, porque inesperado, do esforço para diversificação do investimento a que nos entregámos em 2005, veio de onde menos se esperava, do mecenato. O projecto da nova Biblioteca da Faculdade de Direito será, definitivamente, da autoria do Arquitecto Álvaro Siza Vieira e será integralmente suportado por donativos particulares e oferecido à Universidade. Só uma Universidade como a nossa teria sido capaz de congrega, em Portugal, o conjunto de boas vontades necessárias à concretização deste objectivo, que a acção generosa e persistente dos Doutores António Avelãs Nunes e Gomes Canotilho e a intervenção directa do Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, permitiu alcançar com pleno êxito.

Ao contrário de anos anteriores, apresentei hoje uma enumeração mais exaustiva das acções empreendidas para melhorar as nossas condições físicas de desempenho. Fi-lo por entender que, de momento, é para este aspecto que devo chamar a atenção. Em primeiro lugar, porque, em termos de montantes globais mobilizados, esta é, de longe, a área de investimento mais exigente. Em segundo lugar, porque se está a preparar a opinião pública para a necessidade de descontinuar o chamado “ciclo do betão”, insistindo que devemos agora investir no humano e não no material. E temo que, de tanto repetida, alguém leve a sério esta formulação simplista e demagógica e se esqueça de que dotar as Universidades de boas condições materiais é dar aos jovens a possibilidade de aceder a uma formação superior de qualidade, é investir, acima de tudo, na formação qualificada de recursos humanos. Em dois estudos conduzidos pelo CRUP, reportados a Abril de 2001 e a Outubro de 2005, este último ainda não divulgado, o índice de instalação da Universidade de Coimbra evolui, se considerarmos todas as obras já adjudicadas, de 41% para 61%. Estamos no bom caminho, mas precisamos de mais alguns anos de investimento.

PIDDAC, PRODEP, POCI, Fundo de Investimento, FCT, POC, PIQTUR, POS-Conhecimento, PRIME, POEFDS, POAP, mecenato, doze nomes de outras tantas Fontes de Investimento, são vértices de uma política de diversificação de recursos que está a permitir concretizar vários projectos estratégicos da Universidade. O tempo em que, únicos, nos bastava reclamar apoios, já lá vai. Estalar os dedos já não basta para que o poder político acorra, solícito, em nossa ajuda. E não podemos cair na tentação, de todo ineficaz e contraproducente, de, na falta de projectos de futuro, invocar razões do passado. Demorámos muito tempo, em Coimbra, a reagir às profundas alterações de relação de poderes que decorreram do 25 de Abril e deixámo-nos atrasar relativamente a outros, em tempos de conjuntura económica muitíssimo mais favorável. A viragem do século trouxe-nos os primeiros resultados de uma nova estratégia e com eles começámos a compreender, e já não era sem tempo, que temos

tudo aquilo de que precisamos para ganhar o jogo: bastará tão-só que o joguemos. E é isso que estamos a fazer.

Os exemplos que vos apresento dos diversificados apoios que obtivemos não escondem as dificuldades que todos sabemos existirem neste campo. Têm apenas o objectivo de mostrar as novas vias de enquadramento pelas quais tem que passar qualquer estratégia activa que vise manter e reforçar o papel de liderança da nossa Universidade no contexto nacional e a sua projecção além fronteiras.

Se a Universidade de Coimbra se limitasse, hoje, a gerir o que lhe chega do Estado via Orçamento transferido, a carpir as suas mágoas e a zurzir os governantes pela sua política, não poderia fazer mais nada senão vangloriar-se, em circuito fechado, pelas suas glórias do passado – e ainda assim com crescentes dificuldades, porque até isso é caro – e pagar mensalmente, *tant bien que mal*, os vencimentos aos seus funcionários, que teriam de diminuir em número em cada ano que passa. Não contem comigo para tão pouco.

## **7. Universidade de Investigação**

Porque não podemos ambicionar a menos do que estar entre os melhores. E porque os diversos indicadores nos permitem ser optimistas.

A qualidade da investigação que fazemos foi, justamente, durante o ano, profusamente reconhecida. Sessenta Professores e Investigadores da nossa Universidade foram distinguidos este ano com vários e prestigiados prémios, entre os quais catorze Prémios de Estímulo à Excelência da FCT, e sete Prémios Gulbenkian de Estímulo à Investigação. Eles próprios lideram equipas constituídas por numerosos jovens investigadores que são a garantia do nosso futuro e cujos méritos muito gostaria de personalizar nesta ocasião. Referirei apenas um nome, pedindo que se sintam todos



incluídos nesta única referência: a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira agraciada pelo Senhor Presidente da República com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a maior condecoração civil a que um português pode aspirar, tendo ainda sido distinguida com o Prémio Eduardo Lourenço, atribuído pelo Centro de Estudos Ibéricos como reconhecimento pelo trabalho realizado em prol da língua portuguesa ou espanhola, e com o Prémio *Educator of the Year*, atribuído pelo Centro Internacional Biográfico de Cambridge, pelo contributo extraordinário dado ao estudo das línguas clássicas. Ela, como todos os que se dedicam à investigação, fazem-no por amor ao conhecimento, não esperam nada em troca, e por isso merecem os mais rasgados elogios e a mais elevada consideração.

## **8. Notas Finais**

Não posso deixar de vos chamar a atenção para o extraordinário conjunto de iniciativas culturais e científicas organizadas por docentes, estudantes e funcionários, no âmbito da Reitoria, das unidades orgânicas, dos Serviços e da AAC e de vos convidar, em particular, para a VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra, a realizar entre 1 e 11 de Março de 2006, desta vez em torno do tema “De Mar a Mar”. E para a exposição e a série de cinco debates no âmbito do projecto “Dez livros que mudaram o Mundo”, a partir do próximo dia 7, até Junho de 2006. E ainda para a próxima apresentação a Senado, provavelmente em Janeiro, de uma proposta que visa desenvolver o Estudo das Artes na Universidade de Coimbra.

## **9. Agradecimentos**

O êxito do nosso trabalho resulta da confluência de múltiplas colaborações, do labor incansável e da dedicação sem limites de todos quantos constituem a nossa comunidade.

Quero aqui deixar uma palavra de reconhecimento a todos quantos dão corpo a este projecto comum. Em particular à Senhora e aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e João Carlos Marques), com quem tenho directamente partilhado as minhas responsabilidades, os mais vibrantes e os mais difíceis momentos deste percurso. E aos Senhores Pró-Reitores (Doutores Raimundo Mendes da Silva, João Gouveia Monteiro, Pedro Manuel Saraiva, Fernando Guerra e Francisco Veiga), pela competência e dedicação com que têm acompanhado os dossiês sob sua directa responsabilidade. Também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas, aos quais cabe a enorme responsabilidade de dirigir as Casas onde efectivamente se desenrola a actividade universitária. Igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Senhores Directores e responsáveis de serviços. Agradeço-vos a todos o saberem compreender e compensar as minhas insuficiências e incapacidades.

Aos docentes, estudantes e funcionários que compõem a nossa comunidade universitária, é com muito apreço que vos incluo a todos neste abraço, que simboliza o compromisso que temos com a instituição à qual dedicamos a nossa vida profissional. Fico-vos a dever o imenso orgulho que sinto por ser Reitor de uma Universidade que vos tem a todos como membros.

## **10. Epílogo**

CAROS COLEGAS,  
SENHORAS E SENHORES

Não somos nós que escolhemos o tempo. Em boa medida, é ele que nos escolhe a nós. Já existia quando chegámos e por cá ficará, apenas, talvez, um pouco diferente, quando a próxima geração substituir a nossa. Talvez

por isso, desde que o homem é homem, sempre lamentou o tempo em que lhe é dado viver, deixando claro com esse lamento que a sua preferência vai mais para o tempo do que já foi e não tanto para o tempo do que ainda será.

Duplo engano.

Como não entender que o recente encontro, na nossa Biblioteca Geral, de Einstein e de Cervantes é demasiado significativo para ser fortuito?

Que melhor tempo do que o presente para reunir duas figuras míticas do espírito moderno, o criador de um novo mundo e o inventor de uma nova cosmologia?

E que importa se o nosso tempo é melhor ou pior do que outros, se é ele o nosso e não outro, ou de outros? Vivemos com ele uma relação definitivamente exclusiva. Podemos vivê-la lamentando-o e lamentando-nos, ou transformando-o, transformando-nos ao transformá-lo. Mas lamentá-lo é perder tempo e o tempo não costuma perdoar a quem o perde.

Tentar intervir sobre as circunstâncias do tempo. Em alguns casos, até, talvez, conseguir modificá-las. Definir objectivos e ir resolvendo questões concretas, umas atrás das outras, de acordo com o rumo traçado, até que um conjunto consistente de problemas resolvidos de uma forma coerente tenha o significado e a dimensão da uma grande reforma. E de outra. E de outra ainda.

Em breves palavras se enuncia o nosso desafio e a nossa determinação: entregar-nos ao futuro com o empenho e a improvável convicção de quem faz por acreditar que cada um dos seus pequenos passos também é, porque acompanhado de muitos outros que o tornaram possível, como o primeiro de Neil Armstrong na Lua, um salto gigantesco para toda a Humanidade.

Paço das Escolas, 2 de Dezembro de 2005

(Página deixada propositadamente em branco)

## **ANO LETIVO DE 2006/2007**

### **1. Boas-vindas**

Reúne, uma vez mais, a comunidade universitária nesta Sala Grande dos Actos, para dar início formal às actividades de um novo ano lectivo. A todos os professores, investigadores, estudantes e funcionários da Universidade de Coimbra apresento as minhas saudações fraternas, fazendo votos para que o ano que agora começamos preencha as vossas expectativas nos planos pessoal e profissional.

A todos os que, não pertencendo à Universidade de Coimbra, acederam ao meu convite para partilharem connosco este momento, endereço os meus respeitosos cumprimentos, com apreço e agradecimento pelo gesto da vossa presença.

Mas uma palavra de especial carinho deve ser hoje dirigida aos que agora ingressam na nossa comunidade. Vieram de todos os lados, atraídos por um nome mítico, pela vontade de se tornarem parte da História, e pelo poderoso apelo que constitui o prestígio dos nossos mestres, a reputação das nossas Faculdades e serviços, a qualidade do nosso apoio social ao estudante e a vantagem relativa que um diploma da Universidade de Coimbra representa no mercado de trabalho.

Ser estudante da Universidade de Coimbra significa ainda ser membro de uma Academia cosmopolita e internacional, partilhar conhecimentos e

experiências com estudantes de 56 países de todo o mundo, participar nas actividades da Associação Académica de Coimbra, e de alguma ou algumas das suas dezenas de secções culturais e desportivas ou dos organismos autónomos de teatro, de canto, de música e de dança. Significa ser mais um elo de uma longa cadeia de gerações que aqui receberam bagagem cultural e capacidade técnica e científica que lhes permitiu estruturar a sua vida, garantir o seu futuro e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Pelo nosso lado, e em nome dos que hoje vos recebem, professores, estudantes e funcionários, tudo faremos para que sintam rapidamente esta Casa como vossa e para que nela encontrem a justificação da vossa escolha e da vossa preferência.

## 2. Êxitos

Verifico com prazer que o esforço desenvolvido pelos nossos professores, estudantes e funcionários teve, uma vez mais, ao longo do último ano, o correspondente reconhecimento público. Não podendo fazer uma referência exaustiva, peço a todos que se revejam na necessariamente incompleta selecção que preparei:

- Na nomeação do Doutor Amílcar Falcão como *Eminent Scientist of the Year 2006* Europa, pelo prestigiado IRPC – Conselho Internacional para a Promoção da Ciência;
- na eleição do Doutor Duarte Nuno Vieira para Presidente da Associação Internacional de Medicina Legal;
- na atribuição à Doutora Maria Helena da Rocha Pereira da edição de 2006 do Prémio Universidade de Coimbra, pela primeira vez a um membro da nossa Universidade e a uma mulher, bem como do

- “Prémio Latinidade 2006”, galardão da União Latina, que reúne 35 Estados de língua oficial românica;
- na atribuição da Medalha de Honra L’Oréal para as Mulheres na Ciência 2005 à Doutora Inês Araújo, investigadora do Centro de Neurociências da Universidade de Coimbra;
  - na atribuição do “Prémio de Melhor Tese Nacional de Doutoramento 2005” pela Associação Portuguesa de Mecânica Teórica, Aplicada e Computacional à Doutora Marta Oliveira, investigadora do nosso Centro de Engenharia Mecânica;
  - na atribuição do Prémio “Personalidade do Ano 2005 na Sociedade da Informação”, pela Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação, ao Doutor António Dias Figueiredo;
  - na indicação, por parte do Senhor Presidente da República, do Doutor Manuel Costa Andrade, para integrar o Conselho Nacional de Magistratura e dos Doutores Manuel Antunes e Pedro Manuel Saraiva, como seus consultores para os assuntos da Saúde e do Ensino Superior, respectivamente;
  - Na nomeação do Doutor José Casalta Nabais como membro do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
  - Na eleição do Doutor Norberto Pires como Presidente da Sociedade Portuguesa de Robótica.

São também, entre muitos outros, merecedores do nosso reconhecimento e do nosso agradecimento a Doutora Catarina Resende de Oliveira e o Doutor Luís Picado dos Santos, que garantiram a participação da Universidade de Coimbra, respectivamente através do CNC (Centro de Neurociências e Biologia Celular) e do CIEC (Centro de Investigação em Engenharia Civil), no programa de colaboração científica recentemente iniciado entre o Estado Português e o MIT.

Espero igualmente que venham a ser coroadas de êxito as intervenções qualificadas dos Doutores João Gabriel Silva e Teresa Soares Mendes, e,

por seu intermédio, do DEI (Departamento de Engenharia Informática da FCTUC) e do IPN (Instituto Pedro Nunes), na preparação de protocolos com idêntico significado a serem celebrados com as Universidades Carnegie Mellon e do Texas. No primeiro caso, a cerimónia está já marcada para o próximo dia 27 de Outubro.

A perspectiva que tenho neste momento é a de que faremos o pleno, participando nos três Programas de colaboração internacional lançados pelo Governo. Sabemos também que a nossa participação se fica a dever, em alguns casos, à insistente pressão dos nossos parceiros do MIT, de Carnegie Mellon e de Austin, o que simultaneamente nos envaidece e preocupa. Nada nos é oferecido sem esforço, mas, quando vamos à luta, nada nos pode ser negado.

Refiro ainda com prazer os êxitos alcançados por vários dos nossos investigadores da área das ciências da visão, com resultados que nos colocam já num patamar de grande visibilidade mundial e de cujo trabalho ainda muito se espera. Ao Doutor José Guilherme da Cunha-Vaz, que hoje proferirá a oração de sapiência, líder científico reconhecido dessa numerosa e competente equipa, dirijo, em nome de toda a Universidade, uma palavra de muito apreço e de agradecimento.

É-me igualmente grato referir o resultado do processo de reequipamento científico financiado pela FCT, no qual participaram alguns dos mais dinâmicos Professores e centros da nossa Universidade e que está praticamente concluído, tendo-se saldado pela aquisição de equipamento de grande porte, no valor global de nove milhões de euros, dos quais 430 000 estão a ser assegurados pelo nosso Fundo de Investimento. Não podendo referir todas as suas componentes, falarei apenas do projecto Milipeia, que acaba de dotar a Universidade de Coimbra com o mais poderoso *cluster* de cálculo científico existente no País, constituído por 528 núcleos de processamento, perfazendo uma memória total de 1,056 TB e



uma capacidade de armazenamento de 5 TB. Este projecto, desenvolvido no âmbito do Instituto de Investigação Interdisciplinar, corresponde a um montante global de financiamento de 620 000 euros e representa a conjugação de esforços de seis das nossas unidades de investigação.

A recentragem da Universidade de Coimbra sobre as actividades de investigação científica está, aliás, igualmente patente em vários outros indicadores. Nos últimos quatro anos, a percentagem de diplomados de Pós-Graduação, Mestrado e Doutoramento subiu de 10% para 24% do total de diplomados. No mesmo período, o número de alunos de doutoramento aumentou quase dez vezes. São números que impressionam e que não se repetirão com facilidade. Eles representam os primeiros sinais de êxito de uma estratégia assente na exigência e na qualidade, que está a alterar significativamente a composição orgânica da Academia e que é essencial que prossiga, se queremos garantir que haja, no futuro, em Portugal, Universidades que não se restrinjam ao primeiro ciclo.

Quanto ao número de estudantes de licenciatura, ele estabilizou, no ano lectivo que agora termina, à volta dos 18 200, esperando-se que em 2006/2007 não haja variação sensível deste valor.

### **3. Quadro actual**

SENHORAS E SENHORES,

O quadro em que as Universidades públicas portuguesas desenvolvem as suas actividades é actualmente dominado por três vectores fundamentais.

A nível pedagógico, pela adequação dos vários cursos às regras impostas pela Lei nº 42/2005, de 22 de Fevereiro, e legislação complementar,

no âmbito do chamado processo de Bolonha. A nível institucional, pela anunciada profunda alteração de modelo organizacional que se seguirá à divulgação, prevista para Dezembro, do Relatório de avaliação ao sistema, encomendado pelo Governo à OCDE, e que se prevê vir a incluir uma nova Lei de Autonomia e um novo Estatuto de Carreira Docente. A nível orçamental, por força da definição pela Assembleia da República da consolidação das finanças públicas como primeiro dos quatro Eixos Prioritários das Grandes Opções do Plano para 2007 (Lei nº 52/2006, de 1 de Setembro), o que determinou a preparação de um Orçamento para 2007 com restrições e cortes sem precedentes nas últimas dezenas de anos. Procurarei referir-me sucintamente a cada um destes pontos e situar a Universidade de Coimbra relativamente ao quadro de referência que eles determinam.

#### **4. Coimbra à hora de Bolonha**

O primeiro desígnio da Declaração de Bolonha é a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior, que se pretende aberto à mobilidade e à empregabilidade e se deseja assente no valor inquestionável da qualidade do ensino e da investigação.

No país que é Portugal, a Declaração de Bolonha adquire, no entanto, um contorno muito particular. Os historiadores que, no próximo século, se debruçarem sobre o Processo de Bolonha espantar-se-ão sem dúvida com as diferenças regionais que a sua concretização revelará.

A diversidade dos “metabolismos” universitários explica em parte a falta de sincronia na apresentação dos programas e dos cursos reformulados. As limitações, insuficiências e lacunas do regime legal aplicável atiram, também, para a decisão de cada um, ao contrário do que foi feito em Espanha, questões centrais como as da designação e duração dos cursos.

Mas não só. Depois de um primeiro período onde as ‘injunções’ de Bolonha foram ferozmente – e às vezes cegamente – combatidas, pudemos assistir, nos primeiros meses do ano, a uma corrente inversa de adesão frenética aos critérios europeus, na grande maioria das nossas Universidades. Os novos programas adequados aos critérios de Bolonha foram sendo preparados em noites de actividade febril, em que a imaginação teve que substituir a informação inexistente, a não ser para alguns, sobre os termos finais de uma Lei que, como é sabido, precisou de uma mudança na Presidência da República para ser promulgada e só foi publicada e difundida cinco dias antes do final do período definido para a apresentação das propostas de adequação.

E toda esta azáfama apenas porque, de repente, ali estava mais uma possibilidade de mostrar que cada um vai à frente do outro. Tal é a avidez competitiva, que se inventam ‘campeonatos’ que não existem só para poder tentar vencê-los. Ser campeão de Bolonha foi, durante 2006, o objectivo de uma parte dos universitários, que deveriam parar para pensar sobre os estímulos a que estão a reagir e sobre a desvalorização da sua própria posição e responsabilidade que estas atitudes representam.

Entretanto, o Ministro da tutela – que em várias ocasiões tinha afirmado não haver motivo para pressas e que o único compromisso era para 2010 –, interpelado sobre a impossibilidade de preparar em tão poucos dias a adequação de tantos cursos, respondeu que alguns tinham feito o trabalho de casa, e outros não. Para quem demorou tanto tempo a fazer apenas parte do que lhe competia, não terá sido esse o seu melhor momento.

Coimbra, por certos lados da sua personalidade tão ligada à tradição, mostrou que sabe encabeçar subversões mais radicais quando bate a hora da decisão. A sabedoria histórica ensinou-nos que é devagar que se vai ao longe, adoptando um ritmo de adaptação que garantirá o sucesso a longo termo de uma política universitária e científica que privilegia a qualidade

e não embarca em aventuras que a podem pôr em causa. Ir à frente em Bolonha é compreender a exigência para que ela nos convoca, evitar os meros retoques de cosmética e preparar as reformas com seriedade.

Por essa razão, entendeu o Senado da Universidade de Coimbra iniciar no ano lectivo de 2007-2008 a aplicação generalizada das implicações do Processo de Bolonha, autorizando excepções a esta regra apenas nos casos em que garantidamente se conseguiu consenso nacional com as restantes instituições de referência. Às Faculdades foi atribuída a responsabilidade de prosseguir o trabalho de adequação já iniciado. Aos Conselhos Científicos tiveram acesso representantes dos estudantes, que puderam dessa forma acompanhar, como nos Conselhos Directivos e Pedagógicos onde têm assento e direito de voto, todas as instâncias de decisão.

Esta aposta está a ser ganha. O resultado das candidaturas para a entrada no ensino superior veio mostrar que as famílias e os jovens de Portugal têm mais bom-senso do que os campeões de Bolonha. A precipitação não compensou. Quanto à preparação da adequação dos nossos cursos, o Senado iniciou em 11 de Outubro uma maratona de reuniões que se há-de prolongar até 10 de Novembro e que culmina um ano de intenso trabalho nas Faculdades. Espero que, até 15 de Novembro, seja possível enviar à Direcção-Geral de Ensino Superior a totalidade das nossas propostas.

Entretanto, e na ausência de definições nacionais sobre a matéria, apresentei ao Senado, no passado dia 11 – e espero que possa ser aprovado na reunião que hoje mesmo se realiza –, um quadro de garantias que visa assegurar aos nossos estudantes uma adaptação serena aos novos planos de estudo sem atrasos no percurso escolar, bem como o acesso garantido a segundos ciclos, e a limitação das respectivas propinas a valores iguais aos da licenciatura. O Senado alertará igualmente o Governo para a necessidade urgente de alterar o dispositivo legal que

impede os estudantes de mestrado e de doutoramento de aceder a Bolsas de Estudo da Acção Social Escolar.

## **5. Organização do sistema**

Alguns universitários e diversos governantes, por vezes também ex-governantes, na louvável tentativa de redimir antigas omissões ou lamentáveis decisões – o provérbio “mais vale tarde do que nunca” não se devia aplicar aqui –, têm falado sobre a necessidade de introduzir alterações profundas ao sistema, e nomeadamente à actual forma de governo das Universidades. Ainda recentemente, em 19 de Julho, o Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior afirmou, na Assembleia da República, que a actual fórmula jurídica estava esgotada e que o Governo apresentaria em breve propostas legislativas nesta matéria. Prevê-se para Janeiro de 2007 o lançamento do processo legislativo que há-de conduzir à alteração da Lei de Autonomia das Universidades e do Estatuto da Carreira Docente. É verdade que não é a primeira vez que se fala na iminência destas reformas. Mas creio haver razões para pensar que a sua concretização é agora mais provável e mais credível a intenção de mudar.

Vamos por partes. São mais credíveis as intenções de mudança porque as reformas estão a passar por vários outros sectores da sociedade portuguesa. Por outro lado, as Universidades são hoje bastante menos diabolizadas pelo Governo do que o foram num passado recente. Porque assim é, reformar a Universidade não surge, hoje, como uma punição para um mau desempenho, como uma operação cirúrgica que liberta o organismo, em tudo o resto são, de um tumor que o consome, mas apenas como a evolução normal de um sistema que, trinta anos após a revolução e assimilados os seus principais contributos de liberdade e de participação, se adapta naturalmente às exigências do século XXI. São, portanto também melhores as condições subjectivas para a mudança.

Mas mudança para onde ou para quê? É cada vez mais evidente que a nossa rede de instituições de ensino superior está sobre-dimensionada e desarticulada. E que, na ausência de uma definição inteligível de atribuições e de competências das suas várias componentes, imposta pelo Governo ou acordada entre elas, a situação se encaminha para a ruptura. Alertei para o esbanjamento de recursos e, ainda mais grave, para o abaixamento de qualidade provocados pela sub-regulação do sector. Dei exemplos e apresentei argumentos que não foram rebatidos, nem poderiam sê-lo.

Antecipando as conclusões do estudo que encomendou, o Ministro refere agora sem rodeios a necessidade de aproximação, fusão ou integração de instituições. Reitero a minha sugestão de que sejam criadas “Regiões Académicas”, num quadro institucional e financeiro que favoreça a complementaridade numa base de proximidade regional, permita evitar o desperdício e propicie a partilha de recursos.

## **6. Autonomia e Governo das Universidades**

Igualmente se espera da OCDE que produza uma reflexão crítica sobre a forma de Governo das Universidades. Fala-se em alargar o leque de opções organizativas, e refere-se com insistência o modelo fundacional, como forma de evitar os actuais constrangimentos jurídico-administrativos e o braço longo do Ministério das Finanças, que tanto têm limitado a autonomia universitária e a racionalidade da gestão universitária.

Entendo que devemos entrar nesta discussão sem ideias pré-concebidas, definindo, à partida, o que pretendemos alcançar, analisando cuidadosamente todas as possibilidades, estudando os diferentes cenários que cada uma delas autoriza e avaliando as vantagens e os inconvenientes de cada uma das possíveis soluções.

Relativamente às opções que teremos de tomar nesta matéria, defendo a adopção da solução que melhor permita garantir os seguintes objectivos fundamentais:

- Defender a Escola Pública, Casa de cultura e de formação de cidadãos livres, inclusiva, pilar do estado democrático;
- Consolidar a autonomia, no quadro de uma clara definição da missão das instituições e de uma inequívoca assumpção das responsabilidades do Estado;
- Melhorar a gestão participada, evitando soluções de representação corporativa e tendo em conta a evolução recente da composição orgânica da comunidade universitária;
- Aumentar a eficiência dos processos de decisão e a responsabilização dos decisores.

## **7. Orçamento**

Em matéria de Orçamento, não tenho o hábito de lamentar publicamente a escassez de recursos que são transferidos pelo Estado. Embora me empenhe, com toda a força das minhas convicções, na exigência de um tratamento adequado para a Universidade de Coimbra, entendo que a exposição miserabilista de dificuldades, muito embora pudesse ajudar a justificar um ou outro objectivo pessoal menos bem conseguido, não só não resolveria nenhum dos nossos problemas, como ainda prejudicaria o desempenho e a imagem da nossa Universidade. Esta opção não me inibe de criticar políticas, e é o que procuro fazer, uma vez mais, no local indicado.

A profundidade do anunciado sub-financiamento das Universidades para 2007, a níveis nunca vistos nas últimas dezenas de anos, impeliu-me a apresentar ao Senado uma moção em que se critica essa decisão,

moção que foi aprovada por unanimidade na sessão do passado dia 27 de Setembro e da qual aqui exponho o fundamental.

As Universidades têm contribuído responsabilmente para o equilíbrio das despesas públicas. A experiência que vivemos neste campo desde 1994 salda-se pelo cumprimento escrupuloso, pelo lado das Universidades, das dotações orçamentais que lhes têm sido atribuídas pelo Governo, e pelo incumprimento, sem escrúpulos, por parte do Governo, dos compromissos ou expectativas que foi criando às Universidades. Como o compromisso de convergência para um Orçamento-Padrão, do qual fomos progressivamente divergindo; como o compromisso de transferência autónoma e complementar de verbas para os aumentos salariais, o que só ocasionalmente foi feito; como o compromisso de pagar as propinas de mestrado e de doutoramento dos docentes de carreira, coisa que nunca aconteceu; como o compromisso de financiar o funcionamento através de uma fórmula, que foi profundamente alterada cinco vezes nos últimos cinco anos, ao sabor do montante global disponível; como o compromisso de não interferir na gestão das receitas próprias das Universidades, entretanto cobiçadas, retidas, cativadas, em operações de duvidosa legalidade, ao sabor das necessidades das Finanças ou dos buracos-negros em que se transformaram alguns dos sectores da administração. Esta mesma atitude do Governo, de vir buscar às Universidades o que a estas pertence, concretizar-se-á com novo requinte em 2007, através do dispositivo incluído na proposta de Lei do Orçamento apresentada há dias na Assembleia da República, que prevê a mobilização dos nossos saldos de gerência para pagar 7,5% de contribuições para a Caixa Geral de Aposentações.

É possível demonstrar que não existem actualmente mecanismos legais que permitam a algumas Universidades e Politécnicos encaixar as reduções nominais de 5% a 7,5% previstas na proposta de orçamento para 2007 relativamente ao orçamento transferido em 2006. A via do



recurso a financiamentos comunitários está prejudicada pela dificuldade acrescida de ter disponível a correspondente contrapartida nacional. Assim sendo, e porque nos parece igualmente irrealizável um aumento significativo de Receitas Próprias em contexto de fraco crescimento económico, apenas duas opções são possíveis: ou o acesso a financiamentos complementares concursados do Estado ou o incumprimento da regra do equilíbrio orçamental.

Procurando encontrar financiamentos alternativos, o CRUP já apresentou no Ministério da tutela e na Assembleia da República um conjunto de propostas que visam, por um lado, atribuir às Universidades pela via do orçamento para a ciência, parte das despesas que têm com as actividades de investigação científica, em função da quantidade e qualidade do trabalho que desenvolvem, e por outro, permitir às Universidades do interior e das Regiões Autónomas que continuem a desempenhar o papel de centros de produção e difusão de cultura e de ciência, no quadro de uma política de desenvolvimento regional sustentável. A resposta a estas propostas dará uma indicação clara das intenções do Governo.

Seja como for, considero um erro que as Universidades não tenham sido preservadas do anunciado cenário de restrições orçamentais generalizadas. Não porque devam estar acima dos restantes sectores do Estado, ou resguardadas do esforço colectivo nacional de equilíbrio das contas públicas, mas porque o relançamento sustentado da economia, a abertura de vias de progresso e a criação de riqueza, só poderão concretizar-se com um sistema científico forte e com cidadãos qualificados. Estrangular as Universidades, que são responsáveis por essa qualificação, que sediam as actividades de investigação científica e financiam, em larguíssima medida, as suas despesas de pessoal e de funcionamento, é adiar o desenvolvimento económico do País, é definhar o sector que nos há-de fazer sair da crise, é matar a galinha dos ovos de ouro.

Não sendo, seguramente, isso que se pretende – tanto mais que se anunciam aumentos significativos para a área da ciência, parte dos quais, 63 milhões de euros, são retirados ao sistema de Ensino Superior –, a proposta de Orçamento de Estado para as Universidades em 2007 não pode ser entendida como o resultado inevitável de uma conjuntura orçamental adversa, mas antes como a concretização de uma intenção política que, ao sub-financiar as Universidades públicas, procura separar o trigo do joio, retendo o que é consistente, as sementes das quais há-de sair uma nova colheita, e deixando as folhas à mercê da insustentável leveza do seu ser.

A estratégia não é nova (desenha-se, pelo menos, desde a publicação da Lei de Financiamento, em Agosto de 2003) e é arriscada, porque, em resultado de uma política pública assumidamente minimalista, a fronteira pode vir a passar onde não deve. Está, igualmente, por demonstrar, que seja possível manter à margem a manifestação dos interesses locais ou regionais, que ainda há três anos desvirtuaram na Assembleia da República a lógica do orçamento por fórmula; e que seja possível evitar a intervenção de grupos de pressão, ou a sobreposição de interesses de corpo. O mais provável é que venham ao de cima os brandos costumes. Mas se, com mais ou menos interferências ou distorções, com um ou outro retoque para esbater o seu carácter implacável, esta orientação prevalecer, então o momento da verdade pode estar próximo. Os que sobreviverem terão melhores condições de trabalho. Os outros serão integrados, fundidos ou extintos.

Porque tenho consciência desta realidade, quero dizer-vos que, apesar das dificuldades que se antevêm, a Universidade de Coimbra não pode nem vai abrandar o esforço de investimento que tem prosseguido; não pode nem vai interromper os inúmeros projectos de modernização em que está envolvida, dos quais destaco a construção de infra-estruturas, a aquisição de equipamento didáctico e científico, a acreditação internacional dos

serviços administrativos, a criação do portal do colaborador, a introdução da contabilidade analítica, a consolidação de contas, a gestão documental, o fortalecimento de laços com os antigos estudantes, a certificação pedagógica de licenciaturas, o combate ao insucesso escolar, o Campus Virtual, o aumento da mobilidade de professores e estudantes, a criação de infraestruturas de teleconferência, a avaliação institucional pela EUA. A Universidade não vai deixar de organizar os Colóquios de Outono (este ano em 21 e 22 de Novembro, sobre “Cultura e Comunicação Social”), nem vai deixar de conceder o *Prémio Universidade de Coimbra*, já na sua quarta edição, que está a ser replicado por uma outra grande Universidade, o que confirma que, mais uma vez, fomos pioneiros na adopção de boas medidas. Nem vai deixar cair a sua Semana Cultural, que conquistou o estatuto de mais completa iniciativa cultural do nosso País. A próxima decorrerá de 1 a 10 de Março de 2007, dedicada ao “Ambiente e Direitos Humanos no Ano Internacional do Sol”. Nem vai deixar de investir no TAGV, que continua com um notável nível de desempenho, ou no Estádio Universitário. Não vai encerrar o Infantário nem o Jardim Infantil.

A Universidade não pode nem vai prescindir dos serviços que lhe têm garantido o êxito na prossecução desta política: os Serviços e Estabelecimentos de linha, profundamente reestruturados em 2003, mas também o GAI (Gabinete de Auditoria Interna), o GATS (Gabinete para as Transferências do Saber), o GCI (Gabinete de Comunicação e Identidade), o COEL (Centro de Orientação e Emprego para Licenciados), o GMPG (Gabinete de Mobilidade Pós-Graduada ontem mesmo inaugurado), o GNI (Gabinete para as Novas Instalações), o GIADE (Gabinete Interuniversitário de Apoio ao Desenvolvimento Estratégico), o GCU (Gabinete de Candidatura à UNESCO), o SIIBUC (Sistema Integrado de Informação Bibliográfica da Universidade de Coimbra).

Quero, igualmente, deixar claro que não considero a via dos despedimentos generalizados uma opção a seguir para equilibrar o orçamento.

Antes pelo contrário, mais facilmente tem sido possível equilibrá-lo nos últimos anos, pela via do aumento da receita, através de contratações judiciosas. O Director Executivo do GATS, por exemplo, angaria cinco vezes mais receita do que aquilo que custa à Universidade. Bastará que três estudantes escolham a Universidade de Coimbra em consequência da intensa actividade de comunicação e recrutamento que o GCI desenvolve, para que essa actividade seja totalmente auto-financiada. A contratação da empresa que fiscaliza as nossas obras, a trabalhar para o GNI, poupa-nos todos os anos dez vezes mais do que aquilo que nos custa. Embora não seja possível estender este raciocínio a todas as áreas, pelo menos com a mesma objectividade, é possível concluir com generalidade que recursos humanos competentes são sempre uma mais-valia preciosa. Estas afirmações não autorizam interpretações facilitistas ou demagógicas, antes impõem uma selecção criteriosa de recursos humanos em função das necessidades e uma política selectiva e exigente de recrutamento do nosso pessoal docente e não-docente.

Ajudará, certamente, ao nosso desempenho, a nova postura que tenho visto surgir em toda a Universidade, dos que recusam refugiar-se no discurso miserabilista da falta de apoios para justificar a inacção, e preferem afirmar uma forte vontade de marcar presença, de recuperar espaço perdido, de preparar concursos, de ir a jogo, atitude que tenho procurado incentivar. Sendo agora necessário encontrar alternativas a financiamentos outrora garantidos sem esforço, esta nova atitude, uma vez assumida, difundida e rotinada, constitui uma importante ferramenta, que conferirá à nossa Universidade uma imbatível vantagem relativa.

Em 2005, os cerca de mil Doutores da Universidade de Coimbra obtiveram, em projectos de investigação, uma receita em regime de financiamento por concurso de 19,3 milhões de euros. No mesmo período, os cerca de 20 dirigentes da Reitoria, Administração e Faculdades obtiveram, em projectos institucionais sujeitos a concurso, 17 milhões de euros de

receita. Cada Doutor angariou, em média, 19 300 euros de receita aberta, enquanto cada dirigente angariou, em média, 850 000 euros, ou seja, 44 vezes mais. Embora não seja possível igualar estes valores, a generalização de boas práticas a que atrás aludi vai permitir esbater a diferença, resultando daí um enorme potencial de crescimento que é obrigatório não desaproveitar.

De resto, a análise dos Relatórios de Contas dos últimos exercícios, e em particular o referente a 2005, que pela primeira vez é consolidado a toda a Universidade, dá-nos uma imagem de estabilidade e grande solidez orçamental, quadro de referência no qual se encontram as soluções para mais este desafio. Governar a Universidade em 2007 vai ser para os dirigentes, na Reitoria, nas Faculdades e nos Serviços, apesar das restrições que nos são impostas, apenas mais um ano de grande rigor e entrega, em que todas as decisões devem ser minuciosamente ponderadas, todas as despesas devidamente avaliadas, todos os desperdícios definitivamente eliminados, alguns momentos intensamente sofridos e, por isso mesmo, todas as vitórias, e vão ser muitas, particularmente saborosas.

## **8. Reacções da imprensa local**

Repudio, por isso, em absoluto, os fundamentos e os termos da cruzada da desgraça em que se transformou, para alguma imprensa local, este início de ano lectivo e reflecto sobre os seus efeitos, seguramente involuntários, no momento crítico em que quarenta mil jovens fazem as suas opções de cursos e de instituições. Três dias depois de o Senado da Universidade ter tomado posição pública contra o sub-financiamento do Ensino Superior, que afectará em 2007 todas as instituições, vaticinavam-se, com título de caixa alta em lugar central da primeira página, “Tempos sombrios na UC”, acompanhando o presságio por uma imagem digna de um filme de “Jack, o estripador”.

A verdade, porém, é que, nesse mesmo dia, tive conhecimento de que a Universidade de Coimbra havia sido seleccionada para celebrar, conjuntamente com outras grandes Universidades portuguesas, o protocolo de cooperação com o MIT. E nessa mesma semana o sítio na internet do Suplemento de Ensino Superior do prestigiado jornal londrino *The Times* publicava o seu conceituadíssimo *ranking* mundial de Universidades para o ano de 2006, colocando a nossa Universidade no primeiro lugar destacado de entre as Universidades portuguesas, igualmente no primeiro lugar das Universidades de Países de língua portuguesa e no quinto lugar das Universidades Ibéricas. Na Itália há duas à nossa frente, na Finlândia uma, na Índia três, na China sete. Tempos sombrios? Quero acreditar que são tempos auspiciosos.

## 9. Sinais contraditórios

É este o pano de fundo sobre o qual se vai desenrolar o ano lectivo que agora começa. Para completar o cenário, poderá ser interessante acrescentar alguns outros apontamentos avulsos, sinais tantas vezes contraditórios, sobre cuja dialéctica é necessário tentar construir, todos os dias, uma linha de rumo coerente.

Refiro-me, por exemplo, à louvável iniciativa de incentivar os cidadãos com mais de 23 anos a procurar obter um diploma de licenciatura, à menos louvável decisão de não definir com clareza as regras de acesso, e ao aproveitamento abusivo, descarado, que logo algumas instituições fizeram desta omissão, admitindo nos seus cursos estudantes sem preparação, previamente instruídos na secretaria de que o exame de ingresso seria um mero pró-forma. Ao autorizar estas situações, o Ministério da tutela está a desacreditar uma iniciativa potencialmente meritória que ele próprio lançou, está a financiar o oportunismo e a retirar apoios às instituições sérias. Formação ou negócio? Em que ficamos?

Refiro-me igualmente à Lei nº 23/2006, que estabelece o regime jurídico do associativismo jovem, já profusamente condenada por vários quadrantes de opinião, através de fortes críticas, desde a que atribui a sua génese à “demagogia dos partidos políticos em relação às suas juventudes”, à que refere “não haver limite para o disparate educativo” ou à que sustenta que a nova Lei “cria hábitos e vícios e corrompe a cidadania”. Creio que esta Lei vem num péssimo momento, em contraponto com as tentativas de racionalizar a administração pública, de limitar os privilégios, de dar um outro rumo à educação. Seriedade ou demagogia? Em que ficamos?

Refiro-me, ainda e uma vez mais, à sub-regulação do ingresso pelo regime geral, que permite a várias Escolas, sobretudo do ensino politécnico, definir critérios de ingresso pouco sérios, fugindo a impor disciplinas indispensáveis mas menos acessíveis, para alargar a sua base de recrutamento. Por exemplo, muitos dos cursos de Engenharia, por esse País fora, não exigem Matemática à entrada, enquanto nos nossos se faz, obviamente, essa exigência. Tal discrepância não devia autorizar comparações, que no entanto logo são feitas por jornalistas mais desatentos, retirando do processo conclusões inaceitáveis. Esta mistificação é escandalosa e eu não me respeitaria como Reitor se não alertasse veementemente para ela os jovens, as famílias e a sociedade. Não se credibiliza um sistema, que se quer baseado na qualidade, na avaliação internacional de cursos e de instituições, quando se permite que se confundam, debaixo de uma mesma designação, níveis habilitacionais tão diferentes. Qualidade ou facilitismo e confusão? Em que ficamos?

Embora não seja fácil competir com armas desiguais, embora a concorrência sub-regulada empurre insidiosamente para a diminuição do grau de exigência, a Universidade de Coimbra continuará a garantir aos que a procuram a qualidade dos diplomas que outorga.

## **10. Exigência para fora, exigência para dentro**

Ao exigir aos nossos estudantes habilitações adequadas à entrada e ao impor-lhes que levem a sério as suas obrigações de percurso, devemos interrogar-nos sobre se estaremos nós próprios, os que trabalhamos na Universidade, a fazer tudo o que podemos para lhes proporcionar, nas melhores condições, uma preparação de qualidade. E o grau de exigência a que nos obrigamos só autoriza uma resposta: ainda não.

Ao reclamar, para fora, a obtenção de melhores condições e de maiores recursos, ao chamar a atenção para a continuada prática de sub-financiamento do sistema público de ensino superior, não podemos deixar de reclamar também para dentro, de cada um de nós e da Universidade como um todo, uma contribuição séria para eliminar as incongruências do processo educativo e colocar os alunos no centro das nossas preocupações profissionais e institucionais.

Não é este o local nem a ocasião para enumerar um sem-número de pormenores que é necessário afinar e corrigir nesta matéria. Mas isso não significa que tenha menos presente essa preocupação ou que me vá ocupar menos dela no futuro. O combate ao insucesso escolar deve ser um dos objectivos centrais da Universidade e o profundo exercício de reflexão em que estamos envolvidos no âmbito do processo de Bolonha é a oportunidade para concretizar esse objectivo. Para isso elaborámos já um extenso programa que apresentámos ao Governo, e estamos preparados para iniciar a última fase de acreditação dos nossos cursos de licenciatura. Começam, por outro lado, a estar operacionais as ferramentas que nos permitirão avaliar o nosso desempenho como profissionais. Para sermos exigentes com os nossos estudantes, como entendemos que devemos ser, temos de o ser connosco, em primeiro lugar.



## 11. Objectivos Estratégicos

As linhas de orientação que a cada momento definimos, sempre terão que atender às condições reais em que se desenrola a nossa actividade. A evolução recente do sistema de ensino superior e a falência, figurada e literal, do modelo unitário que na prática se tentou impor ao País, leva-me a supor que se tenderá a curto prazo para uma segmentação da oferta e das instituições pela qualidade. Nesta nova fase, não restarão dúvidas de qual deve ser a posição da Universidade de Coimbra. Enquanto alguns estão fortemente apostados em recrutamentos desqualificados, deitando mão a todas as estratégias, mesmo as mais degradantes, para resistir ao desgaste das estatísticas e para compor os orçamentos, a Universidade de Coimbra deverá assumir sem preconceitos a posição de liderança que lhe é conferida pelos *rankings* internacionais, não só em Portugal como em todo o espaço de língua portuguesa, e consolidar-se no grupo das grandes Universidades de investigação, impondo-se pela qualidade, pela internacionalização, pela cultura de avaliação a todos os níveis. Não tendo a preocupação de ser exaustivo, enuncio, sem hierarquizar, os seguintes doze objectivos que considero estratégicos:

1. Dotar todas as unidades orgânicas e serviços da Universidade de infra-estruturas e equipamento adequadas às suas necessidades;
2. Reforçar o *cluster* das Ciências da Saúde e da Vida em Coimbra e potenciar o lugar central que a Universidade deve ocupar nesse projecto;
3. Reforçar o papel nuclear das actividades de investigação científica e de formação ao nível da pós-graduação, nomeadamente ao nível do doutoramento, incluindo o apoio às unidades e centros de excelência e à interdisciplinaridade;
4. Reorganizar e alargar a oferta educativa, combater o insucesso escolar e melhorar o desempenho de docentes e discentes;
5. Assumir-se como Casa de Cultura e de Cidadania, assegurar aos seus membros o acesso a actividades culturais e desportivas e proporcionar-lhes uma integral formação nestas áreas;

6. Aumentar a atractividade da Universidade, melhorando o apoio social aos estudantes e alargando a capacidade de alojamento para estudantes e para professores visitantes;

7. Melhorar a comunicação interna e externa, reforçar a coesão institucional;

8. Valorizar o nosso passado e o papel central desempenhado pela Universidade de Coimbra no mundo, como forma de a consolidar no presente e de a projectar no futuro;

9. Prosseguir a estratégia de abertura ao meio, de formação em empreendedorismo, de apoio à criação de novas empresas e de aproximação ao mundo empresarial e à cidade;

10. Reforçar a internacionalização das nossas actividades;

11. Procurar e premiar a qualidade, a formação permanente dos nossos profissionais, avaliar e aferir o nosso desempenho;

12. Aprofundar as modernas metodologias de gestão.

A mobilização da Universidade para a mudança criou uma dinâmica própria que ainda há pouco teria sido considerada impossível. Das centenas de acções actualmente em curso, seleccionadas em função da maior ou menor contribuição de cada uma para a concretização de pelo menos um dos objectivos traçados, vale a pena referir aquelas que vão marcar muito particularmente a vida e a visibilidade da Universidade nos próximos anos. Situo dentro deste grupo:

- O Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade, conhecido de todos nas suas linhas gerais e que espero possa vir a ter um novo e definitivo arranque no Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007/2013.
- O Centro de Competência aprovado pela Agência de Inovação (AdI) em Cuidados de Saúde e Soluções Médicas – “Health Care and Medical Solutions” – com liderança da UC através do IPN, em parceria com 31 outras entidades com intervenção qualificada nesta área.
- O Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde, com estatuto de unidade orgânica já aprovado pelo Senado e dotado das necessárias infra-estruturas e equipamento.

- A Rede Nacional de Imagiologia Cerebral Funcional, com sede em Coimbra, no CTNAS, em parceria com as Universidades do Porto, Minho e Aveiro.
- A integração da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra como unidade orgânica da Universidade, já aprovada pelo Senado, que permite alargar a nossa comunidade de saberes na área da saúde.
- O BIOMED III, apenas esquiçado, que permitirá dotar o Pólo III de uma unidade central de investigação em Biomedicina e Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina, agrupando as actividades do AIBILI, CNC, do CIMAGO (Centro de Investigação em Meio Ambiente, Genética e Oncobiologia), do IIEE (Instituto de Investigação para o Estudo do Envelhecimento), permitindo-lhes uma maior colaboração em áreas de natureza interdisciplinar.
- A instalação provisória do CNC no actual edifício da Faculdade de Medicina, criando melhores condições de trabalho a um dos nossos mais prestigiados centros de investigação.
- A instalação do CES e do Centro de Documentação 25 de Abril no Colégio da Graça, melhorando as condições de trabalho a outra das nossas unidades de excelência.
- A atribuição anual de dez bolsas de doutoramento e o financiamento de oito projectos de investigação, ambos com verbas do Fundo de Investimento, e concretizados através do Instituto de Investigação Interdisciplinar.
- A criação do Colégio das Artes, uma nova unidade orgânica já aprovada pelo Senado, que desenvolverá a sua acção formativa ao nível da Pós-Graduação em áreas artísticas interdisciplinares, e contribuirá para a afirmação de Coimbra como cidade de juventude e de contemporaneidade.
- A criação do Fundo de Apoio Social ao Estudante que está a permitir concretizar um sistema de acção social que, embora ainda insuficiente por padrões europeus, é já sem dúvida o mais avançado à escala nacional.

- A Instalação da Imprensa da Universidade no seu antigo edifício na Rua da Ilha, e a reafecção do espaço devoluto na Rua Antero de Quental para uma nova Residência, a funcionar, previsivelmente, no âmbito da cooperativa de estudantes.
- A construção de duas novas Residências: uma no Observatório Astronómico, fundamentalmente destinada a professores visitantes, com 13 apartamentos; outra, no Pólo III, composta por 24 unidades residenciais, tendo cada uma seis quartos duplos, num total de 288 camas.
- A preparação no Pólo II de um programa residencial ainda mais ambicioso, com recurso a parcerias privadas, que passará pela construção de uma residência de estudantes com 375 camas, e um parque residencial de várias dezenas de apartamentos de baixa tipologia (T0, T1 e T2).
- O apenas esboçado projecto do Museu da Universidade, valorizando a sua história e dando a conhecer alguns dos tesouros bibliográficos e artísticos que compõem o seu património.
- A criação e instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu, experiência inovadora de formação em ambiente de exercício da profissão.
- A preparação de um vasto programa de combate ao insucesso escolar, apresentado à DGES para financiamento.
- A criação do Centro de Mobilidade Pós-Graduada, ontem mesmo inaugurado, especialmente vocacionado para a resolução de problemas que afectam os estudantes de Pós-Graduação, quer os que saem quer os que entram.
- A criação pelo Senado de um Fundo para Bolsas de Mobilidade, que permitiu aumentar em cerca de 20% o número dos nossos estudantes que adquirem experiência de mobilidade internacional.
- A avaliação institucional que solicitámos à EUA (Associação das Universidades Europeias), sendo o nosso primeiro relatório produzido até ao final deste mês, e estando a primeira visita da comissão de avaliação agendada para os dias 12, 13 e 14 de Dezembro.

- O projecto Campus Virtual, que dotou toda a Universidade de acesso sem fios à rede e criou as ferramentas informáticas que permitem disponibilizar conteúdos e a plataforma *web* para apoio ao ensino presencial.
- A Rede de Antigos Alunos da UC, criada há cerca de quatro meses, que irá ter dois mil aderentes no dia marcado para comemorar a entrada do milésimo.
- A profissionalização dos serviços, a certificação do sistema de gestão de qualidade em todos os serviços de linha, a extensão desse sistema a todos os serviços de interface com as Faculdades.
- A adopção de uma plataforma de gestão integrada de recursos humanos e financeiros.
- A criação do Portal do colaborador.

Todos estes objectivos se entrecruzam e complementam. Algumas acções servem vários deles. O essencial é definir o rumo e manter a passada. Com a consciência de que cada nova vitória abre novos desafios, de que o fim do caminho é uma coisa que não existe, de que a completude é uma sensação que não é permitida às Universidades.

### **13. Notas Finais**

SENHORAS E SENHORES,

Tantas coisas ficam sempre por dizer, mas não quero alongar-me muito mais. Até porque alguns números do nosso desempenho poderão ser encontrados na brochura *UC em Números*, anualmente produzida pela Administração, disponível hoje mesmo na sua segunda edição. Na *Rua Larga*, que hoje dá à estampa o volume 14, com uma tiragem aumentada e uma rede de vendas expandida, podem encontrar uma selecção trimestral de informações, opiniões e actividades. Na Agenda Cultural,

outra aposta ganha, encontrarão informação bimestral estabilizada numa centena de eventos distribuídos pelas suas sete secções. Mas a página da Universidade, que aliás dá acesso ao conteúdo de cada uma delas é, por excelência, a melhor via de obtenção de informação corrente e o mais completo repositório de respostas às perguntas frequentes. Com os seus 80 milhões de visitantes em 2005, dez milhões dos quais a crédito da nossa actual campeã – a página ECTS, continua a dar-nos uma fantástica visibilidade, justificando, aliás, a profunda revisão prevista para a primeira metade de 2007.

Deixo-vos com uma informação, com uma sugestão, com um convite, com um agradecimento e com um desafio.

A informação: a partir de 30 de Outubro próximo, a Universidade de Coimbra vai desdobrar-se efectivamente em três Pólos, com a entrada em funcionamento do edifício da Sub-unidade 1 da Faculdade de Medicina. Pela mesma altura deve entrar igualmente ao serviço o novo Restaurante universitário. No início do ano lectivo 2007/2008, os Professores, estudantes e funcionários de Medicina terão já a companhia dos seus colegas de Farmácia e poderão utilizar em conjunto a nova Biblioteca de Ciências da Saúde. Quero felicitar estas duas Faculdades e os seus membros, agradecendo-lhes, nas pessoas dos respectivos Presidentes, o espírito de colaboração e bom entendimento com a Reitoria, que está a tornar possível a concretização deste grande objectivo.

A sugestão: não deixem de visitar a exposição “A Alta entre Vistas”, inaugurada no passado dia 22 de Setembro na presença do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e que estará aberta ao público na Galeria do Departamento de Antropologia até ao próximo dia 9 de Novembro. Aí poderão apreciar nove dos projectos que estão a ser preparados para mudar a face à nossa Alta, no âmbito da candidatura da Universidade de

Coimbra a Património da Humanidade, o mais ambicioso e transversal dos projectos em que estamos envolvidos, Universidade e Câmara Municipal, com apresentação final prevista para Outubro de 2008.

O convite: para a abertura ao público do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, marcada para o dia em que se comemora o primeiro centenário do nascimento do professor, cientista, divulgador da ciência e poeta Rómulo de Carvalho. Conto convosco no próximo dia 24 de Novembro, pelas 17 horas, no *Laboratório Chímico*.

O agradecimento: dentro de poucos meses terminará o mandato de Reitor para que fui eleito em Janeiro de 2003. Quero dizer-vos que nestes quatro anos passei os mais difíceis e os mais exaltantes momentos da minha vida profissional. Quero envolver-vos a todos nos êxitos que alcançámos. E em particular à Senhora e aos Senhores Vice-Reitores (Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e João Carlos Marques), que directamente me acompanham nas cristas e nas cavas desta onda, e aos Senhores Pró-Reitores (Doutores Raimundo Mendes da Silva, João Gouveia Monteiro, Pedro Manuel Saraiva, Fernando Guerra e Francisco Veiga), que tanto ajudaram a tornar possível um impressionante conjunto de realizações; também aos Senhores Presidentes dos órgãos das unidades orgânicas com quem tive o privilégio de partilhar bons momentos de trabalho e de quem sempre recebi a melhor colaboração; igualmente à Senhora Administradora da Universidade, ao Senhor Secretário-Geral e ao Senhor Administrador dos Serviços de Acção Social, aos Senhores Directores e responsáveis de serviços. Agradeço-vos a todos, por mais este ano de exemplar dedicação à Universidade.

Quero agradecer aos que me apoiaram incondicionalmente nas circunstâncias mais difíceis, quando não era ainda possível adivinhar o desfecho das coisas, orientados apenas por convicções e princípios. Mas quero agradecer também aos que, de boa fé, me criticaram, que me permitiram

conhecer melhor as minhas limitações como Homem e como Reitor e me ajudaram, desse modo, a fazer o meu trabalho para bem da Instituição que servimos. Comigo, fica apenas o que conquistei: o ter cumprido, pelo menos, a promessa que vos fiz, recorrendo a Ricardo Reis, no final do meu discurso de tomada de posse.

**Ser todo em cada coisa.**

**Pôr quanto sou no mínimo que faço.**

**Fazer viver alta, a lua toda que em cada lago brilha.**

E finalmente o desafio: acreditarmos nas capacidades das mulheres e dos homens que constituem esta Universidade, na vontade e na determinação dos seus docentes e investigadores, estudantes e funcionários, no empenho de que de todos tenho recebido provas, para a fazer trilhar os caminhos do futuro.

E é com este sinal de esperança que me dirijo de novo, e para terminar, aos que agora ingressam pela primeira vez na Universidade de Coimbra, aos colegas da minha filha caloir, inebriados de uma profunda e merecida alegria, todos os dias patente nas ruas, de ver realizado o sonho, de poder afirmar o orgulho que o resultado do seu esforço legitimamente autoriza.

Quero dizer-vos que o vosso futuro não é o caos. Caos é o futuro dos derrotados da vida, dos que deixaram de acreditar nas suas capacidades, dos que não têm a vossa determinação inabalável de trabalhar e de vencer, dos que fingem não acreditar na vantagem relativa que representa hoje ser-se graduado por esta grande Universidade, e na importância das vossas contribuições construtivas para a tornar cada vez melhor. O vosso futuro não está pré-definido nas estrelas nem pode ser escrutinado por interpretação das entranhas de um animal sacrificial. O vosso futuro, talvez possa ser essa a primeira lição de um jovem universitário, o vosso futuro está nas vossas mãos e será aquilo que vocês quiserem e puderem



responsavelmente fazer dele. E nós estamos aqui, e nós existimos profissionalmente, para vos ajudar a construí-lo.

## **14. Epílogo**

Termino servindo-me das palavras que proferi na presença do Senhor Presidente da República, em cerimónia de encerramento do II Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica, iniciativa da Universidade de Coimbra e organização conjunta das três Universidades da região e do Círculo Empresarial do Centro.

Num país como o nosso, o futuro está cheio de oportunidades, mas elas só serão aproveitadas como tal, se as soubermos identificar e desenvolver. E esta evidência é aplicável a pessoas, a instituições e a países. Nunca iremos a tempo de evitar os erros de ontem. Mas o que o futuro tem de melhor é que, para quem o quer merecer, ele começa todos os dias. Sejam, pois, selectivos e exigentes. Não dispersemos o investimento em projectos medíocres. Peguemos nos bons exemplos que temos, e repliquemo-los uma vez, outra vez, outra vez ainda. Tomemos todos os dias a decisão acertada. De resto, todos sabemos que não há atalhos para o sucesso. Só se lá chega com honestidade, trabalho e conhecimento. E é para isso que cá estamos todos.

Paço das Escolas, 18 de Outubro de 2006

(Página deixada propositadamente em branco)

## **ANO LETIVO DE 2007/2008**

### **Nota prévia**

Hoje devia ser um dia de festa para a comunidade universitária de Coimbra. Infelizmente, uma tragédia envolvendo dois estudantes da nossa Universidade veio ensombrar irreversivelmente este dia. Uma jovem morreu, vítima, ao que parece, de um acto tresloucado do seu ex-namorado. Estou certo de que todos me acompanharão na dor desta morte em circunstâncias tão dramáticas.

Como Reitor da Universidade de Coimbra, quero aqui deixar o meu lamento e a minha profunda tristeza por esta vida ceifada em plena primavera. Quero testemunhar à família da Maria José Maurício os meus mais sentidos pêsames e oferecer-lhe a minha solidariedade, que sei que vale pouco, em momento tão difícil, solidariedade que não posso negar também à família do presumível autor do gesto que nos cobriu de luto.

Resta-me esperar que a Justiça funcione e que seja feita boa justiça.

### **Abertura**

Em cerimónia estatutariamente consagrada como uma das mais importantes do ano académico, cumpre-se, com o formalismo habitual e com

o entusiasmo de uma Academia rejuvenescida, a tradição de dar início às actividades escolares correspondentes ao ano lectivo 2007/2008.

Igualmente usará da palavra nesta ocasião, o Senhor Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, cabendo este ano ao Doutor Sebastião Formosinho Sanches Simões, Professor Catedrático de Química, apresentar, em representação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, a Oração de Sapiência subordinada ao tema “Pensar e Olhar a Ciência”. Saúdo ambos com consideração e amizade.

Enche-se uma vez mais a Grande Sala dos Actos de professores e investigadores, de estudantes e de funcionários não docentes; acompanham-nos as autoridades que quiseram partilhar a alegria do cíclico renascimento, abrem-se as portas ao público, familiares e amigos dos universitários ou simples turistas que não raro se benzem à entrada, pensando tratar-se de lugar sagrado, em gesto de íntimo recolhimento face à dignidade do espaço, à solenidade do ritual, da decoração e do ambiente.

Entrem todos e sejam bem-vindos. Não se enganam os que pensam que estão num templo porque este é o Templo do Conhecimento, com a devida vénia ao autor da expressão, este Palácio é a Morada da Sabedoria.

A fazer fé na idade da casa, embora muito provavelmente não se possa fazer essa correspondência directa, a sete centésima décima oitava é mais do que apenas mais uma Abertura Solene das Aulas. Vários factores contribuem para essa distinção: a antecipação, em cerca de um mês, da data habitual de realização da cerimónia; a entrada em vigor de reformas curriculares e pedagógicas na quase totalidade dos nossos cursos de licenciatura e de mestrado; o início de um novo mecanismo de acreditação e avaliação pedagógica de cursos e de instituições; a iminência da entrada em vigor de um novo Regime Jurídico para as Universidades e demais instituições de ensino superior; o anúncio da mudança, a curto prazo, do Estatuto da Carreira Docente.

Na versão cosmopolita do dito popular “a necessidade aguça o engenho”, tenho ouvido vários Ministros e o próprio Primeiro-Ministro a argumentar, perante previsíveis dificuldades em concretizar reformas anunciadas, que “a tensão desperta a criatividade”. Com a concentração temporal de tantas reformas universitárias e a vontade de as concretizar todas ao mesmo tempo, pretende, então, o Governo, dar-nos condições para sermos criativos, não se furtando, com esse propósito, a juntar um outro ingrediente igualmente importante para criar tensão: o da crescente escassez de recursos. Todos estes assuntos merecem referência, necessariamente breve. Vamos por partes.

Pela primeira vez, pelo menos no passado recente, se realiza esta cerimónia antes do equinócio. A adequação dos cursos a Bolonha, a necessidade de garantir a cada estudante 1600 horas de aprendizagem por ano, a modificação de práticas e de mentalidades que estas evoluções representam e a consciência de que a boa tradição é aquela que se adequa aos tempos, servindo o presente em vez de ser por ele servido, levaram-me a propor ao Senado, que aprovou, a adopção de um calendário escolar único para toda a Universidade, que inclui a antecipação da Abertura Solene das Aulas para a quarta-feira mais próxima do dia 16 de Setembro de cada ano. Ainda o Sol culmina, embora por poucos dias, a norte do Equador, ainda as colheitas estão por fazer, e já se lançam sementes de uma nova campanha, já o novo ano lectivo se inicia na Universidade de Coimbra.

## **Novos alunos**

Lá fora, no Pátio das Escolas, em azáfama característica dos grandes dias, os caloiros completam em poucos minutos todas as formalidades e recolhem todas as informações inerentes à sua nova condição de estudante da Universidade de Coimbra, num único posto de atendimento prepa-

rado para melhor os servir, que substitui as anteriores filas de espera na Filantrópica, no Departamento Académico e nos Serviços de Acção Social. Com apenas três anos de existência, esta experiência da tenda no Pátio já se fez velha, porque é agora apenas subsidiária do sistema de matrículas *on-line*, que somos a primeira universidade portuguesa a disponibilizar.

Pela *internet* ou presencialmente, os novos alunos respondem também a um inquérito que permite à Universidade conhecer o seu público e afinar anualmente as suas estratégias de recrutamento, sendo um elemento fundamental do processo de relacionamento que se inicia ainda antes da entrada e que se prolonga após o percurso escolar, através do Gabinete para as Saídas Profissionais, do COEL (Centro de Orientação e Emprego para Licenciados), da Rede de Antigos Estudantes, já com mais de 5000 aderentes, do Observatório para a Empregabilidade, aprovado pelo Senado há apenas uma semana; ou ainda da adesão voluntária a uma das várias Associações de Antigos Estudantes, cuja acção meritória, sob a direcção dos seus Presidentes aqui presentes, não é demais enaltecer. Dos nove aos noventa e nove, poderia ser o lema de uma Universidade que vai ao encontro dos jovens em idades pré-universitárias, que acompanha o seu percurso durante e após a licenciatura e que lhes faculta formação ao longo da vida, através de uma intensa programação cultural, da possibilidade de frequência de disciplinas isoladas e de uma diversificada oferta de pós-graduação, constituída por centenas de cursos informais e de mestrado, e de programas de doutoramento.

Mas até esse lema abrangente deixaria de fora alguns dos nossos públicos, se pensarmos no infantário, que recebe os filhos dos estudantes e funcionários a partir dos três meses de idade, ou na experiência de entre todas comovente de receber, como tive o prazer de fazer no passado mês de Maio, o curso jurídico de 1932/37, que veio apresentar cumprimentos ao Reitor por ocasião do 70º aniversário da sua formatura. Digam-me uma outra universidade em que isto aconteça, e eu deixarei de reclamar para a nossa o lugar único que ela ocupa dentro do País e fora dele.

## Projecto Estudante

O objectivo estratégico, organizado através de um conjunto de actividades a que chamámos “Projecto Estudante” é, portanto, o de colocar o estudante no centro das nossas preocupações em matéria de formação, reorganizando os serviços e as actividades lectivas de forma a facilitar o relacionamento com a sua Universidade, nas áreas administrativa, pedagógica, científica, cultural e desportiva.

É justo referir, neste contexto, a lançamento de um programa de **Promoção do Sucesso Escolar**, herdeiro de várias experiências parcelares e isoladas, mas este ano, pela primeira vez, organizado de uma forma coerente e alargada. Visa este programa, não apenas a detecção precoce de lacunas ou deficiências de formação em áreas básicas e domínios fundamentais do saber, mas também a sua solução através de complementos de formação apropriados, tendentes à aquisição de uma autonomia na aprendizagem e de uma verdadeira progressão na assimilação de competências e conhecimentos.

O combate contra o insucesso escolar levou-nos ainda a formular outras propostas, recentemente aprovadas pelo Senado:

- um Regulamento de Prescrições que propõe medidas sérias, justas e equilibradas para a tão gravosa situação de afastamento do estudante por falta de aproveitamento; e
- um regime de Estudante a Tempo Parcial, que permitirá aos nossos alunos ajustar a duração e o ritmo dos seus estudos a condições e possibilidades diversas e particulares, com redução significativa da propina e abrandamento, nos termos da lei, do regime de prescrições. Somos, nesta matéria, a primeira Universidade portuguesa a facultar esta possibilidade aos seus estudantes.
- a rápida operacionalização dos instrumentos de gestão pedagógica já desenvolvidos e disponibilizados, com recurso à plataforma *web-on-*

-*campus*, que permitirão aferir a qualidade da relação pedagógica, de forma a tornar possível a sua utilização em todos os cursos desde o início do presente ano lectivo.

## **Preenchimento de vagas**

É, portanto, uma Universidade que se preocupa com os seus estudantes, que agora recebe um novo contingente.

Há apenas três dias foram conhecidos os resultados da primeira fase das colocações. Muito embora requerendo uma reflexão mais ponderada, que será sem dúvida prosseguida nos próximos dias, não restam dúvidas de que a generalidade dos cursos preencheu, logo na primeira fase, a totalidade das vagas declaradas. Num contexto nacional de recuperação da procura, recuperamos o terceiro lugar em percentagem de vagas preenchidas na primeira fase, primeiro de entre as universidades situadas fora das grandes bacias demográficas de Lisboa e Porto.

A Universidade de Coimbra acolhe os seus novos alunos. Aos que a escolheram, aos que quiseram entrar na mítica *Alma Mater Conimbrigen-cis*, desejo recordar, responsavelmente, que o vosso trabalho é, já a partir de hoje, o primeiro instrumento do vosso sucesso. Desejo igualmente garantir-vos o empenho de todos os membros da nossa comunidade universitária, dos docentes, dos vossos colegas discentes e dos funcionários não-docentes, para que as vossas expectativas sejam concretizadas e para que o vosso percurso seja coroado de êxito. Desejo ainda recordar-vos que podem, e devem, complementar a formação que recebem na Universidade, através do alargado conjunto de propostas associativas, culturais e desportivas que a Associação Académica de Coimbra põe à vossa disposição. Não deixem de as aproveitar. Por ocasião da passagem do 120º aniversário da AAC, cumprimento o Senhor Presidente da Direcção-Geral, exprimindo-lhe



o reconhecimento do Reitor pelo papel que têm desempenhado ao longo dos anos, como segunda escola dos estudantes de Coimbra.

## **Referências especiais**

Não tenho o hábito de aproveitar a Abertura Solene das Aulas para vos maçar com números e índices que quantificam o nosso desempenho. Os valores que comprovam a boa saúde da nossa Casa podem ser encontrados na publicação anual *UC em números*, agora na sua segunda edição, a lançar em Outubro. Mas creio que vale a pena considerar os projectos maiores, de entre os quais, referirei cinco que irão marcar positivamente o ano:

- No início de Outubro, conto poder nomear a Comissão Instaladora do Colégio das Artes, uma nova unidade orgânica da Universidade de Coimbra, já aprovada em Senado, vocacionada para a formação pós-graduada e para a investigação interdisciplinar no domínio das Artes. Acredito ser este um caminho que pode proporcionar uma nova centralidade científica à Universidade de Coimbra e abrir-lhe novas frentes de enquadramento para os domínios científicos e pedagógicos que melhor respondem aos apelos da contemporaneidade. As primeiras ofertas formativas do Colégio entrarão em funcionamento dentro de um ano.
- Também em Outubro, tenciono apresentar a Senado a proposta de criação do Tribunal Universitário Judicial Europeu, bem como o seu Regulamento Interno de funcionamento, que está a ser preparado em articulação com o Senhor Ministro da Justiça, com vista à necessária alteração de diplomas legais de enquadramento.
- Durante o ano lectivo que agora se inicia, entrará igualmente em funcionamento uma outra unidade orgânica da Universidade de Coimbra, o Centro de Tecnologias Nucleares Aplicadas à Saúde, que incorpora a Sede da Rede Nacional de Imagiologia Funcional Cerebral. No seu conjunto, o edifício e o equipamento nele instalado representa um

- investimento de cerca de 12 milhões de euros e reforça a nossa atractividade internacional, porque constitui, na sua área de actividade, uma das mais avançadas infra-estruturas científicas existentes na Europa.
- No plano da organização das actividades culturais, entrarão em funcionamento, até ao fim do ano civil, duas infra-estruturas de relevo:
    - a) A Fundação Museu da Ciência, para gerir, em articulação com a Câmara Municipal de Coimbra, nosso parceiro de sempre nesta e em outras iniciativas importantes, o projecto Museu da Ciência, desenvolvendo a primeira fase já instalada no Laboratório *Chimico* e prosseguindo para a segunda fase no Colégio de Jesus;
    - b) A Fundação Cultural da Universidade de Coimbra, criada para facilitar a gestão do TAGV, do Auditório da Universidade, do Estádio Universitário e do Palácio de São Marcos, tornando-os elegíveis para financiamentos até aqui inacessíveis.

A indefinição legal de critérios e a volatilidade das políticas públicas levam-me a pensar que não devemos correr riscos desnecessários e a afirmar que, em matéria de criação de Fundações, pelo menos por agora, devemos ficar por aqui.

Creio ser igualmente de elementar justiça, a alusão a vibrantes momentos que a Universidade viveu no último ano, por mérito de alguns dos seus mais ilustres membros. Destacarei, pedindo a todos que se sintam envolvidos neste muito reduzido elenco, os seguintes:

- a atribuição do doutoramento *honoris causa* pela Universidade Católica Portuguesa ao Doutor Aníbal Pinto de Castro, que igualmente recebeu das mãos do Senhor Presidente da República a Grã-Cruz da Ordem de Santiago de Espada;
- a atribuição do doutoramento *honoris causa* pela Universidade Federal do Paraná, no Brasil, ao Doutor António Avelãs Nunes;

- a atribuição pela Fundação Calouste Gulbenkian do Prémio de História Moderna e Contemporânea de Portugal ao Doutor José Pedro de Matos Paiva;
- a atribuição pela Fundação Calouste Gulbenkian do Prémio de História Regional e Local à Doutora Maria Helena da Cruz Coelho;
- a atribuição pela Fundação Oriente do Prémio de História dos Portugueses na Ásia ao Doutor António Pedro Machado Gonçalves Dias;
- a atribuição do prestigiado Prémio Prof. Doutor Pedro Cunha e Serra ao Doutor Saul António Gomes Coelho da Silva;
- a atribuição ao Doutor António Bernardes do título de Membro Estrangeiro da Academia Francesa de Cirurgia;
- a atribuição pela Sociedade Europeia de Oftalmologia da Medalha Helmoltz ao Doutor José Guilherme Cunha-Vaz, igualmente agraciado pelo Senhor Presidente da República com o colar de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique;
- a eleição da Doutora Maria Irene Silveira para o cargo de Bastonária da Ordem dos Farmacêuticos;
- a eleição do Doutor Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro para o cargo de Juiz do Tribunal Constitucional, juntando-se à Doutora Maria João da Silva Baila Madeira Antunes neste Tribunal, de que é Presidente o Doutor Rui Manuel Gens de Moura Ramos, todos professores da nossa Faculdade de Direito.

## **Internacionalização**

SENHORAS E SENHORES

CAROS COLEGAS,

No ano em que se completa o 20º aniversário do Programa ERASMUS, é-me grato recordar quão crucial foi o papel pioneiro do *Coimbra Group* (Grupo de Coimbra de Universidades Europeias), na dinâmica de contac-

tos e de parcerias entre escolas de prestígio, para o feliz desenlace desta aventura. Importava então retomar a tradição medieval da peregrinação académica, que havia feito da Europa gótica uma vasta família – transnacional – unida por laços espirituais, científicos e estéticos. E os êxitos do presente complementam bem os êxitos do passado. Ao avaliar o Programa Erasmus em 2500 universidades da Europa, a Comissão Europeia acaba de seleccionar a UC como um dos 16 maiores casos de sucesso, recompensando assim 20 anos de dedicação e competência, mostrando bem quanto Coimbra, não sendo uma capital, sabe atrair e reter os estudantes das melhores universidades europeias. Ao *Erasmus*, dedicado aos mais jovens, aliam-se agora o *Leonardo da Vinci*, o *Comenius* e o *Gruntdvig*, este especificamente vocacionado para a educação de adultos, sob a designação única de LLP (*LongLife Learning Program*).

A internacionalização já não é mais um dossiê marginal ou isolado, mas um dever-ser da universidade, ao mesmo tempo intelectual e moral, capaz de abolir fronteiras sem apagar diferenças, de preservar a diversidade construindo o universal. As nossas relações com o exterior tornaram-se, por assim dizer, estruturantes, arrastando, pelo seu dinamismo, uma modificação de todo o dispositivo pedagógico. A solidariedade *sistémica* da abertura ao mundo e da pedagogia surge com nitidez no acesso massivo ao sítio da Universidade na Internet, que recebeu, no decurso do último ano, mais de 115 milhões de visitas, das quais dez milhões ao sítio ECTS apresentado em inglês, números de enorme significado, que realçam bem a importância desta oferta, que, sendo “vitrine” informática, é sobretudo o espelho da nossa Universidade.

Na área da internacionalização seguiremos linhas estratégicas desde já bem determinadas. Citarei quatro projectos maiores:

- o Centro de Mobilidade Pós-Graduada, recentemente criado, que já se afirma como um dos motores da expansão e desenvolvimento de toda a nossa formação pós-graduada.

- o aprofundamento do trabalho em rede, no âmbito de dois projectos europeus recentemente aprovados: um, AUDIS-EDULINK, envolvendo dez universidades europeias e 12 universidades africanas, três das quais de língua portuguesa, e um outro, TEMPUS RE-FORM, que privilegia o diálogo com as universidades marroquinas.
- a criação de uma *Academia de Verão*, capaz de motivar estudantes estrangeiros em torno de temáticas diversificadas, no âmbito (não exclusivo) das redes a que pertencemos, através da organização de cursos de curta duração que mobilizem, durante os meses de Junho e Julho, professores empenhados e conscientes do interesse que representa uma oferta desta natureza.
- o incentivo à formação do *Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras*, que nos ligará estreitamente à elite das universidades do País irmão e que nos permitirá funcionar como *pivot*, obviamente não exclusivo, do relacionamento universitário entre a Europa e o Brasil, juntando os dois Grupos de Coimbra, tirando partido das ligações históricas e afectivas e pondo-as ao serviço de toda a comunidade universitária nacional e europeia, de forma concertada e regular.

## **Bolonha**

A evolução da internacionalização das nossas actividades está em linha com o acréscimo de mobilidade que acompanhará a nossa integração no Espaço Europeu de Ensino Superior. Nesta matéria, o último ano foi, por assim dizer, o ano de todas as decisões formais.

Em um dado momento, a comunidade universitária portuguesa tinha cristalizado a discussão entre os que queriam mudar mais, com uma evolução radical para três anos de licenciatura e dois de mestrado em cursos que anteriormente tinham cinco anos (por exemplo, Direito, Psicologia, Engenharia, Arquitectura e Farmácia, estes dois últimos de cinco anos e

meio), e os que queriam mudar menos, com um esquema de quatro anos de licenciatura e um ano e meio de mestrado nos mesmos cursos.

Quando a decisão parecia inclinar-se para a segunda opção, eis que surge para a primeira um aliado de peso: os que não queriam mudar nada. Assim, da tensão virtuosa entre a mudança radical e a mudança possível, entre o 3+2 e o 4+1 ou 1.5, e descartada, do meu ponto de vista erradamente, na maioria dos casos, a segunda hipótese, passou-se para a tensão viciosa entre a mudança radical e a mudança meramente semântica, curiosamente as duas representadas por uma mesma distribuição temporal (3+2). A primeira parece uma tentativa séria de aproximação ao modelo inglês, com maior intensidade de trabalho e manutenção dos actuais níveis de competência ligados aos diferentes graus; a segunda, muito facilitada pela invenção portuguesa do conceito de mestrado integrado, é uma versão do 3+2 geneticamente modificada que se afasta descaradamente dos objectivos da reforma de Bolonha, radicando na solução fácil, e por isso tentadora, de simplesmente passar a chamar mestrado ao que anteriormente era conhecido como licenciatura. E tudo isto sob o permanente escrutínio de uma Direcção-Geral, ela própria sob permanente vigilância de uma inteligência superior, difusa e inatingível, que nos dava a todos a liberdade para escolher, nos termos da lei, entre três e quatro anos, desde que, com raras excepções, escolhêssemos três.

Os dois esquemas e as três vontades (mudança radical, mudança possível e mudança semântica) co-existem na realidade portuguesa de hoje e em boa medida o êxito desta reforma dependerá do que resultar deste jogo de forças, que subsiste. No momento em que iniciamos em Coimbra a aplicação generalizada das adequações ao novo figurino, é justo referir o esforço considerável de toda a Universidade, que permitiu em alguns meses adaptar aos critérios de Bolonha cerca de 140 cursos de 1º, 2º e 3º ciclos. Mas é ainda necessário lembrar que esta reforma curricular não corresponde senão à letra de Bolonha, e que não se completará se o seu espírito não tocar cada

um de nós, e não influenciar a nossa prática docente. Rapidamente teremos assimilado a cronometria dos diplomas europeus, mas Bolonha, uma vez interiorizada, tem que significar sobretudo uma mudança de ponto de vista, para não dizer uma “conversão” psicológica e moral. Nas faculdades deve ser secundado e estimulado este esforço colectivo e individual de tomada de consciência, sem o qual o estudante será indiferente a uma universidade que lhe é indiferente. Entendo, portanto, que tudo devemos fazer para evitar cair no facilitismo de dar por concluída a reforma apenas com o expediente da mudança de nomes, abastardando simplesmente os conceitos de licenciatura e de mestrado e degradando a nossa própria dignidade de universitários.

### **Acreditação e avaliação**

Outra circunstância que torna diferente este início de ano lectivo é a mudança prevista em matéria de avaliação pedagógica de cursos.

Quero deixar uma palavra de apreço a todos os que, desde 1993 e nas diferentes Faculdades, se empenharam com zelo e dedicação nos processos de auto-avaliação dos seus cursos e de avaliação externa de cursos congêneres de outras Universidades. Graças a eles foi possível levar a cabo uma tarefa – agora desprezada por quem a devia louvar – de detecção e análise minuciosa dos pontos fortes e fracos do ensino superior português, em radiografia cuidadosa de um corpo que, por ser e estar vivo, age, reage e se transforma. E uma palavra ainda, não apenas de reconhecimento, mas de gratidão pelo labor desinteressado, competente, sério e rigoroso – que agora é enxovalhado por quem devia aplaudi-lo – de todos os membros das Comissões de Avaliação Externa e do CNAVES, que atentamente leram e ouviram as nossas Escolas, que as enriqueceram com os seus pontos de vista e as suas sugestões e em muito contribuíram para o crescimento científico, pedagógico e humano das nossas instituições e de cada um de nós.

Virada esta página e logo que foram conhecidas as novas intenções do Governo na matéria, as Universidades manifestaram o seu apoio à reestruturação do processo de Avaliação dos cursos de Ensino Superior, dotando-o agora de novas capacidades, corrigindo erros e ineficiências detectadas e tirando partido da cultura de avaliação acumulada ao longo de mais de dez anos de experiência de avaliação pedagógica, para cuja existência muito contribuíram no passado.

Igualmente apreciaram positivamente o facto de terem sido tomadas em consideração na Lei recentemente publicada várias das sugestões que formularam, mas lamentam não terem sido consideradas no Decreto-Lei de criação da Agência de Acreditação e da Qualidade duas questões essenciais:

- a) A independência da Agência, desde logo na composição do seu Conselho Geral;
- b) A co-responsabilização financeira do Governo pelo funcionamento da Agência, como aliás é proposto no relatório da OCDE, dado o regime de monopólio que lhe é garantido por Lei e a natureza obrigatória da avaliação.

Com o sistema desenhado, o Governo controla a Agência, e as Universidades pagam os seus custos, quaisquer que eles sejam, qualquer que seja a qualidade dos serviços prestados, que sempre serão obrigatórios. Ou há aqui alguma coisa que nos escapa ou apenas matéria para uma futura alteração legislativa.

A experiência internacional revela que o sistema montado é lento e caro. Na Alemanha, por exemplo, após seis anos de funcionamento, estão avaliados cerca de 11% dos cursos, com custos médios unitários de cerca de 15 000 euros, que seriam para nós totalmente inoportáveis. Há, portanto, questões a resolver.

Seja como for, a Universidade deve aproveitar a oportunidade para melhorar o seu desempenho, estendendo a todos os cursos a experiên-



cia que iniciou autonomamente há cerca de dois anos com quatro licenciaturas (História, Matemática, Economia e Engenharia Informática), e indo agora mais longe. O processo já em curso na Faculdade de Ciência e Tecnologia, herdeiro da experiência atrás mencionada e primeira tentativa em larga escala realizada na Universidade de Coimbra, merece a nossa atenção e pode ser, nesta matéria, de grande utilidade. É com esta orientação que estamos a preparar um documento sobre Gestão da Qualidade Pedagógica, que contamos levar a Senado em Novembro, e que define não apenas os indicadores de qualidade adaptáveis a toda a Universidade, mas também o que designámos por “estímulos regulatórios”, que premeiem as boas práticas e os bons profissionais, mediante o acesso a regalias que a legislação permita ou venha a permitir e que a Universidade venha a considerar desejáveis.

## **RJIES**

Acompanhar a concretização das reformas pedagógicas associadas à adequação dos cursos no âmbito da integração no Espaço Europeu de Ensino Superior seria já uma tarefa absorvente e de grande complexidade, que justificaria a nossa atenção e o nosso envolvimento em regime de tempo integral. É-nos igualmente pedido que juntemos a reflexão e a decisão necessárias para a preparação dos novos processos de acreditação e avaliação de cursos, agora totalmente reformulados. Acresce que, para lá destas duas esferas de intervenção não ordinária, o próximo ano vai ainda exigir de nós um outro envolvimento e uma outra disponibilidade. Trata-se, tão-só, de repensar o papel da Universidade e de redefinir a sua missão, de antecipar os desafios que o futuro próximo lhe há-de colocar, de lhe arrumar os saberes e de a organizar em conformidade, de redesenhar a sua estrutura de governo, de a dotar de uma nova carta constitucional, tudo isto até Junho de 2008. Falamos, evidentemente, do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

Há mais de cinco anos que a Universidade portuguesa vem acompanhando e alimentando com sugestões e debates o processo que há-de conduzir a uma refundação das suas estruturas e a uma profunda reformulação do seu funcionamento, no âmbito da reforma da ainda vigente *Lei de Autonomia*, tendo chegado a propor, em 2003, o articulado completo de uma nova lei , que não mereceu qualquer atenção por parte do Governo.

Foi, pois, num contexto de prolongada e pró-activa mobilização da comunidade universitária para a discussão destes assuntos que os Reitores saudaram a intenção governamental de abrir um novo ciclo de reformas no âmbito da Autonomia, do estatuto jurídico e do governo das instituições, da racionalização da rede, do ordenamento da oferta educativa e do regime de contratação de docentes e investigadores. Sobre estas questões produziu o CRUP um extenso documento de reflexão, a que chamou “Carta de Princípios”, tornado público em 13 de Março de 2007, o qual incorpora um elevado número de sugestões.

Mantido em incubação pelo Ministério até meados de Maio, numa base em que apenas eram perceptíveis as suas linhas gerais, o processo *explodiu* a partir do momento em que começaram a ser conhecidas as várias versões (pelo menos quatro foram lançadas à discussão) do articulado do novo projecto de proposta de lei sobre o “Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior”, entretanto aprovado pela Assembleia da República, promulgado pelo Presidente da República e finalmente publicado em *Diário da República* há pouco mais de uma semana, para entrar em vigor no próximo dia 10 de Outubro.

Embora muito houvesse a dizer sobre os aspectos formais de todo o processo, prefiro concentrar-me nas questões substanciais.

São conhecidos os aspectos que mais fortemente suscitaram as minhas críticas, nas várias fases do processo. É igualmente justo reconhecer que a

decidida intervenção pública dos universitários na fase crucial da discussão na Assembleia da República permitiu corrigir, no documento final, algumas das formulações mais preocupantes das primeiras versões.

Mantêm-se, no entanto, como características mais negativas do documento:

- a excessiva preocupação regulamentadora, atitude que retira liberdade e que inibe a desejável diversidade, entendida como expressão das diferentes culturas institucionais, experiências, especificidades e circunstâncias;
- a demasiada intervenção do Estado, cerceadora da autonomia administrativa e financeira das Universidades enquanto instituições públicas, induzindo-as a adoptar um estatuto jurídico mal definido, de fundações públicas de direito privado, com o qual, para ganhar autonomia financeira, elas perdem autonomia política e organizacional;
- A possibilidade de secessão de uma unidade orgânica feita no âmbito da criação de um consórcio cuja representação legal ninguém conhece, dirigido não se sabe por quem, a aprovar em função de critérios que igualmente não estão estabelecidos, dispositivo aparentemente criado para aplicar a uma única escola, porque uma parte dela, e o próprio Ministro, assim gostariam que fosse.
- A redução da autoridade do Reitor pela limitação da sua representatividade democrática, incoerente com o alargamento de competências que o novo regime efectivamente lhe confere, a par da redução do Senado a um mero órgão consultivo, preceitos que ferem a autonomia universitária, comprometem a coesão das instituições e reduzem ao mínimo a participação, constitucionalmente garantida, dos corpos académicos no governo da Universidade;

Desenvolverei um pouco mais a reflexão sobre dois destes pontos.

1 – A política de **fragmentação do sistema**, que este documento autoriza, com a autonomização e separação das melhores escolas, cen-

tros e institutos de investigação (mas apenas das áreas de ciências, tecnologia e gestão) numa espécie de primeira divisão, reservando para todos os outros o papel de liceus superiores encarregados de trabalhar para as estatísticas da União Europeia, não é a melhor para o País e vai a contra-ciclo do que acontece na Europa. Na Alemanha, os Institutos Max Planck estão a aproximar-se das Universidades. Na França, assiste-se a um movimento inédito de fusão de universidades divididas no rescaldo de Maio/68 e de aproximação entre universidades e *Grandes Écoles*. Na Bélgica, universidades e politécnicos estão em processo de integração.

Para além do óbvio aproveitamento de sinergias que só a maior dimensão permite, a percepção geral é de que os bons exemplos que as escolas de referência podem constituir são mais facilmente replicáveis se elas estiverem inseridas em comunidades universitárias mais vastas, que deles aproveitem directamente. As aldeias gaulesas, separadas do meio envolvente por uma cortina de romanos, liofilizadas e assépticas, com guerreiros dotados de uma força sobre-humana por terem caído no caldeirão da poção mágica quando eram pequenos, estes nichos de excelência, só funcionam na banda desenhada. No mundo real, é errado cortar-lhes as amarras à restante comunidade, dificultar-lhes o relacionamento com os outros, transformá-los em quistos de ensimesmada e arrogante qualidade monodisciplinar, avessa a misturas, em vez de tirar partido do enorme potencial vegetativo que eles representam se, como sementes, forem atiradas à terra fértil e carinhosamente acompanhadas no seu processo de crescimento.

Por outras palavras, se o Governo entende que deve apoiar mais as escolas de referência – e esta decisão, a concretizar-se, só pecaria por tardia – então é mais eficiente que o faça mantendo-as integradas em instituições mais alargadas que podem beneficiar do seu exemplo e, indirectamente, desse mesmo apoio.

2 – Um segundo aspecto que julgo merecer destaque prende-se com a erosão da autoridade do Reitor e com a fragilização da coesão universitária. Uma Universidade deve ser gerida por profissionais e de uma forma profissional. Ainda assim, uma Universidade não é, nem pode ser, uma empresa. O governo de uma universidade requer a existência de um órgão unipessoal com a força política que só a representatividade democrática confere. Reduzir drasticamente a dimensão do colégio eleitoral do Reitor não é a melhor concretização do proclamado objectivo de lhe aumentar a autoridade.

Por outro lado, ao princípio constitucional que garante a professores e a estudantes uma intervenção no governo da Universidade, não foi dada por esta lei a devida densidade. A coesão da Universidade, ou – se alguém considerar que isso não é um bem em si mesmo – a eficiência da cadeia de comando (e já agora o cumprimento do programa do actual Governo), tornaria essencial que o Senado universitário pudesse assegurar a representação das unidades orgânicas e dos corpos, tivesse competências académicas próprias, e não funcionasse apenas, e mesmo assim só se os Estatutos o definirem, como mero órgão de consulta do Reitor, ainda que porventura obrigatória, em certos casos.

Pôde a lei dotar-se, num supremo e último esforço de humildade democrática, de um envergonhado artigo final que não aparecia em nenhuma das anteriores versões conhecidas e que é talvez a sua disposição mais bem conseguida. Cito: “A aplicação da presente lei é objecto de avaliação cinco anos após a sua entrada em vigor”.

Fechado, por agora, o processo, apraz-me referir o papel activo que a Universidade de Coimbra e os universitários de Coimbra desempenharam, quer através de posições individual ou colectivamente assumidas (nomeadamente liderando uma tomada de posição nacional que acabou por recolher quase mil e seiscentas assinaturas), quer através de documentos

aprovados nos órgãos colegiais mais representativos, quer participando na discussão parlamentar da proposta de lei (no âmbito da qual me permito destacar, sem desprimor para nenhuma das outras, as brilhantes intervenções dos estudantes de Coimbra).

Igualmente refiro, com a satisfação do dever cumprido, o intenso programa de intervenção política conduzido pelo CRUP e pelas Universidades, e concretizado em artigos de opinião e conferências de imprensa, em sessões públicas de reflexão, em reuniões com todos os grupos parlamentares e com os líderes de todos os partidos com representação parlamentar, em audições pela Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, em reuniões com o Senhor Ministro e com o Senhor Primeiro-Ministro e em duas audiências concedidas pelo Senhor Presidente da República.

Olhando para trás, uma conclusão parece inevitável: a concentração de quase todas as responsabilidades políticas do Ministério em pessoas provenientes de uma só Escola não é uma boa solução! À luz da presente experiência, deixem-me, no entanto, partilhar convosco a minha profunda convicção de que, se um dia o erro se repetisse e acontecesse que quase todos os responsáveis políticos do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, incluindo o Ministro, o Secretário de Estado, o Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o Presidente da Agência para a Sociedade do Conhecimento, e o Director do Programa Portugal / MIT fossem, todos eles, membros de uma mesma Faculdade da Universidade de Coimbra, teríamos leis menos regulamentadoras, menos autocentradas, menos construídas em torno das especificidades e agendas próprias, e teríamos leis mais amigas da autonomia universitária e mais adaptadas à realidade plural do nosso sistema de ensino superior.

## **Assembleia Estatutária**

Poderíamos ter uma lei melhor, mas a verdade é que temos uma nova lei e que este é o momento de iniciar o trabalho conducente à elaboração dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra.

Como me compete, apresentarei a Senado, na reunião plenária de 3 de Outubro, o regulamento do processo de eleição dos representantes dos professores e investigadores e dos estudantes na Assembleia que há-de aprovar os novos Estatutos da Universidade e de cooptação das personalidades externas que a completam. Realizada a eleição e a cooptação, é minha intenção que a Assembleia reúna uma primeira vez ainda antes do Natal. Se assim for, teremos cerca de seis meses para elaborar e aprovar os novos Estatutos.

Da leitura que faço da lei, é meu entendimento que a posição e a responsabilidade do Reitor no processo é muito mais do que meramente formal. Na verdade, é o Reitor que preside à Assembleia Estatutária (alínea *a*) do nº 2 do artigo 172), cabendo-lhe a responsabilidade de promover a concretização do novo modelo de gestão (nº 9 do mesmo artigo). Sobre ele recairá o ónus de uma eventual não aprovação injustificada dos Estatutos, no prazo de 8 meses fixado no nº 1 do artigo 172, atraso que conduziria a Universidade, para todos os efeitos legais, à situação de degradação institucional, situação que poderia levar ao seu encerramento compulsivo (artigo 153).

Nestas circunstâncias, parece-me evidente que se deve exigir ao Reitor uma atitude de procura activa de caminhos e de soluções, mobilizando a comunidade universitária para a reflexão e para o trabalho, programando, promovendo, organizando, fazendo com que as coisas aconteçam.

Pela minha parte, quero deixar claro perante vós o meu firme propósito de assumir plenamente as responsabilidades que me cabem como Reitor eleito democraticamente pela comunidade universitária de Coimbra, trabalhando desde logo para que a Assembleia Estatutária, apesar das pesadas limitações que decorrem da lei, possa ser constituída por pessoas competentes e dedicadas, com provas dadas na vida universitária e com a mais ampla representatividade.

## **Princípios**

Procurarei igualmente encontrar as soluções que melhor servirem os seguintes princípios fundamentais:

- A defesa da Escola Pública, casa de cultura e de formação de cidadãos livres, inclusiva, pilar do estado democrático;
- A consolidação da autonomia e a agilização de processos, no quadro de uma clarificação da missão da Universidade e de uma inequívoca assumpção das responsabilidades do Estado;
- O reforço da coesão universitária, como bem em si mesmo e como garantia de maior eficácia do processo de tomada de decisão.
- O equilíbrio entre a gestão participada e a eficiência do processo de tomada de decisão.

Igualmente privilegio a necessidade de garantir uma articulação mais estreita entre as várias componentes da Universidade (unidades orgânicas, unidades de investigação, unidades de extensão e serviços), com vista a fortalecer a instituição no seu conjunto, a criar dimensão, sendo este o objectivo central da política universitária que quero prosseguir até ao final do meu mandato. Esta orientação foi, aliás, claramente recomendada pela Comissão de Avaliação da EUA que recentemente nos visitou.



O desafio é de grande responsabilidade. Mas a confiança que deposito na Universidade e nos universitários, bem como o bom momento que a Universidade atravessa, decididamente mais consciente dos riscos da estagnação e disponível para prosseguir os caminhos da mudança, permitem-me encará-lo com fundado optimismo.

## **Financiamento**

CAROS COLEGAS

SENHORAS E SENHORES

Lançadas as principais reformas, ficará garantida, por via delas, na óptica do Governo, uma eficiência do sistema mais acentuada, agora que os futuros Reitores deixarão de ser fracos, imobilistas e resistentes à mudança e que o ensino superior deixará de ser medíocre, que já estamos integrados no Espaço Europeu de Ensino Superior, que já vamos ter os nossos cursos internacionalmente aferidos e avaliados, agora que os modelos de governo já absorveram as boas práticas internacionais, seja o que for que isso queira dizer. Poderia pensar-se fazer todo o sentido começar a falar de uma aproximação à Europa, também em termos de orçamento para o Ensino Superior. Mas não é isso que está a acontecer.

A afectação de recursos e o orçamento são matérias recorrentes e de quase obrigatória referência nas cerimónias de abertura solene das aulas. Não querendo fugir ao tema, desejo declarar, no entanto, que não perderei nem mais um minuto a discutir, deste assunto, com o Governo, a não ser o essencial: quando e em que medida estará o Governo disponível para corrigir o escandaloso tratamento a que está a sujeitar o sistema de ensino superior.

Nem fórmulas, nem *ratios*, nem índices de qualidade, nem mecanismos de coesão, nem factores de custo, nem remunerações médias, nem

orçamentos-padrão, nem qualquer outro subterfúgio para perder tempo com assuntos secundários. Apenas e só saber por que razão o Governo português desconsidera o sistema de ensino superior e se, e quando estará disposto a deixar de o desconsiderar.

Tive ocasião de exprimir directamente ao Senhor Primeiro-Ministro a inconsequência e a inutilidade de todo o esforço de modernização institucional, de valorização da Universidade portuguesa, de adesão ao Espaço Europeu de Ensino Superior, de avaliação e acreditação de cursos e de instituições por padrões internacionais, se não se assegurar um quadro de financiamento que permita às universidades portuguesas alcançar recursos públicos compatíveis com os das instituições europeias que constituem actualmente a sua referência e também, obrigatoriamente, a sua concorrência. Chamei-lhe, igualmente, a atenção para o desequilíbrio entre a elevada expectativa do País relativamente às suas universidades, exigindo-lhes desempenho a nível internacional, e o reduzido esforço que tem feito, e que pouco ultrapassa metade do esforço médio europeu em percentagem do PIB (0,71% em Portugal contra 1,2% na média da UE). Em termos reais comparáveis, em paridade de poder de compra, a universidade portuguesa dispõe, por cada aluno que forma, de pouco mais de 4000 euros por ano, valor que deve ser comparado com os 8000 euros da média da UE a 25, ou com os 9000 da média da UE a 15. Um estudante do ensino básico e secundário é, em Portugal, mais caro, do que um estudante do ensino superior.

Desde o início da legislatura, a percentagem do PIB afecto ao ensino superior baixou 14%, quatro vezes mais do que teria sido estritamente necessário para participar no esforço nacional concertado de equilíbrio das contas públicas. As Universidades têm, pois, dois Ministros das Finanças: um, que reduz o orçamento de 3,5% em três anos, sensivelmente em linha com os restantes sectores da administração pública; outro, dentro do nosso próprio Ministério, que lhes reduz os restantes 10,5% no mesmo período.

Como tenho tentado exemplificar várias vezes, e a distribuição orçamental de 2007 confirmou com uma impúdica transparência, esta realidade não encontra explicação na situação orçamental conjunturalmente difícil do País. Ela traduz apenas a vontade política do Governo, naturalmente não assumida, de estrangular as universidades para as colocar na dependência das unidades de investigação.

## **Universidades e unidades de investigação**

É o fecho de um ciclo: o Presidente da JNICT, Mariano Gago, incentiva a criação de unidades de investigação fora das universidades; o Ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, transforma as melhores unidades de investigação em Laboratórios Associados; o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, subalterniza as universidades com o argumento de que o melhor está fora delas, e cria, a partir dos Laboratórios Associados mas com o contributo de alguns departamentos de universidades entretanto fragmentadas, uma nova classe de instituições de elite, as escolas de pós-graduação, num ambiente muito exigente de investigação científica de qualidade.

Se podemos compreender o objectivo de dar maior dinamismo ao sistema, temos de concordar que esta estratégia, ao basear-se no afrontamento permanente das universidades, é muito pouco cautelosa. As nossas boas universidades são o nosso valor seguro. É, por isso, politicamente desastroso desarticulá-las, fragilizá-las, desvalorizar o seu papel ou diminuir a sua qualidade, menosprezar ou desconsiderar os seus dirigentes. Uma tal orientação não serve os desígnios do País, antes fragiliza a sociedade, porque ataca as suas mais sólidas referências e torna mais difícil a resolução dos nossos problemas. É indispensável não cavar o fosso entre Universidades e unidades de investigação. Precisamos de saber fortalecer as segundas sem destruir as primeiras.

Neste imenso teatro que é a vida, é sabido que a História não se repete. Mas se alguém quiser nele desempenhar de novo o papel de Marquês, os universitários não se revêem no papel dos Távora, e por isso respeitosa-mente declinam o convite para o representar.

A transferência do Ensino Superior, do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência, concretizada em 2001, tem vantagens e inconvenientes, cujo saldo, tanto quanto sei, não foi ainda contabilizado. O que me parece evidente é que o preço que tivermos de pagar pela separação organizacional entre o superior e os restantes níveis de ensino só pode ser compensado se explorarmos totalmente as potencialidades da ligação mais profunda que esta nova solução permite, entre ciência e ensino superior. O risco de não o fazermos consiste em transformar as nossas Universidades numa espécie de Liceus Superiores, a trabalharem mais para as estatísticas do que para o conteúdo e para a qualidade real dos diplomas que outorgam. Ora, não basta a um País subir nos *rankings* internacionais da qualificação média da sua população activa. O que verdadeiramente interessa aos cidadãos é uma vida melhor e mais digna. E para isso não são precisos apenas mais diplomados, são precisos mais diplomados de qualidade.

A experiência mostra, por outro lado, que a sustentabilidade a longo prazo da excelência científica de uma instituição de investigação requer a sua profunda ligação a uma Universidade, quer pela resolução do metabolismo basal que ela garante, quer pela estabilidade temporal que a caracteriza, quer pela renovação geracional que ela induz. Os investigadores mais qualificados dos Laboratórios Associados, eles próprios universitários, compreendem bem, até porque já viveram essa amarga experiência recentemente, o que pode significar a descontinuidade de políticas públicas em momentos de alternância de governo. Apesar da situação favorável de que gozam hoje, em termos de grande proximidade de acção e visibilidade por parte do Ministério, e mesmo assim com as dificuldades financeiras que

todos conhecem, não deixam, portanto, de atribuir grande importância à segurança de longo prazo que, pese embora a tensão a que tem sido sujeita, só a Universidade pode garantir.

Universidades e Laboratórios são como gâmetas diferentes da mesma espécie. Podem ter estratégias diversas de curto prazo, condicionadas pelas conhecidas especificidades morfológicas de género, mais inerciais umas, mais cinéticos outros, mas são identicamente indispensáveis, em conjunto, a qualquer estratégia ganhadora de médio ou longo prazo. É preciso que se fertilizem mutuamente pondo em comum o melhor do seu património genético. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. Mas é igualmente crucial que tudo isto se desenvolva no âmbito das Universidades e dentro da sua esfera de intervenção. Chegou a altura de trabalharmos em conjunto para a concretização destes objectivos.

## **Notas finais**

Termino com algumas notas avulsas, o convite que vem sendo habitual e um agradecimento.

Verifico, no texto que acabo de ler, a ausência de referências a temas que se tornaram marcas dos meus mandatos: a abertura à sociedade, a aproximação ao mundo empresarial, a prossecução do Plano de Desenvolvimento físico da Universidade.

Corrijo essa injusta omissão referindo telegraficamente os Cursos de Empreendedorismo que estamos a organizar em várias autarquias da

região; a previsível colaboração de Sociedades de capital de risco no fomento da inovação e do empreendedorismo na Universidade; o licenciamento de propriedade industrial relacionada com o nosso portfolio de patentes. De facto, o nosso GATS já é conhecido e reconhecido dentro e fora do País e a sua actividade já é apresentada internacionalmente como um exemplo de boas práticas.

Quero ainda referir o início da construção da Unidade Central do Pólo das Ciências da Saúde e saudar a transferência próxima da Faculdade de Farmácia para o seu novo edifício.

Mas três intervenções, de entre todas as que se vão realizar no próximo ano, merecem uma referência especial pela sua centralidade: o restauro da Torre, símbolo altivo da Universidade portuguesa, a requalificação do Pátio e a preparação da Sala dos Capelos para permitir a realização simultânea de actos académicos e de visitas turísticas.

Desejo ainda lembrar-vos que teremos entre nós, amanhã, dia 20 de Setembro, pelas 21h30, no TAGV, a Orquestra Gulbenkian interpretando Brahms e Rachmaninoff e convidar-vos para este Concerto, comemorativo do início do ano lectivo.

É costume dizer-se que uma equipa reitoral tem um rosto e um nome. Afirmo com orgulho ter dado à Universidade de Coimbra uma equipa com onze rostos e onze nomes. Creio que, quando se fizer a história destes anos, se há-de dar conta sobretudo de uma equipa, de um grupo coeso de pessoas presentes e actuates, que se entregam com extrema dedicação a uma causa, como se disso dependesse o seu vencimento ou a sua estabilidade profissional. As várias centenas de projectos que a Reitoria lidera são o resultado dessa enorme capacidade de trabalho e dessa atitude de querer servir bem a Universidade a que pertencem. À senhora e aos senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo

Cordeiro, António Gomes Martins e Pedro Manuel Saraiva, com quem tenho partilhado mais directamente as agruras e as alturas do cargo, aos senhores Pró-Reitores Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, Fernando Guerra, José Canavarro, José António Bandeirinha e António Filipe Pimentel, que tanto têm contribuído para os resultados que vimos obtendo, desejo expressar o meu profundo reconhecimento pela forma como têm conseguido concretizar os projectos que concebem e que lançam, e pela imaginação que revelam para conseguir ultrapassar as circunstâncias tão desfavoráveis em que ocorre a nossa actividade.

A estes nomes, é justo acrescentar o dos senhores Presidentes dos órgãos de gestão das unidades orgânicas, onde decorrem as actividades que são a razão de ser da Universidade, para cujos êxitos tão competente e dedicadamente contribuem; os da senhora Administradora, do senhor Secretário-Geral e do senhor Administrador dos SASUC, bem como os dos senhores Secretários de Faculdade, Directores de Serviço e restantes chefias, que conduzem a máquina administrativa sem a qual nada poderia funcionar. Aos professores, estudantes e funcionários que a cada dia dão qualquer coisa de si pela sua Universidade, aqui fica uma palavra de agradecimento da Universidade e do seu Reitor.

## **Epílogo**

Como qualquer outra instituição de uma sociedade moderna, a Universidade é hoje solicitada pelo mundo ao ritmo frenético dos terabytes por segundo. A carta, fórmula clássica de comunicação escrita, que autorizava uma resposta no prazo de uma semana ou de um mês, foi sendo sucessivamente substituída pelo telex, pelo fax e pelo correio electrónico. Quando enviamos hoje um *email*, fazemo-lo na esperança de uma resposta no minuto seguinte. Os pareceres e opiniões sobre questões não triviais não autorizam mais do que um fim-de-semana. Os projectos de investi-

gação são para publicar e andar. A duração das licenciaturas baixou, em regra, para três anos. Ao CRUP foram dados pelo Ministério treze dias para emissão de parecer sobre a nova Lei de Avaliação e seis dias para emissão de parecer sobre o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. A última decisão sobre definição de vagas para o próximo ano lectivo foi-me solicitada por telefone às 18h do dia 4 de Julho, feriado municipal, com limite de reacção até às 18h30. O tempo característico de resposta é muito curto, e tende a sê-lo cada vez mais. Mas esta vertigem é um logro numa Casa que não se impõe como ideia se não impuser um outro tempo, mais lento, mais sereno, mais consistente, que é o tempo do estudo, da compreensão e do conhecimento. Este outro tempo universitário pode ser estimado mas não pré-definido, porque é diferente de pessoa para pessoa, de grupo para grupo, de assunto para assunto, de matéria para matéria. Resiste a planos e a metas, não há relógios que o meçam e por isso é odiado por geómetras e por burocratas. Defendemo-lo, não porque é mais fácil fazer devagar, mas porque é mais difícil fazer bem e depressa. E porque é necessário manter no longo prazo a dimensão da referência temporal – e intemporal – da Universidade. Libertá-la das oscilações de curto período, do ziguezague da moda, dos estímulos da conjuntura, da vulgaridade mediática, da cultura do efémero, da urgência de respostas e de reacções a notícias que condicionam tudo e todos, e que se esgotam e contradizem ao fim de dois dias. Conseguir resistir à voragem do que é urgente por ardilosa superficialidade, para pôr em perspectiva um outro sentido do tempo que permita fazer, com espíritos serenos, a Mudança Tranquila.

Paço das Escolas, 19 de Setembro de 2007



## **ANO LETIVO DE 2008/2009**

### **Abertura**

Abrem-se uma vez mais as portas da Universidade a um novo ano lectivo e aos homens e mulheres que, por estes dias, estão a obter consagração pelo êxito dos seus jovens, mas esforçados, percursos escolares. Trazem a esperança e a alegria dos 20 anos numa onda que anualmente submerge os campos ressequidos e sobre eles deposita uma nova camada de aluvião, terra fértil vinda de onde vêm, dádiva e ávida de vida. É nas margens dos grandes rios que encontramos as marcas dos mais notáveis impulsos civilizacionais.

A Universidade é um dom da juventude. Mas não é só isso. A cada nova cheia, é preciso tirar partido dela: afeiçoar o terreno, construir diques e canais, levar a água às leiras mais distantes e lançar as sementes de uma nova colheita; num trabalho de união de forças, de inteligência colectiva, de aplicação e de organização dos homens, sem o qual a terra preta se deixa vencer pela sombra do vento e do deserto. A Universidade é também um dom para a juventude.

As minhas primeiras palavras são para celebrar esta dupla renovação. Os novos estudantes formalizam por estes dias as suas matrículas e tomam contacto com a Casa que a partir de agora também será sua. Esta cerimónia, a Abertura Solene das Aulas, é a festa anual do reencontro após a breve interrupção das férias do Verão e o momento em que os mais

antigos recebem e acolhem os mais novos. A uns e a outros eu dou as boas-vindas em nome da Universidade de Coimbra, desejando a todos que o ano agora iniciado traga a satisfação dos vossos desejos e das vossas expectativas. Mas não deixarei de recordar, responsabilmente, que o êxito do vosso sucesso está, em primeiro lugar, nas vossas mãos. A comunidade universitária e a Universidade organizam-se para tentar suprir as vossas dificuldades, mas pouco poderão ajudar se cada um não fizer, em primeiro lugar, o esforço a que se deve sentir obrigado.

Em representação dos estudantes da Universidade de Coimbra, usará da palavra nesta cerimónia o Senhor Presidente da Direcção-Geral da AAC, cabendo à ilustre Doutora Maria Luísa Sá e Melo, Professora Catedrática da Faculdade de Farmácia, proferir a Oração de Sapiência subordinada ao tema **“A descoberta e o desenvolvimento de medicamentos no início do terceiro milénio”**. Senhora Doutora, Caro André Oliveira, aos dois saúdo com consideração e amizade.

### **Breve referência aos momentos altos**

É esta a ocasião apropriada para uma breve referência a alguns dos momentos que marcaram o ano lectivo passado e aos nomes que mais se destacaram neste período, em resultado da sua actividade universitária. Mesmo correndo o risco de ser injusto por omitir alguns, faço-o na convicção de que seria ainda mais injusto se os omitisse a todos. Possam todos vós encontrar, nesta referência a tão poucos, o reconhecimento da vossa Universidade pelo trabalho que desenvolveram ao longo do ano.

Logo em Outubro de 2007, a Universidade de Coimbra era, uma vez mais, a Universidade portuguesa mais bem posicionada no *ranking* do *Times Higher Education Supplement* um dos mais prestigiados *rankings* mundiais de Universidades. Não deixando de notar a sempre discutível

fiabilidade dos critérios comparativos, ou de questionar o rigor da informação sobre a qual assentam as análises, não desvalorizando as indicações fornecidas por outros *rankings* igualmente credíveis, nem o esforço que temos que sustentadamente empreender para melhorar a posição em que nos encontramos, seria de uma grande injustiça não reconhecer que este é o maior galardão a que podemos ambicionar pelo nosso desempenho global. Todas as outras Universidades portuguesas gostariam de ocupar a posição em que nos encontramos.

No passado mês de Maio, em cerimónia que decorreu em Dublin, o Forum Europeu dos Museus decidiu atribuir o *Prémio Micheletti de Museu Europeu do Ano*, na categoria de Ciência, Tecnologia e Indústria, ao Museu da Ciência da Universidade de Coimbra. A obtenção do mais importante e cobiçado prémio da museologia científica europeia, que orgulha toda a Universidade, é, simultaneamente, o reconhecimento do valor do nosso património museológico, a confirmação da justeza das orientações estratégicas definidas pelo Senado nesta matéria, e um forte incentivo à continuação da concretização do projecto.

Quanto às referências individuais, incluo nesta breve listagem, as seguintes:

A obtenção pelo Doutor Luciano Oliveira, investigador do Instituto de Sistemas e Robótica da Universidade de Coimbra, em Novembro de 2007, do 1.º Prémio do Concurso NISIS – Nature Inspired Smart Information Systems. A atribuição à Doutora Anabela Rolo, investigadora do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, em Dezembro do mesmo ano, da Medalha de Honra L’Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência.

A obtenção do 1.º Prémio do “Concurso de Ideias Luminosas – Eficiência Energética”, promovido pela EDP Distribuição, em Março de 2008, pelo

projecto “E-Monitor – Sistema de Análise e Monitorização Energética”, desenvolvido por um grupo de alunos finalistas da Faculdade de Ciências e Tecnologia.

A atribuição ao Doutor Amílcar Falcão, Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia, em Maio de 2008, pela revista *Farmácia Distribuição*, do Prémio Almofariz 2008 – Figura do Ano.

A atribuição, em Junho de 2008, à Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, várias vezes reincidente em matéria de público reconhecimento dos seus méritos universitários, do Prémio Padre Manuel Antunes.

Nesse mesmo mês o Coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra, Medalha Honorífica da nossa Universidade, obteve a Taça de Ouro no II Festival Mundial de Coros, que decorreu em São Petersburgo, na Rússia, terra de reconhecidas tradições artísticas e musicais.

No passado mês de Julho foi atribuído o Prémio Nacional Cidade de Gaia ao Doutor Miguel Castelo-Branco, Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina, tendo o Doutor Jaime Carvalho e Silva, Professor Associado da Faculdade de Ciências e Tecnologia sido eleito para o cargo de Secretário-Geral do ICMI – “International Commision on Mathematical Instruction”, a maior associação mundial dedicada ao ensino da Matemática.

Há apenas um mês, a *American Studies Association*, a mais importante associação de estudos americanos, decidiu atribuir o “Mary C. Turpie Award” à Doutora Maria Irene Ramalho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras e investigadora do Centro de Estudos Sociais, o que acontece pela primeira vez a uma personalidade não-americana.

Pela mesma altura, o Doutor Carlos Fiolhais, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia, era reconhecido pela *Web of Science*

do *Institute for Scientific Information*, uma empresa norte-americana que regista as publicações científicas e mede o seu impacto, como o autor português que, a longa distância de qualquer outro, obteve o maior número de citações para um dos seus trabalhos, o que significa um extraordinário impacto na ciência mundial.

## **Uma nova responsabilidade educativa**

As melhores Universidades atraem os melhores estudantes, que, em retorno, fazem as melhores Universidades. Voltamos ao ciclo da eterna regeneração, que este ano foi marcado, no plano pedagógico, pela primeira experiência quase completa de Bolonha. Ainda é cedo para fazer balanços, mas nunca é cedo para marcar posição ou para confirmar compromissos.

A provar que “os grandes acontecimentos entram na história com pés de lã”, literalmente, Segundo Hegel, com “patas de pomba”, a revolução pedagógica europeia – e em breve extra-europeia – desencadeada pelo Processo de Bolonha não terá passado, no início, e apesar da filosofia que o anima, de uma reorganização formal dos cursos do ensino superior. Este primeiro estágio, em grande parte administrativo, exigiu um imenso esforço colectivo de concertação e de adaptação, que poderia ter sido evitado não fora o desconcerto da própria lei, em muitos casos ainda não ultrapassado.

Não se trata, pelo menos neste momento, de interrogar a oportunidade ou a inoportunidade de Bolonha, como não adianta mais deplorar a entrada do País na União Europeia ou a instituição de uma moeda única, que são hoje factos consumados. Sabemos quanto custa a um País pretender ficar absurdamente só e como, mais ainda do que a política, a ciência vive de diálogo e de troca. Perante a necessidade histórica de aderir ao

Processo de Bolonha, a única atitude positiva era, não apenas aceitar o desafio, mas aceitá-lo com confiança – e, porque não? – com convicção.

Foi o que a Universidade de Coimbra fez. Depois de um período de intensa reflexão e meses de discussões acesas, nas Faculdades e no Senado, em comissões e em sessões de informação, conseguimos em conjunto, professores e estudantes, modificar antigas estruturas, que, há poucos anos ainda, nos pareciam imutáveis e para sempre inscritas na linguagem e nas mentalidades. Não apenas fizemos da necessidade virtude, mas encontrámos nas normas que regem o espaço europeu do ensino superior uma ocasião de progresso e de criação.

Às exigências de Bolonha respondemos com projectos, e com projectos hoje concretizados. Se podemos lançar um olhar crítico sobre estas realizações, é porque elas têm o mérito de existir. Dispomos hoje de um conjunto de mediações que, na sua articulação concertada, transformaram o conceito vago de Novo Paradigma Pedagógico num verdadeiro instrumento de acção e de avaliação. Estes novos mecanismos não são feitos para tornar ainda mais pesado um aparelho já pesado de burocracia, mas, pelo contrário, para favorecer a iniciativa e estimular o movimento intra e inter-universitário. Destes instrumentos, provisórios ou duradouros, mencionarei os mais importantes, acrescentando, a cada um deles, um breve comentário:

**1. a criação de um Observatório de Bolonha**, que acompanhou os primeiros passos da adaptação ao Processo de Bolonha e vem identificando e procurando resolver as dificuldades encontradas na execução de um novo modelo de funcionamento e de todo o processo de transição. A este Observatório cabe, a partir de agora, além do mais, debruçar-se sobre a aplicação do regime tutorial e os novos métodos de avaliação, a organização curricular por módulos, o horário pós-laboral, a internacionalização, os novos públicos, a concretização do sistema de créditos ECTS, a inquirição de hábitos de estudo, etc.;

**2. a elaboração de um Regulamento Pedagógico** que estabeleça um conjunto de normas e orientações gerais sobre o processo pedagógico e as relações entre os membros da comunidade escolar, aplicáveis aos cursos de 1º ciclo e de 2º ciclo integrado;

**3. a elaboração de um Sistema de Gestão de Qualidade Pedagógica**, que, procurando sistematizar uma atitude pedagógica com base no levantamento de um conjunto relevante de indicadores, traduzindo a qualidade dos actos de formação praticados, visa a criação de um mecanismo regular de avaliação da qualidade que permita aos órgãos responsáveis de cada Faculdade a análise dos resultados e da sua evolução, em termos de desempenho pedagógico e de sucesso escolar;

**4. a execução de um projecto de combate ao insucesso e ao abandono escolar e de Apoio à Transição**, projecto multifacetado e pluridimensional, que requer o desenvolvimento, por parte do estudante, de um conjunto de competências que passam nomeadamente por um processo de regulação da aprendizagem e do estudo e pela melhoria contínua das suas competências pessoais e interpessoais;

**5. a consolidação da WebOnCampus**, plataforma de apoio pedagógico, enquanto repositório de toda a informação necessária sobre cursos, disciplinas, aulas e avaliação.

Mas o Processo de Bolonha não se esgota em estruturas administrativas contingentes, que são apenas o seu envelope material e supletivo. Precisamos de ir mais longe, precisamos agora de tentar simpatizar com a intuição filosófica que está na origem deste grande movimento de reforma da pedagogia universitária tradicional.

O espírito de Bolonha, na intenção dos redactores do célebre documento, não é, com efeito, nada mais do que o espírito europeu retomando confiança em si mesmo. Todos aspiramos a uma nova Renascença ou a

um outro Século das Luzes: se a inteligência humana deve permanecer, ou melhor, voltar a ser senhora dos seus conhecimentos, e se a nossa sabedoria europeia, humilhada pela turbulência da história, aspira a ultrapassar a sua actual depressão, temos, mais do que nunca, de garantir à nossa juventude a mais ambiciosa, a mais rigorosa e a mais generosa formação.

Cabe assim a cada professor medir-se nesta tarefa última cuja elevação não se confunde com a eloquência própria de uma alocução de Abertura Solene, mas confere o seu verdadeiro sentido a uma profissão plenamente justificada por uma preocupação de crescimento espiritual e moral da nossa sociedade. E se os estudantes têm toda a razão em reclamar cada vez mais organização, mais atenção, mais clareza, mais paciência, da parte dos professores, estes têm também o direito de esperar a justa retribuição dos seus esforços num trabalho mais regular, mais curioso e mais maduro dos estudantes. Se é desejável que o ensino conceda, doravante, mais lugar à aprendizagem, que a supremacia científica do ensino não constitua obstáculo à autonomia intelectual do estudante, que a investigação não implique o sacrifício da formação, a excelência não será mais do que um voto piedoso, com ou sem Bolonha, enquanto não exigirmos o máximo de nós mesmos. Não será Bolonha bem ou mal sucedida, seremos nós a ter, ou não, sucesso pedagógico.

### **Uma nova centralidade da investigação**

Quanto à reorganização das actividades científicas, tarefa essencial para reforçar a centralidade destas actividades no contexto universitário, a reflexão que aqui deixei há um ano revelar-se-ia um bom programa para a acção que desenvolvemos. Disse na altura e digo agora: “Universidades e Laboratórios são como gâmetas diferentes da mesma espécie. Podem ter estratégias diversas de curto prazo, (...) mas são identicamente indispensáveis, em conjunto, a qualquer estratégia ganhadora de médio ou



longo prazo. É preciso que se fertilizem mutuamente pondo em comum o melhor do seu património genético. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. Mas é igualmente crucial que tudo isto se desenvolva no âmbito das Universidades e dentro da sua esfera de intervenção.”

### **A terceira missão / Um novo compromisso com a sociedade**

Mas se há área de intervenção em que mais se fez sentir a presença qualificada da Universidade de Coimbra e dos seus membros, também por corresponder àquela em que a alteração de comportamentos foi mais marcada e mais visível nos últimos anos, essa foi, sem dúvida, a do novo compromisso que ela quis assumir com a sociedade.

### **A Universidade como motor de desenvolvimento**

Se, para conquistar o direito de incorporar a investigação nos seus propósitos e de a poder fazer autonomamente a Universidade Humboltiana do século XIX teve que defender-se da envolvente e se fechou sobre si mesma, vindo a justificar a designação, ainda hoje consagrada, de *Torre de Marfim*; se, em meados do século XX, a sociedade americana começou a perceber o enorme potencial escondido por detrás das paredes da Universidade e a tentar aproveitá-lo em benefício do seu próprio desenvolvimento, num processo que viria a conferir-lhe a chamada terceira missão; se a Portugal este conceito só chegou no início da década de 70, com a criação das Universidades Novas, e em Coimbra apenas se tornou visível no final dos anos 80, com a afirmação dos cursos de Economia, Gestão

e Engenharias, criados na década anterior e com o início da construção do Pólo II, a verdade é que, uma vez instalado entre nós e assumido por todos, rapidamente fomos capazes de recuperar o tempo perdido.

Hoje, podemos afirmar seriamente que a Universidade de Coimbra se constituiu como referência nacional, e até internacional, em matéria de protecção da propriedade intelectual e de extensão e se estabeleceu como parceiro privilegiado na montagem de infra-estruturas de desenvolvimento e na criação de condições para o aparecimento de novas empresas baseadas no conhecimento, que trazem postos de trabalho qualificados e riqueza.

Por isso vos digo que, com esta Universidade, Coimbra está de volta. Já não a cidade que se acomoda e compraz à sombra da velha Torre, confortavelmente instalada no tempo e na história, a olhar apenas para si mesma e a reclamar o respeito dos outros pela sua nobreza decadente. A cidade da Termec, da Mondorel, da Triunfo, da Ideal, da Centralcer, da Argus, da Sociedade de Porcelanas, da Estaco, da Agfa, e de tantas outras empresas que não souberam antecipar a necessidade da mudança, afundou-se com elas. A cidade que hoje se levanta para reocupar o lugar que é o seu, é a cidade da Critical Software, empresa cuja facturação aumentou, de forma sustentada, a uma taxa de 40% ao ano nos últimos cinco anos, 60% no último ano; a cidade da Bluepharma, fabricante de medicamentos genéricos que exporta 50% da sua produção; a cidade da ISA, empresa de automação e controlo com sucursais em Espanha, França e Brasil, que assegura 100% do mercado ibérico de telemetria de reservatórios de gás; a cidade da Infogene, grande prémio BES Inovação/2007; a cidade da Crioestaminal, primeira empresa portuguesa que salvou uma vida com recurso a transplante de células estaminais; a cidade da Active Space Technologies, da BookMARC e da Quantific; a cidade onde se desenvolveu a técnica de libertação controlada de fármacos em lentes de contacto e a da activação fotodinâmica de fármacos para a terapia da doença oncoló-

gica, esta última uma das nove únicas patentes registadas em Portugal em 2005, com extensão simultânea à Europa, aos Estados Unidos e ao Japão.

A Coimbra de que vos falo organiza-se agora em rede, em conjunto com os municípios vizinhos – cujos Presidentes, aqui presentes, eu quero saudar –, no quadro de uma política de desenvolvimento regional harmonioso e sustentado, com base numa teia de complementaridades para as quais contribui, de uma forma decisiva, a Universidade de Coimbra.

Seja para desenvolver projectos de raiz, seja para identificar e promover em cada localidade a ideia ou a fileira que melhor represente a sua actividade económica e melhor responda à especificidade do seu tecido empresarial, a marca da Universidade de Coimbra pode encontrar-se em várias das acções que corporizam esta política e que têm permitido estes resultados. A nossa escala é o Mundo, mas para nós o Mundo começa à saída da Porta Férrea.

A estratégia a que respondemos, iniciada com a criação do *Instituto Pedro Nunes*, que ostenta hoje índices de desempenho que o tornam campeão nacional na sua categoria, incluiu mais recentemente a criação em Cantanhede do *BIOCANT – Centro de Inovação em Biotecnologia*, cujo fulgurante sucesso o torna outro exemplo a reter, bem como, já este ano, a inauguração do edifício do *ITECONS – Instituto para a Tecnologia da Construção*, com mais de 50 parceiros públicos e privados. Inclui ainda o decisivo arranque do *Coimbra iPark*, liderado pela Câmara Municipal de Coimbra, e no qual a Universidade reforçou a sua participação e passou a integrar os órgãos sociais.

A Universidade está presente em vários concelhos da região, procurando dar o seu contributo para o desenvolvimento económico: na área das energias renováveis (Arganil); na área do turismo, da saúde e do lazer (Mealhada); na área do desporto (Montemor-o-Velho); na reciclagem de resíduos urbanos industriais (Vila Nova de Poiares); na área do Ordena-

mento do Território e das Ciências do Mar (Figueira da Foz); no ensino à distância (Castelo Branco, aqui em colaboração com o Instituto Politécnico da cidade); na área da requalificação e valorização do património edificado (Penela); na área da Floresta e da Biomassa (Miranda do Corvo).

Na Guarda, em colaboração com a Universidade de Salamanca, prosseguem as actividades do Centro de Estudos Ibéricos; em Alcobaça realizam-se várias acções e cursos de formação não conferentes de grau; em Coimbra, Arganil, Aveiro, Covilhã, Penela e Miranda do Corvo os vários Cursos de Empreendedorismo realizados deram formação a mais de trezentos participantes; com a Associação de Municípios do Baixo Mondego, colaborámos de forma estreita na definição da estratégia de desenvolvimento da sub-região no âmbito da preparação de candidaturas ao QREN e somos parceiro científico da Associação para o Desenvolvimento da Região Oeste no âmbito do Projecto ECOS, com vista à cooperação em rede para a Competitividade e Inovação, envolvendo os Municípios de Moura, Beja, Serpa, Peniche, Torres Vedras e Óbidos.

Com financiamento da Agência de Inovação e a participação das 34 entidades públicas e privadas da região de Coimbra com uma intervenção mais destacada na área da saúde, lançámos o projecto “Health Care and Medical Solutions” com vista à internacionalização do *cluster* da saúde, em articulação com um outro projecto internacional que igualmente lideramos, financiado pela União Europeia, no qual participam 15 regiões da Europa, que organizou em Coimbra, no passado mês de Julho, um grande evento internacional na área das tecnologias da saúde.

Do conjunto das iniciativas apresentadas resulta clara a adaptação a cada necessidade e a optimização dos recursos existentes no território. A contribuição da Universidade é, em todos os casos, relevante, contribuindo para a valorização do potencial dos concelhos envolvidos nas várias vertentes do seu desenvolvimento.

Esta cooperação multifacetada com instituições públicas (Universidades, Institutos Politécnicos, Municípios, Hospitais) ou com empresas privadas está a confirmar a presença da Universidade Cidadã na vida das comunidades, ajudando os agentes dinamizadores locais (Presidentes de Câmara, empresários) a desenvolver uma ideia capaz de transformar uma região deprimida num espaço de desenvolvimento harmonioso e de qualidade de vida.

## **A Universidade, instrumento de política internacional**

Mas o facto de termos encontrado o Mundo à porta de nossa casa, não significa que não continuemos a procurá-lo mais longe, tanto no tempo como no espaço. Aliando o sentido histórico que lhe está indissociavelmente ligado às perspectivas de futuro a que, como Universidade, não podemos deixar de responder, temos reforçado a nossa visibilidade internacional através de um conjunto coerente de iniciativas:

Quando procuramos as raízes históricas da mobilidade do conhecimento na Europa, hoje concretizada através de um dos mais prestigiados Programas da União Europeia, o Programa ERASMUS, vamos encontrá-las nas redes de intercâmbio entre mestres e estudantes das Universidades medievais, as mais prestigiadas das quais se encontram hoje reunidas num grupo que nos honrou ao escolher o nosso nome – o *Coimbra Group*, Grupo de Coimbra das Universidades Europeias – e se reforça como um dos pilares da opinião universitária na Europa. Membros da Direcção do Grupo deste 2005, através da Senhora Vice-Reitora Doutora Cristina Robalo Cordeiro, a nossa posição foi reforçada pela sua reeleição, por unanimidade, para um segundo mandato, na Assembleia anual do Grupo que este ano decorreu em Iena, na Alemanha, o que comprova o prestígio que alcançou como primeira responsável da nossa diplomacia e nos permite ocupar, neste início de século, um lugar central na cena universitária europeia.

Quando nos referimos ao papel que esta Universidade desempenhou promovendo a formação e moldando o carácter de um povo que faz da disponibilidade para a promoção do diálogo inter-civilizacional uma das suas competências mais apreciadas no mundo, estamos também a falar das acções que hoje desenvolvemos no âmbito da Comunidade das Universidades do Mediterrâneo, e, muito em particular, da posição de liderança europeia que vimos assumindo, relativamente à aproximação ao Magrebe.

Quando nos confrontamos com as nossas responsabilidades, como nação e como Universidade, perante o imenso património construído – fortalezas, igrejas, palácios, habitações, estruturas urbanas – que ficou da presença portuguesa em África, na América e na Ásia, a nossa atitude não é contemplativa, antes partimos para a constituição de uma Rede de Património Mundial de Origem Portuguesa, em conjugação com o IGESPAR, com a Comissão Nacional da UNESCO e com o Comité Português do ICOMOS, cuja primeira iniciativa reuniu em Coimbra representantes de cerca de vinte Países e que nos pode colocar, neste início de século, em posição privilegiada de interface entre a UNESCO e esta extensa rede de Património Mundial.

E quando falamos na importância desta Universidade como referência intemporal da língua e da cultura portuguesas, e como marca perene e incontornável da presença portuguesa no mundo, estamos a pensar no que agora mesmo está a ser preparado entre as mais importantes Universidades brasileiras, que nos reconhecem como a sua *Alma Mater* e pretendem dar o nosso nome a um Grupo em vias de ser constituído, o que nos coloca, neste início de século, no vértice de uma política de aproximação entre Universidades europeias e Universidades brasileiras. É meu privilégio anunciar, a este propósito, a aprovação do projecto Erasmus Mundus com o Brasil, que lideramos, um dos três únicos a ser aprovado em toda a União Europeia. Tenho igualmente a grata satisfação de vos convidar para uma cerimónia que se realizará nesta mesma Grande Sala dos Actos,

em 27 de Novembro próximo, com vista a celebrar a constituição formal do *Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras* e o início da actividade de colaboração entre os dois Grupos de Coimbra.

Todas estas iniciativas inserem-se no (e complementam o) projecto de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, cujo dossiê se encontra agora na fase final de preparação e já permitiu garantir para a Universidade avultados investimentos. Por elas se percebe que, quando falamos de Património, não estamos a falar de passado. As acções que referi, sendo centrais para os propósitos da candidatura, transportam, todas elas, óptimas oportunidades nos planos pedagógico, científico e de extensão. Encontram igualmente justificação no quadro de um novo paradigma de desenvolvimento baseado no conhecimento e na inovação, e das orientações estratégicas que a diplomacia portuguesa quis deixar, como marcas mais visíveis e intencionais na recente presidência da União Europeia: a aproximação à África e ao Brasil.

## **O sentido da mudança permanente**

SENHORAS E SENHORES,

Sendo uma das mais importantes criações do espírito europeu, a Universidade deve a sua reconhecida longevidade à capacidade de se transformar e de se adaptar à evolução do mundo. A não ser no essencial – foi desde sempre uma comunidade de professores e de estudantes interessados em produzir e difundir conhecimento –, poucas semelhanças existem, com efeito, entre a Universidade medieval e a dos nossos dias.

Umaz vezes por iniciativa própria, outras vezes em resposta a estímulos exteriores de carácter mais ou menos impositivo, sempre ou quase sempre em equilíbrio tenso entre reflexão autónoma e resignação à heteronomia,

entre impulsos pró-activos e reactivos, a verdade é que as Universidades de hoje inscreveram a mudança no seu próprio código genético, porque, por selecção natural, já não existem as que não souberam fazê-lo. A consciência de que este mecanismo selectivo não parou, nem nunca pára, é o melhor remédio contra a tentação de baixar a guarda e de descansar sobre as situações tidas como definitivamente adquiridas, que, aliás, como sabemos, não existem.

A mudança é, pois, ingrediente permanente da vida da Universidade e critério de manutenção da sua autonomia. Mas ela não se concretiza apenas porque se torna consciente e se postula. Ainda há que ter em conta a circunstância e o tempo, que acertar no diagnóstico, que conhecer os seus destinatários e mobilizar os seus agentes, que escolher os instrumentos adequados. Numa palavra: que tomar as decisões acertadas para poder transformar leis, deliberações e despachos em reformas efectivas. A nossa função é encontrar o sentido da mudança permanente.

Reformar é uma actividade séria, muito exigente em clarividência e discernimento. Talvez por isso, demasiadas vezes os discursos programáticos se refugiam em clichés, tentando esconder a sua pretensa actualidade por detrás de uma cortina de palavras vácuas em *europês* politicamente correcto, cuja utilização exaustiva tornou estafadas, vazias de conteúdo e de significado. Em matéria tão crucial como a sobrevivência das nossas Universidades e o desenvolvimento de um sistema de ensino superior de qualidade, é necessário não dar tréguas à superficialidade e à mudança cosmética, e em igual medida combater a fatal atracção pela leveza das convicções, pela volatilidade das vontades e das orientações, pela submissão à opinião publicada e pelos restantes tiques da panóplia pós-moderna.

Insisto em duas regras de ouro de qualquer reforma sustentada, cuja tomada de consciência nos evitará equívocos e perdas de tempo:



1ª regra – As nossas reformas ninguém as faz por nós. Não procure, por isso, cargos de responsabilidade, quem não estiver disponível para o incómodo de assumir, por vezes, decisões difíceis;

2ª regra – As reformas só se fazem com quem quer fazê-las. Numa sociedade democrática, não insista em fazer reformas quem não sabe envolver e co-responsabilizar os agentes da reforma.

No actual quadro do ensino superior em Portugal convivem, a todos os níveis, as vontades sérias, conduzindo evoluções positivas e concretizando a mudança com profundidade e bom-senso, com inúmeros exemplos de atitudes superficiais e até levianas como as que acabam de ser caracterizadas. Na adaptação do sistema português ao Espaço Europeu do Ensino Superior, na adopção de um novo modelo de avaliação de cursos e de instituições, no alargamento da Universidade a novos públicos, no enquadramento organizacional que decorre do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e nas opções de financiamento, componentes de uma *overdose* legislativa que se apresentam em diferentes estádios de desenvolvimento e com diversos níveis expectáveis de sucesso, estamos no terreno perante vontades, atitudes e perspectivas que divergem, que interagem e conflituam, e ainda longe de perceber o resultado final da aplicação das novas leis.

Ora, a Lei é, verdadeiramente, a aplicação da Lei. E do conjunto de artigos e de disposições, de conceitos e de considerações, de teorias jurídicas e abstracções filosóficas que a sustentam e justificam, a Lei é, no final, apenas aquilo que os homens e as mulheres souberem, quiserem ou puderem fazer dela.

Também por isso, o momento presente é particularmente desafiante. Porque, apesar do que está escrito, aprovado, ratificado e referendado por quem de direito, a forma e o resultado final deste esforço depende de nós e do que soubermos, quisermos ou podermos fazer com as leis que actualmente enquadram a nossa actividade.

Convoco, pois, todos os universitários de Coimbra para a urgência permanente das reformas sérias. Esta Universidade, que já foi de Pedro Nunes e de Antero, de Camões e de André de Gouveia, de Almeida Garrett e de Guerra Junqueiro, de Eça e de Ramalho, de Egas Moniz e de Manuel de Arriaga, de Carlos Oliveira e de Fernando Namora, de Vergílio Ferreira e de Torga, e que agora é nossa, ergue-se para um novo momento alto da sua História e seremos nós, os actuais universitários de Coimbra, herdeiros dessa responsabilidade e responsáveis dessa herança, os obreiros da mudança, porque mais ninguém o poderá fazer.

Se o tempo característico de um Governo é o ano, ou a dezena de anos, o de uma Universidade é o século ou o milénio. É nosso dever entender esta diferença, e nossa responsabilidade saber tirar partido das enormes potencialidades que ela encerra. Entre navegar a onda de positividade, participando todos os dias na festa de uma vitória efémera, ou ficar a assistir, na margem, à passagem das multidões e das oportunidades, celebrando com impoluta virgindade a certeza de uma futura redenção definitiva, o caminho é incerto, estreito e mal iluminado. O que parece aliciante a curto prazo pode revelar-se desastroso a médio e longo prazo. No entanto, mesmo as corridas longas necessitam dos primeiros passos. Em regime de incerteza, muitas vezes a melhor escolha não é a que maximiza o resultado imediato, mas a que minimiza o risco de fechar opções. Ou, como prefere dizer Philip Kitcher, a que reduz o fenómeno ao menor número possível de definitivos.

Não vos posso mostrar cartilhas, porque não as há. Mas posso alertar-vos contra os homens providenciais, que sempre significaram e significarão a demissão de todos os outros. E também contra os iluminados, que se julgam tocados pela centelha do génio, que acabam por derramar sobre uma realidade atrasada demais para os compreender e valorizar. A única receita para o sucesso é fazermos nós, honestamente, o nosso trabalho: comparar realidades, aferir conceitos, validar propostas, discutir

experiências. Estudar, estudar, estudar sempre e tentar encontrar a nossa via, o melhor caminho para trilhar, em função das nossas próprias convicções, no cotejo de ideias, tentando convencer os outros mas sabendo igualmente sopesar o valor dos seus argumentos.

## **Os novos Estatutos**

Foi neste espírito que iniciei o processo de preparação dos novos Estatutos da Universidade de Coimbra com o firme propósito de assumir plenamente as responsabilidades que me cabiam como Reitor eleito democraticamente pela comunidade universitária, trabalhando para que a Assembleia Estatutária pudesse ser constituída por pessoas competentes e dedicadas e adoptasse uma atitude de abertura e de procura activa de novos caminhos e de novas soluções. Enunciei os princípios que deviam nortear a nossa actuação.

Entre muitas outras, resumo uma das reflexões que se revelaram nucleares:

Tem sido visível limitação das Universidades portuguesas, sistematicamente evidenciada pelas equipas de avaliação institucional que as têm visitado, a falta de capacidade para definir e concretizar uma estratégia que envolva a totalidade da instituição, incluindo, naturalmente, as suas Faculdades. Esta questão aflora com frequência nas nossas discussões internas, mas raramente se associa às razões sistémicas que o provocam: tendo sido identificado em todas as instituições e ao longo de tantos anos, dificilmente se pode atribuir à acção ou omissão de um ou outro responsável, mas tão só à inadequação do actual modelo organizacional. Como reforçar, então, a eficiência da orientação estratégica definida para toda a Universidade pelos seus órgãos centrais, sem comprometer a identidade e a autonomia científica e pedagógica das unidades orgânicas? Como garantir

o princípio da autonomia científica e pedagógica das unidades orgânicas sem transformar a Universidade numa federação de Faculdades?

A solução encontrada passou por trazer as unidades orgânicas para a esfera da decisão central, através de um órgão, o Senado, onde têm assento os seus Directores. Se este conseguir abrandar a função de câmara de ressonância das preocupações sindicais e corporativas dos seus membros, como aconteceu por vezes no passado, ou de câmara legislativa onde cada um exercita os seus dotes de tribuno; se conseguir assumir-se como um autêntico Conselho Universitário, reforçando o papel de apoio à coordenação da política universitária, nomeadamente nas áreas da oferta educativa e da investigação científica; se conseguir afirmar-se como parceiro e co-responsável das propostas que o Reitor formulará ao Conselho Geral, o Senado poderá vir a representar um papel mais importante do que aquele que lhe é reservado pelo RJIES. Assim se garantirá o envolvimento de todas as unidades orgânicas na definição de uma estratégia global para a Universidade e o comprometimento de todas as unidades orgânicas na sua concretização.

Ao fim de treze reuniões formais, e de algumas dezenas de reuniões informais, ouvida a opinião dos membros da comunidade universitária, através dos seus representantes no Senado e auscultados os Presidentes dos órgãos das Faculdades sobre os assuntos considerados de maior importância e sensibilidade, tendo-se primeiro debruçado sobre oito questões de carácter geral por mim formuladas e tomando como base uma proposta entretanto elaborada pela Comissão de Redacção, a Assembleia Estatutária foi capaz de chegar a sínteses que me parecem responder de forma adequada e equilibrada a cada uma das nossas interrogações.

Não farei aqui, nem se esperaria que fizesse, uma análise exaustiva dos novos Estatutos da Universidade. Sempre direi que me revejo nos traços essenciais das mudanças que se preconizam, nomeadamente:

- no equilíbrio judicioso entre a autonomia das Faculdades e o respeito pela prossecução de uma estratégia comum, para cuja definição igualmente contribuem e a cuja concretização ficam solidariamente obrigadas;
- na existência e na composição do Senado, valorizado, no limite da lei, como órgão de consulta permanente do Reitor e de articulação de políticas universitárias;
- no reforço da posição dos docentes e investigadores nos órgãos colegiais, sem prejuízo da manutenção da representação de estudantes e de trabalhadores não-docentes;
- no realinhamento da representação estudantil face à evolução da composição orgânica da academia, agora constituída por um número crescente de estudantes dos 2º e 3º ciclos;
- na definição de um novo quadro de aproximação das unidades de investigação de natureza privada à Universidade e na valorização das actividades de investigação científica interdisciplinar, a que agora se junta a formação doutoral, no âmbito do Instituto de Investigação Interdisciplinar, em áreas que transcendam o domínio científico de uma única Faculdade;
- na institucionalização de novas unidades orgânicas, ainda em regime de instalação, que trazem a esperança de novos rumos e novos desenvolvimentos: o Colégio das Artes, o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde e o Tribunal Universitário Judicial Europeu;
- no princípio da adopção generalizada de sistemas de gestão da qualidade aferidos e avaliados segundo padrões reconhecidos internacionalmente, em todas as áreas de intervenção da Universidade;
- no princípio da gestão coordenada de todos os recursos de uso comum, com vista a criar economias de escala conforme recomendação da Comissão de Avaliação da EUA que recentemente nos visitou e objectivo central da política universitária que quero prosseguir até ao final do meu mandato.

Duas outras decisões maiores, aliás interligadas, que hão-de marcar a nossa nova orgânica, puseram em relevo as diferentes sensibilidades e as experiências de cada um:

- A solução encontrada para garantir a responsabilização coerente do Administrador sobre a administração de toda a Universidade sem comprometer a capacidade de decisão autónoma das unidades orgânicas, com recurso conjugado aos princípios da gestão descentralizada, consagrada estatutariamente por delegação de competências do Reitor nos Directores das Unidades Orgânicas e da administração única desconcentrada, que assegura a existência de serviços administrativos em cada sector, embora com comando e responsabilidade central.
- A concentração numa única pessoa, sem possibilidade de delegação, das anteriores competências dos Presidentes dos Conselhos Directivos, Científico e Pedagógico. Para além de constituir elemento integrante e integrador do novo jogo de equilíbrios entre Estrutura Central e Unidades Orgânicas, esta decisão pretendeu reforçar a identidade e a autonomia destas últimas nas questões que constituem o cerne da sua actividade, colocando os Conselhos Científico e Pedagógico na dependência do seu responsável máximo. Igualmente se limitam os focos de potenciais conflitos internos entre órgãos, permitindo concentrar tempo e energia no que é realmente importante.

Elaborados e aprovados no tempo devido e homologados *tal e qual*, os novos Estatutos da Universidade de Coimbra foram publicados no dia 1 de Setembro e entraram em vigor no dia 8 do mesmo mês.

Cumpre-me agradecer, em nome da Universidade de Coimbra, a todos quantos participaram neste processo, o vosso trabalho e as vossas valiosas contribuições. Refiro em particular os membros da Assembleia Estatutária

e os membros da Comissão de Redacção e relevo, muito especialmente, a inestimável colaboração dos membros externos da Assembleia Estatutária, os Drs. António Almeida Santos, Artur Santos Silva, Emídio Rui Vilar, Manuel Carvalho da Silva e Gonçalo Quadros, personalidades de altíssimo prestígio na sociedade portuguesa, que sempre encontraram a disponibilidade de agenda e de espírito para partilhar connosco a sua vastíssima experiência de vida e os seus conhecimentos, para nos proporcionar uma visão atenta e objectiva da nossa realidade, que contribuiu muito significativamente para o resultado do nosso trabalho. Quero igualmente referir com particular intenção o desempenho notável do Senhor Vice-Reitor Doutor António Avelãs Nunes que, na esfera das suas competências delegadas, coordenou os trabalhos da Comissão de Redacção, acompanhou de muito perto a intervenção que, por imperativo legal, me estava reservada, supriu eficazmente as minhas limitações e chegou a substituir-me durante um curto, mas crítico, também para mim, período de tempo.

Como qualquer outro instrumento jurídico, os Estatutos da Universidade de Coimbra serão agora o que os universitários de Coimbra – docentes e investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes – souberem, quiserem ou puderem fazer deles.

Nos termos da lei, os Estatutos fixaram o quadro de transição para o novo modelo organizacional e definiram regras e prazos para a entrada em funcionamento dos novos órgãos centrais: o Conselho Geral, o Conselho de Gestão, o Senado e o Provedor do Estudante. Igualmente determinam a eleição de Assembleias que terão a responsabilidade de preparar os novos Estatutos das Faculdades, bem como a posterior eleição das primeiras Assembleias de Faculdade e dos novos Directores.

Porque o tempo actual não dá trégua ao descanso, convoquei para hoje mesmo uma reunião extraordinária do Senado, na qual apresentarei, nos termos dos novos Estatutos, os Regulamentos destas eleições. Até

meados de Novembro terão tomado posse perante o Reitor os docentes e investigadores, estudantes e trabalhadores não-docentes, membros das Assembleias Estatutárias de todas as Faculdades. Até ao final de Novembro estarão eleitos os membros do primeiro Conselho Geral, órgão máximo de orientação estratégica e de supervisão universitária. Até ao início das férias do Natal estará constituído o novo Senado. Em todos os casos, são funções de grande responsabilidade, para cujo exercício se requer reflexão, ponderação e capacidade de trabalho. Na esfera das respectivas competências, eles serão um importante elo da reforma que começou na Assembleia da República e acabará na Sala de Aula, na Biblioteca, no Laboratório, na empresa e, por que não dizê-lo, em todos os ambientes e em todos os locais onde possa vir a estar um antigo estudante de Coimbra.

Esperam-nos, portanto, meses de intenso trabalho de reorganização interna. De renovação democrática de mandatos e de pessoas. De reformatação de hábitos e de procedimentos, de preparação dos instrumentos regulamentares que, complementarmente com a lei e com os Estatutos, hão-de definir um novo quadro de relacionamento interno entre serviços, unidades orgânicas, órgãos centrais e sectoriais.

Quero aproveitar para esclarecer a comunidade universitária, e fá-lo-ei uma única vez, sobre a interpretação que faço das responsabilidades do Reitor no actual momento. Se é certo que decidi intervir activamente no processo de formação da Assembleia Estatutária, subscrevendo uma lista de professores com carácter institucional, constituída com base nos Presidentes dos Conselhos Científicos das Faculdades, para um trabalho cuja responsabilidade de concretização atempada me era directamente atribuída por lei, entendo dever tomar agora, coerentemente, uma posição de distanciação equitativa relativamente aos processos eleitorais que se iniciam. Trabalharei com o Conselho Geral e com o Senado, nos termos da lei e dos Estatutos, liderando o processo de mudança e ajudando a formatar o novo quadro de funcionamento institucional emergente.



## Outras mudanças

No plano organizacional, é uma nova Universidade que se estrutura sobre a experiência de mais de setecentos anos, são os segundos estatutos da democracia. E são novas formas de gestão que estão igualmente a ser experimentados, como as que resultam da entrada em funcionamento de duas Fundações de direito privado e de uma Associação:

- a Fundação Cultural da Universidade de Coimbra, no âmbito da qual se fará a gestão do Teatro Académico de Gil Vicente, a cuja Directora recentemente nomeada eu desejo as maiores felicidades no cumprimento das novas funções, e ainda do Estádio Universitário, do Auditório da Reitoria e do Palácio de S. Marcos. É previsível que outras valências culturais e desportivas venham a ser acrescentadas, a curto prazo, à esfera de intervenção desta Fundação;
- a Fundação Museu da Ciência, no âmbito da qual prosseguirá o programa de desenvolvimento das actividades de museologia científica, nomeadamente a instalação da segunda fase do Museu da Ciência, no Colégio de Jesus.
- O Centro Universitário de Apoio à Infância e à Terceira Idade, associação privada sem fins lucrativos do tipo IPSS, que assegurará a gestão do Infantário e do Jardim Infantil.

Mas o ano lectivo que agora se inicia trará ainda outras novidades. No plano do desenvolvimento físico, verá inauguradas as novas instalações da Faculdade de Farmácia e do ICNAS – Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, bem como os edifícios da Biblioteca Central e da Unidade Central, todos no Pólo das Ciências da Saúde. Ainda neste Pólo, dar-se-á início à construção da Sub-unidade 3 da Faculdade de Medicina e à elaboração do projecto das Sub-unidades 2 e 4 da mesma Faculdade.

Na Alta, estão praticamente concluídas as profundas intervenções na Casa das Caldeiras e no Campo de Santa Cruz, ao mesmo tempo que se dá início à Reconstrução do Colégio da Trindade para instalação do Tribunal Universitário Judicial Europeu e aos trabalhos de Arqueologia que precedem a construção da nova Biblioteca da Faculdade de Direito e do Centro de Interpretação e Documentação da Universidade de Coimbra, localizado na Rua dos Estudos.

Entretanto, no âmbito da preparação de candidaturas aos vários Programas do QREN, o Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade de Coimbra foi estruturado em torno de dez eixos prioritários que totalizam 33 projectos de construção ou de remodelação de edifícios, bem como 72 projectos de natureza imaterial. À fastidiosa enumeração destes 105 projectos, substituo a informação de que obtivemos, até ao momento, a garantia de financiamento de cerca de 10% do montante global a que nos candidatamos. Coube ao Senhor Vice-Reitor Pedro Manuel Saraiva a preparação deste extenso Programa de candidaturas, o que fez com a mesma desenvoltura e eficiência com que tem abraçado todas as suas responsabilidades.

Para encontrar saída e apoio para as nossas propostas e iniciativas, é esta atitude de procura permanente de novas oportunidades e de novas vias que eu preconizo quando digo, realisticamente, que é preciso ir a jogo. Porque, assumida que foi pelo actual Governo a intenção política de diminuir, muito para além do limiar imposto por qualquer justificação de necessidade financeira ou de conjuntura nacional ou internacional desfavorável, o financiamento público das Universidades públicas, é desta atitude que depende a nossa capacidade para cumprir os objectivos traçados. Verifico com satisfação que ela está a ser assumida por toda a comunidade universitária.

## **Financiamento**

Parece-me, com efeito, evidente que a redução das dotações orçamentais atribuídas às Universidades não pode explicar-se apenas pela necessidade de as fazer participar no esforço nacional concertado para equilíbrio das contas públicas. Pela razão decisiva de que as Universidades sofreram, desde 2005, uma redução do seu orçamento, quatro vezes superior à diminuição do défice público nacional no mesmo período.

Esgotada esta justificação, foram ensaiadas várias outras, entre as quais a má gestão, que vemos por vezes associada à ruptura financeira de algumas Universidades e à celebração dos famosos contratos de saneamento financeiro. É esta uma argumentação mais perigosa, porque, como é óbvio, em matéria de gestão, é sempre possível fazer melhor, como as Universidades têm demonstrado eloquentemente. A verdade, porém – verdade que julgo insusceptível de contestação – é que, a níveis de financiamento público de 2005, em percentagem do PIB, nenhuma delas teria entrado em ruptura financeira, ou seja, a alegada má gestão é a consequência inevitável (e esperável) do sub-financiamento e não a sua causa.

Devo dizer que ao mais alto nível do Governo tem sido reconhecido, embora nunca publicamente, o enorme esforço de contenção das Universidades e a sua capacidade para encontrar fontes de financiamento que compensem, em alguma medida, a redução das receitas públicas.

Não creio, de resto, que alguém possa justificar a redução do financiamento público de todo um sector com base em um ou outro caso de alegada má gestão. Como se um indício de erro no Hospital de São João pudesse ter como decorrência lógica a diminuição do financiamento do Hospital de Santa Maria. Não aconteceu com os Hospitais, que receberam em 2007 centenas de milhões de euros de orçamento supletivo intercalar. Mas está a acontecer, infelizmente, com as Universidades.

Em Outubro de 2006, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas chamou a atenção para as previsíveis consequências das decisões tomadas pelo Governo em sede de preparação do Orçamento de Estado para 2007, nomeadamente para a situação de ruptura financeira que ocorreria em quatro Universidades públicas no decurso deste exercício orçamental.

Idêntica atitude foi tomada pelo CRUP em Agosto de 2007, logo que conheceu as linhas gerais a que obedeceria o Orçamento de Estado de 2008, alertando para a mais que provável eventualidade de outras Universidades se juntarem às anteriores, sem capacidade para garantir o pagamento da totalidade dos vencimentos e de outras despesas correntes até ao final do ano.

Não adianta ignorar ou negar a realidade: infelizmente, tanto a primeira como a segunda destas previsões vieram a revelar-se acertadas, abrangendo instituições insuspeitas de má gestão ou de falta de qualidade.

Conhecidos os pressupostos em que assentará a preparação do OE para 2009, uma vez mais se verifica que um número crescente de Universidades públicas vai ver agravadas as suas já insustentáveis dificuldades financeiras e vai ter que recorrer, com o conhecimento do Ministério, a práticas de sub-orçamentação. O que significa que a fórmula de financiamento, a sexta da ordem a ser aplicada nos últimos seis anos, e o próprio princípio do financiamento por fórmula, a que o Governo está obrigado por força da lei, entraram no domínio da ficção. Para além de ilegal, a institucionalização do financiamento intercalar à medida das necessidades é um retrocesso de quinze anos na nossa prática de gestão, e constitui, sem sombra de dúvida, um princípio de má gestão e um convite à gestão danosa, além do mais porque desincentiva a angariação de receitas próprias.

Creio que, até agora, o estrangulamento financeiro a que estão a ser sujeitas as Universidades públicas não teve nenhum resultado positivo, sendo visível apenas a consequência negativa, esperável, da anulação da autonomia das Universidades que não conseguiram evitar a ruptura financeira. E esta consequência arrasta outras, igualmente negativas: a de limitar drasticamente a sua capacidade de iniciativa, incluindo a capacidade de geração de receitas próprias, e a de as colocar na dependência de boas-vontades casuísticas e intercalares.

Quero acreditar que não é isto que se pretende: reduzir as Universidades públicas a simples Direcções-Gerais ou transformá-las em Fundações de direito privado sem capital, que só poderão sobreviver à custa de operações imobiliárias ou de especulação financeira.

Como saída óbvia desta dicotomia asfixiante, resta-me preconizar a densificação do conceito de Instituto Público Autónomo e lembrar que não se encontrou ainda uma solução equilibrada para o preceito constitucional que consagra a autonomia das Universidades, apenas porque nunca houve vontade política para o fazer.

Neste momento e nesta matéria, não posso ser portador de boas notícias. Tudo aponta para que a Universidade de Coimbra tenha, em 2009, um aumento nominal de receita pública transferida de 2%, para suportar aumentos salariais que se prevêem superiores a esse valor e ainda para cobrir despesas obrigatórias com a Segurança Social (11% da massa salarial global), até aqui garantidas por saldos de gerência.

Terminarei este ponto da minha intervenção garantindo a todos que a Universidade de Coimbra está incluída no pequeno lote das Universidades públicas que, em 2009, ainda não terão que sobre-estimar as suas receitas para poder fechar o orçamento e formulando o meu voto veemente de que a razão e o bom senso acabem por prevalecer, de modo a evitar que

a nossa Universidade, como todas as Universidades públicas, continuem a sofrer a asfixia financeira com que foram injustificada e injustamente castigadas nos últimos anos.

É neste contexto que o Senhor Vice-Reitor Doutor António Gomes Martins ocupa, com exemplar inteligência organizacional e reconhecidas disciplina e capacidade de trabalho, o mais difícil lugar do Governo da Universidade de Coimbra. Quando ele tiver que vos dizer que não, peço-vos que compreendam o sentido destas minhas palavras.

O desafio é de grande responsabilidade. Mas a confiança que deposito na dinâmica adquirida pela Universidade, decididamente mais consciente dos riscos da estagnação e disponível para prosseguir os caminhos da mudança, permitem-me encará-lo com fundado optimismo.

O esforço é de muitos e só para esses vale a pena. Quem não se esforça, quem não se entrega, nem sequer dá conta de que está a passar ao lado da vida. Desse mal não nos podemos queixar. Quero abraçar neste plural majestático, ou neste “eu” plural todos os professores, investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes da Universidade de Coimbra que diariamente dão o melhor de si no cumprimento das suas tarefas. Quero incluir neste abraço todos os que ocupam cargos de responsabilidade, Presidentes e membros dos órgãos de Governo, Administradores e Directores de Administração, Directores de Serviço, Chefes de Divisão e chefias intermédias. Quero referir os nossos antigos estudantes, a sua Rede, que conta já mais de 11 000 membros, e as associações em que se organizam por todo o País e no estrangeiro, multiplicando-se em iniciativas culturais e de convívio. A nossa Universidade estará sempre onde, em qualquer parte do mundo, bater o coração de um antigo estudante de Coimbra. Quero por último deixar uma palavra de agradecimento ao grupo de Colegas que me acompanha mais de perto, porque constitui a minha equipa restrita. À Senhora

e aos Senhores Vice-Reitores, com quem tenho partilhado mais directamente as responsabilidades e as alegrias do cargo, e aos senhores Pró-Reitores, que tanto têm contribuído para os resultados que vimos obtendo, quero expressar o meu profundo reconhecimento pela forma como têm conseguido concretizar os projectos que concebem e que lançam, e pela imaginação que revelam para conseguir ultrapassar as circunstâncias tão desfavoráveis em que decorre a nossa actividade.

A todos lembro, para terminar, que esta cerimónia não esgota o programa do dia. Depois do almoço e da reunião do Senado, espero poder encontrar-vos no espectáculo de Abertura do Ano Lectivo, o concerto **D. João VI e Napoleão: Música em tempo de guerra**, comentado por Jorge Rodrigues, com coordenação musical e interpretação ao piano de **João Paulo Santos**, tendo como solistas a Soprano **Dora Rodrigues**, a Meio-soprano **Susana Teixeira**, o Tenor **Mário João Alves** e o Barítono **Luís Rodrigues**.

## Epílogo

As Universidades estão hoje muito mais expostas do que noutros tempos. São parte da sociedade, assumem-se como instituições cidadãs, de certa forma dessacralizaram-se. Deixámos de ser os aristocratas do conhecimento, os lentes perante cujas opiniões se curvavam, reverentemente, os mortais. Agora as nossas tomadas de posição são diariamente escrutinadas pela opinião pública, havendo sempre quem gosta mais e quem gosta menos, setas para cima e setas para baixo. Especulações mais ou menos maldosas quando não totalmente descabidas, por vezes até mal-intencionadas. É assim a vida, mas há quem viva mal com tudo isso. No entanto, é o sinal da nossa maturidade institucional e a prova de que, como desejávamos, estamos realmente integrados na comunidade. A vulnerabilidade é o preço que pagamos por termos deixado de ser Torres de Marfim.

Os tempos nem sempre foram bons e, em contexto de profunda mudança, os que vivemos são particularmente difíceis. Mas permitam-me que vos fale como Reitor de uma Universidade que já festejou o seu 718º aniversário que sabe, pelo que esta Universidade já lhe ensinou, que os tempos mudam, os Governos passam, os Ministros passam, os Reitores passam e o que cá ficará, mesmo para aqueles que não gostam delas, são as instituições abertas ao mundo, à cooperação entre os povos e à interação de culturas, no respeito pelos valores da independência intelectual, da tolerância e do diálogo, proclamados na *Magna Carta* das Universidades Europeias. São as instituições que valorizam o trabalho dos seus professores, investigadores, estudantes e trabalhadores não docentes, que se empenham em oferecer a todos um ambiente que combine o rigor com a liberdade de opinião, a humildade científica, o estímulo à criatividade e à inovação, bem como o reconhecimento e a promoção do mérito a todos os níveis. São as instituições que continuarão a ser a referência ética do nosso País e a fonte de onde emana o conhecimento e a formação de sucessivas gerações de portugueses. Não acham que são motivos de sobra para que nos sintamos orgulhosos do que fazemos como universitários?

Fortes desta certeza, apenas temos que continuar a fazê-lo. Teremos feito o exigível. Teremos feito o desejável.

Paço das Escolas, 17 de Setembro de 2008



## **ANO LETIVO DE 2009/2010**

SENHOR EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

SENHOR DIRECTOR GERAL DO ENSINO SUPERIOR

SENHORA E SENHORES REITORES, VICE-REITORES E PRÓ-REITORES

SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

SENHOR VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

SENHOR PROCURADOR GERAL JUNTO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE  
COIMBRA

SENHOR COMANDANTE DA BRIGADA LIGEIRA DE INTERVENÇÃO

SENHOR CAPELÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

SENHOR PRESIDENTE DA DIRECÇÃO GERAL DA ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA  
DE COIMBRA

SENHORAS E SENHORES DOUTORES

SENHORAS E SENHORES MEMBROS DO CONSELHO GERAL

SENHORAS E SENHORES SENADORES

CARAS E CAROS ESTUDANTES E FUNCIONÁRIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

### **1. Abertura / Boas-vindas**

Habituei-me a associar o regresso às aulas ao cheiro inconfundível da terra molhada pelas primeiras chuvas de Outono; ao restolhar das folhas caídas dos plátanos na Praça da República, arrastadas pelo vento frio do final da tarde; ao fumo apetitoso das castanhas assadas, a crepitar, esta-

ladiças e adocicadas no triciclo do meu amigo Zé, ao cimo das Escadas Monumentais. Sinal dos tempos, vemo-nos agora a iniciar as aulas com Sol e calor lá fora, em meados de Setembro, para ir a passo com a Europa do Norte, onde não há verão como o nosso, nem Praça da República, nem Escadas Monumentais, nem castanhas assadas, pelo menos estaladiças como as do meu amigo Zé. Também a ele, queriam à força que alinhasse pelas regras dos outros, trocando o triciclo que sempre lhe conheci por um impessoal e asséptico carrinho em inox, sem nada do que fazia dele igual a todos os carrinhos de castanhas portugueses e diferente de todos os carrinhos de castanhas de outros Países, sem negrume, sem mística, sem papel de jornal a embrulhar castanhas, por pouco sem castanhas. Nunca saberemos se teria feito essa troca.

Podendo parecer a ironia fora de contexto ou inapropriada, aqui quero deixar, mesmo assim, logo para abrir, em pano de fundo, esta reflexão desalinhada, este contraponto que considero necessário ao discurso, em tudo o mais canónico, de Abertura Solene das Aulas do ano lectivo 2009/2010.

São 3043 os estudantes que foram este ano colocados em primeira fase na Universidade de Coimbra, representando 97,5% das vagas postas a concurso, o que coloca novamente a nossa Universidade no pequeno grupo das mais procuradas. Estão a entrar numa Universidade bem consolidada e estabelecida pela experiência dos séculos, que concilia a força do seu prestigioso passado com a dinâmica de mudança transportada pela onda de juventude que anualmente a demanda, nela semeando exigentes futuros nos sonhos que transportam, fazendo-a reinventar-se a cada novo dia e recentrar-se em função das expectativas dos seus mais recentes membros, que sois vós.

Aos novos estudantes da Universidade de Coimbra, que lá fora no Pátio, para o efeito uma vez mais adaptado, se afadigam nos preparos

necessários à formalização das suas inscrições, quero deixar as primeiras palavras de regozijo e de bom acolhimento. Trabalharam para entrar, conseguiram-no, sejam bem-vindos. Pela nossa parte, tudo faremos para vos preparar como cidadãos e como profissionais capazes de ocupar o lugar a que têm direito na sociedade.

Estendo o meu cumprimento a todos os nossos convidados, que quiseram partilhar connosco este momento de júbilo e de alegria renovada. Os membros da comunidade universitária presentes, docentes, estudantes e trabalhadores, a quem também saúdo, aqui estão para vos receber com calor e com amizade.

Quero referir-me em especial ao Senhor Presidente da Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, Jorge Serrote, que tanto me tem ajudado a interpretar as expectativas dos estudantes, a conhecer as suas mais sentidas dificuldades e a encontrar caminhos para responder a umas e a outras, e que usará da palavra em representação de todos os estudantes da Universidade. E quero cumprimentar também o Doutor Joaquim Romero de Magalhães, Professor Catedrático da Faculdade de Economia, à qual compete este ano, e a ele em sua representação, por uma secular regra de rotatividade, a responsabilidade da chamada Oração de Sapiência.

## **2. O ano das mudanças organizacionais**

Concluímos um ano de profundas mudanças organizacionais.

Eleitos os membros internos, cooptados os membros externos e eleito o Presidente, o Conselho Geral assumiu em pleno, logo em Janeiro deste ano, as funções e competências que o Estatuto da Universidade lhe atribui, ao abrigo das quais já discuti e aprovou, por unanimidade, sob minha proposta, o plano de acção para os dois últimos anos do mandato,

as linhas gerais de orientação da Universidade, o Orçamento e o Plano de Actividades para 2009 e as contas consolidadas de 2008. Igualmente aprovou a minha proposta de estatutos para a sociedade ICNAS-Produção e, na pessoa do Doutor Rogério Leal, durante seis anos Presidente do Conselho Pedagógico da FCTUC, designou o primeiro Provedor do Estudante da Universidade de Coimbra, cuja instalação e início de funções se prevê para Outubro. Na sua próxima reunião, o Conselho Geral debruçar-se-á já sobre as propostas que apresentei de Estatutos das Unidades Orgânicas em instalação, o Colégio das Artes, o Tribunal Universitário e o Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, bem como sobre a proposta de Plano e Orçamento da Universidade para 2010, documento que representa um avanço significativo na prática de planeamento e de gestão planificada e uma primeira tentativa séria de envolver todas as Unidades Orgânicas e Serviços na elaboração destes instrumentos de governo. Ainda na esfera das suas competências, o Conselho Geral iniciou uma reflexão sobre vários aspectos da actividade da Universidade, sendo de realçar a que se prende com a chamada reestruturação dos saberes, que deverá estar concluída no final de 2010.

Desde o início de Janeiro está igualmente em funções o Conselho de Gestão, órgão de governo cujos membros são nomeados pelo Reitor e que tem por competência estatutária a condução da gestão administrativa, patrimonial, financeira e dos recursos humanos da Universidade. A sua primeira deliberação foi o alargamento das delegações de competências nos órgãos das unidades orgânicas, em cumprimento do preceito estatutário que aponta para a descentralização da decisão, antecipando uma nova forma de administração que, igualmente por força dos Estatutos, se prevê venha a ser transversal a toda a Universidade.

Muito embora com uma composição ainda não definitiva, que até ao final de Outubro estará completamente estabelecida, também o novo Senado assumiu as suas responsabilidades no quadro de uma lei que ape-

nas lhe atribui competências de natureza consultiva. Creio, no entanto, que este órgão irá desempenhar, no actual quadro de governo da Universidade, um papel muito mais relevante do que aquele que o legislador para ele reservou – na verdade nem sequer se lhe referiu explicitamente –, apesar das limitações legais que os Estatutos não puderam, naturalmente, ultrapassar. Com o equilíbrio que a Assembleia Estatutária procurou encontrar entre Directores eleitos pelas Faculdades, por um lado, e, por outro lado, a necessidade de uma estratégia institucional corporizada na reflexão e na acção dos órgãos centrais (portanto única, embora participada), o Senado aparece como o órgão colegial em cuja esfera de acção terão que se estabelecer as pontes e encontrar os consensos entre a Reitoria e as Faculdades.

Quer porque não estão, como tal, representadas no mais importante órgão colegial da Universidade, o Conselho Geral, quer porque já não são as suas únicas unidades orgânicas, resulta do actual quadro de governo que deixámos de ser uma Universidade de Faculdades, para passar a ser uma Universidade com Faculdades, modelo para cuja estabilização é tão importante o desempenho do novo Senado. É igualmente importante que ninguém interprete esta mudança como uma desvalorização do papel central que as Faculdades terão de continuar a desempenhar na prossecução de todos os objectivos da Universidade de Coimbra.

Mas a entrada em vigor dos novos Estatutos da Universidade produziu ainda, em cascata, uma série de mudanças nas Faculdades e nas restantes Unidades Orgânicas, e, desde logo, a alteração dos seus próprios Estatutos, efectuada, no caso das Faculdades, por uma Assembleia expressamente eleita para o efeito.

Cinco Faculdades concluíram já o processo de eleição das suas Assembleias de Faculdade e do seu primeiro Director, tendo igualmente sido nomeados os Directores das restantes quatro unidades orgânicas. O atraso

de algumas semanas na conclusão do processo em três Faculdades (Ciências e Tecnologia, Farmácia e Economia) relativamente à data prevista – o início do presente ano lectivo – não esbate a ideia de que estamos perante uma transição muito bem sucedida, uma “*Mudança Tranquila*”, apesar de efectuada a um ritmo violento, que incluiu a preparação e a realização de processos eleitorais para quatro órgãos colegiais e a instalação e o início de funções dos novos órgãos de governo e de gestão.

Ainda no plano organizacional, devem igualmente referir-se dois acontecimentos que respondem a orientações estratégicas definidas no Plano de Actividades da Universidade para 2009: o início de funcionamento da Biblioteca do Pólo das Ciências da Saúde, agrupando numa só, instalada em edifício próprio, as bibliotecas das Faculdades de Medicina e de Farmácia; a entrada em efectivo funcionamento da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra e da Fundação Museu da Ciência.

### **3. Manutenção da liderança nacional e reforço da posição internacional**

Só o extraordinário empenho e a dedicação exemplar à sua Universidade de muitos docentes, estudantes e trabalhadores não-docentes, muito para além do que lhes seria razoavelmente exigível face à exiguidade dos meios materiais e humanos que podemos colocar à sua disposição, nomeadamente em horas extraordinárias, só o desdobramento de todos eles em múltiplas actividades de diversos tipos tem permitido que este vastíssimo conjunto de reformas institucionais esteja a ser feito sem prejuízo do trabalho do dia-a-dia e da concretização dos objectivos centrais da Universidade. Considerando-se, todos e cada um, elementos indispensáveis de uma vasta equipa, sentem-se galvanizados pela procura do êxito de um projecto que sentem como seu. Mas não podemos esquecer-nos de que, com órgãos antigos ou com órgãos novos, por muita atenção que

tenhamos que dedicar às reformas de funcionamento interno, a Universidade existe para formar estudantes, para criar e difundir conhecimento e para promover a inovação e a internacionalização, sendo as questões administrativas e organizacionais, por muito relevo que assumam conjunturalmente, meramente instrumentais. Não percamos, pois, o norte.

E não o temos perdido, como mostram os continuados êxitos acumulados neste último ano lectivo pela Universidade e pelos seus membros. Correndo o risco de ser injusto pela omissão de muitos outros, referirei apenas, a título de exemplo, e mesmo assim de forma muito breve, os seguintes:

- A atribuição do Prémio Pen-Club a Maria Helena Santana, professora da FLUC;
- A atribuição do Prémio Jacinto Prado Coelho, pela Associação Portuguesa dos Críticos Literários, a Carlos Ascenso André, professor da FLUC;
- A atribuição do Prémio Richelieu / Senghor 2008, a Cristina Robalo Cordeiro, Vice-Reitora da Universidade e professora da FLUC, que assim se junta a uma notável galeria de personalidades, como Boutros-Ghali e Salah Stétié. O Prémio, pela primeira vez atribuído a uma pessoa de nacionalidade portuguesa, distingue anualmente uma personalidade que tenha contribuído, de forma excepcional, para a divulgação da língua e da cultura francesas no mundo;
- A atribuição do Grande Prémio BES Inovação 2008 ao projecto Laser Leap, desenvolvido por uma equipa de investigadores do Departamento de Química da FCTUC, coordenada por Luís Arnaut;
- A atribuição do *Prix de Recherche Scientifique Lierac* a Maria Teresa Cruz Rosete, professora da Faculdade de Farmácia;
- A atribuição do Prémio Crioestaminal 2008 a Lino Ferreira, investigador do Centro de Neurociências e Biologia Celular e do Biocant;

- A atribuição da Medalha de Honra L'Oréal para as Mulheres na Ciência 2008 a Paula Moreira, investigadora do Centro de Neurociências e Biologia Celular;
- A atribuição do título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Lisboa a Maria Helena da Rocha Pereira, professora jubilada da FLUC, a quem igualmente foi entregue pelo Senhor Presidente da Câmara, após votação unânime da Assembleia Municipal, a Medalha de Ouro da Cidade de Coimbra;
- A atribuição do William Carter Award 2009 a José Fonseca, do Centro de Informática e Sistemas;
- A atribuição do Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra 2008 a Ana Catarina Pinto Reis, pela sua tese de doutoramento defendida na Faculdade de Farmácia da UC;
- A atribuição do Prémio Estímulo à Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian a Ricardo Santos, investigador do Centro de Neurociências e Biologia Celular;
- A atribuição a Ernesto Costa, Professor da FCTUC, do mais importante prémio europeu para a computação evolucionária atribuído na EvoStar, a conferência científica líder na Europa neste campo da ciência;
- A atribuição do Grande Prémio Bial a Miguel Castelo-Branco, professor da Faculdade de Medicina e Director do Instituto Biomédico da Luz e Imagem;
- A atribuição do Prémio Excelência e Mérito em Inteligência Artificial, atribuído pela Associação Portuguesa para a Inteligência Artificial, a Penousal Machado, docente da FCTUC;
- A atribuição de Prémios pela Academia Portuguesa de História, a Pedro Dias, a Maria Helena da Cruz Coelho, a Maria José Azevedo Santos, a Maria Alegria Fernandes Marques, professores da FLUC e a Rui Figueiredo Marcos, professor da Faculdade de Direito;
- A atribuição do Prémio GlaxoSmithKline e do Prémio Bio-Innovation Teams, no âmbito do Programa MIT-Portugal, a uma equipa de investigadores do CNC, liderada por João Malva;



- A atribuição do Prémio Adam Podgórecki, pela Associação Internacional de Sociologia, a Boaventura de Sousa Santos, professor da FEUC e Director do Centro de Estudos Sociais e do Centro de Documentação 25 de Abril;

No plano institucional, referirei, como mais significativos, os seguintes momentos:

- A posição ocupada pela Universidade de Coimbra no *ranking* mundial do *Times Higher Education Supplement*: pelo terceiro ano consecutivo considera-nos a melhor instituição de ensino superior a nível nacional;
- O 1º lugar a nível nacional, 14º a nível europeu e 43º a nível mundial ocupado pela Universidade de Coimbra no *ranking* de visibilidade e presença na Internet, do *International Education Directory of Colleges and Universities*;
- A aprovação do projecto ISAC – Improving Skills Across Continents, coordenado pela Universidade de Coimbra no âmbito do Programa ERASMUS MUNDUS, que reúne dez universidades da Europa e dez universidades brasileiras;
- A inauguração pelo Senhor Presidente da República, no âmbito da 5.ª Jornada do Roteiro para a Ciência, do ICNAS, cujo ciclótão produziu, no dia 10 de Julho, o primeiro isótopo radioactivo, uma molécula de desoxiglucose marcada com flúor-18;
- A atribuição pela União Europeia do Prémio Europa Nostra 2009 ao projecto de recuperação da Via Latina, pelo forte contributo da Universidade na preservação do Património Cultural Europeu;
- A atribuição do Prémio Boas Práticas no Sector Público, edição 2009, na categoria Melhoria de Processos – Ensino, ao projecto Balcão Único@UC, plataforma de gestão da informação a nível global na nossa Universidade.

Todas as actividades tradicionais de uma Universidade que se inserem no âmbito de uma das suas três missões clássicas – a formação, a investigação científica e a inovação – podem ser complementadas, com vantagem, através da colaboração universitária internacional.

Mas, numa Universidade como a nossa, a internacionalização tem ainda uma outra dimensão, tão importante que ela está em vias de se assumir, verdadeiramente, como a sua **quarta missão**. Assim como hoje aceitamos valorizar uma Universidade em função da qualidade da formação que ministra, ou da profundidade e do impacto da investigação que desenvolve, ou dos índices de desempenho que ostenta nas suas actividades de inovação, penso não ser necessário muito tempo para vermos emergir, em complemento dos anteriores, um novo padrão de referência: a capacidade de definir e concretizar uma agenda de diplomacia cultural autónoma.

Vem nesta linha a criação recente, em Belo Horizonte, no Brasil, de uma sede local do Centro de Estudos Sociais denominada **CES – América Latina** e de uma outra em Lisboa denominada **CES – Lisboa**. Ainda a intenção, a concretizar em breve, já com escritura pública e órgãos sociais constituídos, de uma outra experiência idêntica do CES no Maputo, em Moçambique, denominada **CES – Aquino de Bragança**. Igualmente em perspectiva se encontra o **CES – Ásia**, a instalar provavelmente em Goa, tirando partido da colaboração existente entre investigadores portugueses e indianos. Para além de nos tornar a todos menos provincianos e menos autocentrados, menos deslumbrados pelo brilho do nosso sucesso local, esta prática que nos desumbiga – e assim, ao jeito de Mia Couto, pagamos tributo à lusofonia – a colaboração universitária internacional fornece ainda os meios para um novo, riquíssimo e praticamente inesgotável campo de oportunidades.

Atente-se, por exemplo, no significado de ter à volta de uma mesma mesa, a participar em actividades conjuntas de docência ou de inves-

tigação no âmbito da **Comunidade de Universidades do Mediterrâneo**, membros de Universidades de todos os Países da Bacia do Mediterrâneo. Compreenda-se que, mesmo quando os seus Governos se antagonizam ou os seus exércitos se combatem, os universitários têm tendência para olhar o mundo com olhos de compreensão e de diálogo, distanciando-se das coisas pequenas, como o astronauta que, a trezentos quilómetros de distância, não pode deixar de desvalorizar os conflitos entre os povos ao compreender que o mundo é uno, único, e que todas as fronteiras são artificiais.

Veja-se a importância de juntar num mesmo colóquio científico representantes de cerca de três dezenas de Países da Europa, Ásia, África e América, detentores de património edificado de origem ou influência portuguesa e de criar a **Rede Mundial de Bens de Origem ou Influência Portuguesa**. Vale a pena sublinhar, a este propósito, que a Universidade de Coimbra foi capaz de fazer neste contexto, em colaboração com o IGESPAR e com a Comissão Nacional da UNESCO, o que nenhum governante de nenhum governo pôde realizar.

Mas a iniciativa de maior ambição e potencialidade em que a Universidade de Coimbra se envolveu recentemente, foi, sem dúvida, a criação do **Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras**, agrupando em torno de um nome que todas consideram referencial, as cinquenta mais importantes Universidades do Brasil, representando no seu conjunto 98% de todos os programas de pós-graduação acreditados pela CAPES e 94% de todos os centros de investigação científica credenciados daquele País. Paralelamente aos trabalhos da segunda Assembleia Geral do Grupo, a realizar em Salvador no próximo mês de Novembro, decorrerão reuniões com o Grupo Montevideo, que engloba 19 universidades de cinco países da América do Sul, reuniões conjuntas de Reitores Brasileiros e Mexicanos, bem como de Reitores Brasileiros e Europeus das Universidade que pertencem ao *Coimbra Group*. A compreensão desta realidade, a apetência

crescente do Brasil pela Europa e da Europa pelo Brasil, o incontestável prestígio internacional da Universidade de Coimbra permitiu-nos montar esta estratégia que afirma indiscutivelmente a nossa Universidade como pilar e referência de uma ponte transatlântica da qual pode beneficiar enormemente não apenas no plano intangível mas também no plano material.

Mas, tal como tínhamos previsto, a importância deste grupo não se esgota na sua acção em prol da internacionalização. Também como sede de reflexão sobre a política universitária brasileira, o Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras – o único grupo em que estão representadas as melhores e só as melhores universidades brasileiras dos quatro sub-sistemas existentes (federais, estaduais, confessionais e comunitárias) – está a saber tirar partido da oportunidade da sua constituição para se estabelecer como parceiro institucional incontornável no panorama universitário do Brasil. Prova-o, por exemplo, o protocolo de entendimento que está a ser preparado entre a CAPES e o Grupo, para que a este sejam transferidas responsabilidades que permitam a agilização da acreditação no Brasil de cursos obtidos no estrangeiro.

O Governo brasileiro já compreendeu o que está em jogo com a internacionalização das Universidades e se lançou na criação de Universidades Federais expressamente vocacionadas para a consolidação da estratégia internacional de afirmação do Brasil no Mundo. Também o Governo espanhol apoia maciçamente algumas das suas Universidades, nomeadamente Salamanca e Granada, para desenvolverem programas internacionais de suporte da língua e da cultura castelhanas no mundo. Estou em crer e desejo que também o Governo português compreenda um dia que deve reconhecer a Universidade de Coimbra como uma das marcas de maior prestígio externo do País e deve apoiá-la no esforço que tem feito para cumprir o seu desígnio histórico de ponta de lança internacional da presença da nossa língua e da nossa cultura no mundo. Uma das maiores

mágoas do meu segundo mandato terá sido a não participação do nosso Governo (tanto mais que o Governo Brasileiro se fez representar) na cerimónia de assinatura, nesta Sala dos Actos Grandes, do documento de constituição formal do Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras, em 27 de Novembro de 2008.

Entretanto, do Brasil continuam a chegar manifestações de apreço e consideração pela nossa Universidade. É neste enquadramento que interpreto a decisão da Universidade Federal do Maranhão de conceder o título de Doutor *Honoris Causa* ao Reitor da *Alma Mater Conimbrigensis*, em cerimónia que decorreu no passado mês de Junho. Para mim, pessoalmente, é mais uma razão para me sentir honrado e responsabilizado por exercer este cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, por mandato da comunidade universitária a que pertença.

#### **4. Quatro anos de Governo**

Tenho sempre aproveitado o momento da Abertura Solene das Aulas para fazer uma breve análise da situação política universitária nacional. Não vejo que, por estarmos em período eleitoral, haja razões para quebrar este hábito. Bolonha, Financiamento, Novos públicos, Avaliação, Regime Jurídico e Estatuto de Carreira Docente são as áreas que abordarei, de uma forma necessariamente sintética.

A extraordinária força política do Processo de Bolonha radica na capacidade que teve de capitalizar o descontentamento resultante de uma Europa exclusivamente centrada em questões financeiras, fazendo entender que, por uma vez, se estava a dar, e cito o documento original, “solidez à sua dimensão intelectual, cultural, social, científica e tecnológica”. O objectivo de constituir o Espaço Europeu de Ensino Superior teve, portanto, desde logo, o grande mérito de trazer ao processo de construção

européia, é certo que muitas vezes em posições antagónicas, milhões de cidadãos, e não quaisquer, que até aí se tinham considerado completamente marginalizados.

Duramente criticado por uns, que viram nele a criação de mecanismos que permitiriam abrir a porta à mercantilização do ensino superior, e idolatrado por outros, que nele projectaram, muitas vezes exageradamente, a oportunidade de concretização de todas as suas expectativas de mudança, o Processo de Bolonha beneficiou de ter surgido no momento oportuno para se transformar numa extraordinária experiência viva de política internacional e num dos mais notáveis sucessos políticos da União Europeia.

E é assim que, apesar de bastante ambíguo nos seus objectivos e nos seus termos, ou talvez por isso mesmo – na verdade observadores e comentaristas menos informados ainda hoje associam a este processo todas as modificações ou reformas entretanto empreendidas pelas Universidades e que nada têm que ver com ele –, ele transcende em muito os limites geográficos da União, subscrito que está por 46 Países, nem todos europeus, e constitui uma referência relativamente à qual os sistemas universitários das grandes economias do mundo se sentem obrigados a posicionar-se. Este êxito político não deve ser desvalorizado.

Na última reunião interministerial realizada em Leuven no passado mês de Abril, os Ministros das Universidades fizeram um ponto de situação sobre o andamento das reformas introduzidas no âmbito do chamado Processo de Bolonha e concluíram, a partir das informações fornecidas por cada Governo, que Portugal se situava no pequeno grupo de cinco países mais avançados nesta matéria, com cerca de 98% dos seus cursos já sujeitos à necessária adequação.

Pelo meu lado, tenho tentado uma abordagem menos oficial, interrogando um grande número de responsáveis de Cursos, de Departamentos,

de Faculdades e de Universidades de todo o País, sobre o estado actual de concretização das diferentes medidas e procurando uma percentagem que represente genericamente essa evolução. Os valores que obtenho com mais frequência situam-se nos 30%, o que me parece incompatível com o lugar de destaque que para nós encontraram os Ministros. Inclino-me mais para acreditar no resultado dos universitários do que no resultado dos Governos. Também aqui, parece-me haver um longo caminho a percorrer entre a lei e a reforma, entre o gabinete do Ministro e as salas de aula.

Fui e continuo a ser um adepto do Processo de Bolonha. No entanto, no Processo de Bolonha de que sou adepto não teria sido necessário confundir estudantes, famílias e empregadores, atribuindo o mesmo nome a graduações com valor intrínseco completamente diferente (por exemplo, a licenciatura antes e depois de Bolonha) e nomes diferentes a graduações com o mesmo valor intrínseco (por exemplo, licenciatura antes de Bolonha e mestrado depois de Bolonha). Não teria sido necessário autorizar primeiros ciclos que, em variadíssimos casos e ao contrário do que é preconizado nos documentos internacionais, não preparam para a prática profissional. Não teria sido necessário inventar a figura de Mestrado Integrado, que mais não serve do que para outorgar uma aura de aparente prestígio, não prevista na lei, confundindo ainda mais o sistema. Como não teria sido necessário ter que imaginar toda uma panóplia de designações complementares para os restantes segundos ciclos – mestrado de fileira, mestrado de continuidade, mestrado avançado, master pós-mestrado, mestrado científico, mestrado profissionalizante – para tentar acomodar a realidade viva ao espartilho em que se transformou Bolonha, tal como foi aplicado em Portugal. Não teria sido igualmente necessário dar, por lei, a possibilidade a cada Universidade para que escolhesse, entre 3 e 4 anos, a duração dos seus primeiros ciclos, envolvendo neste processo milhares de professores e centenas de milhares de horas de trabalho, se a intenção era, como se viu que era, a de ser o Ministério a defini-la.

A história dos povos não tem atalhos. Confiar que a muleta da Europa nos permitiria resolver em coordenação internacional problemas que não temos sido capazes de resolver sozinhos é esquecer que os objectivos políticos ambiciosos só estão ao alcance das sociedades que possuam, colectivamente, uma maturidade cultural adequada. Para participar na construção de um Espaço Comum de Ensino Superior, da Madeira a Helsínquia, de Reiquiavique a Moscovo ou a Bacu, precisamos ainda de mostrar que somos capazes de construir, coerentemente, o nosso próprio espaço nacional. E pelo menos em dois dos objectivos de Bolonha, comparabilidade de graus e avaliação da qualidade, os últimos anos foram anos de regressão. Resta-nos pois, um longo caminho a percorrer. Ficam, para já, como partes positivas deste processo, ainda assim longe de estarem a ser adequadamente utilizados, os instrumentos para uma verdadeira comparabilidade de formações: a criação do sistema de créditos internacional (ECTS) e o Suplemento ao Diploma.

No plano da captação de **Novos Públicos**, o panorama alterou-se significativamente nos últimos anos. Verificando que o aumento do nível habilitacional médio da população activa não se faria ao ritmo desejado se apenas dependesse das entradas pela via habitual da conclusão do 12º ano, o Governo lançou um conjunto de medidas que permitiram o acesso ao Ensino Superior a cidadãos habilitados, digamos assim, pela experiência da vida. Pese embora a inqualificável permissividade de algumas instituições e a inexistência de mecanismos de controlo que imponham seriedade ao sistema, a experiência deve ser considerada globalmente positiva, e ainda mais se considerarmos o reaparecimento dos cursos técnicos, a criação dos Cursos de Especialização Tecnológica, de nível intermédio, e o significativo desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação não conferentes de grau. Lamenta-se, ainda assim, que esta excelente oportunidade de revalorização da via do ensino técnico não tenha sido aproveitada para clarificar mais eficazmente a esfera de actuação de Universidades e Politécnicos.



Muito menos positiva foi a acção do Governo no que diz respeito à avaliação. Considerada, por todos, essencial, a componente de **Avaliação** dos cursos e das instituições para garantir a qualidade do sistema, o Governo desmantelou um sistema de avaliação internacionalmente referenciado, criado pelas Universidades no início da década de 90, responsável em 12 anos por três ciclos sucessivos de avaliação que abrangeram todos os cursos de licenciatura existentes no País, sem pôr a funcionar, em tempo útil, um sistema alternativo. Em resultado, nem um único curso foi avaliado durante a presente legislatura, constituindo este facto, em conjunto com a política de financiamento, os aspectos que marcam mais negativamente a acção do actual Governo no plano do ensino superior.

Agora, que a Agência de Avaliação está formalmente constituída e organizada, é desejável que possa começar a colmatar rapidamente a lacuna aberta pela extinção do anterior sistema de avaliação e, em articulação e complementaridade com as restantes agência internacionais, ajudar a garantir a qualidade da formação prestada pelas instituições portuguesas de ensino superior.

Pelo seu lado, estas estão a viver os primeiros momentos de uma nova forma de organização interna definida pelo novo **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior**. Sendo a experiência muito recente, é ainda muito cedo para tirar conclusões. Se adicionados, a nível nacional, os resultados das primeiras provas de fogo é, no entanto, possível adivinhar algumas tendências, como sejam:

- Primeira, negativa: a tendência marcada para a sobre-produção mediática do processo de eleição do Reitor. Embora nunca o tenhamos visto nem em empresas privadas nem na administração pública, muito menos em Universidades, em Portugal ou no estrangeiro, a verdade é que os processos de eleição reitoral que já decorreram ao abrigo do RJIES se transformaram num espectáculo público inu-

sitado, incluindo, nomeadamente, a transmissão em directo por internet para todo o mundo das apresentações e das audições dos candidatos. Pergunto-me a que interesses se pretende dar resposta ao desvendar sem pudor a ‘vida íntima’ de uma Universidade ou se não haverá outras formas mais adequadas, e mais eficientes de provar a abertura da Universidade ao mundo ou a disponibilidade para prestar contas à sociedade.

- Segunda, positiva: a utilidade da existência de um órgão de supervisão, parcialmente constituído por elementos externos escolhidos pela Universidade. Os Conselhos Gerais têm assumido este seu papel e têm-se mostrado, em geral, e permita-se-me dizê-lo, particularmente em Coimbra, factores de credibilização da gestão universitária e componentes essenciais para o desenvolvimento de uma cultura de prestação de contas;
- Terceira, a esclarecer: a dificuldade em dimensionar convenientemente esse órgão, atendendo às suas diferentes competências. Demasiado grande para funcionar como órgão colegial de decisão, tende a ser demasiado pequeno como colégio eleitoral do Reitor, a não ser que se entenda que esta eleição se deve reduzir à mera escolha de um gestor.

Esta questão suscita uma reflexão que me parece oportuno trazer aqui. Apesar de o definir como órgão de governo, o lugar que o RJIES reserva ao Reitor – compatível, aliás, com os conceitos que subjazem à argumentação aduzida pelo Ministério no momento da discussão do novo regime – parece ser mais o de um quadro superior de gestão. Governante de uma Universidade ou apenas seu gestor, Reitor-governo ou Reitor-gestão, a Universidade portuguesa não beneficia em deixar instalar mais esta confusão e tem todo o interesse em evitar esta armadilha evolutiva. Assim como ninguém se deixa convencer de que seja necessária formação em Gestão ou em Engenharia para ocupar o cargo de Ministro ou de Primeiro-Ministro, também as qualidades requeridas para um Reitor – visão estratégica,

capacidade de criar consensos ou de assumir rupturas na dose certa e no momento adequado, formar e dinamizar equipas, saber rodear-se de pessoas competentes – estão longe de se esgotar na simples tecnicidade dos acertos de contas.

Nesta linha, ocorre-me recorrer a uma reflexão recentemente publicada pela Presidente daquela que, segundo todas as métricas até hoje inventadas, é a melhor Universidade do Mundo: a Universidade de Harvard. Cito Drew Faust, em artigo intitulado “A crise de objectivos da Universidade” publicado a 6 de Setembro no *New York Times*: “(...) Será que, quanto o mundo se rendia à bolha da falsa prosperidade e do materialismo extremo, as universidades deviam ter desenvolvido um esforço maior — na investigação, no ensino e nas publicações que promovem — para denunciar os sinais dos riscos que se estavam a correr e a recusa em admiti-los? Será que se deviam ter assumido como um contrapeso mais firme perante a irresponsabilidade económica? Será que elas se tornaram demasiado cativas dos fins imediatos e mundanos que servem? Será que o modelo do mercado é hoje a entidade fundamental e definidora do ensino superior?”

Também no início do mês, foi publicado o novo **Estatuto da Carreira Docente Universitária**, tratando-se de um bom exemplo de lei em final de legislatura. Muito menos radical do que chegou a ser anunciado, limitando-se a mexer em aspectos praticamente consensuais, a nova lei tem, apesar de tudo, o mérito desta consensualidade, ao contrário das anteriores versões, em número que se aproxima das duas dezenas, cuja publicação nunca chegou a concretizar-se. Tem, por outro lado, a grande perversidade de endossar para os Reitores a responsabilidade de resolver um problema que a Ministra da Educação não conseguiu resolver a nível nacional: a avaliação dos docentes. Remete-nos para a necessidade de produzir dez regulamentos, alguns sobre questões muito sensíveis, em apenas seis meses. Igualmente de lamentar é o facto da sua entrada em

vigor no dia imediato ao da publicação, o que tornaria ilegal a situação de grande número de docentes se a administração universitária não tivesse mais bom-senso do que o legislador.

Quanto ao **financiamento público para funcionamento** das Universidades, toda a nossa actividade dos últimos anos decorreu, como é sabido, num quadro de grande constrangimento orçamental. Foram caindo por terra os vários argumentos apressadamente inventados para justificar o injustificável, todos eles prontamente rebatidos sem réplica séria:

- primeiro, que se esperava das Universidades um esforço de contenção para equilíbrio das contas públicas, quando nos dois primeiros anos da legislatura se diminuiu o défice orçamental em cerca de 4% do PIB (de 6,8% para 2,8%) e em igual período se impôs às Universidades uma redução de orçamento transferido quatro vezes superior;
- depois, que as dificuldades financeiras das Universidades decorriam de deficiências de gestão, crítica reiterada quer pelo Ministro que tutela as Universidades quer pelo Ministro das Finanças, a que o próprio Primeiro Ministro se encarregou de responder quando elogiou o esforço de contenção que havíamos empreendido com êxito.
- de seguida, que era preciso que as Universidades participassem no movimento geral de combate à crise, logo se tornando claro que, quando foi necessário definir políticas de contingência e disponibilizar recursos para essas políticas, se encontraram, nos até aí exauridos cofres do Estado, todos os milhões necessários para todos os sectores considerados prioritários, tendo o ensino superior ficado de fora.
- por fim, que se tratava de uma política de segmentação pela qualidade, visando fazer emergir uma primeira divisão de Universidades, quando, na realidade, as cinco maiores Universidades portuguesas foram, todas elas, das menos financiadas em 2009, com transferências para funcionamento 12% inferiores aos aumentos de despesa com pessoal tornados obrigatórios pela Lei de Execução Orçamental.

A verdade é que se o Governo tivesse mantido, em 2009, para o funcionamento das instituições de ensino superior, o esforço público, em percentagem do PIB, que definiu em 2004, estas teriam acesso a transferências anuais do Orçamento de Estado 30% superiores às que na realidade recebem.

A verdade é que ao discurso oficial de alicerçar o desenvolvimento nacional numa política de ciência e de inovação, de aumento do nível habilitacional médio da população activa e de criação de empresas de base tecnológica capazes de competir no mercado global, se contrapôs, dramaticamente, durante quatro anos, a incapacidade de criar um único programa comum entre o Ministério da Economia e da Inovação e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A verdade é que, pela primeira vez desde que Portugal beneficia dos Fundos Europeus de Coesão, não existe um Programa específico de apoio ao Ensino Superior, o que obriga as Universidades a desdobrarem-se em candidaturas parcelares, que são analisadas às fatias, por júris diferentes, sem possibilidade de justificarem perante ninguém a coerência das suas opções e a bondade das suas propostas.

A verdade é que, sete anos depois de ter sido separado, a nível da tutela governamental, o ensino superior dos restantes níveis de ensino, com o objectivo de aproximar o sistema universitário do sistema científico, nunca estes dois sistemas estiveram tão distantes e tão diversamente apoiados. **Afastados por um Ministro comum**, perderam-se, visivelmente, as vantagens que poderia haver de ter todo o sistema de ensino coordenado por um mesmo Ministério sem se ter ganho rigorosamente nada em troca.

Não se encontra para estes factos qualquer outra justificação que não seja a de uma marcada desconfiança relativamente à capacidade das Universidades para cumprir o importante papel que uma sociedade moderna lhes reserva.

Ora, Governos de todo o mundo aproveitam a crise para apostar ainda mais decididamente no seu ensino superior. Vejam-se as repetidas declarações de Obama a este respeito. Na França, a dotação pública das Universidades, já à partida dupla da portuguesa por cada aluno financiado, terá ainda aumentado 50% no final do mandato do actual Presidente. No Reino Unido, as Universidades com a mesma dimensão e importância da Universidade de Coimbra têm orçamentos quatro vezes superiores aos nossos. No Brasil, o programa RE-UNI contratualizou com as Universidades Federais aumentos cumulativos de financiamento público, de entre 30% a 100% ao ano. Estes Países não se põem a questão de saber se se podem dar ao luxo de investir mais no Ensino Superior, porque já perceberam que não se podem dar ao luxo de não investir nele.

Haverá nas nossas Universidades algo que justifique esta desvalorização relativa? Será, como parece ser para o nosso Governo, que as Universidades portuguesas não estariam em condições de responder tão bem como as outras a estes desafios? Ou será, mais simplesmente, apenas o nosso Governo que esteve errado? Se a importância política de um sector se pode medir pelos recursos que a ele afecta o decisor, será forçoso reconhecer que o Ensino Superior foi, sem dúvida, para o Governo de Portugal, fora do discurso oficial, um dos sectores de menor importância na legislatura que agora termina.

## **5. Programa para o novo Governo**

Uma legislatura passou e em breve, uma outra terá o seu início no renovar de pessoas e de mandatos que faz a riqueza da nossa vida democrática.

Não me parece descabido nem passível de más interpretações – porque sempre competirá ao Reitor da Universidade de Coimbra pronunciar-se sobre a política de Ensino Superior mesmo quando não é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Reitores –, apresentar aqui, com espí-

rito de colaboração e de abertura, um conjunto de objectivos que bem poderiam constituir o Programa do Governo na área do Ensino Superior, uma espécie de Caderno de Encargos em seis pontos que as Universidades apresentam ao próximo Governo saído do sufrágio eleitoral.

1. Em primeiro lugar, a urgente necessidade de **ordenamento da oferta educativa**. Existem actualmente em Portugal cerca de 4000 cursos registados, sendo 1874 de licenciatura ou de mestrado integrado, com mais de 800 designações distintas. Só em 2009 deram entrada na Direcção-Geral do Ensino Superior mais de mil processos para criação de novos cursos ou adequação de existentes. A epidemia está longe de ser controlada. Será esta diversidade uma mais-valia do sistema? Estou em crer que não.

Por um lado, porque ela apenas significa, na maior parte dos casos, que algumas instituições recorrem a designações conjunturalmente mais apelativas com o fim de atrair novos alunos, mesmo que essas designações só marginalmente correspondam ao conteúdo real do curso, mesmo que essas instituições não tenham corpo docente devidamente habilitado para o leccionar.

Por outro lado, porque um número tão elevado de designações conduz inevitavelmente a um tipo de formação de banda estreita. A reestruturação dos cursos efectuada no âmbito do Processo de Bolonha, que preconiza precisamente uma preparação de banda larga para os cursos de 1º ciclo, deveria ter sido aproveitada para se tratar com seriedade esta questão, diminuindo-se significativamente o número de designações e conferindo maior legibilidade à oferta educativa.

Com uma margem sempre possível de diversificação da componente não nuclear de cada formação (que em alguns sistemas adopta a designação de *minor*), deve defender-se que exista uma relação biunívoca entre designações e conteúdos, ou seja, que cursos com um conteúdo nuclear semelhante tenham a mesma designação e que cursos com um conteúdo nuclear diferente tenham designações diferentes. A actual oferta educativa

não está organizada desse modo, o que também contribui para dificultar a sua legibilidade.

Ora, nenhum sistema de gestão de qualidade pode autorizar a confusão em pontos tão fundamentais como o da designação dos produtos finais. Um equilíbrio satisfatório poderia ser, nesta matéria, que a definição da designação dos cursos de 1º ciclo e de mestrado integrado fosse feita em sede de regulação, periodicamente revista e actualizada, ficando as designações de todos os restantes cursos ao critério das instituições.

2. Um segundo ponto passa pela **racionalização da rede pública de instituições**. Quinze Universidades, quinze Institutos Politécnicos e quatro escolas não integradas, sem qualquer política de articulação entre elas ou programa de financiamento que a sustente, fazem do nosso sistema de ensino superior um não-sistema, apenas o somatório de partes que concorrem desenfreadamente entre elas. Ora, assim como uma Universidade não pode ser o somatório de Faculdades, também a rede de instituições deve compreender um *software* organizacional que promova a sua inter-relação e fomente a sua complementaridade, coisa que, de todo, não existe.

Também não faz sentido que instituições de ensino superior pertencentes a dois subsistemas distintos concorram entre si, mas sim que cada subsistema faça bem o que lhe compete, sendo, obviamente, desejável que entre os dois haja colaboração e coordenação de actividades. Também aqui se requer que o Estado assuma a sua função de regulação, coisa que não faz desde 1974. Nesta, como em outras matérias, menos Estado, não parece, portanto, ser a resposta adequada aos problemas do sector.

É neste quadro de falta de orientações governamentais e legislativas no plano da regulação do sistema de ensino superior em Portugal que venho falando da ideia da criação de Regiões Académicas, agrupando numa base regional Universidades e Politécnicos. Esta ideia é expressamente



prevista no actual RJIES, que autoriza as instituições de ensino superior “a estabelecer entre si acordos de associação ou de cooperação para a mobilidade de estudantes e docentes e para a prossecução de parcerias e projectos comuns, incluindo programas de graus conjuntos nos termos da lei ou de partilha de recursos ou equipamentos” (fim de citação). Não basta. Enquanto algumas instituições sobrepuserem ao interesse nacional o seu próprio interesse corporativo ou de quinta, é necessário que o Governo inscreva esta preocupação na sua agenda política e promova, por sua própria iniciativa, a criação de mecanismos de coordenação que permitem conferir maior racionalidade à rede pública de instituições de ensino superior.

3. Uma terceira acção que se requer ao futuro Governo é, obviamente, a de repensar toda a **política de financiamento**. Algumas decisões são particularmente urgentes:

- É necessário fechar o actual ciclo de estrangulamento financeiro das Universidades iniciado em 1998, quando o Orçamento transferido pelo Estado chegou a ser de 96% do chamado Orçamento-Padrão, tendo descido em 2009 para pouco mais de 50% daquela referência. Só nos últimos cinco exercícios, o esforço público de financiamento para funcionamento sofreu uma redução de 30%. Nem o formidável exercício de mistificação estatística regularmente levado a cabo pelo Ministério permite escamotear a realidade dos números oficiais constantes nos Relatórios do Orçamento de Estado, anualmente aprovados pela Assembleia da República e disponíveis na internet, cuja consulta a todos recomendo.
- É necessário construir um novo modelo de financiamento numa base plurianual, quer em termos de funcionamento quer em termos de investimento. Quanto ao funcionamento, necessitamos de nos aproximar dos valores médios europeus para poder exigir às nossas Universidades que se posicionem melhor no contexto internacional.

No que concerne ao investimento, é indispensável discutir e aprovar com cada instituição, como venho reclamando há onze anos, os respectivos Planos de Desenvolvimento, em função dos seus objectivos pedagógicos e científicos, previamente acordados com o Governo.

- O binómio Acção Social / Propinas deve igualmente ser analisado, tendo como dado de base, como a própria OCDE reconhece, que as portas do Ensino Superior actualmente se fecham, por razões económicas, a uma parte da população portuguesa. Neste momento, as propinas do ensino superior em Portugal são das mais elevadas da Europa, sobretudo se medidas em relação ao salário mínimo nacional, enquanto que o sistema de apoio social directo (bolsas de estudo) é dos mais limitados. Não só se me afigura impossível qualquer aumento de propinas, como, ao contrário, seria necessário reforçar de uma forma muito consistente o orçamento anual do sistema de acção social. Em poucas palavras se resume, portanto, a enorme sensibilidade e importância deste assunto: a inteligência e a capacidade de aprender não são privilégio de nenhum grupo ou camada social, antes estão regularmente distribuídas por todos os indivíduos. Um País que quer basear o seu desenvolvimento na inovação e se afirma lançado na construção de uma sociedade do conhecimento não poderá permitir-se desprezar talentos apenas porque eles não têm recursos económicos para aceder à Universidade. É, pois, obrigatório ir buscá-los onde eles existam, a todos facultando as condições necessárias para que deles possam tirar proveito, pondo-os, simultaneamente, ao serviço da comunidade.

4. Uma quarta vertente prende-se com a necessidade de **clarificar o conceito de autonomia**. Na teia de constrangimentos burocrático-administrativos, perde todos os dias o País ao retirar às Universidades a oportunidade de responder com eficiência às solicitações e aos desafios que comportam a sua missão. Neste desiderato, as recentes reformas da administração pública não excepcionaram devidamente as Universidades

nem o Regime Jurídico as resguardou convenientemente. Como resultado, temos hoje um quadro de funcionamento ainda mais limitativo do que tínhamos há quatro anos.

Entreabre-se, talvez, a possibilidade de aproveitar a via das Fundações públicas de direito privado, que não foi até agora mais explorada pela razão conhecida da insuficiente clarificação do conceito. Urge, portanto, que se definam com clareza os mecanismos administrativos simplificados que esta via comporta e é importante que esses mecanismos sejam, de facto, simplificados. A autonomia é para assumir com responsabilidade. Mas, ainda assim, haverá de ser autonomia.

5. O quinto ponto radica na urgência em **retomar o processo de avaliação**. Há quinze anos foram as Universidades, através da FUP, a estruturar todo o sistema de avaliação de cursos que decorreu no âmbito do CNAVES. Hoje, uma vez mais, são elas a chamar a atenção para o desastre que representou a sua interrupção e para a imperiosa urgência da sua retoma, agora no âmbito da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior. Ainda haverá que admitir, o que forçosamente acontecerá mais cedo ou mais tarde, que ela não pode funcionar em regime de monopólio.

6. Como sexto e último ponto desta enumeração, referirei a necessidade de **reaproximar as Universidades e o sistema científico**. Nenhum País pode ambicionar a um sistema científico de qualidade sem assegurar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das suas Universidades. A cabeça não pode funcionar sem o resto do corpo. Nenhuma política de incentivo à excelência científica pode justificar o desinvestimento e a desvalorização do sistema universitário. Nenhuma estratégia de segmentação pela qualidade das Universidades pode justificar a degradação, por igual, de todo o sistema universitário. A Universidade tem de ser considerada a base sobre a qual se alicerça o edifício da formação qualificada

dos recursos humanos, da investigação, da inovação, da transferência e da internacionalização. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. É crucial que na próxima legislatura se estabeleça uma relação de confiança que nos permita trabalhar em conjunto para a concretização destes objectivos.

E estou em crer que estará ao alcance do próximo Governo a resolução de qualquer das seis questões enunciadas, que actualmente representam os maiores constrangimentos do ensino superior no nosso País.

## **6. O ano lectivo que começa**

Passado em revista o percurso da Universidade nos últimos anos, e resumidamente apresentado o Caderno de Encargos para o próximo Governo de Portugal, é igualmente o momento de fornecer algumas notas sobre as actividades que marcarão o ano lectivo 2009/2010. Mencionarei, de entre as mais importantes, as seguintes:

- A consolidação das actividades da Fundação Cultural da Universidade e da Fundação Museu da Ciência, abrindo um novo campo de experiência de gestão de algumas infra-estruturas universitárias;
- O início da actividade lectiva do recém-criado Colégio das Artes, com o lançamento de dois Programas de Mestrado e de um Programa de Doutoramento;
- O início da produção em série do ciclotrão, fornecendo isótopos para as actividades de investigação científica do ICNAS, bem como para as de prestação de serviços e comercialização dos excedentes;

- A concretização de uma profunda reforma da administração central da Universidade, que tem como aspectos mais visíveis a reunificação da chefia sob um único administrador e a criação de um Centro de Serviços Administrativos Comuns para todas as unidades orgânicas e serviços;
- A extensão a todas as Faculdades da nova ferramenta informática de gestão académica, o *Nónio*, integralmente desenvolvida pelo Departamento de Engenharia Informática da FCTUC, cuja aplicação obrigará a uma melhor organização pedagógica e a uma mais clara estruturação dos cursos;
- Concluídas a instalação do *Nónio* e do *Web-on-Campus*, a entrada em regime de funcionamento corrente do nosso sistema de avaliação da qualidade pedagógica (o SGQP), que constituirá um enorme passo em frente na aferição da relação pedagógica e na correcção de anomalias;
- A entrega formal ao Governo do dossiê completo de candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade;
- A requalificação da Torre da Universidade e do Pátio das Escolas, a primeira financiada parcialmente através de donativos de antigos estudantes;
- O regresso da Universidade ao Pólo 0, a Rua da Sofia, com o início da adaptação do Colégio da Graça para instalação do Centro de Documentação 25 de Abril e do Centro de Estudos Sociais;
- A montagem de um sistema interno de avaliação que permita alargar aos docentes a avaliação de desempenho profissional, no âmbito do novo ECDU, e aplicar aos cursos as normas da acreditação definidas ou a definir pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior.
- A consolidação do conceito e da experiência de Universidade de Verão, já lançada em Agosto de 2009, com a participação de 160 jovens dos últimos anos do ensino secundário de todo o País, com programa científico em todas as áreas do saber, a par de actividades lúdicas, culturais e desportivas.

- A reactivação do Instituto Jurídico, como uma unidade de investigação formal da Faculdade de Direito, aproveitando o enorme potencial instalado e a reconhecida qualidade científica do corpo docente, fazendo beneficiar todos e cada um da coordenação, da visibilidade e da acrescida capacidade de atrair financiamentos.

## 7. Agradecimentos

SENHORAS E SENHORES:

O Reitor dá o nome, representa e dirige uma vasta equipa, que na sua configuração mais restrita se limita aos Vice-Reitores e aos Pró-Reitores, mas na qual é igualmente justo incluir os Directores de Unidades Orgânicas, os Administradores, os Directores de Serviços, os Chefes de Divisão e todos aqueles em quem, permanente ou esporadicamente, ele delega competências ou a quem pede para que o representem dentro ou fora da Universidade.

Sendo esta a sétima vez que tenho a honra de presidir a uma cerimónia de abertura solene das aulas, forte de uma experiência que sempre me tem mostrado serem as minhas limitações compensadas pelo apoio que tenho recebido de todos vós, desejo uma vez mais afirmar que o Reitor é igualmente uma equipa e que nessa equipa se deve rever toda a Universidade. Porque quando deixar de ser assim, terá deixado de ser Reitor.

À Senhora e aos Senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes, Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e Pedro Manuel Saraiva, bem como aos Senhores Pró-Reitores, Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, José António Bandeirinha, António Pimentel e José Manuel Canavarro, aos quais recentemente se juntou o Doutor Saraiva da Cunha, aqui deixo uma vez mais o meu profundo agradece-

mento, pela forma empenhada e competente como sempre assumiram as suas responsabilidades.

Não querendo nem podendo antecipar-me aos resultados da consulta popular nacional do próximo dia 27 de Setembro, mas porque, tendo em conta a história dos resultados eleitorais pelo círculo de Coimbra, é razoável admitir a eleição do Doutor Pedro Saraiva como Deputado à Assembleia da República e não podendo deixar de me preocupar com a garantia da continuidade do trabalho que tem estado sob a sua responsabilidade, decidi substituí-lo na equipa, com o seu acordo, a partir do final do mês, tendo convidado o Doutor Henrique Santos do Carmo Madeira, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, para Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, convite que foi aceite. A posse será conferida no próximo dia 1 de Outubro e poderá representar igualmente uma ligeira reafecção de responsabilidades dentro da equipa, que será anunciada na mesma ocasião.

Pela força inexorável do passar dos anos, o Doutor António Avelãs Nunes cessará as suas funções de Vice-Reitor no próximo mês de Dezembro. Poderia dizer-vos que ele tem sido o meu braço direito, mas na verdade esta formulação diz-nos, tanto a mim como a ele, muito pouco e não representa senão uma pequena parte da realidade. Através de um percurso universitário sem faltas, pelo qual impôs a qualidade das suas análises científicas e com elas introduziu diversidade, vitalidade e salutar polémica numa Universidade necessariamente conservadora, muito sério na afirmação dos seus argumentos mas igualmente sério na abertura que sempre mostrou relativamente ao pensamento dos outros, intransigente defensor e cultor da liberdade universitária, o Doutor Avelãs Nunes soube elevar a um patamar bem alto o prestígio dos Mestres de Coimbra e da sua Faculdade de Direito. Presidente do Conselho Directivo durante quatro anos e Vice-Reitor desde 2003, ele esteve em todos os assuntos delicados que atravessaram os meus reitorados e nunca prescindi do seu apoio e

da sua opinião, antes de tomar as decisões mais difíceis. Fico, e fica a Universidade de Coimbra, com uma enorme dívida de gratidão que não saberia saldar, se não tivesse a certeza de que lhes basta, a ele, a consciência de um dever cumprido.

Tendo concluído com êxito as responsabilidades que lhes havia atribuído, também os Senhores Pró-Reitores António Pimentel e José Manuel Canavarro cessarão as suas funções no final do mês. Aqui lhes deixo uma palavra de muito simpatia e apreço pelo trabalho que desenvolveram e pelos relevantes resultados que obtiveram.

Para acompanhar, na equipa reitoral, a reestruturação dos serviços administrativos que, nos termos dos novos Estatutos, deverá estar concluída no final de 2010, decidi convidar para Pró-Reitora a Doutora Margarida Mano, Professora Auxiliar da Faculdade de Economia, que será substituída como Administradora, na nova estrutura de direcção unificada, a entrar em vigor no início de Outubro, pela Dra. Célia Cravo, até aqui Directora de Administração da Faculdade de Medicina. Uma e outra aceitaram o convite que lhes dirigi.

Cabe aqui uma referência muito elogiosa ao Dr. Carlos José Luzio Vaz, que, por aposentação, abandonou recentemente as funções que desempenhava exemplarmente há mais de vinte anos, de Secretário-Geral da Universidade. Chefe do Protocolo e conhecedor como poucos de todos os pequenos segredos que encerra a realidade universitária, sentirei falta da sua palavra esclarecida e da sua ajuda, que transcendeu largamente a estrita esfera de competência dos Serviços Académicos que tão bem dirigiu.

Também por aposentação, o Dr. António Luzio Vaz cessará, no início de Janeiro, as suas funções de Administrador dos SASUC. Durante trinta anos fez crescer uma “empresa” que serve actualmente cerca de dois milhões de refeições por ano, que gere um parque residencial com mais de mil trezentos



e cinquenta camas, que selecciona e concede bolsas a quase cinco mil estudantes, que se ocupa de um Infantário e de um Jardim Infantil com cerca de uma centena de crianças, que providencia serviços médicos em vinte e uma especialidades, que apoia Repúblicas e Cooperativas de estudantes e ainda tem que resolver todas as emergências sociais que o dia-a-dia não se esquece de lhe trazer. Os resultados falam pela sua competência e dedicação. Convidei para o substituir o Dr. Jorge Gouveia Monteiro que desempenhou durante oito anos as funções de vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Coimbra, com responsabilidades executivas na área da habitação.

Com quatro meses de diferença, cessam funções como Administradores, os *três manos*, como eram carinhosamente conhecidos, uma de nome e os outros dois de nascimento. Eles marcaram profundamente uma época na Universidade de Coimbra, tendo ocupado os mais elevados postos da sua máquina administrativa, a qual transformaram na mais respeitada administração universitária nacional. À Dra. Célia Cravo e ao Dr. Jorge Gouveia Monteiro desejo as maiores felicidades na difícil tarefa de os substituir.

## Epílogo

SENHORAS E SENHORES

No final desta alocução, desejo ainda deixar três notas finais e um convite:

Primeira nota: Comemoramos no próximo ano o primeiro centenário da instauração da República. Presente na Comissão Nacional, acolhendo várias das iniciativas levadas a cabo sob a égide dessa mesma Comissão, a Universidade de Coimbra tem ainda um programa próprio, definido em articulação com a Comissão Nacional, preparado por uma Comissão Local nomeada em comum acordo com a Câmara Municipal, de que é coordenador científico o Doutor Amadeu Carvalho Homem. A todos quantos se sentem irmanados pelos ideais da República, convido a participar nas várias iniciativas previstas.

Segunda nota, que deixo aproveitando a presença de alguns dos futuros Deputados à Assembleia da República, saudando-os com consideração e respeito. Contrariando a afirmação do Senhor Ministro das Obras Públicas, que entende ser normal que este tipo de obras terminem com 25% de trabalhos a mais, e do Senhor Ministro das Finanças, para quem a má gestão das Universidades explica as dificuldades que atravessam, a Universidade de Coimbra pode continuar a orgulhar-se de ter lançado, nos últimos 11 anos, 383 procedimentos de empreitadas ou de aquisição de bens e serviços relacionados com novas instalações, num valor contratualizado de 80,17 milhões de euros, com um total de zero euros de trabalhos a mais. A incidência do controlo de custos nas empreitadas de Obras Públicas transcende largamente a mera exigência de uma boa gestão, o que já não seria pouco, mas é, de facto, uma questão da qual depende, como todos sabemos, a saúde e a credibilidade do próprio regime democrático. Seria uma boa forma de comemorarmos o centenário da República fazermos por todo o País como a Universidade de Coimbra já faz há cerca de vinte anos.

Terceira nota, que particularmente dirijo aos futuros vereadores e ao futuro Presidente da Câmara, os quais igualmente saúdo com amizade. Sejam quem forem os futuros protagonistas, numa cidade com as características da nossa não há outra via para o desenvolvimento que possa ser encontrada fora do estreito e permanente entendimento entre a Universidade e a Câmara. Reforcemos os nossos laços, concretizemos os nossos projectos comuns, emprendamos em conjunto novas iniciativas: Coimbra, cidade empreendedora; Coimbra, cidade de conhecimento; Coimbra, cidade de cultura; Coimbra, cidade de património; Coimbra cidade da saúde; Coimbra cidade de turismo; Coimbra cidade Univer[sc]idade.

Finalmente o convite: para o espectáculo de Abertura Solene das Aulas, hoje à noite, às 21h 30, no TAGV, que consta de uma apresentação da Companhia Nacional de Bailado sobre peças de Mozart, Debussy e música tradicional italiana.

Termino, dirigindo-me uma vez mais aos jovens que agora passam a fazer parte da longa cadeia de gerações de estudantes da Universidade de Coimbra e a quem esta cerimónia é, em primeiro lugar, dedicada. À Laura e ao António, à Sara e ao Manuel, à Ana, ao João e a todos os outros. Não sei ainda, ninguém sabe, qual de vós vai ser o Antero, o Eça, o Garrett, o Camões, da vossa geração. Pela nossa parte, tudo faremos para vos dar uma formação de primeira qualidade e uma preparação humana, cultural, técnica e científica que esteja à altura destes vossos dignos predecessores. Tudo faremos para vos ajudar a concretizar os vossos sonhos.

Quarenta anos depois, vale a pena recordar-vos que um dia sonhámos os dias actuais e que amanhã os dias são sonhos de agora. Mas se um dia, perdidos, deixarmos cair as asas do sonho que transpõem metas, se um dia, vencidos, nos dermos tristonhos à simples rotina do passar dos dias, então, sonhando o futuro no dia que passa, não passará o futuro do dia do sonho.

Não tenham, pois, receio de sonhar. Tal como há quarenta anos, sejam razoáveis: exijam o impossível. Entreguem-se à paixão e ao absoluto. Não neguem à razão o gesto certo. Nunca subam uma escada senão até ao topo. Recusem o talvez, o assim-assim. Firam as guerras sempre em campo aberto, onde o pormenor pode não ser nada, mas não há nada que não seja tudo. A Universidade de Coimbra assim vos procura e só assim se encontra nos sonhos de futuro que um dia, há quarenta anos, os seus estudantes andaram semeando pelo mundo, na forma de um balão e nas pétalas de uma flor.

Sejam bem-vindos à Universidade de Coimbra. Que o ano que agora se inicia desta nova fase das vossas vidas, pela qual lutaram e tão dignamente mereceram, corresponda às vossas expectativas. Estendo, naturalmente, estes votos a todos os restantes membros da nossa comunidade universitária e a todos quantos nos honraram com a sua presença.

Paço das Escolas, 16 de Setembro de 2009

(Página deixada propositadamente em branco)

## **ANO LETIVO DE 2010/2011**

### **1. UCV**

Bom dia, boa tarde ou boa noite, conforme a hora e o local em que estiverem a ouvir-me e a ver-me. Utilizo esta fórmula que nos evoca o tempo pioneiro das primeiras transmissões radiofónicas e das primeiras imagens de televisão a preto-e-branco, para vos receber, a todos, com entusiasmo, na cerimónia de Abertura Solene das Aulas referente ao ano lectivo 2010/2011, no momento em que, em simultâneo, se dá igualmente início à primeira emissão experimental da UC\_V, televisão da Universidade de Coimbra, difundida para todo o mundo via internet. A partir do próximo dia 21 de Novembro, domingo, dia internacional da televisão, a Universidade de Coimbra junta-se ao clube restrito de outras grandes Universidades do mundo, a primeira de língua portuguesa, a deter a capacidade de produzir programas regulares de televisão com conteúdos próprios e de os difundir através dos sistemas mundiais de distribuição por internet.

### **2. Boas vindas**

As boas vindas que vos dou hoje a todos, professores, estudantes e trabalhadores não docentes da Universidade, de regresso ao trabalho após umas bem merecidas férias de verão, dirijo-as em particular, aos novos alunos, que vivem esta semana a sua primeira experiência universitária

depois de nos terem dado, em grande número, o privilégio da sua escolha. Na primeira fase de colocações, cujos resultados foram conhecidos há apenas três dias, os números são-nos extremamente favoráveis. 99,4% das vagas declaradas foram preenchidas na primeira fase, comprovando as evidentes vantagens da abordagem institucional global ao problema, que fizemos. Desde 1997, ano em que este processo começou a ser analisado em termos comparativos, este foi o melhor resultado de sempre da Universidade de Coimbra.

É igualmente devida uma referência muito especial aos cerca de duzentos e cinquenta estudantes brasileiros que hoje iniciam na nossa Universidade uma experiência de formação inovadora, quer pelas suas características quer pela sua dimensão, no âmbito de um grande programa de internacionalização denominado PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais, financiado pelo Governo brasileiro, pelo Grupo Santander e pela Universidade de Coimbra. A este programa me referirei mais tarde. Mas aos jovens brasileiros que são os seus primeiros beneficiários quero lembrar que de aqui saíram formadas personalidades como as de José Anchieta ou de Bartolomeu de Gusmão, como as de José Bonifácio ou de Alexandre Rodrigues Ferreira. Por aqui passou, há quarenta anos, e aqui concluiu o seu primeiro mestrado, o actual Reitor da Universidade de São Paulo, meu colega e amigo Prof. João Grandino Rodas. Não posso dizer, porque não sei, quais de vós sereis, dentro de trinta ou quarenta anos, Reitores de uma grande Universidade brasileira. Mas posso assegurar-vos que a distância que vos separa do sucesso profissional é a mesma que eles tiveram que percorrer e que, nos vossos momentos de desalento se devem lembrar que eles também os tiveram. Pelo nosso lado, tudo faremos para vos ajudar a concretizar as vossas expectativas e para merecer a vossa confiança. E para interpretar, à luz da conjuntura mundial actual, o papel e a responsabilidade que foram desde sempre os desta Universidade, de contribuir para a formação das elites brasileiras, de ser a Universidade de todos os que se sentem irmanadas por esta nossa língua, de ser a matriz cultural do espaço da lusofonia.

A estes novos estudantes, é o momento oportuno para lembrar o papel da Associação Académica de Coimbra, como espaço de acolhimento, de integração e de mobilização cultural, desportiva e associativa de todos os estudantes da Universidade; e para anunciar a criação próxima em Coimbra da Casa da Lusofonia, que funcionará em espaços da Fundação Cultural da Universidade e promoverá a confraternização entre estudantes ao ritmo do samba, da morna ou da quizomba.

Quero, por fim, cumprimentar o Presidente da Direcção Geral da AAC, Miguel Portugal, com quem tenho podido interpretar as opiniões e as expectativas dos estudantes, conhecer as suas mais sentidas dificuldades e encontrar caminhos para responder a umas e a outras; e a doutora Luísa Maria Almeida Morgado, ilustre Professora Catedrática e Directora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, que terá este ano, por uma secular regra de rotatividade, a responsabilidade de proferir a chamada Oração de Sapiência.

### **3. A UC no mundo**

#### **SENHORAS E SENHORES**

A emergência do poderio económico americano, que permitiu o domínio do mundo no rescaldo da segunda grande guerra, resultou, entre outros factores, de uma concepção inovadora do sistema científico e universitário, que tinha rasgado com o modelo europeu humboldtiano de Universidade e compreendido a necessidade de colocar o saber ao serviço da produção de riqueza, ou seja, da criação de condições proporcionadoras de bem estar individual e colectivo. A descoberta da chamada “terceira missão” para as Universidades, a prestação de serviços especializados, o empreendedorismo e a inovação alterava os objectivos das instituições de onde provinha o saber e o conhecimento, fazendo-as modificar, em

conformidade, as suas orientações. Estas simples alterações contribuíram decisivamente para que se transferisse, pela primeira vez, para **fora da Europa**, a capacidade para liderar o processo de desenvolvimento.

A Europa demorou cinquenta anos a reagir. Embora algumas das suas Universidades e mesmo sistemas nacionais tivessem incorporado rapidamente estes conceitos, só muito tardiamente compreendeu que não poderia resistir a este domínio avassalador dos Estados Unidos a não ser criando ela própria **missão, dimensão e escala** no seu sistema científico e universitário. Nos anos setenta criou os primeiros programas integrados de investigação científica e só em meados dos anos oitenta pôs a funcionar aquele que é considerado um dos seus maiores êxitos de sempre: o programa Erasmus, no âmbito do qual beneficiaram, até hoje, de mobilidade, mais de 23 milhões de jovens estudantes europeus. Em complemento desta política, a União Europeia decidiu avançar, em 1999, para a constituição do Espaço Europeu de Ensino Superior, conceito que mais tarde alargou para Espaço Europeu do Conhecimento e da Inovação com a integração de políticas comuns de ciência e de tecnologia e a definição de objectivos ambiciosos, como o de, cito, “transformar a Europa na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo antes de 2010”. Não é por não terem sido cumpridos no prazo estipulado que este objectivo e esta ambição são menos justos ou menos importantes.

A verdadeira contribuição da Europa nesta matéria foi, portanto, a de ter compreendido que não bastava desenvolver políticas adequadas de transferência e de inovação, por um lado, que alguns dos seus países, aliás, já praticavam, e, por outro, internacionalizar a economia e as empresas, para ganhar escala na procura e nos mercados, mas que a construção de uma economia baseada no conhecimento requeria que se **juntassem os dois tabuleiros** e que se conseguisse ganhar dimensão em todo o edifício do conhecimento, internacionalizando igualmente o sistema científico e o sistema universitário.



O Processo de Bolonha desenrola-se perante nós, com avanços e recuos. São conhecidos os fortes argumentos dos detractores desta política, que tendem a apontá-la como um dos vectores mais perversos da globalização e a considerá-la como uma via de uniformização dos modelos de ensino superior e uma porta aberta à desresponsabilização dos Estados e à privatização das instituições. São igualmente conhecidas as posições favoráveis dos que nele projectaram, muitas vezes exageradamente, a oportunidade de concretização de todas as suas expectativas de mudança. Subscrito por 47 Países, todos os sistemas universitários das grandes economias do mundo se sentem obrigados a posicionar-se relativamente a ele. Este sucesso não pode ser ignorado.

Entretanto, como se situa o resto do mundo perante estes desafios. Os Países que, pela sua dimensão, constituem autonomamente espaços económicos viáveis, ou porque não sabem ou não podem associar-se com outros, parecem privilegiar uma via autónoma ou auto-centrada de desenvolvimento. Estão neste caso a China, o Japão, a Índia e a Rússia para além dos Estados Unidos, naturalmente. Para estes países, a internacionalização dos seus sistemas científico e universitário visa sobretudo captar cérebros ou ideias e apenas marginalmente responder à necessidade de complementar a formação de alunos e de professores, ou avaliar e validar boas práticas de ensino, de investigação e de extensão. No Sudeste Asiático, através da ASEAN e sobretudo na América Latina, a estratégia parece ser diferente e mais próxima da estratégia europeia. Porque não existe em nenhum destes três espaços uma economia esmagadoramente dominante, ou com suficiente dimensão de mercado para poder competir isoladamente em termos globais, as decisões parecem passar pelo favorecimento da aproximação entre as Universidades e pela emergência de uma política supranacional que visa promover a criação de um **espaço integrado do conhecimento**.

Por isso, as experiências de internacionalização mais evoluídas e politicamente mais significativas e ambiciosas podem hoje ser encontradas

na Europa e na América Latina, que parecem ser as regiões do mundo que melhor compreendem a internacionalização como uma verdadeira 4ª missão das universidades, na perspectiva da manutenção de uma agenda de **diplomacia cultural autónoma** favorecendo a criação de espaços geopolíticos e económicos mais alargados.

Este facto sugere que a internacionalização pode ser vector de autonomia relativamente a mercados e paradigmas dominantes e, nesse sentido, **garantia de diversidade do sistema**. Este aspecto é interessante, porquanto mostra uma realidade multifacetada e contrária à ideia bastante generalizada, a que já me referi a propósito do Processo de Bolonha, que tende a considerar estes mecanismos de aproximação internacional como instrumentos perversos da política neo-liberal prevalecente no primeiro mundo.

A África ficou de fora desta minha análise. Mas não ficou de fora das preocupações do governo brasileiro que, ao criar a UNILAB – Universidade Federal de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, que se junta às suas três congéneres, a Universidade Federal da Integração Amazónica, a Universidade Federal da Fronteira Sul e a Universidade Federal da Integração latino-americana, responde a objectivos de **integração regional e supra-regional** que têm de considerar-se alinhados com a linha de raciocínio que aqui desenvolvo e portanto, sustentando a minha argumentação.

Esta análise perspectiva, em termos de internacionalização, dois tipos de envolvimento, e de procura, para a Universidade portuguesa, para além do papel que, com naturalidade, desempenhará no âmbito do Espaço Europeu de Ensino Superior: por um lado como instrumento de formação acessória ou complementar, técnica mas sobretudo linguística e cultural, de cidadãos de Países como os Estados Unidos, a China, a Índia, a Rússia e o Japão, em busca, sobretudo, de capacidade de intervenção nos mercados

emergente da Lusofonia: Angola e, naturalmente, o Brasil. Por outro lado, como elemento provavelmente determinante de uma política integrada de aproximação ibero-americana, que nos consolida como pilar de uma **ponte transatlântica** entre a América Latina e a Europa. Sem descurar a primeira, a comparação em ambição e potencialidades entre estas duas vias leva-me a privilegiar a segunda. A ela me tenho dedicado com entusiasmo.

Pela leitura que faço do problema e que sumariamente apresentei, concluo que se nos abre uma janela de oportunidade, a nós portugueses e brasileiros, para que, em conjunto, possamos atingir **índices de internacionalização** que colocarão as nossas Universidades no grupo das mais internacionais dos respectivos continentes. Em Coimbra, por exemplo, se já somos, de longe, a Universidade ibérica com maior percentagem de estudantes estrangeiros matriculados, 10%, valor que sobe para 15% se igualmente considerarmos os estudantes de mobilidade, está ao nosso alcance atingir, dentro de três anos, um índice de internacionalização de 20%.

Para estes resultados, passados e futuros, muito contribuem igualmente os restantes programas e projectos de mobilidade em que estamos envolvidos: a presença activa que temos mantido no Coimbra Group, as experiências de dupla titulação com mais de 30 Universidades europeias e brasileiras, o funcionamento de diversos programas de mestrados e de doutoramento internacionais, o lançamento de um programa autónomo e auto-financiado de bolsas de estudos da UC para fora da Europa, o projecto TEMPUS – Re-form com 15 universidades de Marrocos, o projecto EDU-LINK com 12 universidades da África Sub-Sahariana, o projecto ALFA – Vertebralcue com 20 universidades da América Latina, seis projectos ERASMUS-MUNDUS com Universidades de diversas regiões do mundo, a actividade no âmbito da CUM – Comunidade de Universidades do Mediterrâneo, a presença da nossa investigação científica no Líbano, na Síria, na Líbia, o apoio às actividades de diversas Universidades, públicas e privadas, em Angola, em Moçambique e em Cabo-Verde, de que destacaria

a importante colaboração que demos à Universidade Eduardo Mondlane, para reestruturação pedagógica dos seus cursos segundo as directrizes do Processo de Bolonha. Este conjunto diversificado mas coerente de iniciativas, no qual se pode encontrar como linha dominante o triângulo que entendemos dever privilegiar (Europa – Mediterrâneo – Lusofonia), assegurou a duplicação nos últimos cinco anos do número de estudantes de mobilidade anualmente recebidos em Coimbra e perspectiva uma evolução francamente positiva para os próximos anos.

É esta procura incessante de novos caminhos, de novas ideias e de novas soluções, esta ambição permanente de termos uma Universidade que se interpela todos os dias, que se compara, que se avalia, que procura à sua volta novos domínios de intervenção que justifiquem a mobilização dos recursos humanos e materiais de que dispõe e inventa novas formas de os colocar ao serviço da comunidade em que se insere, que supes alternativas, que planeia, que decide e que corrige, sólida nos princípios mas aberta à inovação, tão consistente e capaz de assumir opções de continuidade quanto leve e eficaz quando chega a hora de mudar, é, em resumo, por esta percepção de sempre **incompleta plenitude** em torno de uma definição que por definição estará sempre desactualizada, que poderemos aplicar com propriedade uma expressão utilizada num outro contexto: uma Universidade que só procura ser Universidade, nunca chegará verdadeiramente a sê-lo.

Foi por esta via que seguimos quando, lançando as bases de **projectos institucionais** estruturantes, procurámos dar mais espaço, visibilidade e influência à Universidade de Coimbra em áreas de intervenção que, estando para além das suas três missões clássicas, lhe alargam o espectro de actuação e se encontram, sem dúvida, ao alcance de uma instituição com os pergaminhos, o percurso e o prestígio da nossa.

Refiro-me à definição de uma nova estratégia para a museologia científica que permite tirar partido do maior e mais importante espólio cien-

tífico existente no País e colocá-lo ao serviço da investigação, da difusão da ciência, da atracção de novos públicos para as áreas científicas e da valorização nacional e internacional da Universidade. Hoje, o **Museu da Ciência** da Universidade de Coimbra, gerido por uma Fundação criada para o efeito, é uma realidade consolidada, que representa para a Universidade menor despesa anual do que as estruturas equivalentes no início do processo e cujas iniciativas o colocam, apesar de apenas concluída a primeira fase, no patamar invejável de melhor Museu Europeu de Ciência, Técnica e Indústria em 2008 (prémio atribuído pelo Fórum Europeu de Museus).

Refiro-me à candidatura da Universidade de Coimbra a **Património da Humanidade** cujo dossiê, constituído por sete volumes num total de cerca de 2000 páginas que representa, em si mesmo, um notável exercício de investigação científica e de sistematização de conhecimentos sobre a História da Universidade será formalmente apresentado ao Governo em Outubro próximo, e submetido à UNESCO antes do final do ano, para provável decisão em Agosto de 2011.

Em complemento da anterior, refiro-me à constituição da **WHPO** – Rede Mundial de Bens de Origem ou Influência Portuguesa, iniciativa que se insere directamente no âmbito das actividades de diplomacia cultural universitária que tenho considerado ser a quarta missão da Universidade. Esta Rede realizará em Coimbra, entre 25 e 29 de Outubro próximo o seu segundo encontro, cuja apresentação recente, em Brasília, no âmbito da 34ª reunião do Comité para o Património da UNESCO, feita em colaboração com a Comissão Nacional da UNESCO mereceu, de Ministros e Embaixadores representantes de 30 Países, os mais rasgados elogios à Universidade.

Na esfera da diplomacia cultural universitária, refiro-me ainda ao Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, cujos Reitores e outros represen-

tantes nós temos a honra de receber pela segunda vez e aqui saudamos com amizade, agrupando as 50 mais prestigiadas Universidades do Brasil, federais, estaduais, comunitárias e confessionais, cuja constituição em memorável cerimónia que decorreu nesta mesma Sala dos Capelos em Novembro de 2008, constituiu um acontecimento de superior importância no panorama do ensino superior dos nossos dois Países. O extraordinário sucesso dos dois primeiros anos do funcionamento deste grupo transformam-no num poderoso instrumento para a concretização dos objectivos de internacionalização das nossas Universidades.

Refiro-me, finalmente, e de novo a uma iniciativa lançada por este grupo, que confere à cerimónia de hoje um cariz marcadamente internacional. O início substantivo do **PLI** – Programa de Licenciaturas Internacionais, que visa a formação em modalidade de dupla titulação de professores brasileiros dos níveis básico e secundário (níveis fundamental e médio usando a terminologia brasileira), e que manterá permanentemente em Coimbra, nos próximos cinco anos, um número de cerca de um milhar de jovens estudantes das melhores Universidades brasileiras. A presença nesta ocasião do Presidente da CAPES, doutor Jorge Guimarães, que saúdo respeitosamente agradecendo as palavras que nos dirigiu, também em representação do Ministro do Governo Federal brasileiro, doutor Fernando Haddad, bem como a dos demais responsáveis deste internacionalmente prestigiado organismo brasileiro de melhoria da pós-graduação, através de avaliação, divulgação, formação de recursos e promoção da cooperação científica internacional, e ainda a dos queridos colegas Reitores, Vice-Reitores e outros representantes de um número tão significativo de Universidades brasileiras, confere a este dia um significado muito especial. Representa o culminar de um intenso e participado processo negocial, em cuja origem é obrigatório colocarmos igualmente o Professor Naomar de Almeida Filho, Reitor da Universidade Federal da Bahia até há cerca de dois meses e Presidente do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras até há cerca de cinco meses, e cuja concretização só foi possível graças ao

envolvimento do Professor Carlos Alexandre Neto, Reitor da Universidade Federal de Rio Grande do Sul e actual Presidente do Grupo Coimbra de Universidades brasileiras e da Professora Rossana Valério da Silva, Secretária Executiva do referido Grupo e motora primeira das suas actividades.

#### **4. A UC em Portugal**

A nível interno, os últimos dez anos significaram em Portugal um alinhamento inevitável com o plano de reformas conduzido no âmbito da criação do Espaço Europeu de Ensino Superior, com forte influência dos Países do Norte da Europa, cujas orientações se insinuavam há muito nas entrelinhas dos documentos oficiais e que acabaram por se impor como interpretações autênticas do jargão europeu. E é assim que conceitos como os de “atractividade e competitividade”, que constituíam no documento fundador de 1999 apenas uma das seis ideias-chave da reforma, cedo se revelaram nucleares nas preocupações dos Governos. E nem a chamada de atenção dos próprios Ministros, reunidos em Praga em 2001 e em Berlim em 2003, para o cuidado a ter de, cito, “não desacoplar o conceito de competitividade da ideia de que o ensino superior deve ser considerado um bem público, e que é e deverá permanecer uma responsabilidade pública” (fim de citação) ou ainda, cito de novo “que a competitividade se deve equilibrar com o objectivo de melhorar as características sociais do Espaço Europeu de Ensino Superior e a redução das desigualdades sociais” (fim de citação), nem estas chamadas de atenção dos próprios Ministros, repito, evitou que se olhasse a reforma como oportunidade para reduzir, logo à cabeça, os encargos públicos com o ensino superior. Os que, como eu, têm tendência para olhar o Processo de Bolonha pelo lado positivo, e tantas vezes o têm valorizado pelo que representa numa Europa à procura de uma dimensão humanista e cultural e defendido contra os que o consideram apenas mais um instrumento da política neo-liberal prevalecente, teriam apreciado poder contar com argumentos mais sólidos no plano

do compromisso público com o ensino superior. Infelizmente, em Portugal, os anos da reforma coincidiram com o período de maior redução de transferências públicas para as Universidades dos últimos quarenta anos. E não é possível responsabilizar a crise por esta situação já que, como é sabido, as restrições começaram muito antes dela.

Com efeito, entre 2004 e 2008 observámos uma diminuição de 27.5% do esforço público, medido em percentagem do PIB, com as instituições de ensino superior (dados dos Relatórios do Orçamento de Estado anualmente apresentados pelo Governo à Assembleia da República), correspondendo a uma diminuição de dotação, tudo considerado (diminuição de receita e aumento, por lei, de compromisso de despesa), de mais de 300 milhões de euros por ano para todo o sistema. Finalmente, já em 2010, assistimos à **inversão parcial** desta política sob a forma da celebração de um “contrato de confiança” entre o Governo e as Universidades que marca igualmente a adopção de uma medida que elas há muito reclamavam: a de complementar o financiamento por fórmula com uma componente de financiamento contratualizado.

Apenas reposição, e só parcial, dos níveis de financiamento anteriores e que, desta ou de outra forma, lhes teriam que ser de novo disponibilizados sob pena de ruptura orçamental, é no **plano político** e não no orçamental que deve ser procurada a verdadeira importância do Contrato de Confiança.

Com efeito, o acordo a que se chegou foi uma forma elegante e a oportunidade por todos desejada para **fechar um ciclo de má memória** em que as relações entre as Universidades e o Governo nem sempre foram fáceis. Foi reconfortante para todos os universitários ouvir o Senhor Primeiro-Ministro, no debate sobre Ensino Superior realizado no Parlamento a 15 de Janeiro de 2010, a dizer, cito,

“São notáveis as mudanças ocorridas no ensino superior português e os resultados obtidos com essas mudanças. Mas ainda mais notável é o facto de terem sido



conseguidos numa conjuntura de forte restrição orçamental. As nossas universidades e politécnicos fizeram mais, com menos recursos financeiros. **E isto só tem uma explicação, aliás, uma boa explicação: ganhos de eficiência.** As instituições portuguesas de ensino superior tornaram-se mais eficientes, gerindo melhor os recursos postos à sua disposição por todos os contribuintes! É, por isso, justo sublinhar publicamente o quanto este trabalho é um exemplo de modernização, de rigor na gestão e de serviço público prestado à comunidade”.

Este desfecho teria de ser considerado globalmente positivo para as Universidades, não fora o recente incumprimento do compromisso publica e veementemente assumido pelo Governo em plena Assembleia da República, no dia 14 de Julho, aliás na sequência de uma garantia dada pelo próprio Primeiro-Ministro aos Reitores em reunião realizada em Junho, de que as Universidades, defendidas por legislação específica e pelo contrato de confiança assinado em Janeiro não seriam afectadas pelas **cativações** definidas para a administração pública no âmbito do decreto-lei de execução orçamental.

Sabemos agora que, subvalorizando o regime de autonomia consagrado no RJIES, o governo, através de despacho de um secretário de estado, determinou que as universidades sejam tratadas de modo equivalente ao de meros fundos autónomos da administração central, tornando dependente de autorização do ministério das finanças aquilo que constitui prerrogativa das próprias universidades, consagrada em Lei e a ceder a esse ministério um atributo matricial da sua autonomia. Apesar das garantias em contrário do Senhor Primeiro-Ministro e do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, determinou o Senhor Secretario de Estado do Orçamento que sejam impostas às Universidades, a partir de Setembro, cativações de 20% sobre as taxas e emolumentos arrecadadas, incluindo propinas, o que me parece ser mais uma desconcertante decisão do Governo em matéria de criação de um relação de confiança com as Universidades e da própria salvaguarda da paz universitária.

Igualmente muito sensível pode ser o processo de revisão da regulamentação das Bolsas de Estudo. O texto conhecido, mas ainda não publicado, remete para umas Normas Técnicas, anuais, a definição dos principais parâmetros que determinam a elegibilidade do estudante bolseiro e o montante da respectiva bolsa. Sendo que todos os estudos, pareceres e relatórios internacionais são unânimes em considerar que uma parte da população portuguesas ainda não acede ao Ensino Superior por razões económicas, este processo de tornar técnico o que deveria ser político, e anual o que deveria ser plurianual, que parece igualmente contrariar a preconizada intenção de fazer alinhar a bolsa com a duração do ciclo de estudos, merece ser seguido com muita atenção.

São conhecidas as minhas posições sobre as diferentes componentes da reforma do ensino superior empreendida em Portugal nos últimos anos. Concordantes como muitas vezes foram ou críticas, como foram também por vezes, o importante neste momento é sermos todos capazes, homens e mulheres de ciência que somos, de olhar para a realidade, de aprender com a experiência e de saber interpretar os factos, sem paixões nem preconceitos, para confirmar ou para corrigir orientações.

E diversos ajustamentos será necessário fazer. Mas agora que a via da contratualização está aberta, mais importante ainda seria alargar o âmbito do Contrato de Confiança de forma a incluir, pelo menos, os seguintes três novos objectivos:

- o **ordenamento da oferta educativa**, patente que está que o processo de avaliação e acreditação de cursos, por si só, não será suficiente para evitar a inflação de cursos e de designações que descredibilizam o sistema e o tornam pouco legível;
- a **racionalização da rede de instituições públicas**, que permita a integração das escolas ainda não integradas e uma maior coordenação de esforços e articulação entre as trinta instituições públicas de ensino superior (quinze Universidades e quinze Politécnicos);

- a constituição de **consórcios de ensino e investigação** que aproveitem articuladamente os recursos instalados nas Universidades e nos centros de investigação em benefício da coerência e da coesão do sistema, da formação avançada dos estudantes e da sustentabilidade das unidades.

A definição de metas nacionais com vista à concretização da chamada **Agenda Europa 2020**, tão centrada em objectivos de crescimento inteligente e de competitividade, é uma óptima oportunidade para considerar os pontos acima enunciados, mostrando o nosso empenho em retirar ao sistema ineficiência e irracionalidade. Esta Agenda teve, aliás, o mérito de recentrar os objectivos europeus para 2020 na criação da sociedade do conhecimento e da inovação, corrigindo ou pelo menos complementando os Planos de Estabilidade e Crescimento cujos objectivos, lamentavelmente, se situam exclusivamente em matérias financeiras e orçamentais. A resposta à crise mostrou, aliás, que a Europa ainda não assumiu a necessidade de considerar o sistema científico e universitário como componente de parte inteira do complexo edifício da criação de riqueza, que necessita ser visto no seu conjunto.

## **5. Mudança tranquila**

E é neste contexto que se pode compreender a evolução recente da Universidade de Coimbra e as principais opções estratégicas que entendi dever propor e concretizar. Fi-lo sempre em função do que considere ser, a cada momento, o superior interesse da instituição e sempre que pude – consciente de que nem sempre o consegui – submetendo a perspectiva de curto prazo à definição, previamente estabelecida e consensualizada, dos objectivos de médio e longo prazo. A gestão de compatibilidades entre as urgências do dia-a-dia e a necessidade de conduzir coerentemente uma política consistente que assegure o futuro é, aliás, um dos mais difíceis exercícios de equilíbrio político que me foi dado conhecer nas funções que desempenho. Sobretudo num País como o nosso, que se cansa a legislar e fica sem energia para

reformas, que se cansa a planear e fica sem energia para cumprir, que subverte, que inverte, que reverte quase todos os dias orientações e estratégias, a decisão certa é, quase sempre, não a que maximiza o resultado mas a que minimiza o risco de insucesso face à imprevisível evolução da conjuntura.

#### SENHORAS E SENHORES:

A Universidade de Coimbra atravessa um período particularmente auspicioso da sua história, no que diz respeito às avaliações e comparações nacionais e internacionais a que permanentemente se sujeita. Podem ser citados, a título de exemplo, o primeiro lugar de entre as Universidades portuguesas nas quatro últimas edições do ranking do Times Higher Education Supplement, ou o honroso 10º lugar europeu e 36º mundial por entre as Universidades com maior visibilidade mediática no ranking 4ICU, ou ainda o segundo lugar mundial obtido pelo nosso Instituto Pedro Nunes em 2008 de entre as Incubadoras de Base Tecnológica.

Mostrou, a Universidade de Coimbra, estar a ser capaz de resistir à dupla tenaz que tem representado para ela, nas últimas décadas, por um lado, uma política de ordenamento do território inadequada, com a prevalência esmagadora da lógica da capitalidade que tende a afastá-la dos centros de decisão política e económica num País demasiado dado a escolhas de proximidade e, por outro, por não pertencer ao grupo de Universidades chamadas do regime, que souberam atrair, no longo período a que me reporto, investimentos maciços, quer pela qualidade das propostas que apresentaram, quer pela irresistível sedução dos projectos novos e portanto, ainda imaculados.

Também a nível individual se têm acumulado sucessos. Correndo o risco de uma sempre injusta selecção, citarei a título de exemplo, de entre as duas centenas de prémios e distinções recebidos por universitários de Coimbra no último ano, as seguintes:

- O Prémio Joaquim de Carvalho, instituído pela Imprensa da Universidade, atribuído ao doutor **Luís Reis Torgal**, professor jubilado da Faculdade de Letras e investigador do CEIS20 pela sua obra “Estados Novos, Estado Novo”;
- O Prémio Vida Literária, instituído pela Associação Portuguesa de Escritores, atribuído à doutora **Maria Helena da Rocha Pereira**, professora jubilada da Faculdade de Letras ;
- O Oficialato da Ordem do Mérito do Luxemburgo atribuído à doutora **Cristina Robalo Cordeiro**, professora catedrática da Faculdade de Letras e Vice-Reitora da Universidade;
- O Prémio Eduardo Lourenço, instituído pelo Centro de Estudos Ibéricos, atribuído ao doutor **Jorge Figueiredo Dias**, professor jubilado da Faculdade de Direito;
- O título de Membro de Honra da Sociedade Mexicana de Criminologia atribuído ao doutor **Duarte Nuno Vieira**, professor catedrático da Faculdade de Medicina e investigador do Centro de Ciências Forenses;
- O Red Dot Award – Communication Design 2009, em três categorias e o Prémio Nacional de Design 2009 – Prémio Sena da Silva, na categoria de Design Gráfico/Comunicação, atribuídos ao doutor **João Bicker**, professor auxiliar convidado da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigador do CISUC;
- O Prémio Michelle Cuozzo, da Università degli Studi di Roma “Tor Vergata”, atribuído à doutora **Margarida Melo**, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigadora do Centro de Matemática da UC;
- O Grande Prémio BES Inovação 2009, atribuído aos doutores **Pedro Bizarro e Diogo Guerra**, professores auxiliares da Faculdade de Ciências e Tecnologia e investigadores do CISUC;
- A Grã-Cruz da Ordem de Mérito Cultural do Brasil atribuído ao doutor **Boaventura de Sousa Santos**, professor catedrático da Faculdade de Economia e Director do CES;

- O Prémio Agostinho da Silva, da Academia de Ciências de Lisboa, atribuído à doutora **Sara Araújo**, investigadora do CES;
- O Prémio Cidade de Coimbra e a distinção de Atleta Feminina do Ano 2009, da Federação Portuguesa de Canoagem, atribuído a **Beatriz Gomes**, professora assistente da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, campeã mundial de maratonas em canoagem;

Foi uma profunda reforma de organização e de procedimentos, a par de uma modificação muito sensível de hábitos e de mentalidades, foi a valoração progressiva do trabalho e do mérito transformados em referências de apreciação intersubjectiva e em critérios objectivos incontornáveis de progressão individual, tudo feito em muito pouco tempo mas sem atropelos nem rupturas, que, no seu conjunto, constituíram a **revolução tranquila**, suave mas determinada, em que todos temos participado e que todos temos protagonizado. Citarei as mudanças mais marcantes e mais visíveis que constituíram a causa e a razão do nosso bom desempenho:

- A compreensão da necessidade de assumirmos colectivamente a responsabilidade pelo sucesso da Universidade – porque não há Autonomia sem responsabilização – de cumprirmos as nossas obrigações com seriedade;
- A compreensão das vantagens individuais que retiramos pela boa saúde global da instituição a que pertencemos, pela adopção de estratégias institucionais unificadas, pela agregação de recursos em conjuntos de maior dimensão, pelo reforço do sentido institucional;
- A assimilação da necessidade da avaliação a todos os níveis: avaliação de desempenho individual de docentes e de não – docentes, avaliação de cursos, avaliação de centros e unidades de investigação, avaliação institucional;

- A assimilação da necessidade de abertura ao exterior, da dessacralização da instituição e dos seus membros, da necessidade de mostrar o que sabemos fazer, de competir com outros, de aprender com eles, de ir a jogo, de arriscar a perder para poder ganhar;
- A assimilação da necessidade de uma nova cultura de planeamento e de monitorização do desempenho, a valorização das actividades de gestão de acordo com critérios de objectividade, de eficiência, de eficácia e de inovação.

Das mais ligeiras às mais marcantes, todas as orientações que foram por mim propostas aos restantes órgãos de Governo e assumidas pela Universidade, radicam em um ou em vários dos aspectos que acima referi. E se algumas vezes se arrumaram na categoria das decisões que poderiam considerar-se impopulares, a experiência que retiro destes anos de Governo universitário é que as pessoas, os cidadãos, podem tirar individualmente partido e beneficiar do laxismo de uma administração incompetente, mas sempre estarão prontos a reconhecer e a apoiar as medidas de moralização, quando elas são universais, justas e devidamente explicadas.

E é o caminho da seriedade e da responsabilidade institucionais, o incentivo à angariação de novas receitas e a gestão eficiente de recursos, que nos dá conforto moral para reclamar regalias, quando elas são possíveis e legalmente enquadradas. Destaco, de entre as que estão hoje completamente adquiridas e consolidadas, as seguintes:

- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os estudantes não bolseiros com rendimento familiar *per capita* inferior a 620 euros por mês (cerca de mil estudantes beneficiam desta medida todos os anos);
- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os trabalhadores não-docentes da Universidade que frequentem um primeiro

- curso de licenciatura, ou outro com propina idêntica ao da licenciatura (cerca de trinta trabalhadores beneficiam desta medida todos os anos);
- a redução de propinas ao valor mínimo legal para todos os membros de um mesmo agregado familiar, à excepção do primeiro (cerca de trezentos estudantes beneficiam desta medida todos os anos);
  - a atribuição de bolsas de mérito equivalente à diferença entre a propina máxima e a mínima aos 500 melhores alunos da Universidade de Coimbra. Contas feitas, desde 2005 há, todos os anos, cerca de 1800 estudantes não bolseiros que pagam, em Coimbra, apenas a propina mínima;
  - a atribuição de prémios de desempenho por opção gestionária, aos funcionários mais bem classificados de cada serviço;
  - a mobilização de uma parte das margens líquidas de cada projecto de investigação ou de prestação de serviços especializados para a esfera de competência gestionária do investigador responsável, incluindo suplementos remuneratórios dos intervenientes, nos termos da lei e de regulamento próprio;
  - a extensão das regalias universitárias a todos quantos, não tendo uma relação contratual com a Universidade, contribuem com o seu trabalho para o bom desempenho pedagógico, científico e de prestação de serviços;
  - o financiamento directo da prática de actividades desportivas e culturais, o que, com a recente operacionalização do Estatuto de Estudante Atleta, permitiu triplicar desde 2008, o número de estudantes a praticar desporto universitário.

Trata-se de um notável conjunto de vantagens, algumas exclusivas, que têm um evidente sentido de inclusão social, de reconhecimento de mérito e de formação complementar e que representam igualmente um esforço global de cerca de dois milhões de euros por ano, tanto mais considerável quanto se iniciaram e subsistem num quadro orçamental extremamente desfavorável.



Só o caminho do incentivo à angariação de novas receitas e a gestão eficiente de recursos, tornou igualmente possível, perante um quadro de evidente redução de financiamento, a criação de novas Unidades Orgânicas e serviços, o acompanhamento de novas áreas de actividade, o lançamento de projectos inovadores, a adopção de novas formas de abordar o conhecimento, o reforço da interdisciplinaridade.

Refiro-me à criação de uma estratégia integrada para a transferência e a inovação, verdadeiro ecossistema da inovação, hoje consolidada no Programa **INOV\_C**, liderado pela UC e integrando 105 parceiros, tornado possível pela posição de abertura da Universidade à sociedade, em torno da expressão – Fazer Univer[sc]idade – no âmbito do qual se terão desenvolvido as acções mais marcantes destes últimos oito anos de Governo universitário e cujos principais vectores passaram pela:

- a aproximação ao tecido empresarial;
- o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo e inovação;
- a valorização do potencial científico e a prossecução de uma política de propriedade intelectual;

e que permitiu inverter, em tão pouco tempo, a percepção exterior da nossa Universidade, hoje considerada líder nesta área de actividade. Somos a Universidade do Instituto Pedro Nunes e do BIOCANT, a Universidade do BIOMED 3 e do INOV.C que é solicitada não apenas quando se trata de agraciar um Chefe de Estado estrangeiro mas também quando é necessário mostrar-lhe, como ainda recentemente aconteceu, os melhores índices mundiais de desempenho em matéria de transferência e de inovação.

Refiro-me à criação da **RedeUC**, Rede de antigos estudantes da Universidade de Coimbra, que tem permitido informar e mobilizar os seus actuais 22 000 membros, das actividades, e para as iniciativas, desenvolvidas pela Universidade. A Rede UC, em articulação com as Associações de

Antigos Estudantes de Coimbra, cujos dirigentes aqui presentes eu saúdo com amizade, co-financiou o Restauro da Torre, que hoje se apresenta do novo perante nós em todo o seu esplendor.

Refiro-me ao projecto **ED.UC** – Ensino a distancia da Universidade de Coimbra, que congrega as competências necessárias para a concepção e leccionação de cursos a distância e de *blended learning*, sobre uma plataforma de ensino própria da Universidade de Coimbra. O primeiro de vários que vão iniciar-se nos próximos meses, quero destacar o curso “Violência e Gestão de Conflitos na Escola”, numa iniciativa oportuna da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e do Ministério da Educação, com início no próximo dia 15 de Outubro, abrangendo um total de 275 professores em formação.

Refiro-me à criação do **SIIBUC** – Serviço Integrado de Informação Bibliográfica da UC, que permite uma gestão integrada das bibliotecas da UC, dá suporte ao repositório institucional do conhecimento científico “Estudo Geral” e ao repositório digital do livro antigo “Alma Mater”, e faz a articulação com a “b-on”, Biblioteca do Conhecimento Científico on-line.

Refiro-me à valorização das actividades de gestão de acordo com critérios de objectividade, de eficiência, de eficácia e de inovação, que tornou a Administração da Universidade uma referência em termos nacionais e internacionais, como tal reconhecida e chamada a participar em diversas acções de benchmarking internacional que a prestigiaram enormemente. A criação de um **Centro de Serviços Comuns**, actualmente em curso, resulta com naturalidade desta evolução e só é possível graças à convergência de entendimentos e ao estabelecimento de consensos que pressupõem uma cultura organizacional amadurecida, nomeadamente ao nível da capacidade para fazer subordinar os interesses individuais aos interesses institucionais.

Refiro-me à elaboração, compilação e/ou consolidação de um extenso conjunto de normas regulamentares, nas mais variadas vertentes da actividade, aplicáveis a toda a Universidade, que clarificam e regulam o actual quadro de funcionamento de acordo com a legislação entretanto produzida, e do qual destaco:

- Regulamento académico
- Regulamento pedagógico
- Regulamento de propinas
- Regulamento de prescrições
- Regulamento de prestação de serviços especializados
- Regulamento de identidade e imagem da UC
- Regulamento para o Repositório científico da UC
- Regulamento do Estudante Atleta
- Regulamento de Avaliação Docente

Refiro-me à criação do **Instituto de Investigação Interdisciplinar**, hoje unidade orgânica de ensino e investigação, que permitiu a agregação de todas as unidades de investigação, públicas e privadas da Universidade, a definição de estratégias comuns de apoio e desenvolvimentos das actividades de investigação e conta já com três programas de doutoramento em funcionamento.

Refiro-me ao **TUJE** – Tribunal Universitário Judicial Europeu e ao **ICNAS** – Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, novas unidades orgânicas de investigação, nascidas de ideias originais dos doutores Joaquim Gomes Canotilho e João Pedroso de Lima, dois nomes tutelares das ciências jurídicas e das ciências médicas básicas da nossa Universidade. Espero ter o prazer de vos convidar, antes do final do ano, para uma visita à principal Sala de Audiências do Tribunal, antiga Igreja do Colégio da Trindade, renascida das cinzas após vinte e dois anos de ruína e de abandono.

Refiro-me ao **Colégio das Artes** unidade orgânica que alarga a intervenção da Universidade de Coimbra ao campo da arte contemporânea, na sua relação com a arquitectura, com o cinema e com as artes performativas numa perspectiva transversal aos vários domínios do saber, contando já com dois programas de mestrado e um de doutoramento.

Refiro-me à criação da DITS – Divisão de Inovação e Transferências de Saber, da DIIC – Divisão de Identidade, Imagem e Comunicação, da DPGD – Divisão de Planeamento, Gestão e Desenvolvimento, da DAMC – Divisão de Avaliação e Melhoria Contínua, que com a DRI – Divisão de Relações Internacionais constituem o novo Centro de Serviços Especializados da Administração, bem como do GAI – Gabinete de Auditoria Interna a funcionar na dependência directa da Reitoria, todos eles **serviços que não existiam há poucos anos** e que visam responder a solicitações de uma realidade universitária em permanente mutação e cada vez mais exigente.

Refiro-me à prossecução do **Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade**, regularmente adaptado à evolução das necessidades e das possibilidades de financiamento, que conheceu importantes desenvolvimentos nos últimos dez anos, com 105 000 m2 de área construída, pese embora a desaceleração evidente do investimento público.

## **6. E agora? Que futuro para a UC?**

E o futuro? Como se poderiam perspectivar os anos que estão para vir na Universidade de Coimbra? Muito teria eu para dizer sobre esta matéria mas, para lá dos afloramentos que, aqui e ali, não consegui evitar, compreenda-se que não diga mais. A Universidade de Coimbra está sólida, vai ser chamada a fazer opções que hão-de determinar o seu futuro, nada do que eu disser agora deve condicionar essas opções.

Apenas um, o 145º da ordem dos reitores de que se guarda memória documental, de uma cadeia cuja origem remonta aos anos da fundação e cuja percepção e sentido histórico nos dá a exacta dimensão da nossa limitada contribuição, quero aqui deixar uma referência aos nomes dos Reitores que mais proximamente me antecederam no cargo e de cuja visão e acção mais directamente decorre o bom momento que a Universidade de Coimbra actualmente atravessa: e falo com saudosa reverência em Teixeira Ribeiro e em António Ferrer Correia; e falo com respeito e amizade em Rui de Alarcão e em Fernando Rebelo orgulhoso de ter contribuído para tornar realidade algumas das suas utopias e dos seus sonhos e desejoso de poder deixar para outros, pelo menos tantas ideias em marcha como as que encontrei daqueles a que tive a honra de suceder no cargo.

## **7. Agradecimentos**

Ao enumerar o conjunto de reflexões, de decisões e de factos que marcaram os últimos anos de governo universitário, não desejaria que a tendência natural para relevar o que é mais recente me fizesse cometer a injustiça de desvalorizar o que, estando mais consolidado, não é por isso menos nuclear para o bom desempenho da Universidade. Como não dar, nesta resenha, às Faculdades, o lugar de destaque que elas ocupam na concretização das actividades fim da Universidade? Como não reconhecer que o sucesso do preenchimento de 99,4% das vagas, na primeira fase de colocações, se fica a dever, em primeira mão, à correcta adequação pelas Faculdades da sua oferta educativa? Como esquecer as centenas de milhar de horas de trabalho por elas realizado para adequar os seus cursos a Bolonha e para promover a criação de tão elevado número de programas de pós-graduação, de mestrado e de doutoramento, actividade na qual é justo destacar este ano a Faculdade de Farmácia? E como não referir a capacidade que têm demonstrado em proporcionar aos seus membros as condições necessárias para a realização das suas actividades de docência,

de investigação e de transferência? Como passar ao lado das interessantes e inovadoras iniciativas que têm sido por elas lançadas e do empenho e dedicação dos seus Directores para colaborar nas iniciativas da Reitoria? Como não referir, em particular, a disponibilidade dos Directores das Faculdades que ainda têm autonomia administrativa e financeira, Medicina e Ciências e Tecnologia, Doutores Santos Rosa e João Gabriel, respectivamente, para, em conjunto, ajudar a resolver um sem número de problemas que se prendem com o desenvolvimento do importante projecto que é a criação do Centro de Serviços Comuns?

Estendo este abraço de reconhecido agradecimento a todos os Professores, estudantes e trabalhadores não docentes envolvidos em actividades de governo e de gestão, aos membros externos do Conselho Geral, ao Provedor do Estudante, à Senhora Administradora da Universidade e ao senhor Administrador dos SASUC, lembrando as difíceis condições em que assumiram funções de primeira linha de responsabilidade administrativa.

Agradeço por último àqueles a quem pedi a mais pesada contribuição, em trabalho e em responsabilidade, a Senhora e os Senhores Vice-Reitores, Doutores António Avelãs Nunes (até Dezembro de 2009), Cristina Robalo Cordeiro, António Gomes Martins e Henrique Madeira, a Senhora e os Senhores Pró-Reitores Doutores Raimundo Mendes da Silva, Pedro Ramos, José António Bandeirinha, Saraiva da Cunha (até Maio de 2010), Fernando Guerra e Margarida Mano, com quem partilhei tantos e tão intensos momentos de exaltação e de cumplicidade e a quem fico a dever incondicional ajuda e solidariedade, bem como a interpretação imaginativa e a concretização competente das responsabilidades que lhes foram atribuídas.

## **8. Epílogo**

E termino com um convite e uma história.

O convite, a preço módico: para o Concerto de Abertura Solene das Aulas, hoje à noite, às 21h 30 no TAGV, com a LUME – Lisbon Underground Music Ensemble.

A história: Na sessão de encerramento da Universidade de Verão, que este ano decorreu entre 18 e 23 de Julho com a participação de 400 alunos pré-universitários, na presença dos pais, dos quarenta monitores-estudantes universitários e de algumas dezenas de professores da Universidade, perante um auditório da Reitoria completamente cheio, o porta-voz do grupo de psicologia, um dos treze grupos disciplinares organizados para o efeito, Constantino Caetano, aluno da Escola Rafael Bordalo Pinheiro, das Caldas da Rainha recebeu uma estrondosa, prolongada e emocionada ovação quando, no final da sua intervenção de três minutos declarou o seguinte:

“Se nos perguntam, quando temos 10 anos, o que queremos ser quando formos grandes, respondemos: astronauta, bombeiro. Se nos fazem a mesma pergunta quando temos 15 anos, respondemos: médico, advogado, engenheiro. Hoje aqui, se fizermos a pergunta aos 400 jovens que participaram na Universidade de Verão, todos responderemos: Queremos ser estudantes da Universidade de Coimbra!”

Soube-se no sábado passado, o Constantino já começou a realizar o seu sonho. Entrou na Universidade de Coimbra. E com ele, mais outros três mil e cem novos alunos que uma vez mais quase esgotaram as vagas disponíveis. Iniciam o seu percurso universitário e juntam-se em mais uma geração, em mais uma camada de solo fértil, à comunidade de professores, estudantes e trabalhadores não docentes que os recebem de braços abertos e que tudo farão para os ajudar a construir o seu futuro e a cumprir o seu destino. Portugueses, brasileiros, ou nacionais de um dos cerca de sessenta Países que compõem a nossa academia, sejam bem vindos à Universidade de Coimbra. A todos os membros da nossa comunidade, novos,

actuais, antigos estudantes, professores ou trabalhadores não docentes, a todos desejo que o ano que agora se inicia possa corresponder às vossas expectativas e, porque não dizê-lo, às vossas ambições.

Vivam alto como a lua

E, como ela toda, brilhem sobre o lago.

Paço das Escolas, 15 de Setembro de 2010



#### **4. DISCURSOS DO DIA DA UNIVERSIDADE**

1 de março de 2004

1 de março de 2005

1 de março de 2006

1 de março de 2008

1 de março de 2009

1 de março de 2010

(Página deixada propositadamente em branco)

## **1 DE MARÇO DE 2004**

Estamos a dar início a uma cerimónia que marca a passagem de mais um aniversário da Universidade de Coimbra. No dia 1 de Março de 1290, há 714 anos portanto, o Rei D. Dinis dotava o Estudo Geral entretanto criado com cópia de doutores em todas as artes e o robustecia com muitos privilégios.

Este, é um traço diferenciador da nossa Universidade. A idade da instituição e sobretudo aquilo que soubemos fazer com ela e por ela ao longo dos muitos anos da sua história, faz do nome Universidade de Coimbra, sem dúvida, uma das mais conhecidas marcas portuguesas no estrangeiro, e a mais respeitada instituição portuguesa no domínio da educação e da cultura. Relativamente ao passado, no entanto, nada mais nos resta fazer senão respeitá-lo e merecê-lo. É no futuro que devemos focar a nossa atenção e os nossos esforços.

Quando há cerca de um ano iniciámos esta aventura, a de pegar na mais antiga Universidade Portuguesa para lhe acrescentar, ao lugar que ela nunca poderá deixar de ter no nosso passado, o lugar que ela não pode deixar de ter no nosso futuro, baseamos a nossa estratégia na abertura à sociedade. Dissemos da necessidade de a Universidade de Coimbra se assumir como instituição cidadã, atenta ao que se passa à sua volta e actuante sobre uma realidade que a enquadra, que lhe determina os passos, mas que é, por sua vez, por ela fortemente influenciada. E é por este caminho que temos procurado seguir.

Recordo a propósito o Protocolo celebrado em Julho com a Agência Portuguesa de Investimento, do qual decorreram já a realização em Coimbra da 3ª reunião do Fórum de Embaixadores, a sediação e realização em Coimbra do Alto Conselho para o Investimento Directo Estrangeiro, bem como a preparação de acções de formação com a intervenção directa, para já do IPN - Instituto Pedro Nunes e da Faculdade de Direito.

Recordo os inesquecíveis espectáculos do Pátio das Escolas em que a cidade se pôde reconciliar com o seu Palácio, usando-o para os fins a que ele se destina há quase 500 anos: o de trazer a cultura às pessoas e as pessoas à cultura.

Recordo ainda os Doutoramentos de José Carreras e de Gerd Heuss, propostos respectivamente pelas Faculdades de Medicina e de Ciências e Tecnologia, pelo que eles significam de um novo entendimento e abertura da mais alta condecoração atribuída pela Universidade não apenas a intelectuais, cientistas ou políticos, mas também agora a individualidades que se distinguiram pelas suas qualidades pessoais e que por elas se consagraram como importantes agentes de desenvolvimento económico e social.

Recordo finalmente a constituição do Gabinete de Apoio às Transferências de Saber, coordenado pelo Senhor Pró-Reitor Doutor Pedro Saraiva, bem como o conjunto de outras iniciativas já concluídas ou em curso (Regulamento da Propriedade Intelectual aprovado em Senado, Ciclo de Conferências Empreender Coimbra/2004, Grupo de São Marcos, Sabáticas em Contexto Empresarial, etc), que visam aproximar a Universidade e as Empresas e atenuar o fosso ainda existente entre estas duas realidades.

Mas não quero hoje falar-vos do que já conhecem, prefiro aproveitar a ocasião para vos trazer algumas novidades sobre aquilo que espero venha a ser uma primavera recheada de actividades e de iniciativas.

A Universidade está, a partir de hoje e durante seis dias, envolvida na sua Semana Cultural. Do respectivo programa, já largamente divulgado, este ano centrado num tema de grande actualidade – a cultura científica – quero destacar a participação de todos os sectores da Universidades – Faculdades, Institutos, Departamentos, Laboratórios, Bibliotecas, Museus – bem como de várias secções culturais e organismos autónomos da AAC, num conjunto de mais de cinquenta iniciativas que a transformam, em palavras que o Senhor Secretário de Estado teve a amabilidade de me dirigir, na mais completa e interessante iniciativa do género realizada este ano em Portugal.

Está já em discussão, no Senado, uma proposta da Reitoria que tem por objectivo a resolução de um problema antigo, mas lembrado com crescente intensidade pelos órgãos de controlo democrático do Estado e nomeadamente pelo Tribunal de Contas: o relacionamento institucional entre a Universidade e as unidades de investigação de natureza privada, e a mobilização de recursos públicos universitários nas actividades destas unidades. No âmbito desta proposta, a questão poderá ser ultrapassada sem rupturas nem descontinuidades, através da clarificação dos mecanismos de colaboração entre as partes, mutuamente aceites, e respectivas contrapartidas. No mesmo documento, consideram-se igualmente de uma forma abrangente e simples, e sem perda ou limitação da actual diversidade, todas as actividades de investigação e de prestação de serviços passíveis de contratação com o exterior.

Igualmente para discussão do Senado, agendado para a reunião da Secção de Planeamento a realizar amanhã, está uma proposta de constituição da Fundação para o Museu da Ciência, com envolvimento previsto da Universidade de Coimbra, da Câmara Municipal de Coimbra, do Ministério da Cultura, do Ministério da Ciência e do Ensino Superior e de entidades privadas. Posso, aliás, anunciar, que o Senhor Ministro da Cultura aceitou deslocar-se a Coimbra antes do final do mês, para

participar na cerimónia que marca o início da obra de reconversão do Laboratório Chimico para instalação da Prefiguração do Museu da Ciência. Este projecto, que pode ser uma das marcas de distinção da Universidade de Coimbra nos contextos nacional e internacional porque concretização prática da sua História, está finalmente, ao fim de vários anos de preparação, a sair do papel.

A recente celebração com a FCCN de um contrato para acesso à chamada Biblioteca Científica Digital, disponibiliza a todos os universitários os conteúdos de todas as publicações de seis das mais importantes editoras científicas mundiais e permite ainda reduzir significativamente as despesas de assinatura das revistas em suporte de papel. Trata-se de um projecto de grande potencialidade, que deve ser articulado com um outro igualmente em desenvolvimento sob a responsabilidade da Biblioteca Geral e do seu Director, Doutor Aníbal Pinto de Castro: o da implementação de um novo *software* de gestão bibliográfica ao qual deverão aderir, assim determinam o bom-senso e os princípios de gestão rigorosa dos recursos públicos, todas as bibliotecas da Universidade de Coimbra. No momento em que, após vintes anos de intenso e esforço em prol da Biblioteca Geral, o Doutor Aníbal Pinto de Castro se prepara para, a seu pedido, se ver substituído no cargo que ocupa, desejo expressar-lhe o meu reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu em circunstâncias difíceis e manifestar-lhe a alegria que foi a minha, também por ter sido a sua, de poder ainda ver concretizado um projecto pelo qual se bateu intensamente nos últimos anos. Esta ocasião será também a da nomeação de uma Comissão, coordenada pelo Senhor Vice-Reitor Doutor João Carlos Marques, que encarregarei de apoiar uma reflexão estratégica sobre a evolução das bibliotecas universitárias. Este trabalho deverá permitir transformar a realidade actual, caracterizada pela dispersão de recursos em muitas unidades demasiado pequenas, aumentando a eficiência do funcionamento e a qualidade dos serviços prestados.

Durante o mês de Março serão igualmente constituídas duas outras comissões:

- uma, coordenada pelo Senhor Vice-Reitor Doutor António Gomes Martins, para reflectir sobre o investimento, o funcionamento e a gestão do Estádio Universitário, propondo caminhos novos que, sem pôr em causa a propriedade do Estádio, a responsabilidade da Reitoria nesta matéria ou a missão de uma infraestrutura que existe, fundamentalmente, para servir os estudantes, permitam revitalizá-lo e introduzir os melhoramentos indispensáveis para que ele possa, numa base sustentável, prosseguir os seus objectivos. Espero poder contar, nesta comissão, com o Dr. João Roquette, Director do Estádio Universitário de Lisboa, cuja colaboração já solicitei, com o acordo do próprio, à Senhora Ministra da Ciência e do Ensino Superior;
- outra, sob minha coordenação e com a participação dos Senhores Pró-Reitores Raimundo Mendes da Silva e João Gouveia Monteiro, para preparar a nossa candidatura a Património da Humanidade. Após três meses de intenso trabalho de preparação e constituição de equipas, posso afirmar que este grupo contará com a participação, entre outros, do Arquitecto Victor Mestre e do Engenheiro Fernando Marques, este último por requisição ao IPPAR, a trabalhar connosco a partir de hoje. A coordenação científica da candidatura será assegurada por um conjunto de especialistas de que destaco, para já, os nomes de Helena Catarino, António Pimentel, Paulo Pereira, Adília Alarcão e Alexandre Alves Costa.

Por coincidência, também a partir de hoje e por um período de três meses, temos connosco, por requisição ao IAPMEI, a Dra. Rita Seabra que irá ajudar-nos a formatar um Gabinete de Comunicação e Imagem, com vista a valorizar a presença e a intensa actividade da Universidade e das suas Faculdades junto do público. Recordo-vos que só há cerca de seis meses foram protegidos o nome e o símbolo da Universidade de quem

quisesse utilizá-los para fins comerciais. Numa sociedade dominada pela imagem e pela comunicação, é essencial, até para nós próprios e para o reforço da estima que temos que ter pelo que somos e pelo que fazemos, sermos capaz de transmitir a mensagem da nossa presença e da nossa qualidade. Temos tudo o que precisamos para isso, faltava-nos a ferramenta que agora vai ser preparada.

O Palácio de São Marcos tem igualmente merecido a nossa atenção. Todos sabemos que é necessário fazer alguma coisa para lhe dar maior utilidade, aumentando as receitas e evitando a degradação física que se acentua a cada ano que passa. Poucos sabemos, no entanto, que o Palácio não pertence à Universidade. É propriedade do Estado, que o cedeu à Universidade por Auto de Cessão datado de 1980, com uma cláusula que limita a sua utilização a fins culturais e científicos e uma outra que prevê a reversão para o Estado se aqueles limites não forem respeitados. Com vista a ultrapassar esta dificuldade, solicitei à Senhora Ministra das Finanças uma alteração dos termos do Auto de Cessão, que nos permita dar uma utilização mais ampla ao Palácio, sempre no quadro dos objetivos e da missão da Universidade, estatutariamente consagrados. Estou em crer que a resposta será favorável.

O desenvolvimento físico da Universidade processa-se de acordo com as expectativas. A Residência 2 do Pólo II, com 168 camas e uma Sala Universia entrou em funcionamento em Outubro, o edifício central da FCTUC e a sub-unidade 1 da Faculdade de Medicina estão igualmente quase concluídos. Esperamos poder abrir, este mês, o Snack-Bar do Estádio Universitário e o Centro Cultural da Casa de Pedra. O concurso para construção da Biblioteca do Pólo das Ciências da Saúde fechará no início de Abril. O concurso para construção da Faculdade de Farmácia será lançado em Março. O pedido de abertura de concurso para construção do Restaurante do mesmo Pólo será enviado esta semana para a DGES. Idêntico pedido referente à Residência já está preparado, e será enviado para



Lisboa logo que haja resposta ao anterior. Conto que seja possível iniciar as quatro obras este ano, como planeado, assim como a obra do CTNAS. Esperamos esta semana o visto do Tribunal de Contas para o projecto da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. No dia 1 de Abril decorrerá o Acto Público do concurso do projecto da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física. Nesta matéria, como em tantas outras, a concretização de cada projecto depende do somatório de um sem número de pequenas vitórias, de pareceres, de controlos, de editais, de prazos, de audiências prévias, de recursos, de despachos, de vistos, de autorizações. Não sabe do que fala, quem confunde autonomia universitária com déficit de controlo do Estado.

Concretizou-se a reorganização dos Serviços da Estrutura Central da Universidade, transformando-se uma estrutura com cerca de trinta anos numa outra que garante uma gestão profissional de todos os Serviços e liberta a equipa reitoral para as tarefas de direcção estratégica e política da Universidade. A fusão de dez quadros de pessoal num só, com redução de 12,5% de lugares e elevação do nível habilitacional médio, evidencia bem os critérios de exigência e eficiência que se procuraram aplicar. A nova estrutura serve de suporte à extensão, já em fase adiantada a todos os Serviços e dentro em breve também às Faculdades, do sistema de gestão da qualidade, certificada em Abril de 2003 nas áreas financeira e de pessoal, tendo em vista melhorar a articulação das diversas estruturas administrativas, e aumentar a eficiência e a qualidade global do sistema administrativo.

Está em curso o projecto do Campus Virtual, que deverá mudar substancialmente a maneira de trabalhar nas áreas pedagógica e académica na Universidade de Coimbra. Pretende-se não só disponibilizar uma infraestrutura de internet sem fios em toda a Universidade mas, tão ou mais relevante, tornar acessível através da rede um conjunto vasto de conteúdos e serviços, tanto de apoio ao ensino como de apoio à relação de docentes e alunos com as estruturas de gestão académica. Sumários e textos de

apoio são apenas a ponta do iceberg do conjunto de itens a disponibilizar, criando novas facilidades à frequência dos cursos com aproveitamento pelos estudantes, como também novas obrigações a docentes e não docentes. É o caminho da modernidade e da afirmação da Universidade de Coimbra, que os estudantes aguardam com optimismo e compreensível expectativa, a da implementação de um sistema de qualidade pedagógica, que se espera poder vir a lançar já no próximo ano lectivo em dois ou três cursos de licenciatura, com o apoio dos Senhores Vice-Reitores Doutora Cristina Robalo Cordeiro e Doutor António Gomes Martins e dos Pró-Reitores Doutores Pedro Saraiva e José Manuel Silva.

No campo da formação, saúdo os esforços de todas as Faculdades para diversificar as respectivas ofertas educativas, e permito-me destacar a resoluta e esclarecida atitude das Faculdades de Letras e de Ciências e Tecnologia, que compreenderam o esgotamento do modelo baseado na formação de professores e começaram a preparar, como se impunha, percursos de formação alternativos. Neste contexto, vejo igualmente com entusiasmo a proposta de criação na Faculdade de Letras de um Centro de Línguas, que a Senhora Vice-Reitora Doutora Cristina Robalo Cordeiro tem contribuído para concretizar.

Após vários anos de desresponsabilização e de mera perda de tempo, é agora evidente que o Governo não pode deixar de tomar um papel de liderança no processo de criação do Espaço Europeu do Ensino Superior. E a menos que ele dê um impulso determinante a esta discussão e mostre uma capacidade de iniciativa que não tem tido, para organizar o nosso próprio sistema e permitir que ele responda – o que ainda não acontece – aos objectivos que procuramos a nível europeu, corremos o risco de que a Declaração de Bolonha não represente, em Portugal, mais do que uma reforma superficial, feita à última hora, e passando ao lado do essencial. São, neste contexto, de valorizar, os esforços que temos feito para esclarecer, informar e criar opinião universitária, sendo de destacar as iniciativas de vários cursos e Faculdades (Medicina Dentária, Direito, Letras, Engenharias, etc.)

Vivemos, indiscutivelmente, uma conjuntura de mudança. A multiplicidade de projectos em curso, por iniciativa da Reitoria ou das Faculdades, é o espelho de uma velha Universidade jovem, viva e dinâmica, que se afirma pela qualidade das actividades de formação, investigação e de prestação de serviços, mas também como instituição de referência nos domínios da cultura e da cidadania, que se faz parte da cidade, da região e do País e com eles pretende colaborar na concretização das urgentes reformas que a sociedade reclama. Por outro lado, as principais leis de enquadramento da organização e funcionamento das Universidades estão a ser substituídas, induzindo a necessidade de procedermos a alterações aos Estatutos da Universidade e Regulamentos das Faculdades, num processo de reforma institucional que será acompanhado pelo Senhor Vice-Reitor Doutor António Avelãs Nunes. Os próximos dois anos serão intensos e únicos: qual será a composição e competências dos órgãos de governo, quais serão os órgãos de governo, de que forma faremos intervir neles o sentir da sociedade, como se organizarão internamente as Faculdades, e quais Faculdades, como arrumaremos os saberes, os actuais ou também outros? Este é o tempo em que todas as perguntas são legítimas, porque todas as respostas são possíveis.

Espírito democrático, respeito pela opinião dos outros e pelas competências dos órgãos, cuidada preparação das reuniões e dos documentos postos à discussão, bom-senso e sobretudo trabalho. Sempre e muito. Só vos sei prometer trabalho. Mas é essa a chave do sucesso.

Parabéns aos docentes, estudantes e funcionários que fazem todos os dias a Universidade de Coimbra.

Parabéns à Universidade de Coimbra.

Auditório da Reitoria, 1 de Março de 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

**1 DE MARÇO DE 2005**

SENHORES VICE-REITORES

SENHORES PRÓ-REITORES

CAROS MEMBROS DO JÚRI DO PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2005

E DO PRÉMIO BLUEPHARMA/UC

ILUSTRES PREMIADOS E HOMENAGEADOS

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS

SENHORES PROFESSORES

SENHORES FUNCIONÁRIOS

CAROS ESTUDANTES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Quando o peso dos anos se lhes torna insuportável, é habitual aos aniversariantes o recurso a todo o tipo de estratégias que lhes permitam contornar a inevitável questão de saber quantos são. Não é de todo o que se passa com esta velha senhora, sempre jovem, orgulhosa de mostrar a sua certidão de nascimento sob a forma de documento régio dionisino e por ela ostentar a propecta idade de 715 anos, hoje mesmo completados. O elixir da sua eterna juventude somos nós, sucessivas gerações de docentes, estudantes e funcionários que, ao renovar-se, a renovam. Velha que seja, é tão jovem quanto nós conseguirmos sê-lo. Em família poderemos dizer que se faz jovem à nossa custa e nós, ao torná-la jovem, fazemo-nos velhos por ela. Dirijo-me neste momento a todos quantos, docentes e funcionários, vão hoje receber uma justíssima homenagem por ocasião

da sua aposentação ou jubilação. Queiram juntar, à gratificante sensação do dever cumprido, máxima recompensa de um dia, ou de uma vida, de trabalho honesto, uma palavra de agradecimento da Universidade de Coimbra e do seu Reitor.

Imediatamente após estas minhas palavras, procederemos à entrega formal do *Prémio Universidade de Coimbra/2005*, integralmente patrocinado pelo Banco Santander Totta, destinado a galardoar pessoas de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Nesta segunda edição, o Júri do Prémio, a que tive a honra de presidir, entendeu distinguir *ex-aequo* António Hespanha e Luís Miguel Cintra.

Durante 37 anos de actividade universitária contínua – com as breves interrupções dos momentos em que foi Director-Geral do Ensino Superior e Presidente da Comissão dos Descobrimentos – António Manuel Hespanha dirigiu mais de 20 teses de doutoramento e de mestrado, participou em mais de 70 júris de provas académicas, coordenou inúmeros projectos de investigação, organizou redes académicas internacionais, leccionou em instituições como a Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Direito e iniciou a sua carreira; a Universidade de Lisboa; o Max-Planck-Institut, em Frankfurt; a Universidade de Ciências Sociais, em Toulouse; a Universidade da Califórnia, em Berkeley; a École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris; a Universidade Pablo de Olavide, em Sevilha; a Faculdade de Ciências Políticas, em Messina; a Universidade Autónoma de Madrid; a Universidade de Yale; a Universidade de Macau; a Universidade Nova de Lisboa, de cuja Faculdade de Direito é actualmente Professor Catedrático.

A sua notoriedade interna e externa deve-se ao notável conjunto de obras publicadas e traduzidas de que é justo citar, entre muitas outras, a sua dissertação de doutoramento, internacionalmente considerada como

uma obra de referência para o estudo do sistema político do Antigo Regime, o seu “Panorama histórico da cultura jurídica europeia”; o volume IV, sobre o Antigo Regime, da *História de Portugal*, dirigida por José Matoso; o volume II da *História Militar de Portugal*, dirigida pelo General Themudo Barata e pelo Doutor Nuno Severiano Teixeira.

O enorme prestígio de que goza António Hespanha como historiador do sistema político do Antigo Regime e como historiador do Direito tem naturalmente reforçado a sua circulação internacional como conferencista e como Professor. É, actualmente, o mais citado dos historiadores portugueses activos nos índices internacionais de referência.

Luís Miguel Cintra é uma personalidade com um talento fértil e multifacetado de actor de teatro e cinema e de encenador de teatro e ópera, que soube pôr esse talento inovador ao serviço da comunidade, com inextinguível constância e coerência.

Actor há 37 anos, encenador há 35, mas também, por vezes, com a mesma excelência, figurinista, cenógrafo e desenhador de luzes, nunca transigiu na mais exigente procura da qualidade e tornou-se, também pelas suas posições cívicas, uma referência decisiva para várias gerações de criadores. A companhia que dirige desde 1973, o Teatro da Cornucópia, renovou profundamente o teatro feito em Portugal. Para todos os seus 94 espectáculos Luís Miguel Cintra fez dramaturgias sólidas e estimulantes e elaborou extensos programas, escrevendo textos que testemunham a profundidade do labor intelectual neles envolvido.

Alguns dos seus espectáculos de teatro foram apresentados e aclamados no estrangeiro: na Bienal de Veneza, no Festival de Avignon, no Festival de Outono em Paris, na Europália em Bruxelas, na “École des Maîtres”, em Itália. Na ópera, foi encenador de obras de Purcell, Haydn, Mozart, Cherubini, Ravel, Walton, Martinu e Henze. No cinema, foi actor princi-

pal em 50 filmes de realizadores como Manoel de Oliveira, João César Monteiro, Paulo Rocha, João Botelho, Jorge Silva Melo, Christine Laurent, John Malkovitch e Pedro Costa, muitos deles seleccionados e premiados em grandes festivais europeus.

Em 1995 foi homenageado no Théâtre de l'Odéon, em Paris. Em 1998 foi nomeado membro, a título individual, da União dos Teatros da Europa. Nesse mesmo ano recebeu o grau de Grande Oficial da Ordem de Sant'Iago de Espada e, em 2004, o grau de Grande Oficial das Artes e Letras do Estado Francês.

Ao receberem este Prémio, juntando-se ao galardoadado da edição de 2004, o eminente neurocientista Fernando Lopes da Silva, António Hespánha e Luís Miguel Cintra dão-nos o exemplo que queremos seguir e emprestam um pouco do seu prestígio à Universidade de Coimbra. Bem hajam por isso.

No alinhamento da cerimónia de hoje, teremos de seguida a entrega ao Doutor Rui Manuel de Medeiros Melo Silva do *Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra*, que distingue uma Tese de doutoramento defendida numa Universidade portuguesa em domínios de ciências da saúde e cujo júri foi presidido pelo Prof. Doutor Manuel Antunes.

Após a já anunciada homenagem aos docentes e funcionários recentemente aposentados ou jubilados, faremos igualmente a entrega dos diplomas de doutoramento concluídos em 2004 na nossa Universidade, num momento que representa o alto significado que atribuímos à formação pós-graduada e que releva a crescente importância relativa que ela tem entre nós. Seguir-se-á a entrega das 40 Bolsas de Mérito aos nossos melhores alunos de licenciatura durante o ano lectivo transacto. São estudantes exemplares que merecem o nosso aplauso. Por eles damos o nosso melhor e neles depositamos a nossa esperança.



Finalmente, assistiremos à apresentação do segundo número da nova série da *Via Latina*, título académico dos mais prestigiados, em mais uma interessante iniciativa da Secção de Jornalismo da AAC.

Esta cerimónia insere-se na *VII Semana Cultural da Universidade de Coimbra*, desta vez centrada sobre o tema “Abraço Lusófono” e em boa medida construída à volta da obra do eminente antropólogo social angolano Ruy Duarte de Carvalho, cuja presença quero saudar penhoradamente.

Chamo, desde já, a vossa atenção, para o conjunto de mais de 50 iniciativas culturais que teremos, a partir de ontem e durante seis dias, à nossa disposição, e convido-vos, em particular, a assistir à estreia da peça “Vou lá visitar pastores” com texto original de Ruy Duarte de Carvalho, encenação de Manuel Wiborg e co-produção de Actores Produtores Associados e Culturgest, em espectáculo que a Universidade oferece à cidade por ocasião do seu aniversário. Hoje à noite no TAGV.

Quero relevar a abertura ao exterior da Semana Cultural, que a VII edição nos proporciona pela primeira vez com esta intensidade, através da participação da Cena Lusófona, da Escola da Noite, do Marionete, do Camaleão, do Centro de Artes Visuais, da Casa Lusófona e de Associações de Estudantes de Países da CPLP.

Quero agradecer a colaboração empenhada das Faculdades, Institutos, Departamentos, Laboratórios, Bibliotecas, Museus e Serviços, bem como da Casa de Pessoal da Universidade e de várias secções e organismos da AAC. É igualmente justo referir os patrocínios e apoios da Caixa Geral de Depósitos, da Fundação Calouste Gulbenkian, Programa Lusitânia (Instituto Camões, FCT e GRICES), da Odebrecht, da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, do Jornal de Notícias, da Câmara Municipal de Coimbra, do Diário de Coimbra e do Hotel Astória, sem os quais não teria sido possível a sua realização.

Reunimo-nos, portanto, para celebrar em festa a juventude, a renovação e a mudança, que caracteriza a Universidade de Coimbra no dia em que celebra o seu 715º aniversário, num momento de alternância política que decorre do resultado das recentes eleições legislativas e que é ele próprio fundamento de uma sempre renovada esperança, início de uma nova etapa da nossa caminhada colectiva.

A Universidade de Coimbra não tem perdido oportunidades para divulgar as suas posições críticas sobre as orientações governamentais em matéria de Ensino Superior. Publicou extensos comentários sobre as propostas de Lei de Bases da Educação e de Lei de Autonomia; propôs alternativas para os pontos mais polémicos da actual Lei do Financiamento; tomou posição sobre a anunciada criação de novas universidades; alertou para os riscos de uma concorrência sem regulação entre as instituições existentes; chamou a atenção para a absoluta necessidade de racionalizar o sistema e de introduzir diversidade entre a missão das universidades e dos politécnicos; apelou à clarificação do conceito de autonomia universitária. No entanto, por muitas divergências que tenha sobre os caminhos que vêm sendo seguidos, e por mais profundas que considere as reformas necessárias, não aconselharia o novo Governo a repetir o erro do anterior, publicitando um pacote legislativo completo. A sagesa de uma sociedade também está na capacidade de aplicar judiciosamente a lei, em vez de a tentar substituir sempre que muda um Governo ou uma maioria. Em condições idênticas e pelas mesmas razões, também os Reitores espanhóis pediram há cerca de um ano ao Governo então empossado que introduzisse apenas alterações pontuais no enquadramento jurídico do ensino superior: pior do que uma má lei, são várias más leis que se sucedem ao ritmo das legislaturas, por vezes incompletas. O significado destas minhas palavras será mais bem compreendido se eu disser, que, estando na Reitoria desde 1998, o próximo ministro da tutela será o sétimo com quem terei o prazer de trabalhar.

A atitude tem que ser diferente. O tempo não autoriza novos desaires. Para se ser eficaz é preciso ser pragmático. Pequenas alterações cirúrgicas da lei serão, nesta fase, suficientes, e muito mais fáceis de concretizar. Definir objectivos e ir resolvendo questões concretas, umas atrás das outras, de acordo com o rumo traçado, até que um conjunto consistente de problemas resolvidos de uma forma coerente tenha o significado e a dimensão da uma grande reforma, eis, em termos gerais, a abordagem que eu penso poder conduzir-nos aos resultados pretendidos.

Quanto ao conteúdo das reformas necessárias, entendo que o novo Governo não deverá deixar de procurar atingir, entre muitos outros, os seguintes dez objectivos:

1º – Caminhar com determinação para a racionalização do sistema, através da criação de incentivos de financiamento que promovam a aproximação ou mesmo a fusão das instituições de ensino superior públicas existentes;

2º – Encontrar um entendimento inteligível e diferenciado sobre a missão e objectivos do ensino universitário e do ensino politécnico – o primeiro baseado na produção de conhecimentos e o segundo na prática profissional especializada. As definições actuais, constantes do artigo 11º da Lei de Bases do Sistema Educativo – dois arranjos distintos das mesmas palavras – não dignificam o Governo que as propôs, nem a Assembleia da República que as aprovou, nem o País, que é o nosso, onde tudo isto se passa;

3º – Redefinir os princípios metodológicos do trabalho a realizar no âmbito do processo de Bolonha. Os relatórios elaborados pelos 23 especialistas nomeados pela Ministra Maria da Graça Carvalho podem constituir um ponto de partida para uma discussão que deverá esclarecer, antes do número de anos do curso, os conteúdos programáticos essenciais, os métodos de ensino e as práticas de aprendizagem a adoptar. É igualmente indispensável e urgente que o Governo esclareça as suas intenções em matéria de financiamento. Enquanto o não fizer, a discussão será permanentemente inquinada por pressupostos de natureza económica, alheios à dimensão estritamente pedagógica e científica que a deveria conduzir e fundamentar.

4º – Reduzir significativamente as cerca de 1800 designações dos cursos de licenciatura actualmente oferecidos. Este número exageradíssimo aumenta a confusão no sector, dificulta a escolha e revela uma orientação exactamente contrária ao princípio da formação de banda larga para o primeiro diploma, que o bom-senso aconselha e Bolonha preconiza;

5º – Encontrar uma definição esclarecedora do conceito de autonomia universitária, compatível com o significado do preceito constitucional que a enquadra e adequada à prossecução da missão da Universidade. A Universidade reclama a adopção do conceito de administração autónoma do Estado ou, pelo menos, dos preceitos de autonomia reforçada considerados no Decreto-Lei 292/97 do saudoso Ministro das Finanças e professor universitário António Sousa Franco;

6º – Rever o processo de financiamento das instituições, adaptando-o à actual situação de depressão demográfica, com a condição de impor ao Estado o dever de adoptar uma fórmula estabilizada e credível, como ela já foi com a anterior Lei, e de a cumprir com seriedade, o que nunca aconteceu;

7º – Diminuir a comparticipação das famílias no financiamento do ensino superior e substituí-la por transferências efectivas do Orçamento de Estado, como forma de incentivar o acesso de um maior número de jovens a este grau de ensino, no quadro de uma política inclusiva de formação generalizada da população, essencial ao desenvolvimento económico do País e ao bem-estar dos portugueses;

8º – Aceitar o princípio de que compete aos órgãos centrais do Estado (Governo ou Assembleia da República) a definição do montante das propinas e revogar a obrigatoriedade da sua fixação anual;

9º – Adoptar um sistema de apoio social que garanta efectivamente, e não apenas no plano do discurso, que nenhum estudante ficará de fora por razões económicas. É indispensável proceder à revisão dos escalões para atribuição das bolsas de estudo aos estudantes carenciados, de forma a transferir para os primeiros escalões os estudantes que agora se concentram no último. Actualmente, um estudante só acede ao 1º escalão das bolsas se pertencer a um agregado familiar com rendimento de 2,7 euros por pessoa e por dia (por exemplo, uma família com cinco pessoas e um rendimento equivalente a um único salário mínimo). É igualmente indispensável incorporar o factor “estudante deslocado” no cálculo da capitação para efeito da atribuição de bolsa.

10º – Inscrever no Orçamento rectificativo para 2005 uma dotação adicional para suporte de uma política de inovação assente na aproximação entre as Universidades e as empresas, na formação cruzada e requalificação de quadros, no incentivo à investigação e ao desenvolvimento de novos produtos, na captação de estudantes, no apoio ao registo de patentes e à defesa da propriedade intelectual, no estímulo ao empreendedorismo.

Entretanto, é-nos grato verificar – e assim dar público relevo às coisas boas com a mesma objectividade com que por vezes criticamos as más – o significativo investimento que o Estado tem feito, nos últimos anos, na Universidade de Coimbra, que permitiu atingir um ritmo de construção de novas instalações de Faculdades e Serviços como em nenhuma outra ocasião da nossa longa história. Se esse esforço de investimento se mantiver o tempo necessário, como prometido (e não reclamamos senão o equivalente à importância relativa da Universidade de Coimbra no contexto das instituições públicas de ensino superior) o atraso relativo em que ainda nos encontramos poderá ser recuperado até ao final da década.

Mas na recta final do terceiro quadro comunitário, que a Universidade de Coimbra está a saber aproveitar como nenhum dos anteriores, o momento é sobretudo o de olhar para a frente. Se interpretamos bem as indicações que nos chegam de Bruxelas, a intenção é a de privilegiar no futuro o *software*, relativamente ao *hardware*, os recursos humanos relativamente aos recursos físicos, o Fundo Social Europeu relativamente ao FEDER. Esta situação, aliada à ideia-chave do programa do futuro Governo de basear na tecnologia e na inovação o êxito de uma nova política de desenvolvimento, e à promessa de duplicar em quatro anos o investimento em ciência, tecnologia e inovação, dá-nos a ideia do imenso desafio colocado às Universidades que se queiram assumir como pilares dessa nova política.

Quanto à Universidade de Coimbra, com as suas unidades de investigação e de prestação de serviços especializados, com a orientação

definida e em permanente concretização de aproximação ao mundo das empresas, de incentivo ao empreendedorismo e às transferências de saberes, há muito mostrou que sabe ser inovadora nesta matéria e que está preparada para corresponder. Espera-se que o Estado saiba dar valor às unidades competentes de que dispõe, e não volte a basear o enorme esforço de formação que tem pela frente, como fez no passado, em ‘chafaricas’ sem estruturas nem qualidade, que se criam e desfazem em função da dança dos subsídios, à mercê dos conhecimentos pessoais ou das proximidades políticas. É preciso que a nova vaga de formação seja encarada com muita seriedade. Dela se pretende muito mais do que assistência social aos desempregados. Economistas de todos os quadrantes alertam-nos para que o País não terá mais de dez anos para fazer as reformas necessárias. Se aceitarmos que as reformas na educação demoram pelo menos vinte anos a produzir efeito, isto significa que já estamos dez anos atrasados. Não há tempo a perder.

No momento de viragem política que vivemos, penso ser oportuno reafirmar que só uma administração pública forte, competente e honesta garante as condições para a prosperidade e o desenvolvimento económico assente sobre a concorrência e os valores do mercado. É necessário que a reforma da administração pública se faça sem a deixar demasiado vulnerável. Um Estado fraco e uma administração pública mal municiada são ingredientes típicos de um atalho que conduz à delapidação dos recursos públicos, à instalação de uma cultura própria de um País das Bananas e a um regresso rápido ao terceiro mundo. Infelizmente, não nos faltam exemplos recentes nesta matéria.

Igualmente reafirmo a minha confiança na escola pública, inclusiva, pilar de um estado democrático, casa de cultura e de formação de cidadãos livres, indiferente à cor da pele, ao credo religioso, às inclinações ideológicas ou políticas, às possibilidades económicas, e que a todos proporciona os conhecimentos adequados ao desabrochar das respecti-

vas personalidades, unicamente em função das capacidades intelectuais e dos interesses e características de cada um, necessários à sua realização pessoal e profissional, como indivíduo e como membro da sociedade organizada de que faz parte.

Afirmo, pois, que a Escola Pública é melhor. Mas esta afirmação não pode ser entendida como um axioma de uma qualquer teologia. Não se trata de matéria de fé, mas apenas, e não é pouco, de afirmar uma convicção. Por outras palavras, para mim, a Escola Pública não é melhor por definição. Também não me satisfaz o *slogan* do Sindicato a que pertenço, “A Escola Pública é melhor porque é de todos nós”. Tantas coisas são de todos nós e não são melhores por isso.

A verdade é que a Escola Pública, como os hospitais e centros de saúde públicos, como os transportes públicos, como de uma forma geral os serviços públicos, não têm que ser melhores e, em alguns casos, efectivamente, não o são. A ideia de privatizar encontra, aliás, nesta realidade (tantas vezes forjada) a sua justificação. Dizer então que a Escola Pública é melhor significa apenas que entendemos que ela pode ser melhor, que tem condições para ser melhor. Mas só o será efectivamente se quem acredita nela assim a fizer. Declará-la melhor é apenas o início do percurso, e não o fim, e a assumpção de uma tremenda responsabilidade para todos quantos a integramos: a de gerir criteriosamente os recursos públicos, a de garantir a qualidade do que produzimos, a de não sobrepor, por esta ordem, os interesses individuais aos do corpo, aos da instituição, aos da comunidade. Decorre daqui o maior conflito ético que os eleitos universitários frequentemente enfrentam, e para o qual os estudantes estão, compreensivelmente, menos preparados: é preciso que todos os eleitos, mesmo aqueles que o são pelo corpo a que pertencem, assumam o compromisso de defender os interesses da instituição no seu conjunto e de tentar interpretar os interesses dos dez milhões de cidadãos que a financiam e pelos quais se justifica.

## MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Procurando passar em revista, em conjunto com a Senhora e os Senhores Vice-Reitores, os Senhores Pró-Reitores, a Senhora e os Senhores Administradores, os principais processos que marcaram o último ano da nossa actividade ou que se encontram actualmente no centro das nossas preocupações, deparei-me com uma lista com cerca de centena e meia de entradas. Após uma selecção criteriosa das iniciativas mais importantes, compreendi que não haveria forma de as referir com um mínimo de inteligibilidade sem ser demasiado maçador.

Do Fundo de Investimento à Assembleia Geral do *Coimbra Group*, da candidatura ao Rótulo de Qualidade ECTS até à biblioteca científica b-on, da certificação pedagógica de cursos até ao Fundo de Apoio Social ao Estudante ou à criação de bolsas de mérito, da aplicação SAP/Recursos Financeiros e Recursos Humanos e sua extensão às Faculdades, da criação do Gabinete de Comunicação e Identidade até à Menção Honrosa do Prémio do IPQ para o Sistema de Gestão da Qualidade, do Plano de Desenvolvimento do Estádio Universitário até à atribuição anual de 10 Bolsas de Doutoramento, da criação dos Gabinetes de Auditoria e de Qualidade até ao lançamento de Programas de Apoio à Investigação, da criação de um Centro de Emprego para recém-licenciados até à Candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, do Arquivo Automático, do estudo para a racionalização das Bibliotecas, do Projecto LINK, da candidatura ao PQTUR, ou do apoio ao desenvolvimento do Sistema de Gestão da Qualidade da Faculdade de Farmácia, da criação da Fundação “Museu da Ciência” até à construção do Centro Cultural Casa de Pedra, da *Rua Larga* até à preparação de Planos de Emergência para os edifícios universitários, do Centro de Educação Ambiental da Mata do Jardim Botânico, do Plano de Reciclagem de papel e outros consumíveis, da criação e gestão do portfólio de patentes, do *Prémio Universidade de Coimbra / API* até ao concurso anual de ideias de negócios, dos Colóquios



de Outono, da *Agenda Cultural*, do primeiro curso de empreendedorismo de base tecnológica realizado numa Universidade portuguesa, até aos novos edifícios do Pólo das Ciências da Saúde, da Casa das Caldeiras até ao Fundo de capital semente para a criação de novas empresas por alunos ou ex-alunos, das licenças sabáticas e estágios de doutoramento em realidade empresarial até ao Prémio “Coimbra, Inovação e Excelência” ou aos projectos técnicos da Faculdade de Psicologia e da Faculdade de Ciências do Desporto.

De todas as iniciativas que foram apenas enunciadas e de todas as restantes que já não cabem, neste momento, no limite da vossa paciência, retirar-se-á com facilidade o fio condutor da nossa acção, pelo qual os passos se vão tornando caminho, os degraus se vão fazendo escada, e um conjunto de acções se transforma num corpo coerente e homogéneo. A linha que seguimos, a orientação que demos ao nosso trabalho resume-se em poucas palavras: pegar na velha Universidade e preparar, sem rupturas nem descontinuidades, as bases de uma nova Universidade. Uma e outra, uma da outra, uma na outra, são a nossa Universidade de Coimbra.

Como um veleiro, que precisa de lastro estabilizador e de velas que o propulsionem, assim a Universidade de Coimbra encontrará na velha universidade o seu lastro e na nova as suas velas.

Como outros o fizeram antes – e quero aqui destacar a presença amiga e reconfortante do Reitor Fernando Rebelo e transmitir-vos a saudação do Reitor Rui de Alarcão que não pôde estar presente por imponderáveis de última hora – como outros o fizeram antes, dizia, é preciso desatar os nós que cada época aperta, é preciso tomar as decisões que cada momento exige. Quebrar os atavismos e tradicionais constrangimentos de uma Universidade clássica; mostrar como as suas características próprias, aquilo que a faz diferente das outras, única no plano nacional e prestigiada

como poucas a nível internacional – factores que até aqui quase sempre têm servido para a ligar ao passado – podem ser utilizados como critério de futuro e de desenvolvimento; provar que, organizada em torno dos seus centros de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispondo-se, sem preconceitos, a aprender com eles tanto quanto se propõe ensinar-lhes, ela se pode constituir como grande instituição de progresso e de modernidade. Eis, em síntese, o desafio que o nosso tempo nos preparou. O charme do antigo a produzir contemporaneidade.

E o caminho não pode ser outro. O tempo em que, únicos, nos bastava reclamar apoios, já lá vai. Estalar os dedos já não basta para que o poder político acorra, solícito, em nossa ajuda e não raro temos caído na tentação, de todo ineficaz, de invocar razões do passado à falta de projectos de futuro. Há muito que o conhecimento deixou de estar exclusivamente em Coimbra. E com ele generalizou-se a capacidade de intervenção e o poder de convencimento e de decisão. Necessariamente, Coimbra já não determina como no passado. E mal seria se assim não fosse. Em vez de lamentar esta perda de influência, não temos senão que estar imensamente orgulhosos de ter contribuído, directa ou indirectamente, para a criação e desenvolvimento de todas as outras universidades portuguesas, para a democratização do saber, e portanto, para a difusão dos centros de poder.

Na Universidade de Coimbra e na própria cidade, a viragem do século trouxe-nos os primeiros resultados de uma nova estratégia e com eles começámos finalmente a compreender, e já não era sem tempo, trinta anos após a revolução que abriu os espíritos e tornou mais leal e mais justa a concorrência entre pessoas e instituições, que temos tudo aquilo de que precisamos para ganhar o jogo: bastará tão-só que o joguemos. É o que estamos a fazer.

SENHORAS E SENHORES,

Ao pedir-vos ajuda para soprarmos, em conjunto, as 715 velas deste bolo, quero agradecer-vos a colaboração que deram à Universidade no ano que se completa e dizer-vos que a qualidade do nosso futuro depende em boa medida de todos nós. Dedicção, honestidade, bom-senso e sobretudo trabalho. Sempre e muito trabalho. Só vos sei prometer trabalho. Mas é essa a chave do sucesso.

Parabéns aos docentes, estudantes e funcionários que fazem todos os dias a Universidade de Coimbra.

Parabéns à Universidade de Coimbra.

Auditório da Reitoria, 1 de março de 2005

(Página deixada propositadamente em branco)

**1 DE MARÇO DE 2006**

SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DA DEFESA NACIONAL E DOS ASSUNTOS DO MAR

SENHORA E SENHORES VICE-REITORES E PRÓ-REITORES

SENHORES PRESIDENTES DOS CONSELHOS DIRECTIVOS E CIENTÍFICOS  
DAS UNIDADES ORGÂNICAS

REstantes AUTORIDADES ACADÉMICAS, CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS

SENHORAS E SENHORES PROFESSORES,

CAROS ESTUDANTES

SENHORAS E SENHORES FUNCIONÁRIOS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Reúne-se uma vez mais em festa a Universidade de Coimbra por ocasião da celebração do seu 716º aniversário. Poderá parecer difícil a tarefa de um Reitor de tentar alinhar duas ideias novas, de tentar dizer duas palavras ainda não ditas, numa cerimónia que se repete há já tantos anos. De tanto sopradas, as velas já conhecem a fugacidade da chama. De tanto cantados, soam roucos os votos.

E no entanto sei que não vai ser assim. Contra esta primeira leitura, e expectativa provável de uma cerimónia tantas vezes encenada e outras tantas repetida, sei que a única dificuldade que vou ter é a de conseguir condensar nos poucos minutos desta fala as inúmeras informações e factos novos que gostaria de partilhar, hoje, convosco.

Porque a Universidade de Coimbra é isto mesmo: na consistência e estabilidade de uma instituição centenária, a permanente renovação das ideias e das coisas.

Insere-se esta cerimónia num conjunto que, mesmo em Coimbra, é invulgarmente concentrado, de 90 iniciativas culturais e científicas, num total de 125 momentos distintos distribuídos entre 1 e 11 de Março e organizados sob o tema “De Mar a Mar”, no âmbito da *VIII Semana Cultural da Universidade de Coimbra*, a maior realização cultural do ano na cidade, única do género realizada no País com esta dimensão e qualidade, e que, pela primeira vez, inclui actividades em várias outras localidades: Ílhavo, Figueira da Foz, Cantanhede, Óbidos e Peniche. Não será possível dar, aqui, o destaque que todos estes acontecimentos mereceriam. Não posso, no entanto, deixar de referir o Concerto desta noite, no TAGV, com entrada gratuita, pela Orquestra Sinfónica da ARTAVE, que interpretará a *História Trágico-Marítima*, de Fernando Lopes Graça, no centenário do seu nascimento. No mesmo espectáculo oferecido à cidade pela Universidade no dia do seu aniversário, o coro UCensemble, criado no âmbito da licenciatura em Estudos Artísticos, fará a sua primeira grande apresentação pública. Outro ponto alto da Semana será, sem dúvida, na noite do dia 4, no CAE da Figueira da Foz, com transporte e entrada gratuitos mediante inscrição na Reitoria, o espectáculo “Tanto Mar” que nos conduzirá em viagem por diferentes continentes separados e unidos pelo mar, através de poesia de autores de língua portuguesa, com textos seleccionados por Paulo Filipe.

Para mais informações, podem V. Ex<sup>as</sup> consultar o encarte com o programa completo, distribuído profusamente na nossa Universidade e em todo o País, através de uma tiragem de 115 000 exemplares que acompanha os jornais *Diário de Coimbra*, *Diário As Beiras* e *Jornal de Notícias*.

Em ano de apertos orçamentais particularmente preocupantes, este conjunto impressionante de iniciativas de qualidade só é possível graças

ao patrocínio de diversas entidades públicas e privadas, de que me é grato destacar o Ministério da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, a Caixa Geral de Depósitos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros através do IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, a Delegação Regional da Cultura do Centro, o IMAR – Instituto do Mar, e ainda ao apoio dos três órgãos de comunicação social já referidos e do Hotel Astória. A simples realização da Semana nestas condições é a prova de que só quem não quer ou não sabe é que se refugia na falta de recursos para deixar de fazer o que é importante.

Mas esta é apenas uma (na realidade quase duas) das cinquenta e duas semanas do ano. No total, a Universidade de Coimbra organiza e realiza por ano mais de setecentas iniciativas culturais e científicas extra-escolares. Não conheço outra Universidade em Portugal, ou instituição de qualquer outro tipo, com uma tal capacidade de produção cultural. Os seus membros, docentes, estudantes e trabalhadores não-docentes, que são os principais agentes desta dinâmica, são também, naturalmente, os principais beneficiários. Estes números permitem igualmente perceber a importância da concretização do projecto do chamado *Suplemento ao Diploma*, como forma de valorização das actividades de formação extra-curricular dos nossos estudantes e como factor de atracção e valorização relativa da Universidade de Coimbra no contexto do Ensino Superior em Portugal.

E aqui estamos nós a falar de Bolonha. Em 2006, dificilmente um Reitor poderá resistir muito mais do que três páginas sem entrar neste assunto, que está, de facto, actualmente, no centro das nossas preocupações e que absorve uma parte significativa das nossas energias.

Após vários anos de avanços e de recuos, de inflexões de política ao sabor de Ministros e de Governos, de calendarizações para 2010 e de antecipações precipitadas, a reestruturação dos cursos com vista à inte-

gração de Portugal no Espaço Europeu de Ensino Superior está agora a entrar, sem dúvida, na sua fase decisiva. Creio que a maior dificuldade do processo reside na necessidade que todos sentimos, eventualmente com distintas sensibilidades e opiniões sobre a evolução no concreto, de tentar aproveitar a ocasião para introduzir as reformas estruturais que há muito deveriam ter sido concretizadas. A oportunidade é de ouro, mas temo que o País não a esteja a aproveitar.

É, com efeito, sobre um sistema sub-regulado, com carências evidentes de definições estruturais fundamentais, que estamos a trabalhar. Penso não haver dúvidas de que a sub-regulação do sistema favorece a concorrência sem regras e a consequente diminuição da qualidade. É lícito, pois, perguntar com que direito está o País a induzir em erro as famílias que trazem os seus filhos a estudar em instituições que não serão capazes de lhes proporcionar uma formação adequada. Porque não se encerraram cursos cujas avaliações já provaram a sua deficientíssima qualidade? A que altar está o País a emular a formação dos seus jovens? Quando questionados sobre a razão da sub-regulação do sistema, os responsáveis governamentais invocam sempre o argumento de não quererem invadir a esfera da autonomia universitária. Ora, em vários dos Países europeus com os quais nos gostamos de comparar, a autonomia universitária não se considera beliscada com a existência de sistemas estruturados e regulados. Da centralizadora França ao ultra-liberal Reino Unido, do norte europeu de cultura social-democrata à Itália de Berlusconi, não é possível, na prática, que cada instituição invente um nome diferente para cursos cujo conteúdo nuclear está, no essencial, padronizado. Mas em Portugal, é. Nas nossas instituições de ensino superior existem 39 cursos de graduação, com 17 designações diferentes, que incluem a palavra “Design”; em 44 outros cursos, com 20 designações diferentes, aparecem as palavras “ambiente” ou “ambiental”; em 60 cursos, com 29 designações diferentes, surge a palavra “informática”. Mas a campeã absoluta deste *ranking* do disparate é a palavra *gestão*, que aparece em 87 cursos com



46 designações diferentes. No total, existem em Portugal cerca de 1800 cursos de licenciatura, com 825 designações distintas.

Em países muito maiores do que o nosso e ainda por cima regionalizados, como a Alemanha, ou a Espanha, não é possível que um mesmo curso tenha durações diferentes em Escolas diferentes. Ou que, por exemplo, uma Escola de Engenharia possa decidir que os seus estudantes não precisem de saber matemática à entrada. Mas em Portugal, é. E não se trata de uma questão de geografia ou de ideologia. Não é, porém, sensato esperar que as instituições, postas em concorrência num quadro de diminuição da procura, sejam capazes de se auto-regular. Se esses mecanismos de regulação existem em todos esses países não é porque as escolas tenham decidido, autonomamente, aplicá-los, mas apenas porque os respectivos Governos entendem que não podem deixar à mercê das instituições decisões que têm de ser tomadas a outro nível. E nenhuma dessas escolas em nenhum desses Países sente que a sua autonomia está a ser posta em causa.

Não é, pois, de falta de autonomia que o nosso sistema padece, mas sim, como é óbvio, de falta de regulação, ou seja, de falta de Estado. O Ensino Superior português é dos menos regulados (para não dizer o menos regulado) de toda a Europa e é com este diagnóstico que é necessário agir. Não escondo a esperança que todos depositamos nos resultados da avaliação global do sistema, recentemente encomendada pelo Governo à OCDE, com a convicção de que existe vontade e capacidade para levar à prática as suas conclusões.

Ultrapassando aquilo que seria razoável esperar que conseguisse fazer, o CRUP apresentou ao Governo, para valer para todo o sistema de ensino superior (público e privado, universitário e politécnico), uma proposta concreta sobre a regulação-base do sistema. Ficando, embora, bastante aquém dos quatro pontos que venho defendendo:

- limitação do número de designações a cerca de 100;
- relação biunívoca entre designação e conteúdo;
- critério universal de acesso para uma mesma designação
- duração igual para cursos com a mesma designação;

Foi uma tentativa séria de alertar para a necessidade de aproveitar o momento em que todo o sistema tem de ser revisto para introduzir as alterações estruturais fundamentais. Em resposta, o Senhor Ministro diz que “os mecanismos de auto-regulação ensaiados merecem todo o aplauso”, faz notar que o documento “se cinge apenas à nomenclatura e não aos próprios cursos” e solicita informação sobre “a reflexão que certamente o CRUP elaborará sobre essa matéria”. Descodificando, e esperando que a ironia seja tomada não como desconsideração, mas, apenas, como reforço de argumentação, Sua Excelência agradece às Universidades que tenham feito parte do trabalho dele e pede-lhes que, já agora, façam também o resto.

É este o traço dominante do nosso sistema, que uma vez mais encontramos quando Governo e Assembleia da República aprovam legislação de enquadramento do processo de Bolonha atribuindo às instituições a responsabilidade de definir conceitos que deveriam estar na esfera da regulação. O resultado vai ser o de alguns anos de desnecessária confusão, de vários milhões de horas de trabalho retiradas às tarefas fundamentais do ensino/aprendizagem e da investigação, de muita expectativa e de alguma frustração nos casos em que se chegue à conclusão de que é necessário seguir outro caminho e de que uma parte substancial do trabalho não terá servido para nada.

Seja, ou não, acertada esta atitude, e eu estou em crer que não é, sabemos agora com que contar.

Esperava-se que o Senhor Presidente da República promulgasse a regulamentação da Lei de Bases logo após o seu regresso de Timor. Não pude

ainda saber se já o fez. Só depois ela será conhecida na sua versão final e publicada em *Diário da República*. No pressuposto de que o anteprojecto não sofreu modificações relevantes nesta matéria, caberá então ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior aprovar, por despacho, sob proposta da DGES, ouvido o CRUP, o CCISP e a APESP, as chamadas normas técnicas, a publicar em *Diário da República*, com base nas quais se poderão preparar as propostas de reestruturação dos cursos no âmbito do Espaço Europeu do Ensino Superior, que deverão ser entregues:

- até 31 de Março de 2006, ou seja, com um tempo de preparação de uma ou duas semanas, se quisermos ser optimistas, para os cursos a iniciar no próximo ano lectivo;
- até 15 de Novembro de 2006, ou seja, com um tempo de preparação de 7 meses, para os cursos a iniciar em 2007.

Consciente do enorme volume de trabalho que as Universidades têm pela frente e da tremenda responsabilidade de reestruturar a totalidade dos seus cursos de licenciatura e de mestrado, ainda por cima sem indicações da tutela quanto a designações, duração, critérios de acesso ou financiamento, o CRUP tomou, atempadamente, a decisão acertada de recomendar a entrada em vigor generalizada do processo de Bolonha apenas no ano lectivo 2007/2008. No mesmo sentido se pronunciou o Senado da nossa Universidade, que igualmente aprovou em 11 de Janeiro um calendário de concretização das várias etapas necessárias, a cumprir até 31 de Outubro de 2006. O que o País espera da Universidade de Coimbra é que aja sem precipitação, fiel aos princípios de qualidade e seriedade que devem nortear uma instituição universitária de referência. A meta de 2007 é, pois, adequada. Dito isto, entendo que, pelo menos em teoria, podem ser admitidas excepções sem pôr em causa o princípio geral, desde que cumpram, cumulativamente, as seguintes condições:

- a existência de um consenso nacional entre as instituições de referência quanto aos elementos fundamentais da reestruturação;
- a capacidade de preparar com seriedade um dossiê completo de reestruturação, de acordo com as exigências substantivas e formais da legislação aplicável.

Ainda assim, para que isto seja possível é necessário que o percurso legal de promulgação e publicação da regulamentação, de auscultação do CRUP, CCISP e APESP sobre as normas técnicas, da sua aprovação por despacho ministerial e publicação em Diário da República se concretize num período de tempo que me parece cada vez mais impraticável.

Em jeito de balanço do último ano, que é um pouco o que temos o hábito de fazer quando festejamos um aniversário, lembrei-me ainda de verificar o desfecho de uma espécie de Caderno de Encargos em 10 pontos de essencial e urgente tratamento, que apresentei, há exactamente um ano, ao então futuro Governo, do qual só se conhecia ainda o Primeiro-Ministro. É-me grato verificar ter havido um tratamento sério de dois deles e uma abordagem parcial de outros quatro. O extenso processo de avaliação entretanto lançado pode contribuir para aumentar este número.

Animado com o êxito alcançado, parcial mas ainda assim positivo, atrevo-me a deixar mais três objectivos que deveriam merecer a atenção do Governo:

1º – Incluir o papel e a responsabilidade do Estado no objecto da avaliação do sistema de ensino superior encomendado à OCDE. Não se trata de uma avaliação política, porque essa compete aos cidadãos (e, numa sociedade democrática, eles fazem-na regularmente), mas da avaliação técnica do agente a quem compete a definição do quadro técnico de funcionamento do sistema;

2º – Recuar na intenção de aplicar às Receitas Próprias das Universidades a cativação geral decidida para a administração pública. Do ponto de vista técnico, esta cativação é um desastre a médio prazo e, do ponto de vista político, é uma violação flagrante do princípio de autonomia, consagrado na Constituição da República e na Lei 108/88, que se diz tão ciosamente respeitar.

3º – Gerir de uma forma objectiva e transparente o acesso das Universidades a projectos de desenvolvimento do sistema científico e tecnológico nacional (exemplo dos protocolos com a Microsoft e com o MIT), evitando a suspeição de que se trata apenas de operações mediáticas inconsequentes na substância ou de que já têm, à partida, parceiros definidos.

SENHORAS E SENHORES,

Manter-nos-emos atentos ao processo de Bolonha e à evolução do Ensino Superior em Portugal e no mundo, que não pode deixar de influenciar as nossas próprias opções de desenvolvimento, alicerçada numa vontade de afirmação da Universidade de Coimbra nos planos nacional e internacional. Das iniciativas que marcaram, neste último ano, a nossa vida universitária, referirei apenas aquelas que têm, indiscutivelmente, maior significado estratégico.

Como seja a atribuição a professores e investigadores da Universidade de Coimbra de **sessenta prémios de reconhecimento do mérito**, entre eles catorze Prémios de Estímulo à Excelência da FCT, e sete Prémios Gulbenkian de Estímulo à Investigação, dos quais me permito destacar, por impossibilidade absoluta de os referir a todos como seria seu merecimento, a condecoração pelo Senhor Presidente da República do Doutor Jorge dos Santos Veiga como Grande Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, em cerimónia realizada na Biblioteca Joanina e integrada nas comemorações do 20º aniversário do *Grupo de Coimbra*, que ele tão sabiamente ajudou a construir.

Refiro ainda a aprovação pelo Senado da abertura de contactos formais com a **Escola Superior de Enfermagem de Coimbra**, com vista à sua integração como Unidade Orgânica da Universidade de Coimbra. Uma Universidade decidida a apostar nas ciências da saúde e da vida complementa-se nas suas valências com uma área científica em franca evolução, num percurso semelhante ao que está a ser seguido em inúmeras universidades de prestígio, tanto no estrangeiro como em Portugal.

Ou ainda a aprovação pelo Senado da constituição de uma nova Unidade Orgânica designada **Colégio das Artes**, com vista ao desenvolvimento da investigação e do ensino pós-graduado em domínio de interacção entre as diversas formas artísticas.

Em Abril, fizemos a apresentação pública do início do processo de preparação da candidatura da Universidade de Coimbra a **património cultural da Humanidade**, intenção que não se limita a uma mera pretensão contemplativa, antes significa um desejo de transformação do espaço físico, valorização do património intangível e uma profunda determinação na mudança das mentalidades e atitudes, exigida pelos que a vivem quotidianamente e por aqueles que, mesmo estando longe, sentem a Universidade de Coimbra como um legado comum da humanidade.

Na mesma linha de valorização do património, como sinal de respeito pelo nosso passado mas também como critério de futuro e de desenvolvimento, valorizando os aspectos em que a Universidade de Coimbra é única, insere-se o projecto de constituição do **Museu da Ciência**, esperando que possa ser formalmente anunciada, no decurso deste ano, a abertura ao público da pré-figuração.

A inauguração em Cantanhede, em Julho de 2005, do **BIOCANT** – Parque de Inovação em Biotecnologia, liderado pelo CNC – Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra, numa parceria em

que também participa a Universidade de Aveiro, e a criação em Dezembro do **ITC** – Instituto de Tecnologia da Construção, associando a Universidade de Coimbra e um conjunto de cerca de cinquenta instituições e empresas ligadas à indústria da construção civil e das obras públicas, representam duas iniciativas de uma mesma estratégia de abertura ao meio, de capacidade de intervenção e de assumpção de responsabilidades no domínio da transferência de tecnologia e da inovação.

No passado mês de Janeiro tive o prazer de assinar com o Senhor Ministro da Justiça um Protocolo que visa a criação de um **Tribunal Universitário Judicial Europeu**, que será um tribunal-âncora para o ensino do Direito e para a formação de profissionais do foro, para a observação da justiça e para a procura de experiências tendentes a contribuir para a melhoria dos serviços judiciais em Portugal, em mais uma iniciativa inovadora de aproximação entre a Universidade e sociedade.

Já em Fevereiro deste ano foi aprovada uma pré-candidatura, dinamizada pela Reitoria e formalizada através do IPN, à ADI – Agência de Desenvolvimento, envolvendo cerca de um milhão de euros, para criação de um Centro de Excelência em “**Health Care and Medical Solutions**”, com vista a congregar empresas de TIC (Critical), unidades de investigação (CNC, HUMTEC, IBILI, etc) e utilizadores finais (HUC, IPO, CHC, etc) para aproveitar o enorme potencial de que dispomos na área da saúde ao serviço do desenvolvimento económico e social da região, dando corpo a um conceito tanta vezes invocado de forma tão inconsequente – *Coimbra, Cidade da Saúde*.

Na mesma linha, é com prazer que anuncio a aprovação, na primeira fase de avaliação pela UE, de uma candidatura da Universidade de Coimbra para incorporar uma **rede europeia de desenvolvimento regional** que visa reforçar as unidades de transferência de conhecimento de universidades, dotando-as de ferramentas e de recursos que facilitem a sua

aproximação a PME inovadoras, e mecanismo de cooperação. O que esta aprovação tem de notável é o reconhecimento pela União Europeia do trabalho que vimos efectuando ao nível da transferência do saber, do grande potencial de inovação concentrado na Universidade de Coimbra e, sobretudo, do impacto que ela pode ter para o desenvolvimento económico e social da região em que se insere.

Não só ao nível da infra-estruturação física da Universidade, cujos notáveis desenvolvimentos se ficam hoje por esta breve referência, mas também no que diz respeito ao lançamento de projectos de alcance estratégico evidente que visam a consolidação da Universidade de Coimbra como centro de saber e a preparam para uma nova fase de desenvolvimento e prosperidade cultural e científica, os próximos anos e o que soubermos fazer com eles vão ser determinantes. Ou nos remetemos à pacatez da nossa “província”, ou nos abalançamos para novos e ambiciosos desafios, reocupando, à custa de muito trabalho, o lugar a que temos direito no contexto das Universidades europeias. A minha opção é conhecida: dar a esta Universidade um futuro compatível com o seu passado. Juntamente com todos quantos me acompanham nesta aventura, tenho trabalhado afincadamente por isso. Penso que estamos à medida deste desejo e desta ambição.

Quero abraçar nesta estratégia os Colegas a quem tive a honra de suceder no lugar que actualmente ocupo. Sem o trabalho e a visão esclarecida dos Reitores Rui de Alarcão e Fernando Rebelo, cuja presença amiga eu saúdo muito em particular, nenhum destes resultados teria sido possível.

Mas o dia de hoje é também o da apresentação pública de um novo projecto, tornado necessário pela importância que é actualmente atribuída à comunicação interna para o bom funcionamento e para o bom desempenho de qualquer instituição. No ***Jornal da Universidade*** é, como digo na Nota de Abertura, “toda a Universidade de Coimbra que vai estar repre-



sentada. Todos aqueles que a constituem e que diariamente a constroem, docentes, investigadores, estudantes e funcionários, Faculdades, Departamentos, Institutos, Unidades de Investigação e Serviços, todos quantos tenham estórias para contar, estão convocados para mostrar ao país e ao mundo as ideias e os projectos que neste cadinho em permanência fervilham. Mas como elemento de uma estratégia de Univer[sc]idade, irmão mais novo da *Rua Larga* e dela se diferenciando na forma, no conteúdo, na periodicidade e nos objectivos, o *Jornal da Universidade* vai ser também capaz de manter diálogos com o tecido económico, social e cultural, procurando interpelar os seus agentes e estabelecer contactos entre o que se faz de um e de outro lado da Porta Férrea.”

O que se pode desejar ao *Jornal da Universidade* é que venha a ter a vida longa e o prestígio de um outro título ligado à Academia e à Universidade, a *Via Latina*, que apresentará nesta cerimónia mais uma edição da sua actual série, este ano sob o tema genérico “Mare Nostrum”, em alinhamento com o mote da *Semana Cultural da Universidade*. Duas intervenções pautarão o momento: uma, de Sandra Henriques, Presidente da Direcção da Secção de Jornalismo da AAC, responsável pela edição, e outra do Senhor Doutor Rui de Alarcão, que fará a apresentação da Revista.

Imediatamente antes da apresentação da *Via Latina*, assistiremos à entrega dos diplomas de doutoramento a todos os estudantes, em número de 103, que concluíram este grau na nossa Universidade, no ano de 2005. Distribuídos pelas várias Faculdades, o número de alunos de pós-graduação, mestrado e doutoramento tem vindo a aumentar regularmente, confirmando a transformação progressiva da Universidade de Coimbra numa grande Universidade de investigação.

Pelo palco deste anfiteatro passarão ainda os Professores e os funcionários que serviram a Universidade durante muitos anos e que se aposentaram em 2005. Muitas horas, muitos projectos acarinhados, muitas

expectativas e seguramente também algum desencanto, tantas ocasiões em que, graças a vós, a Universidade se fortaleceu e prestigiou, tantos sacrifícios para que pudessem chegar ao dia de hoje com a consciência de ter cumprido o dever. Tão longo o caminho para tão curta glória, a de dar alguns passos sob o aplauso dos Colegas e receber a Medalha da Universidade das mãos do Reitor e dos Vice-Reitores, não fora esse momento intenso significar o profundo respeito e reconhecimento da Universidade para convosco, na esperança de ter dela ficado em cada um de vós a consciência de uma longa cumplicidade de sucessivas dívidas e dádivas, mútuas e repartidas, como aquelas que nos ligam aos que nos são mais queridos. Não o fizeram à espera de agradecimento e por isso ele é ainda mais devido.

Teremos igualmente a ocasião de assistir à entrega do *Prémio Bluepharma / UC*, edição de 2006, destinado a galardoar uma Tese de Doutoramento defendida com êxito numa universidade portuguesa na área das ciências da saúde. O júri, presidido como habitualmente pelo nosso Colega Professor Doutor Manuel Antunes, decidiu este ano atribuir o Prémio ao trabalho intitulado “Cirurgia da atresia do esófago. Especial referência à preservação do esófago nativo no hiato-longo. Estudo clínico experimental”, preparado e apresentado na Universidade de Coimbra, de que é autora a Doutora Maria Francelina Cruz Lopes. Gostaria, nesta ocasião, de expressar o meu agradecimento a todos os elementos que constituíram esse júri. Conforme me foi transmitido, a decisão do júri baseou-se na originalidade e relevância para a área científica em que a tese se insere, constituindo um contributo importante para a evolução da terapêutica cirúrgica numa patologia pediátrica de enorme impacto social, económico e de saúde pública. No início da segunda parte desta cerimónia, a autora do trabalho dirigir-nos-á a palavra.

No encerramento da primeira parte teremos o prazer de escutar o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Dr. Manuel

Lobo Antunes. Esta é também a oportunidade de agradecermos ao Ministério da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar por ter compreendido a relevância cultural e política do conjunto de eventos que compõem a VIII Semana Cultural da UC e por ter aceitado ser seu patrocinador principal.

Mas, logo após estas minhas palavras, terá lugar a entrega do *Prémio Universidade de Coimbra*, edição de 2006, uma vez mais integralmente patrocinado pelo Banco Totta e destinado a galardoar personalidades de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Tendo sido já atribuído em 2004 ao Professor Doutor Fernando Lopes da Silva, neurocientista, e em 2005, *ex aequo*, ao Professor Doutor António Hespanha, historiador do Direito, e ao actor, encenador e realizador Luís Miguel Cintra, o júri decidiu este ano atribuí-lo, como foi em devido tempo anunciado, à Professora Doutora Maria Helena da Rocha Pereira. Os méritos da premiada serão devidamente realçados pela Senhora Vice-Reitora Doutora Cristina Robalo Cordeiro. Não posso, no entanto, deixar de referir a minha dupla satisfação por esta decisão: como Presidente do Júri, pelo prestígio da galardoada, que contagia o próprio Prémio, e, como Reitor da Universidade de Coimbra, por ela ser uma de nós, o que acontece pela primeira vez desde que o Prémio foi instituído. Igualmente me é grato verificar que o *Prémio Universidade de Coimbra* se festeja pela primeira vez no feminino, e logo através da primeira doutorada numa Universidade portuguesa. Não é de agora o hábito de ir à frente.

E se a festa da Universidade de Coimbra se inicia com o reconhecimento do mérito daqueles que já estão em fase adiantada de carreira, é significativo sinal de esperança que ela encerre com o reconhecimento do mérito daqueles que a estão a começar, os melhores alunos da Universidade.

De todas as Universidades portuguesas, a Universidade de Coimbra é a que atribui maior número de bolsas de mérito aos seus estudantes.

Umas de iniciativa do Governo, em número de 40, e outras de iniciativa da própria Universidade que, embora de montante inferior, beneficiam cerca de 500 estudantes (mais exactamente 3% do número total de alunos). Compreensivelmente, apenas o primeiro deste grupo de alunos vai ser aqui chamado. Sintam, uns e outros, o apreço e a admiração da vossa Universidade e do seu Reitor.

Mas é tempo de terminar. E faço-o pedindo a todos que se juntem a mim nos votos de aniversário, mas também que nos associemos no empenho, na dedicação e no trabalho, para que possamos continuar a ser merecedores da nossa Universidade. Sempre mais trabalho, porque é essa a chave do sucesso. Ela será aquilo que nós conseguirmos que ela seja. A Universidade de Coimbra somos nós.

Hoje é dia de festa, cantam as nossas almas. Para esta menina de 716 anos, peço a todos uma salva de palmas.

Auditório da Reitoria, 1 de Março de 2006

**1 DE MARÇO DE 2008**

SENHORES VICE-REITORES E PRÓ-REITORES

CAROS MEMBROS DO JÚRI DO PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2005

E DO PRÉMIO BLUEPHARMA/UC

ILUSTRES PREMIADOS E HOMENAGEADOS

EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS

SENHORES PROFESSORES

SENHORES FUNCIONÁRIOS

CAROS ESTUDANTES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## **0. Introdução**

No dia 1 de Março de 1290, o Rei D. Dinis dotava o Estudo Geral entretanto criado com cópia de doutores em todas as artes e robustecia-o com muitos privilégios. Setecentos e dezoito anos volvidos, tantos que se lhes perde a percepção pelo que esta medida transcende a dimensão da vida humana, e numa cerimónia que anualmente se repete e se renova na diversidade dos tempos e dos homens, que cumprimos, uma vez mais, um ritual e formulamos um voto: que a velha Universidade continue a ser tão jovem quanto são os jovens que anualmente a demandam.

Possa eu fazer-me dela porta-voz, para vos deixar a todos uma palavra de agradecimento e de encorajamento. Ao cantar-lhe os parabéns e

também a nós próprios que os cantamos, porque, hoje, 1 de Março de 2008, a Universidade de Coimbra somos nós.

## **1. Semana cultural**

Insere-se esta cerimónia num conjunto que, mesmo em Coimbra, é invulgarmente concentrado: mais de 60 iniciativas culturais e científicas, num total de cerca de 200 momentos distintos distribuídos entre 1 e 8 de Março e organizados sob o lema “Imaginação” no âmbito da *X Semana Cultural da Universidade*, a maior realização cultural do ano na cidade, única do género realizada no país com esta dimensão e qualidade.

Nesta *X Semana Cultural da Universidade de Coimbra*, à intenção de dar a conhecer ao exterior as múltiplas actividades desenvolvidas na nossa Universidade, integrando-as numa convocação comum, corresponde uma programação que conjuga espectáculo, ciência e prática formativa. A comunidade universitária compreendeu cabalmente o sentido desta convocação, aderiu com propostas abertas e enriquecedoras e ajudou a concretizar uma sequência de iniciativas culturais que se pretendem complementares e integradas.

Será, pela certa, uma semana marcada por múltiplos e variados cruzamentos. Cruzamentos entre as actividades propostas pela programação externa e aquelas que surgiram internamente, cruzamentos entre colóquios científicos, espectáculos e exposições, cruzamentos entre a Universidade e a cidade que a acolhe, e, sobretudo, cruzamentos entre as pessoas que são os universitários, os artistas e os públicos.

É essa a animação que se espera, é essa, sobretudo, a festa que é devida para comemorar o 718º aniversário da Universidade de Coimbra. A todos os serviços e Faculdades da Universidade de Coimbra, às várias

Secções e Organismos Autónomos da AAC que participaram na organização de actividades, quero aqui deixar uma palavra de apreço e de agradecimento.

Não sendo possível dar o destaque que todos estes acontecimentos mereceriam, não posso deixar de referir o Espectáculo-Concerto desta noite, no TAGV, um projecto de Arte Comunitária coreografado por Madalena Victorino, com música de Carlos Bica e produção da companhia Ins-tável. Outros pontos altos da Semana serão, sem dúvida, os espectáculos **Auprès de ma Blonde**, apresentados por uma fanfarra de bolso cheia de momentos hilariantes, nascida e alimentada na rua, aberta a tudo, que se instala para redescobrir dias de festa e que espera por nós na Rua Larga, à saída desta cerimónia, por volta das 17h30. Ou ainda, a fechar a semana, na noite do dia 8, no TAGV, a II Gala dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, organizada pela Reitoria no âmbito da Rede de Antigos Estudantes, que conta já mais de 8000 aderentes.

Para mais informações, podem V. Exas. consultar o encarte com o programa completo da semana, distribuído profusamente na nossa Universidade e através de uma tiragem de 32 000 exemplares que acompanha os jornais *Diário de Coimbra* e *As Beiras*.

## 2. Prémio Universidade de Coimbra

Imediatamente após estas minhas palavras, procederemos à entrega formal do *Prémio Universidade de Coimbra/2008*, integralmente patrocinado pelo Banco Santander Totta e pelo *Jornal de Noticias*, destinado a galardoar pessoas de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Nesta quinta edição, o Júri do Prémio, a que tive a honra de presidir, entendeu distinguir José Epifânio da Franca.

O perfil de José Epifânio da Franca corresponde ao de um académico de nova geração, capaz de integrar harmoniosamente os magistérios da investigação, da integração, da aplicação e do ensino. No exercício do magistério da investigação, contribuiu para o avanço mundial do conhecimento no domínio dos Circuitos e Sistemas, como atestam as distinções internacionais que recebeu, com destaque para a “Golden Jubilee Medal Award” da *Circuits and Systems Society*, do IEEE. Fê-lo, por outro lado, perseguindo um magistério da integração norteado pela preocupação de explorar as conexões entre saberes, fazendo-os convergir em saberes coerentes e globais. No exercício do magistério da aplicação, ultrapassou os modelos tradicionais da produção científica, assentes na investigação puramente universitária e a montante da realidade económica e social, para se consagrar à criação de saberes no próprio contexto da aplicação económica e social. A forma como o fez não poderia ser mais expressiva, já que, em vez de se contentar com meras parcerias universidade/empresa, criou uma empresa que, ao fim de apenas dez anos, se tornou líder mundial no sector da alta tecnologia onde se insere, como foi reconhecido pelo grau de “Grande Oficial da Ordem do Mérito” que lhe foi conferido pelo Presidente da República em 2006. No exercício do magistério do ensino, revelou reconhecer que o saber do professor só faz sentido pleno quando se propaga para a comunidade alargada, transcendendo os círculos fechados da convivência científica com os pares e da leccionação universitária. A coluna sobre inovação e empreendedorismo que mantém no jornal *Expresso* é, disso, exemplo ilustrativo.

Ao receber este prémio, Epifânio da Franca junta-se aos galardoados das edições anteriores, o neurocientista Fernando Lopes da Silva, o historiador do Direito António Hespanha, o encenador e actor Luís Miguel Cintra, a helenista Maria Helena da Rocha Pereira e o matemático Marcelo Viana, para compor uma diversa e já notável galeria de figuras do mundo português da ciência e da cultura, os melhores entre os seus pares, para nos dar a medida da nossa ambição e para traçar o exemplo que queremos seguir na permanente busca do absoluto. Bem haja por isso.



### **3. Premio Bluepharma I Universidade de Coimbra**

No alinhamento da cerimónia de hoje, teremos de seguida a entrega ao Doutor Rui Manuel Vicente Cabral do *Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra*, que distingue uma Tese de doutoramento defendida numa Universidade portuguesa em domínios de ciências da saúde e cujo júri foi uma vez mais presidido pelo Prof. Doutor Manuel Antunes.

Na sua edição de 2008, o *Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra* foi atribuído pela dissertação com o título “ Avaliação biomorfológica dos descolamentos assépticos de prótese da anca”, apresentada e defendida na Universidade de Coimbra em Dezembro de 2005. Está de parabéns o vencedor do Prémio, naturalmente, mas também a empresa Bluepharma por compreender o seu papel e a sua responsabilidade social, por saber valorizar a aproximação à Universidade e com ela partilhar o seu indiscutível êxito.

### **4. Professores e funcionários aposentados**

Pelo palco deste anfiteatro passarão ainda os professores e os funcionários que serviram a Universidade durante muitos anos e que se aposentaram em 2007. Muitas horas, muitos projectos acarinhados, muitas expectativas confirmadas e seguramente também algumas goradas, entusiasmo e desencanto, a consciência de uma longa cumplicidade de sucessivas dívidas e dádivas, mútuas e repartidas, como aquelas que nos ligam aos que nos são mais queridos. Com tudo isto se faz uma vida, com tudo isto se constrói uma carreira. Os vossos sacrifícios não foram em vão. Graças a vós, a Universidade fortaleceu-se e prestigiou-se. Queiram receber o profundo respeito e reconhecimento de toda a Universidade, da vossa Universidade.

## 5. Diplomas de doutoramento

Após esta homenagem aos docentes e funcionários recentemente aposentados ou jubilados, faremos igualmente a entrega dos diplomas de doutoramento aos que obtiveram o grau no último ano na nossa Universidade, um momento em que queremos afirmar o alto significado que atribuímos à Pós-Graduação e a crescente importância relativa que ela vem assumindo entre nós. Tive a felicidade de assistir, como Vice-Reitor e Reitor, à decuplicação do número de doutorandos da Universidade de Coimbra entre 2001 e 2005; em 2007, o número de alunos de doutoramento chegou a 1 150. É a impressionante evolução de uma Universidade em profunda transformação estrutural, com uma crescente importância relativa das actividades de investigação e que, com esta amplitude, dificilmente se repetirá na sua história.

## 6. Via Latina

Finalmente, assistiremos à apresentação do terceiro número da nova série da *Via Latina*, título académico dos mais prestigiados, em mais uma interessante iniciativa da Secção de Jornalismo da AAC.

## 7. Ponto de situação

SENHORAS E SENHORES,

A Universidade acumulou, no último ano, um conjunto verdadeiramente assinalável de êxitos nas suas diversas áreas de actividade. Classificada pelo segundo ano consecutivo em primeiro lugar entre as Universidades portuguesas no mais prestigiado e completo *ranking* internacional de universidades do *Times Higher Education Supplement*, ela reforçou a

presença internacional e o intercâmbio de estudantes e professores que mantém em todo o mundo, centrando-se actualmente o seu principal esforço na Europa, no espaço lusófono com prevalência do Brasil e na bacia do Mediterrâneo. No próximo dia 8 de Março, é com muito prazer que o anuncio, será assinado no Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, na presença dos Presidentes da República de Portugal e do Brasil, um documento que abre as portas à constituição do *Grupo de Coimbra das Universidades Brasileiras*, constituído por mais de quatro dezenas das melhores universidades brasileiras (federais, estaduais, comunitárias e confessionais), unidas em torno daquela que reconhecem como matriz cultural do espaço da lusofonia, a Universidade de Coimbra. Não será necessário dar muitas explicações sobre as potencialidades deste grupo de universidades e sobre a importância e o papel central que nele detém a Universidade de Coimbra.

Os êxitos no plano internacional, que consolidam a nossa academia como a mais internacional e cosmopolita academia portuguesa, não nos fazem esquecer a relação privilegiada com a cidade e com a região. Pela primeira vez, pelo menos no passado recente, a Universidade de Coimbra pode orgulhar-se de ter conseguido construir uma teia de relações e de parcerias com as autarquias da região (Coimbra, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Mealhada, Penela, Poiares, Mira, Figueira da Foz), que consubstanciam uma forte vontade de ocupar o lugar que por direito lhe pertence no plano do desenvolvimento regional, e que é o corolário e ao mesmo tempo o alfobre de uma política igualmente bem sucedida de apoio ao empreendedorismo e de relacionamento com o mundo empresarial.

Tenho o prazer de anunciar a próxima visita do Senhor Primeiro-Ministro à Universidade, em data ainda não definitivamente acertada, para inauguração formal do novo edifício do IPN – Incubação. Pelo IPN passaram até agora mais de cem empresas em incubação, com uma taxa de sucesso de 80% e uma taxa actual de ocupação de 80%, representando este grupo

de empresas novecentos postos de trabalho de elevadas qualificações e uma facturação anual que atinge os 40 milhões de euros. Estes números não têm comparação possível com nenhuma outra experiência do género realizada em Portugal e representam a verdadeira força de auto-regeneração do tecido empresarial de Coimbra, definitivamente ultrapassados os negros anos da falência das indústrias tradicionais dos sectores têxtil, da cerâmica e do vidro e da alimentação.

De todas as iniciativas em que a Universidade está envolvida neste momento, nenhuma terá tanta importância e tanta influência no seu desenvolvimento no futuro próximo como a redacção dos novos Estatutos. Vamos continuar organizados em Faculdades. Se sim, em quais? Vamos continuar a ter Senado? Se sim, com que poderes e com que composição? Vão ser os Directores das Faculdades eleitos ou nomeados? E de que forma daremos evidências da importância que atribuímos às actividades de investigação e de formação pós-graduada? Como poderemos favorecer o diálogo transversal de conhecimentos? Como conseguiremos conciliar a participação da comunidade (professores, estudantes e funcionários) com a eficácia do processo de tomada de decisão? Como conseguiremos pôr de pé mecanismos que assegurem uma gestão mais racional dos espaços físicos, dos equipamentos científicos de grande porte e das bibliotecas? Estas são apenas algumas das questões que têm passado pelas reuniões da Assembleia Estatutária e pela auscultação que tem sido feita aos órgãos de governo de todas as estruturas da Universidade. Não me parece ser este, no entanto, o local indicado para discorrer longamente sobre estas matérias. Apenas direi que é grande a nossa responsabilidade: a de concretizar, tranquilamente, as profundas mudanças que são necessárias.

A linha que seguimos, a orientação que demos ao nosso trabalho resume-se em poucas palavras: pegar na velha Universidade e preparar, sem rupturas nem discontinuidades, as bases de uma nova Universidade. Uma e outra, uma da outra, uma na outra, são a nossa Universidade de Coimbra.

Como disse há três anos por esta mesma ocasião, assim como um veleiro precisa de um lastro estabilizador e de velas que o propulsionem, assim a Universidade de Coimbra encontrará na velha universidade o seu lastro e na nova as suas velas.

É preciso desatar os nós que cada época aperta, é preciso tomar as decisões que cada momento exige. Quebrar os atavismos e tradicionais constrangimentos de uma Universidade clássica; mostrar como as suas características próprias, aquilo que a faz diferente das outras, única no plano nacional e prestigiada como poucas a nível internacional – factores que até aqui quase sempre têm servido para a ligar ao passado – podem ser utilizados como critério de futuro e de desenvolvimento; provar que, organizada em torno dos seus centros de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispondo-se, sem preconceitos, a aprender com eles tanto quanto se propõe ensinar-lhes, ela se pode constituir como grande instituição de progresso e de modernidade; eis, em síntese, o desafio que o nosso tempo nos preparou. O *charme* do antigo a produzir contemporaneidade.

Este é o único caminho que podemos percorrer. Os saudosos do passado têm de compreender, de uma vez por todas, que Coimbra já não é o ‘centro do mundo’. Nunca o foi, bem o sabemos, e hoje nem essa miragem é possível.

Não temos de lamentar a pequena influência ‘paroquial’ que possamos ter perdido. É uma consequência da mudança dos tempos, e os tempos mudaram para melhor. E a nossa Universidade de Coimbra contribuiu para esta mudança, para a criação de novas Universidades portuguesas, e, portanto, para a democratização do poder universitário.

Com a entrada no novo milénio, e graças às *portas que Abril abriu*, temos todas as razões para ir à luta confiantes na nossa capacidade de continuar a construir o futuro.

SENHORAS E SENHORES,

Ao celebrarmos, em conjunto, os 718 anos da nossa Universidade sempre jovem, quero agradecer-vos a colaboração que deram à Universidade no ano que se completa e dizer-vos que a qualidade do nosso futuro depende em boa medida de todos nós. Dedicção, honestidade, bom-senso e sobretudo trabalho. Sempre e muito trabalho. Só vos sei falar trabalho. Mas todos sabemos que é essa a chave do sucesso.

Concluo com os parabéns à Universidade de Coimbra, saudando afectuosamente todos aqueles, docentes, estudantes e funcionários que, todos os dias, renovam a juventude desta nossa Universidade.

Auditório da Reitoria, 1 de Março de 2008

**1 DE MARÇO DE 2009**

SENHOR REITOR, PROFESSOR FERNANDO REBELO

SENHORES VICE-REITORES E PRÓ-REITORES

SENHOR JUIZ PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA

SENHOR PRESIDENTE DA DIRECÇÃO-GERAL DA AAC

DIGNÍSSIMAS AUTORIDADES

SENHORES PROFESSORES

CAROS ESTUDANTES

SENHORES FUNCIONÁRIOS

SENHORES JORNALISTAS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## **1. Parabéns**

Sendo Rei há apenas onze anos mas poeta há bastante mais, neto de Afonso X, “O Sábio” e desde muito novo dado às coisas das artes e das ciências, é em Leiria, em 1 de Março de 1290, que D. Dinis assina o documento “Scientiae Thesaurus Mirabilis” que reconhece a existência dos Estudos Gerais, que o dota com cópia de doutores em todas as artes e que o robustece com muitos privilégios.

Setecentas e dezoito vezes, no passado, se terá realizado, portanto, uma festa idêntica à que hoje celebramos. Fazê-lo setecentos e dezanove anos depois da primeira vez mais lhe acrescenta o brilho dos sentimentos renovados, das gerações que se sucedem na intensidade da juventude que anualmente demanda a Universidade de Coimbra, em busca de saber, de experiência e de futuro.

Possa eu fazer-me dela porta voz, para vos deixar a todos uma palavra de agradecimento e de encorajamento. Ao cantar-lhe os parabéns é também a nós próprios que os cantamos porque, depois de, durante tanto tempo, ter sido de tantos outros, hoje, 1 de Março de 2009, a Universidade de Coimbra somos nós.

## **2. Prémio Bluepharma**

No programa desta sessão solene integra-se ainda a entrega do *Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra*, instituído anualmente pela Bluepharma com o patrocínio do BES, para galardoar uma tese de doutoramento defendida numa Universidade portuguesa na área das ciências da saúde e que este ano, na sua sexta edição, foi atribuído, por decisão do júri uma vez mais presidido pelo Professor Doutor Manuel Antunes, à tese intitulada “Encapsulação de Fármacos Peptídicos pelo Método de Emulsificação / Gelificação Interna”, apresentada e defendida na Universidade de Coimbra pela Doutora Ana Catarina Beco Pinto Reis.

Cumpre-me felicitar a premiada, mas também enaltecer a acção da Bluepharma em prol da estratégia da Universidade de Coimbra de apoio ao empreendedorismo, por querer partilhar connosco o indiscutível êxito do seu percurso empresarial.

## **3. Jubilados e aposentados**

Pelo palco deste anfiteatro passarão ainda os Professores e os trabalhadores não-docentes que se jubilaram ou aposentaram em 2008. Durante breves instantes desfilarão nos vossos espíritos os momentos de maior satisfação profissional, mas também os de mais pesado desalento, os melhores anos da vossa vida, o melhor das vossas capacidades todos



os dias postas ao serviço da nossa Universidade. Acreditem que a vossa entrega não foi em vão. É uma honra para mim poder transmitir-vos o profundo respeito e o reconhecimento da Universidade de Coimbra, que graças a esses sacrifícios se fortaleceu e se prestigiou. Não o fizeram à espera de agradecimento, mas eu tenho o dever de vos testemunhar o agradecimento da Universidade, e faço-o com muito prazer.

#### **4. Diplomas de doutoramento**

Após esta homenagem aos docentes e funcionários recentemente aposentados ou jubilados, faremos igualmente a entrega dos diplomas de doutoramento a todos os que obtiveram o grau de doutor na nossa Universidade, durante o último ano. É um momento que representa o alto significado que atribuímos à formação pós-graduada e que releva a crescente importância relativa que ela tem entre nós. Decuplicado o número de doutorandos da Universidade de Coimbra entre 2001 e 2005, ele atingiu, em 2008, a cifra de 1126. É uma impressionante evolução, que representa a profunda transformação estrutural que estamos a viver, com uma crescente importância relativa das actividades de investigação, que temos de continuar a apoiar em todas as áreas científicas, para podermos afirmar-nos como uma grande Universidade de investigação.

#### **5. Via Latina**

Finalmente, assistiremos à apresentação do sexto número da nova série da *Via Latina*, título académico dos mais prestigiados, em mais uma interessante iniciativa da Secção de Jornalismo da AAC. A apresentação desta edição estará a cargo de João Picanço, actual Director da Revista.

## 6. Mudança permanente

SENHORAS E SENHORES,

É hoje conhecido que os vulcões mais perigosos são os que se mantiveram inactivos durante mais tempo. De igual modo, e por idênticas razões, os terramotos mais devastadores resultam da acumulação, durante centenas ou milhares de anos, de formidáveis tensões na superfície de contacto entre duas placas tectónicas adjacentes em imperceptível mas contínua deslocação relativa, cuja repentina libertação provoca um frenesim de destruição material e humana que deita literalmente por terra a falsa sensação de imutabilidade do período que imediatamente a precedeu. A concepção estática de um mundo bem comportado, que sempre foi e sempre será como agora é, constituiu uma piedosa ilusão que o espírito humano foi alimentando enquanto pôde, por preconceituosa reverência para com os princípios da segurança e da estabilidade que lhe são tão caros, mas que não resiste a nenhuma confrontação séria com a realidade. Movimento, evolução e mudança, são três invariantes da Natureza e as linhas de força de três referências que aqui quero deixar:

- A primeira, o Movimento: muito a propósito, o tema central da *XI Semana Cultural da Universidade* que ontem se iniciou é “Velocidade e Movimento”. À volta deste tema realizar-se-ão, durante oito dias, 96 iniciativas diversas, organizadas por docentes, investigadores, estudantes e trabalhadores das várias unidades e serviços da Universidade e das várias secções e organismos da Associação Académica, em nova edição de um dos mais completos certames culturais, e o mais completo do género, anualmente realizado no nosso País. A fechar com chave de ouro, embora já fora da programação, teremos, no dia 9 de Março, a entrega da 6ª edição do *Prémio Universidade de Coimbra* ao artista plástico Julião Sarmento, em cerimónia que igualmente marcará a inauguração da nova Casa das

Caldeiras, restaurada e ampliada em mais uma intervenção magistral do Arquitecto João Mendes Ribeiro, num espaço que, por decisão do Senado sob minha proposta, será atribuído aos Estudos Artísticos da Faculdade de Letras.

- A segunda, a Evolução: tem que ver com uma das mais importantes efemérides que se comemoram em 2009, o bicentenário do nascimento de Darwin e sobretudo o centésimo quinquagésimo aniversário da publicação da *Origem das Espécies*, mais exactamente, *Sobre a Origem das Espécies Através da Selecção Natural, ou a Preservação das Raças Favorecidas na Luta pela Vida*, considerado um dos mais importantes livros científicos alguma vez escritos. Esgotado no próprio dia da sua publicação, o livro suscitou uma polémica que ainda hoje subsiste, e alastrou como rastilho no domínio público, dando origem ao primeiro debate científico verdadeiramente internacional da história. Darwin, um dos cientistas mais famosos da sua época, é igualmente, numa perspectiva actual, um dos criadores dos tempos modernos e, na opinião de muitos, aquele cuja obra mais profundamente influenciará a evolução científica no século XXI.
- A terceira, a Mudança: Na Natureza como na Sociedade pode, por períodos, inibir-se a mudança mas disso apenas resultará, a prazo, um movimento ainda mais forte e descontrolado. Escolher a estagnação é, pois, obrigar à ruptura. Uma e outra são faces indissociáveis de uma mesma moeda e quem não gostar de uma delas, tem que evitar ambas. A alternativa reside no sentido da mudança permanente. Procuro desenvolver esta ideia desde que desempenho as funções de Reitor e apresentei-me em 2007 a sufrágio para o segundo mandato com um programa que designei “Mudança Tranquila”. Então, como agora, pareceu-me importante preparar a Universidade para o complexo processo de reformas que a atravessa nesta primeira década do novo século e tive a percepção, que mantenho, de que a mudança pode ser tranquila, mas, para que o seja, tem que ser mudança. Quem não compreender o sentido e a necessidade da

mudança permanente e tranquila está a criar o cadinho onde há-de explodir, mais cedo ou mais tarde, a mudança violenta.

## **7. Novo modelo e transição**

Sobre a substituição do modelo antigo pelo modelo novo, polémico quanto baste na substância e na forma, passou o tempo de discutir alternativas ao segundo, porque já está em marcha, e não chegou ainda o de fazer História sobre o primeiro, porque só agora chega ao fim. A um e a outro, terá que se voltar mais tarde.

Neste tempo de ninguém – povoa-me, nesta matéria, uma indefinível percepção de suspensão do tempo – à frenética intensidade da gestão dos assuntos inadiáveis vem juntar-se, por paradoxal que pareça, uma irreprimível necessidade de reflectir sobre a essência da mudança.

No plano organizacional, o início do ano foi marcado pela entrada em funcionamento dos novos órgãos de governo da Universidade e pelas primeiras experiências de aplicação do novo modelo à realidade que ele veio encontrar, como se costuma dizer, no terreno.

O Conselho Geral está constituído e instalado e terá dentro de quinze dias a sua segunda reunião de trabalho, após ter procedido, nos dias 6 e 10 de Janeiro, respectivamente, à cooptação dos membros externos e à eleição do seu Presidente. De entre um conjunto equilibrado de personalidades de grande qualidade intelectual, com intervenção qualificada nos planos cultural, cívico e empresarial, a máxima responsabilidade recaiu sobre o Dr. Artur Santos Silva, personalidade conhecida e prestigiada cujos méritos dispensam qualquer apresentação. Com um percurso de vida repleto de desafios estimulantes e de sucessos, que o têm levado por variadas e por vezes inesperadas paragens, de onde sempre encon-

trou a disponibilidade e o jeito para tornar explícita a profunda ligação que mantém com a Escola que o formou, é para mim gratificante saber, também pela certeza de interpretar o sentimento de todos os membros da comunidade universitária, que podemos hoje ligar este nome, agora de forma tão profunda e nuclear, ao futuro da nossa Universidade. Perante a comunidade universitária aqui reunida, reitero aos membros do Conselho Geral os votos, que formulei na primeira reunião deste órgão, das maiores felicidades no desempenho do seu mandato, reafirmando a minha total disponibilidade para que possamos encontrar em conjunto, na esfera das nossas competências, as melhores soluções para a Universidade.

Também o Conselho de Gestão, nomeado em 30 de Dezembro, está a encontrar o seu ritmo e dinâmica próprios, na concretização das vastas competências que a lei lhe atribui, de conduzir, sob a supervisão do Reitor, a gestão administrativa, patrimonial, financeira e de recursos humanos da Universidade.

No início de Fevereiro foram publicadas as novas delegações de competências nos Presidentes dos Conselhos Directivos das Faculdades, agora incluindo a competência para autorizar pagamentos, o que representa a primeira experiência do que poderá vir a ser a concretização do princípio de gestão descentralizada, estatutariamente consagrado. Este exercício requer que os Presidentes dos Conselhos Directivos, e futuramente os Directores das Faculdades e outras unidades orgânicas, possam ter apoio directo da Administração para a preparação e instrução administrativa dos processos de pagamento, com vista à obtenção da respectiva autorização. Para que as unidades orgânicas possam contar com o apoio técnico e administrativo necessário à concretização das suas autonomias próprias e ao exercício cabal das responsabilidades inerentes às competências delegadas na área de gestão administrativa e financeira, está a ser preparado o futuro Centro de Serviços Comuns. A sua existência decorre igualmente de uma norma estatutária, cabendo-lhe assegurar, no quadro de uma administração comum a toda a

Universidade, a funcionar de forma desconcentrada, a coerência interna de procedimentos e de normas que permitirão acesso mais fácil à informação, maior agilidade dos processos administrativos e maior fiabilidade e abrangência no cumprimento da obrigação legal de consolidação das contas.

Ainda a nível dos órgãos centrais, levarei proximamente a Conselho Geral, como me compete, uma proposta de Regulamento do Provedor do Estudante e, logo após a sua aprovação, a proposta da personalidade que há-de ser o primeiro titular do cargo. Entretanto, o Senado retomará dentro de três dias o seu ritmo habitual de reunião mensal na primeira quarta-feira do mês, adaptando-se às suas novas composição e competências.

Nas Faculdades, aproxima-se do fim o trabalho de elaboração dos respectivos Estatutos – alguns já estarão mesmo prontos e aprovados – que conto me poderão ser entregues para homologação durante o decurso do corrente mês. Previsivelmente, todos os processos internos de eleição das Assembleias de Faculdade, dos Directores, dos Conselhos Científicos e dos Conselhos Pedagógicos deverá estar concluído antes do verão.

É uma nova Universidade que desperta. Estejamos todos nós, os protagonistas desta mudança, à altura de assegurar o conjunto de decisões equilibradas que libertem a nossa Universidade das teias, dos atavismos e dos constrangimentos que experimentou no passado, sem contudo a descaracterizar como Casa de Cultura, de Cidadania e de Humanidade. Encontremos nestes três princípios, que herdamos do passado, o lastro que nos dará a estabilidade para enfrentar os novos ventos da História, porque, sem ele, mesmo a mais pequena brisa terá o efeito devastador de uma tempestade.

## **8. Construtores de pontes**

Encarar o futuro sem romper com o passado, investir nas ciências físicas e laboratoriais sem descurar o papel essencial das ciências sociais

e das humanidades, aproximar disciplinas que o espírito analítico autonomizou, encontrar novos caminhos de colaboração entre institutos, departamentos e faculdades, levar as pessoas a trabalhar em conjunto, contrariando o isolamento e reprimindo sem contemplações o espírito de quinta, estabelecer ligações, construir pontes sobre os vales que a erosão do tempo se encarregou de cavar, em poucas palavras se enuncia o programa de acção para o qual vos convoco.

Sejamos construtores de pontes, sejamos os construtores dessas pontes, homens e mulheres dotados da dose certa de engenho e de arte, não tanto para lançar sobre o abismo tabuleiros de betão e de aço, que obedecem mecanicamente a critérios de resistência dos materiais, mas antes para erguer entre cada duas margens, onde quer que elas se apresentem na Universidade, estruturas de compreensão e de diálogo, que compensem todos os dias o aumento do grau de entropia que o tempo desgraçadamente sabe criar entre os humanos ou que estes, mesmo sem a ajuda do tempo, são capazes de criar entre si.

## **9. Planeamento e execução integrados**

Temos perante nós a oportunidade de definir e executar políticas coerentes nos vários domínios de intervenção universitária, aproveitando a actual estrutura organizacional para libertar a instância de decisão estratégica da barganha corporativa e orgânica, e utilizando as autonomias das Faculdades sem pôr em causa a unidade de orientação e a definição integrada de objectivos. Mas teremos de compreender que não é coincidência o facto de ser precisamente nas Universidades organizadas em Faculdades e nas áreas em que as Faculdades têm maior autonomia em matérias de ensino e de investigação que os sucessivos Reitores, da nossa e de outras Universidades do País, mais têm sido criticados por ausência de orientação estratégica. Ora, no quadro das autonomias existentes, este problema só pode ser ultra-

passado se houver uma forte e permanente interacção entre a Reitoria e as Faculdades, entre o Reitor e os Directores, que deverá ser visível tanto na preparação dos instrumentos de planeamento como ao nível da gestão corrente. Deste facto decorre, em meu entender, a importância crucial do novo Senado, cuja centralidade, que procurei defender em sede própria, contraria largamente a secundarização que o RJIES lhe parece querer impor. Como não existe nenhum meio legítimo – e ainda bem que assim é – de submeter uma Faculdade a uma orientação pedagógica ou científica definida contra sua vontade, creio não errar se antecipar que o êxito do novo modelo de governo, pelo menos no que diga respeito à definição e concretização de objectivos pedagógicos e científicos coerentes, se há-de jogar a dois níveis:

- na capacidade de manter o Conselho Geral imune às lógicas e aos interesses corporativos e orgânicos, para que possa desempenhar o importantíssimo papel que os Estatutos lhe reservam;
- no bom relacionamento e na intensa cumplicidade que deve ser construída entre o Reitor e o Senado.

O futuro dirá. Pelo meu lado e no limite das minhas competências, procurarei assegurar que sejam criadas todas as condições para que a Universidade possa tirar partido das oportunidades que se lhe apresentam, com a consciência de que só a lucidez do julgamento permite a decisão acertada, acumulando a pequena vantagem que, uma após outra, acabará por fazer a diferença.

## **10. Plano de actividades**

No momento em que fazemos a primeira adaptação à nova forma de vida, quis partilhar convosco a minha reflexão sobre estas matérias. Igualmente se espera uma breve enumeração das acções e projectos do que deverá ser a segunda parte do meu segundo mandato.



Penso ter deixado claro que procurarei dar coerência à orientação estratégica da Universidade nas áreas do ensino e da investigação.

Completada a oferta educativa de 1º ciclo nas áreas que considerei prioritárias, deverá agora generalizar-se a aplicação do Sistema de Gestão da Qualidade Pedagógica, já aprovado, como forma de assegurar a adopção das boas práticas na relação pedagógica e de preparar a interlocução com a nova Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior.

Deverá igualmente estruturar-se um mecanismo de gestão que permita racionalizar e agilizar a mobilização interna de professores entre unidades orgânicas.

Por outro lado, não vejo razão para manter situações em que a Universidade é levada a competir consigo mesma, devendo sempre evitar-se que dois dos seus cursos respondam a objectivos formativos idênticos e concorram entre si por um mesmo público.

Mas o maior esforço deverá ser o de continuar a criar, em larga escala, oferta educativa ao nível da pós-graduação, mestrado e doutoramento, investindo aí os recursos actualmente envolvidos na ainda excessiva oferta de unidades curriculares oferecidas em opção nos cursos de 1º ciclo.

Quem conhece a nossa Universidade compreende imediatamente, a partir desta breve listagem de objectivos simples, por que razão a acção do Reitor e a definição global de objectivos estratégicos estiveram, até aqui, tão limitadas na área da educação. Compreende igualmente a que ponto a concretização destes objectivos, a partir de agora facilitada pela nova distribuição de competências, está, mesmo assim, dependente de uma perfeita articulação entre o Reitor e o Senado. O mesmo se passa com a investigação científica.

Procurarei apoiar a Faculdade de Direito na concretização do que sei ser um seu velho objectivo (que a criação do TUJE apenas muito parcialmente vem colmatar), objectivo que considero um dos mais urgentes da Universidade, o de organizar uma unidade de investigação formal na área das ciências jurídicas, que projecte ainda mais, nacional e internacionalmente, o impressionante potencial de conhecimento acumulado, a qualidade da investigação realizada pelos seus docentes, as conceituadas revistas científicas que edita e o espólio bibliográfico de uma das melhores bibliotecas jurídicas do mundo.

O ICNAS – Instituto de Ciências Nucleares Aplicadas à Saúde, em funcionamento desde o início de Fevereiro, deverá começar a corresponder, em 2009, às elevadas expectativas que sobre ele recaem. Fazendo apelo a especialistas de várias áreas científicas provenientes de diversas Universidades e centros, o ICNAS dispõe de um conjunto coerente de instrumentos e de técnicas complementares de investigação, de diagnóstico e de prestação de cuidados de saúde que o transformam num dos mais interessantes do seu género existentes na Europa. Por isso mesmo ele coloca igualmente novos desafios que estão a ser equacionados e resolvidos, tais como o de encontrar o quadro organizacional adequado para garantir simultaneamente a sua sustentabilidade económica e a produção de isótopos radioactivos potencialmente utilizados por vários centros portugueses e espanhóis.

Compreendendo, como todos compreendemos, que a qualidade de uma Universidade está intimamente ligada à sua política de contratação e de promoção de docentes, procurarei consensualizar posições sobre esta matéria, que permitam enquadrar num novo patamar de exigência as decisões que terei de tomar em áreas tão sensíveis como a de abertura de concursos e a nomeação de jús.

Procurarei aumentar o envolvimento de equipas da nossa Universidade em consórcios concorrentes ao 7º Programa-Quadro, colocando à dispo-

sição dos nossos investigadores gestores de projecto que os libertem de tarefas administrativas e instrumentos de gestão que lhes permitam concorrer a custos totais, objectivo que permitirá maior aproximação entre a Universidade e as suas unidades de natureza privada e que igualmente deverá permitir atingir uma das mais desaproveitadas fontes de receita da universidade portuguesa. Idêntico esforço deve ser concertado em relação a projectos e a bolsas da FCT.

Igualmente se deverá reforçar o papel do Instituto de Investigação Interdisciplinar como unidade de coordenação da investigação científica e escola doutoral interdisciplinar, bem como de plataforma de ligação à Universidade de todas as suas unidades de investigação de natureza privada.

Não podendo ser exaustivo, não deixarei ainda de referir o Colégio das Artes, no ano em que ele se vai apresentar pela primeira vez a público, inaugurando, com dois programas de pós-graduação, mestrado e doutoramento, a sua oferta educativa vocacionada para a abordagem interdisciplinar das artes. E referiria também o TUJE, no momento em que se iniciam as obras das suas instalações no Colégio da Trindade e em que se perspectiva a celebração de protocolos com vista à sua entrada em funcionamento.

Aos primeiros Directores destas quatro novas unidades orgânicas, os doutores António Gomes Martins (III), Adriano Carvalho Rodrigues ( ICNAS), Gomes Canotilho (TUJE) e Abílio Hernandez (Colégio das Artes), os dois primeiros já nomeados, os dois últimos com cerimónia de nomeação marcada para o próximo dia 12, aqui deixo uma palavra de estímulo e de esperança pelo muito que a Universidade deposita no vosso próximo desempenho.

Cumpre-me ainda anunciar que o professor Fernando Guerra, desejoso de abraçar um grande desafio de índole profissional que oportunamente revelará, me solicitou que o libertasse das funções de Pró-Reitor. E se é

com pesar que o faço, por que me vejo privado da sua valiosa contribuição, sinto-me igualmente recompensado por ter beneficiado durante cinco anos da sua colaboração e por ter feito um amigo para o resto da vida.

E é igualmente a ocasião de cumprimentar e agradecer a todos os membros da equipa reitoral, estreitando neste abraço todos aqueles que, directa ou indirectamente, têm participado neste esforço colectivo de levar a nossa Universidade a novos patamares de exigência e de qualidade.

Na súmula, necessariamente muito resumida, do trabalho que nos espera para os próximos dois anos, não é possível deixar ainda de referir os seguintes projectos:

- o acompanhamento da Fundação Museu da Ciência neste primeiro ano de funcionamento, como forma de assegurar o regular desenvolvimento das suas actividades e a preparação do lançamento da segunda fase do Museu da Ciência;
- o acompanhamento da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra, assegurando uma progressiva transferência da gestão das infra-estruturas culturais e desportivas da Universidade, sem descontinuidades nem desresponsabilização;
- a instalação condigna do Centro de Documentação 25 de Abril e do Centro de Estudos Sociais no Colégio da Graça, na Rua da Sofia, retornando a espaços que constituíram a primeira sede da sua transferência definitiva para Coimbra, em 1537, e para os quais cunhamos a designação de Pólo 0 da Universidade;
- a construção das novas instalações da Biblioteca da Faculdade de Direito, com trabalhos de arqueologia em curso e financiamento assegurado;
- a construção do Centro de Documentação e Interpretação da Universidade de Coimbra, com trabalhos de arqueologia a iniciar-se e financiamento assegurado;

- a instalação do TUJE no Colégio da Trindade, já em obra;
- a construção da sub-unidade 3 da Faculdade de Medicina, já concursada;
- a construção das sub-unidades 2 e 4 da Faculdade de Medicina, já em projecto;

Igualmente me baterei com todas as forças pela concretização dos seguintes objectivos:

- a construção dos novos edifícios da Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação e da Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física, ambos no Pólo II da Universidade;
- a construção do edifício BIOMED 3, para instalação no Pólo 3 das principais unidades de investigação da área das ciências da saúde;
- a reafecção dos espaços na Alta, tornada possível pela deslocalização dos Departamentos de Engenharia para o Pólo II e das Faculdades de Medicina e Farmácia para o Pólo III, no quadro do Plano de Desenvolvimento Físico da Universidade cuja actualização procurarei consensualizar no Senado.

Com a confiança de quem não se tem enganado nas perspectivas que projecta quanto à realização de investimentos, tenho a convicção de que, no final do meu mandato, em Fevereiro de 2011, estas intervenções estarão ou totalmente construídas ou, no mínimo, irreversivelmente lançadas, isto é, com financiamento garantido e concursadas.

Também na componente de infra-estruturação física, e embora muito falte ainda fazer, é uma nova Universidade que vai emergindo, aos poucos cumprindo as decisões que tomou em matéria de instalações, alargando progressivamente as suas actividades a edifícios modernos e bem equipados. Já não recorre a espaços indignos, já não degrada os monumentos nacionais que se encontram sob a sua responsabilidade e já não se degrada ao fazê-lo.

## 11. Epílogo

SENHORAS E SENHORES,

Vai longo o discurso e verifico que não passaram, desta vez, pela linha da escrita, assuntos tão importantes para a Universidade como o compromisso com a sociedade, o empreendedorismo, a inovação e a internacionalização. Tantas vezes tenho centrado os meus textos sobre estas matérias, que ficam, como se costuma dizer, umas pelas outras.

Embora não queira quebrar a regra de reservar para a Abertura Solene das Aulas os assuntos de política universitária nacional, sempre farei uma breve referência à previsível saída, antes do verão, da sempre esperada e sempre adiada Revisão do Estatuto da Carreira Docente Universitária. Apenas para dizer que, de acordo com o que foi anunciado pelo Ministro aos Reitores em duas reuniões realizadas em Dezembro e em Fevereiro, a proposta será posta à discussão em final de Março, e que, pelo menos no plano das intenções, e salvo algumas questões importantes de natureza sindical, não prevejo uma divergência tão profunda de pontos de vista como a que antecedeu a aprovação do RJIES.

Ao pedir-vos ajuda para soprarmos, em conjunto, as 719 velas deste bolo, quero agradecer-vos a colaboração que deram à Universidade no ano que se completa e dizer-vos que a qualidade do nosso futuro só depende de nós. Com dedicação, com honestidade e sobretudo com muito trabalho, cá estaremos todos para continuar a mudar a Universidade, de forma permanente e tranquila.

Parabéns aos docentes, estudantes e funcionários que fazem todos os dias a Universidade de Coimbra.

Parabéns à Universidade de Coimbra.

Auditório da Reitoria, 1 de Março de 2009

**1 DE MARÇO DE 2010**

SENHORES REITORES, VICE-REITORES E PRÓ-REITORES  
CAROS MEMBROS DO JÚRI DO PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA 2010  
E DO PRÉMIO BLUEPHARMA/UC  
ILUSTRES PREMIADOS E HOMENAGEADOS  
EXCELENTÍSSIMAS AUTORIDADES CIVIS, MILITARES E RELIGIOSAS  
SENHORES PROFESSORES  
SENHORES FUNCIONÁRIOS  
CAROS ESTUDANTES  
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

## **1. Entrada**

Quando o peso dos anos se lhes torna insuportável, é habitual aos aniversariantes o recurso a todo o tipo de estratagemas que lhes permitam contornar a inevitável questão de saber quantos são? Não é de todo o que se passa com esta velha senhora, sempre jovem, orgulhosa de mostrar a sua certidão de nascimento sob a forma de documento régio dionisino e por ela ostentar a propecta idade de 715 anos, hoje mesmo completados.

O elixir da sua eterna juventude somos nós, sucessivas gerações de docentes, estudantes e funcionários que ao renovar-se a renovam. Por muitos anos que tenha, é tão jovem quanto nós conseguirmos sê-lo. Poderemos dizer que se faz jovem à nossa custa e nós, ao torná-la jovem, fazemo-nos velhos por ela.

Dirijo-me neste momento a todos quantos, docentes e funcionários, vão hoje receber uma justíssima homenagem por ocasião da sua aposentação ou jubilação. Queiram juntar, à gratificante sensação do dever cumprido, máxima recompensa de um dia, ou de uma vida, de trabalho honesto, uma palavra de agradecimento da Universidade de Coimbra e do seu Reitor.

## **2. Agenda do dia**

Imediatamente após estas minhas palavras, procederemos à entrega formal do Prémio Universidade de Coimbra/2010, patrocinado pelo Banco Santander Totta e pelo Jornal de Notícias, destinado a galardoar pessoas de nacionalidade portuguesa que se tenham destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência. Nesta sétima edição, o Júri do Prémio a que tive a honra de presidir, entendeu distinguir ex-aequo o escritor Almeida Faria e o cineasta Pedro Costa.

Almeida Faria nasceu em Montemor-o-Novo em 1943. Narrador, ensaísta e dramaturgo traduzido em várias línguas (espanhol, italiano, francês, inglês, neerlandês, sueco, dinamarquês, polaco, romeno, húngaro, búlgaro, grego, entre outras), os seus livros foram objecto de várias teses universitárias em Itália, Holanda, Brasil, França e Portugal. Foi galardoado com a Ordem de Mérito Cultural e recebeu o Prémio Revelação de Romance da Sociedade Portuguesa de Escritores, o Prémio Originais de Ficção da Associação Portuguesa de Escritores, o Prémio Aquilino Ribeiro da Academia das Ciências, o Prémio D. Dinis da Fundação Casa de Mateus e o Prémio Virgílio Ferreira da Universidade de Évora. Um dos primeiros cultores na ficção nacional da estética do “novo romance”, é acima de tudo um verdadeiro pensador do mundo português e da sua época. Licenciado em Filosofia pela Universidade de Lisboa, onde também cursou Direito e Letras, foi professor de Estética, de Teoria da Literatura, e de Psicologia da Arte na Universidade Nova de Lisboa.



Pedro Costa nasceu em Lisboa em 1959. Abandonou o curso de História na Universidade de Lisboa para prosseguir o curso de Edição na Escola Superior de Teatro e Cinema de Lisboa. Depois de trabalhar como assistente de realização, dedicou-se à sua própria obra cinematográfica, marcada por uma quase total ausência de superficialismo, uma estética purista com marcas de violência urbana e a integração nos elencos de actores pouco experientes. Vencedor do Prémio France Culture para o cineasta estrangeiro do ano, em 2002, do Leopardo de Prata no Festival de Cinema de Locarno em 2007, do Prémio da Associação de Críticos de Los Angeles para o melhor filme independente/experimental, também em 2007, actua também nos domínios da instalação vídeo e as suas obras têm sido apresentadas em diversas museus e galerias, como o Centro Witte de With, o Museu Serralves, a Mediateca de Sendai, o Museu de Belas Artes de Bilbao e a PhotoEspaña.

De um e de outro, os nossos colegas Doutora Cristina Robalo Cordeiro e Doutor Abílio Hernandez, traçarão, respectivamente, um perfil mais detalhado e preciso do que aquele que resulta destas breves palavras de apresentação.

Ao receberem este prémio juntando-se aos sete galardoados das seis edições anteriores, o neurocientista Fernando Lopes da Silva, em 2004, o historiador do direito António Hespanha e o actor e encenador Luís Miguel Cintra, em 2005, a classicista Maria Helena da Rocha Pereira, em 2006, o matemático Macelo Viana, em 2007, o professor, engenheiro e empresário José Epifânio da Franca, em 2008 e o artista plástico Julião Sarmento, em 2009, tanto quanto saem prestigiados porque muito justamente o receberam, também prestigiam a Universidade que o institui. Bem hajam por isso, parabéns pelas vossas já brilhantes e ainda promissoras carreiras.

No alinhamento da cerimónia de hoje, teremos de seguida a entrega ao Doutor Pedro Manuel Quelhas Lima Engrácia Antunes do Prémio Bluepharma/Universidade de Coimbra que distingue a sua Tese de doutoramento

com o título “Cirurgia de Revascularização Coronária – análise de resultados de modelos de estratificação de risco. O júri do prémio foi uma vez mais presidido pelo Prof. Doutor Manuel Antunes a quem eu agradeço, bem como aos restantes membros a vossa valiosa e qualificada intervenção.

Após a já anunciada homenagem aos docentes e funcionários recentemente aposentados ou jubilados, faremos igualmente a entrega dos diplomas de doutoramento concluídos em 2009 na nossa Universidade, num momento que representa o alto significado que atribuímos à formação pós-graduada e que releva a crescente importância relativa que ela tem entre nós. Neste momento, a pós-graduação representa já na Universidade de Coimbra 56% do total de alunos. Na primeira década do século, a Universidade de Coimbra viu multiplicar por dezassete o número dos seus estudantes de doutoramento. Por eles damos o nosso melhor e são eles que permitem aferir a nossa capacidade de nos afirmarmos como grande Universidade de investigação. Não será fácil, para não dizer que será impossível, vivermos uma outra década com um tal aumento deste indicador.

Finalmente, assistiremos à apresentação do sétimo número da nova série da “Via Latina”, título académico dos mais prestigiados, em mais uma interessante iniciativa da Secção de Jornalismo da AAC, cujos dirigentes saúdo com amizade.

### **3. Semana Cultural**

SENHORAS E SENHORES,

Esta cerimónia insere-se na XII Semana Cultural da Universidade de Coimbra desta vez centrada sobre o tema “Causa Pública”. De facto, o ano de 2010 celebra, entre outras efemérides, o centenário da implantação da República Portuguesa e a importância deste momento para a história

da Sociedade e da Universidade em Portugal. O mote congrega, assim, a essência conceptual do domínio público num mundo em permanente convulsão, bem como as consequentes reflexões que daí poderão advir para as artes, para as ciências, para as humanidades. Soberano há um século atrás, o conceito de **Público** encontra, na sociedade contemporânea e no plano da consciência social, correspondência e, por vezes, contraposição, no conceito de **Mediático**. Reflectir sobre estas duas realidades históricas, sob a égide da República, foi o desafio que a Reitoria lançou à comunidade universitária.

No momento de instabilidade política que vivemos, penso ser oportuno reafirmar que só uma administração pública forte, competente e honesta garante as condições para a prosperidade e o desenvolvimento económico assente sobre a concorrência e os valores do mercado. É necessário que a reforma da administração pública se faça sem a deixar demasiado vulnerável. Um Estado fraco e uma administração pública mal municiada são ingredientes típicos de um atalho que conduz à delapidação dos recursos públicos, à instalação de uma cultura própria de um País das Bananas e a um regresso rápido ao terceiro mundo. Infelizmente, não nos faltam exemplos recentes nesta matéria. Que as comemorações do centenário da Republico permita também contrariar a moda instalada de reclamar menos Estado, a não ser no momento de exigir indemnizações do Estado para compensar negócios privados mal sucedidos.

A Semana Cultural decorre entre os dias 1 e 6 de Março e conta com iniciativas das mais diversas, de artes plásticas, cinema, colóquios, desporto, dia aberto, exposições, música, teatro, workshops, num total de 72 momentos dos quais me permito chamar a atenção para o Concerto Femina, Legendary Tiger Man, mais de uma dezena de colóquios, a Gala do Antigo Estudante a realizar no TAGV na noite do próximo dia 6, bem como seis outros grandes espectáculos que decorrerão no TAGV ou no Teatro da Cerca de S. Bernardo. E para abrir, o concerto de aniversário

da Universidade, de António Pinho Vargas. Hoje à noite no TAGV. Quero relevar a abertura ao exterior da Semana Cultural, que a XII edição uma vez mais nos proporciona. Quero agradecer a colaboração empenhada das Faculdades, Institutos, Departamentos, Laboratórios, Bibliotecas, Museus e Serviços, bem como da Casa de Pessoal da Universidade e de várias secções e organismos da AAC. É igualmente justo referir os patrocínios e apoios da Caixa Geral de Depósitos, da REN – Rede Eléctrica Nacional e das Águas do Mondego, e ainda os apoios da Fundação Cultural da Universidade de Coimbra, do TAGV, da Escola da Noite, da Câmara Municipal de Coimbra, da RUC, do Diário de Coimbra e do jornal “As Beiras”, sem os quais não teria sido possível a sua realização.

#### **4. Rescaldo da reforma**

Reunimo-nos, portanto, para celebrar em festa, a juventude, a renovação e a mudança, que caracteriza a Universidade de Coimbra no dia em que celebra o seu 720º aniversário, num momento caracterizado pela profunda reforma que atravessa o nosso sistema de ensino superior e que teve como componentes centrais a adequação do sistema nacional ao chamado Espaço Europeu de Ensino Superior, mais conhecido por processo de Bolonha, a alteração do enquadramento jurídico com vista ao aumento do número de estudantes sobretudo ao nível dos chamados “Novos Públicos”, a remodelação do sistema de avaliação, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e o novo Estatuto de Carreira Docente. Na cerimónia de Abertura Solene das Aulas, a 16 de Setembro último, referi-me, com algum detalhe, a todas elas e não faria, portanto, sentido, fazer hoje uma nova análise das questões relevantes, até porque não há, desde então, nenhuma evolução sensível que o justifique.

Sempre direi, sobre o novo Estatuto de Carreira Docente, que é minha intenção procurar encontrar, até ao final deste mês de Março, um con-

senso alargado na comunidade universitária de Coimbra, sobre a avaliação docente. Tratando-se de uma matéria de extrema sensibilidade, que como outras do mesmo género o legislador atirou, com uma boa dose de irresponsabilidade, para a esfera de competência dos Reitores, dando-lhes seis meses para resolver um problema que, nos níveis de ensino básico e secundário, o Governo não foi capaz de resolver em quatro anos, podemos contar a nosso favor com uma classe profissional exigente consigo mesma, habituada a ser avaliada pelos seus pares e desejosa de mostrar que “quem não deve, não teme”. Contamos, igualmente, em Coimbra, com um conjunto grande de profissionais competentes e lúcidos, que fazem a opinião universitária e que estão, sem excepções, a favor da avaliação, porque compreendem, apesar de não ser conhecido um outro sistema tão geral e exigente como o nosso, ela põe-nos à disposição um instrumento poderoso para, cumulativamente:

- Acrescentarmos qualidade à nossa Universidade;
- Melhorarmos as nossas prestações individuais como docentes;
- Detectarmos e combatermos situações comprovadamente desviantes;
- Prestarmos um melhor serviço aos nossos estudantes.

Assim, o processo de avaliação a desenvolver em Coimbra, deverá ser:

- Suficientemente simples (ou tecnocrático) para ser exequível;
- Suficientemente detalhado (ou humano, ) para ser justo;
- Suficientemente cauteloso para não enunciar modelos definitivos;
- Suficientemente humilde para prever a sua melhoria progressiva;
- Suficientemente flexível para permitir opções individuais e culturas institucionais diversas;

É esta a dimensão do desafio que temos à nossa frente. Não há soluções miraculosas. Mas, porque sei que só o bom-senso e a abertura de espírito nos permitirão encontrar o caminho, estou certo de que vamos conseguir.

## 5. Caderno de encargos para o actual Governo

Munidos que estamos, bem ou mal, dos novos instrumentos legais de enquadramento das nossas actividades, vale a pena retomar os pontos que penso se manterão na esfera das preocupações dos universitários no próximo futuro.

Em primeiro lugar a urgente necessidade de **ordenamento da oferta educativa**.

Um segundo ponto a **racionalização da rede pública de instituições**.

Em terceiro lugar a necessidade de repensar a **política de financiamento** das universidades incluindo, naturalmente, a acção social.

Uma quarta vertente prende-se com a necessidade de **clarificar o conceito de autonomia**.

O quinto ponto radica na urgência em **retomar o processo de avaliação**.

Como sexto e último ponto desta enumeração, refiro a necessidade de **reaproximar as Universidades e o sistema científico**.

Em torno destes pontos se pautou a discussão universitária sobre a evolução do sistema de ensino superior para fazer face aos desafios que os tempos actuais lhe colocam. A uma semana de passar o testemunho do cargo para que fui eleito há três anos de Presidente do Conselho de Reitores, entendo dever reafirmar mais do que nunca, a importância de uma reflexão crítica isenta e independente vinda do lado das Universidades e dos universitários e a convicção que tenho de que o novo Presidente do CRUP, saberá continuar a conduzir o Conselho pela via da sua afirmação pública serena mas efectiva.

## 6. Olhar em frente

Agora, que os instrumentos de trabalho estão montados, é importante olharmos em frente. Referirei muito brevemente quatro áreas de orientação que me parecem de particular actualidade.

Em primeiro lugar a necessidade de continuar a aumentar os índices de escolaridade e de sucesso no Ensino Superior para as coortes demográficas habituais (dos 18 aos 25 anos). Neste contexto, assume uma particular importância a Acção Social, porque a inteligência e a capacidade de aprender não são privilégio de nenhum grupo ou camada social, antes estão regularmente distribuídas por toda a sociedade. Um País que quer basear o seu desenvolvimento na inovação e se afirma lançado na construção de uma sociedade do conhecimento não poderá dar-se ao luxo de desprezar talentos apenas porque eles não têm recursos económicos para aceder à Universidade. É, pois, obrigatório ir buscar esses jovens onde eles estão, a todos facultando as condições necessárias para que possam tirar proveito das suas qualidades pondo-as, simultaneamente, ao serviço da comunidade.

Em segundo lugar, para que não tenhamos que esperar uma geração pelos resultados, a necessidade de formação dos actuais profissionais, já que o baixo nível habilitacional médio da nossa população activa é, reconhecidamente, um dos maiores constrangimentos ao nosso desenvolvimento. Neste contexto, o desenvolvimento de Programas conjuntos entre os sectores universitário e empresarial, entre o nosso Ministério e os Ministérios da Economia e do trabalho parece ser de grande oportunidade.

Em terceiro lugar, a internacionalização da Universidade portuguesa entendida não só como meio de complemento à formação de docentes, estudantes e trabalhadores não-docentes e factor de correcção da nossa reconhecida endogamia, não apenas como forma de comparação, avalia-

ção, validação e adoção de boas práticas em todas as áreas de intervenção universitária, mas também como a possibilidade de concretização de uma agenda de diplomacia cultural universitária, orientação emergente que tem merecido a atenção de um número crescente de Governos e para cuja concretização é importante a articulação entre o nosso Ministério e o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Em quarto e último lugar a necessidade de reaproximação entre o sistema universitário e o sistema científico. Não podemos ambicionar a um sistema científico de qualidade sem assegurar, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das Universidades. A Universidade tem que ser considerada a base sobre a qual se alicerça o edifício da formação qualificada dos recursos humanos, da investigação, da inovação, da transferência e da internacionalização. É crucial que os bons centros de investigação intervenham mais efectivamente nas decisões científicas das Universidades a que pertencem ou a que estão ligados. É crucial redesenhar o sistema de pós-graduação das Universidades de forma a aproveitar mais eficazmente as competências instaladas nas boas unidades de investigação. A concretização destes objectivos depende de uma melhor articulação entre o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro do Ensino Superior.

Tantas são as questões que relevam da educação superior e tão diversificados são os seus possíveis desenvolvimentos, tantas relações se podem estabelecer com tão grande número de outras instituições, entidades ou agentes, que as políticas de ensino superior deveriam requerer uma completa e permanente articulação entre praticamente todos os sectores do Governo. Quando Margaret Thatcher quis reformar o sistema de ensino superior britânico, pôs à frente da comissão governamental responsável pela reforma o Ministro das Finanças.

Não é para menos. Porque o que está em causa não é apenas o prazer e o interesse individual, mas também o êxito de toda a sociedade.



Se cada um de nós souber um pouco mais de informática ou de gestão, de leis ou de economia, de arquitectura ou de matemática, se cada um dos gestos ou decisões profissionais de cada um dos membros da nossa população activa, decisores políticos ou empresários, trabalhadores manuais ou intelectuais, operários ou técnicos for, mesmo que de uma forma infinitesimal, todos os dias mais bem informado e, portanto, mais eficiente e melhor, resultarão todos os dias milhões de decisões mais adequadas, melhores respostas aos problemas, maior eficiência social global, maior riqueza e mais bem-estar individual e colectivo.

## **7. Em Coimbra**

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES,

Procurando passar em revista, em conjunto com a Senhora e os Senhores Vice-Reitores, com os Senhores Pró-Reitores e com os Senhores Administradores, os principais processos que marcaram o último ano da nossa actividade ou que se encontram actualmente no centro das nossas preocupações, deparei-me com uma lista com cerca de duas centenas de entradas. Após uma selecção criteriosa das iniciativas mais importantes, compreendi que não haveria forma de as referir com um mínimo de inteligibilidade sem ser demasiado maçador.

De todas estas iniciativas, retirar-se-á com facilidade o fio condutor da nossa acção, pelo qual os passos se vão tornando caminho, os degraus se vão fazendo escada, e um conjunto de acções se transforma num corpo coerente e homogéneo. A linha que seguimos, a orientação que demos ao nosso trabalho resume-se em poucas palavras: pegar na velha Universidade e preparar, sem rupturas nem descontinuidades, as bases de uma nova Universidade. Uma e outra, uma da outra, uma na outra, são a nossa Universidade de Coimbra.

Como um veleiro, que precisa de lastro estabilizador e de velas que o propulsionem, assim a Universidade de Coimbra encontrará na velha universidade o seu lastro e na nova as suas velas.

Como outros o fizeram antes – e quero aqui destacar a presença amiga e reconfortante do Reitor Fernando Rebelo e transmitir-vos a saudação do Reitor Rui de Alarcão que não pôde estar presente por imponderáveis de última hora – como outros o fizeram antes, dizia, é preciso desatar os nós que cada época aperta, é preciso tomar as decisões que cada momento exige. Quebrar os atavismos e tradicionais constrangimentos de uma Universidade clássica; mostrar como as suas características próprias, aquilo que a faz diferente das outras, única no plano nacional e prestigiada como poucas a nível internacional – factores que até aqui quase sempre têm servido para a ligar ao passado – podem ser utilizados como critério de futuro e de desenvolvimento; provar que, organizada em torno dos seus centros de produção de conhecimento e de inovação, procurando na sociedade e nas empresas os parceiros privilegiados de que necessita para desenvolver os seus projectos e dispondo-se, sem preconceitos, a aprender com eles tanto quanto se propõe ensinar-lhes, ela se pode constituir como grande instituição de progresso e de modernidade; eis, em síntese, o desafio que o nosso tempo nos preparou. O charme do antigo a produzir contemporaneidade.

E o caminho não pode ser outro. O tempo em que, únicos, nos bastava reclamar apoios, já lá vai. Estalar os dedos já não basta para que o poder político acorra, solícito, em nossa ajuda e não raro temos caído na tentação, de todo ineficaz, de invocar razões do passado à falta de projectos de futuro. Há muito que o conhecimento deixou de estar exclusivamente em Coimbra. E com ele generalizou-se a capacidade de intervenção e o poder de convencimento e de decisão. Necessariamente, Coimbra já não determina como no passado. E mal seria se assim não fosse. Em vez de lamentar esta perda de influência, não temos senão que estar imensamente

orgulhosos de ter contribuído, directa ou indirectamente, para a criação e desenvolvimento de todas as outras universidades portuguesas, para a democratização do saber, e portanto, para a difusão dos centros de poder.

Na Universidade de Coimbra e na própria cidade, a viragem do século trouxe-nos os primeiros resultados de uma nova estratégia e com eles começámos finalmente a compreender, e já não era sem tempo, trinta anos após a revolução que abriu os espíritos e tornou mais leal e mais justa a concorrência entre pessoas e instituições, que temos tudo o que precisamos para ganhar o jogo: bastará tão-só que o joguemos. É o que estamos a fazer.

E a avaliar pelo olhar externos dos que, de fora, apreciam o que fazemos, parece que o estamos a jogar bem. É o que revela o segundo lugar alcançado pelo nosso Instituto Pedro Nunes no ranking mundial de incubadoras de base tecnológica de maior sucesso. É o que igualmente representa a posição de liderança destacada que, pelo quarto ano consecutivo, ocupamos de entre as Universidades portuguesas, no mais prestigiado e completo ranking universitário existente, anualmente editado pelo Times Higher Education Supplement. É também o que revela o invejável 14º lugar europeu, e 42º lugar mundial, que tivemos em 2009 no ranking universitário de visibilidade mediática.

Pois bem, é meu privilégio anunciar-vos hoje, e constitui o melhor presente de aniversário que a Universidade de Coimbra poderia ter, que na edição de 2010 deste ranking universitário de visibilidade mediática, conhecido há poucos dias, a nossa Universidade viu reforçada a sua liderança subindo três posições relativamente ao ano passado, quer em termos europeus, ocupando agora o 11º lugar, quer em termos mundiais, com a 39ª posição. Neste ranking, penas seis Países europeus têm universidades à frente da nossa. A Universidade de Coimbra, todos os seus membros e todos quantos a sentem como sua têm razões para estar orgulhosos com este resultado.

É uma nova Universidade que desperta. Estejamos todos nós, os protagonistas desta mudança, à altura de assegurar o conjunto de decisões equilibradas que libertem a nossa Universidade das teias, dos atavismos e dos constrangimentos que experimentou no passado, sem contudo a descaracterizar como casa de cultura, de cidadania e de humanidade. Encontremos nestes três princípios basilares, que herdamos do passado, a inércia que nos dará a estabilidade para enfrentar os novos ventos da História, porque sem ela, mesmo a mais pequena brisa tem o efeito devastador de uma tempestade.

Encarar o futuro sem romper com o passado, investir nas ciências físicas e económicas sem descurar o papel essencial das ciências sociais e das humanidades, aproximar disciplinas que o espírito analítico autonomizou, encontrar novos caminhos de colaboração entre institutos, departamentos e faculdades, levar as pessoas a trabalhar em conjunto contrariando o isolamento e reprimindo sem contemplações o espírito de quinta, estabelecer ligações, construir pontes sobre os vales que a erosão do tempo se encarregou de cavar, em poucas palavras se enuncia o programa de acção para o qual vos convoco:

Sejamos construtores de pontes, homens e mulheres dotados da dose certa de engenho e de arte para erguer entre cada duas margens, onde quer que elas se apresentem na Universidade, estruturas de compreensão e de diálogo, que compensem todos os dias o aumento do grau de entropia que o tempo desgraçadamente sabe criar entre os humanos ou que estes, mesmo sem a ajuda do tempo, são capazes de criar entre si.

SENHORAS E SENHORES,

Ao pedir-vos ajuda para soprarmos, em conjunto, as 720 velas deste bolo, quero agradecer-vos a colaboração que deram à Universidade

no ano que se completa e dizer-vos que a qualidade do nosso futuro depende em boa medida de todos nós. Dedicção, honestidade, bom-senso e sobretudo trabalho. Sempre e muito trabalho. Só vos sei prometer trabalho. Mas é essa a chave do sucesso.

Parabéns aos docentes, estudantes e funcionários que fazem todos os dias a Universidade de Coimbra.

Parabéns à Universidade de Coimbra.

Auditório da Reitoria, 1 de Março de 2010

(Página deixada propositadamente em branco)

**FERNANDO SEABRA SANTOS:** licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra (1977), concluiu em 1985 o Doutoramento de Estado na Universidade de Grenoble, na área de Oceanografia Física e obteve o título de Agregado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra em 1997. Docente da FCTUC desde 1978 e Professor Catedrático desde 1998, lecionou igualmente na Universidade de Grenoble, no Departamento de Física da Universidade de Lisboa e na Universidade de Brasília. Foi Diretor do Departamento de Engenharia Civil da FCTUC entre 1990 e 1994, funções nas quais liderou o processo de transformação de Secção Autónoma em Departamento e redigiu o seu primeiro Regulamento. Foi o primeiro coordenador da Licenciatura em Engenharia do Ambiente da FCTUC. Foi Vice-Reitor da Universidade de Coimbra entre 1998 e 2003 e Reitor da mesma Universidade entre 2003 e 2011. Nestas funções, esteve na origem da criação do Instituto de Investigação Interdisciplinar, do Colégio das Artes, do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, do WHPO – *World Heritage of Portuguese Origin* e do Museu da Ciência. Em abril de 2003 lançou a candidatura da Universidade de Coimbra a Património da Humanidade, cujo dossiê coordenou diretamente durante oito anos e apresentou formalmente à UNESCO em dezembro de 2010. Foi ainda presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas entre 2007 e 2010, período em que decorreram as principais reformas do ensino superior: Desenvolvimento e Qualidade, Financiamento, Lei de Bases do Sistema Educativo, Graus e Diplomas, Avaliação da Qualidade, Regime Jurídico das Instituições, Agência de Avaliação e Acreditação, Estatuto de Carreira Docente, Processo de Bolonha (EEES). Em 1975 foi membro fundador da Brigada Victor Jara, tendo participado nas atividades do grupo até 1988. Lançou em 2010 o CD “Hoje” com letras e músicas de sua autoria e que contou com a participação de Camané, Cristina Branco, Filipa Pais, Luís Represas, Manuel Freire, Martinho da Vila, Paula Oliveira, Sérgio Godinho e Vitorino. Em setembro de 2012 publicou o livro “A quarta missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento”. Em novembro do mesmo ano criou a empresa Friday - Ciência e Engenharia do Lazer, SA com o objetivo de conceber, de projetar, de construir e de comercializar dispositivos náuticos com uma elevada componente de tecnologia e inovação. Em 2020, esta empresa foi considerada *Leading Specialists in Floating Home Design - Europe* pela revista alemã BUILD.

1 2



9 0



**IMPrensa** DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS